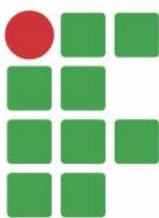




Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará




**INSTITUTO
FEDERAL**
Pará



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BELÉM - PARÁ
2018

Ministério da Educação – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA

Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016.

Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual – CPCA

BELÉM – PARÁ
2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
 ACT – Acordo de Cooperação Técnica
 ADS – Agente Desenvolver de Sistema
 ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
 APACC - Associação Paraense de Apoio As Comunidades Carentes
 APL – Arranjo Produtivo Local
 ART - Anotação de Responsabilidade Técnica
 ASCOM – Assessoria de Comunicação
 AUDIN - Auditoria Interna
 AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
 CAEX – Comitê Assessor de Extensão
 CAPACIT - Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento
 CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CAQV - Coordenação de Assistência e Qualidade de Vida
 CAV - Campus Avançado Vigia
 CC – Conceito de Curso
 CD – Cargo de Direção
 CDA – Conceição do Araguaia
 CDA – Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação
 CE - Comissão de Ética
 CEAGRO – Centro Agroecológico de Araguaia
 CF – Constituição Federal
 CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
 CENSUP - Censo da Educação Superior
 Centresaf - Centro Regional de Treinamento da ESAF
 CEPA – Centro Educacional Pan-Americano
 CEPLA – Centro Educacional Professora Luciana Andrade
 CEPROEN – Centro Profissionalizante de Ensino
 CGM – Coordenação de Gestão de Materiais
 CGPPI - Coordenação Geral de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
 CGSI - Comitê Gestor de Segurança da Informação
 CGSIB - Comitê Gestor do Sistema Integrado das Bibliotecas
 CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
 CGU - Controladoria-Geral da União
 CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
 CISSP – Comissão Interna de Saúde do Servidor Público
 CIT – Coordenação de Infraestrutura, Transportes e Serviços Gerais
 CNPJ – Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
 CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 COAP – Comissão de Orientação e Acompanhamento de Processos
 CODIR – Colégio de Dirigentes
 CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
 CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
 CONSUP - Conselho Superior

COTEGP - Comitê de Trabalho das Escolas de Governo do Estado do Pará
 CPA – Comissão Própria de Avaliação
 CPAD - Departamento de Procedimentos Administrativos e Disciplinares
 CPCA - Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual
 CPDI – Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
 CPEX – Chamada Pública de Extensão
 CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
 CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
 CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
 CRMB – Campus Rural de Marabá
 CTA – Centro de Treinamento e Aprendizagem
 CTEAD - Campus de Tecnologias Educacionais e Educação à Distância
 CTI – Coordenação de Tecnologia da Informação
 CVT - Centro Vocacional Tecnológico
 DAI – Diretoria de Avaliação Institucional
 DAAI – Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas
 DAP – Diretoria de Administração e Planejamento
 DCOF – Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 DDIN – Diretoria de Desenvolvimento e Planejamento Institucional
 DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária
 DE – Diretoria de Ensino
 DEBP – Departamento de Educação Básica e Profissional
 DETRAN - Departamento de Trânsito
 DG – Direção Geral
 DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
 DINF – Diretoria de Engenharia e Infraestrutura
 DIPEXT – Diretoria de Extensão
 DITIN – Diretoria de Tecnologia da Informação
 DOU - Diário Oficial da União
 DPPGIEX – Diretoria de Pós-graduação, Inovação e Extensão
 DPVAT - Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
 DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
 EaD - Educação a Distância
 EBC - Empresa Brasileira de Comunicação
 EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
 Educacenso – Censo Escolar
 EETEPA - Escolas de Ensino Técnico do Estado do Pará
 EJA - Educação de Jovens e Adultos
 EGPA - Escola de Governança Pública do Estado do Pará
 ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
 ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
 ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
 e-MAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
 EPI - Equipamentos de Proteção Individual
 EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva
 EPT - Educação Profissional e Tecnológica
 ESAF - Escola de Administração Fazendária

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
 FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
 FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa
 FAEL - Faculdade Educacional da Lapa
 FATE – Folha de Avaliação Técnica Expedida
 FE – Fundação Esperança
 FG – Função Gratificada
 FIC - Formação Inicial e Continuada
 FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
 FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
 FORDAP – Fórum de Diretores de Administração
 FORPIS – Fórum Permanente de Integração com a Sociedade
 FUNCEFET – Fundação de Apoio CEFET
 FUNIN - Fundação Imprensa Nacional
 GAB - Gabinete
 GDAJ – Gratificação de Desempenho de Atividades Judiciária
 GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
 GETRAN – Gestão de Transportes
 GLPI - Gerenciador Livre de Parquet de Informática
 GP – Grupo de Pesquisa
 GRU – Guia de Recolhimento da União
 GT – Grupo de Trabalho
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
 IELTS - International English Language Testing System
 IES - Instituição de Educação Superior
 IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 IFE's – Institutos Federais de Educação
 IGC - Índice Geral de Cursos
 IN - Instrução Normativa
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
 JIFs - Jogos dos Institutos Federais
 LAI - Lei de Acesso à Informação
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 MDI – Mapa de Demanda Identificada
 MEC - Ministério da Educação
 MMA - Ministério do Meio Ambiente
 MP – Ministério Público
 MPF - Ministério Público Federal
 MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 NAC – Núcleos de Arte e Cultura
 NAMOR - Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
 NBC - Norma Brasileira de Contabilidade
 NBR - Norma Brasileira
 NDC – Núcleos de Desporto e Lazer
 NDE - Núcleo Docente Estruturante
 NEAB - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros
 NF - Nota Fiscal
 NIDCJ - Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Científico Júnior
 NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
 NIT - Número de Registro do Trabalhador
 NUCEL – Núcleo de Cultura, Esporte e Lazer
 OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 OI - Orçamento de Investimento
 ONG – Organização Não Governamental
 PABX - Private Automatic Branch Exchange
 PAC – Plano Anual de Capacitação
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
 PAD - Processo Administrativo de Disciplinar
 PAIN – Plano Anual de Atividades
 PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna
 PAM - Plano Anual de Metas
 PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
 PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
 PDA – Plano de Dados Abertos
 PDC - Plano de Desenvolvimento do Campus
 PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
 PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
 PDTI - Plano Diretor da Tecnologia da Informação
 PE – Planejamento Estratégico
 PEA – Planejamento Estratégico Anual
 PEDPI - Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos
 PEN - Processo Eletrônico Nacional
 PET - Programa de Educação Tutorial
 PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
 PIAA - Plano de Ações Ambientais
 PIB – Produto Interno Bruto
 PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão
 PIBICTI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
 PIBID - Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência
 PIQ - Programa Institucional de Qualificação
 PIT – Plano Individual de Trabalho
 PGIRC – Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
 PGTIC – Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
 PLS – Plano de Logística Sustentável
 PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
 PNE - Plano Nacional de Educação
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
 PPA - Plano Plurianual
 PPC - Projeto Pedagógico de Curso
 PPGEDAM - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
 PPI - Projeto Político Pedagógico Institucional
 PPI - Plano de Providência Interno
 PPP – Plano de Providências Permanente
 PPP - Projeto Político-Pedagógico
 PROAD - Pró-Reitoria de Administração
 PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
 PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
 PROGRESSOS – Programa de Atendimento aos Egressos
 PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos
 PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
 PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
 PROEXT - Programa de Extensão Universitária
 PRO-EXTENSÃO - Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão
 PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PRO-OMT – Programa Rede Observatório do Mundo do Trabalho
 PROPPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
 PSU – Processo Seletivo Unificado
 RAD - Relatório de Atividades Docentes
 RAINTEC - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
 RENAFORM – Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica
 RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
 RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
 RP – Restos a pagar
 RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SEDAP - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca
 SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Pará
 SEI - Sistema Eletrônico de Informações
 SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
 SEMED – Secretaria Municipal de Educação
 SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 SETECI – Semana Técnico-Científica
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIB - Sistema Integrado de Bibliotecas
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SICTI - Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação
 SIENPA - Sistema Integrado de Ensino do Pará
 SIEPE – Semana Integradora de Ensino, Pesquisa e Extensão

SIG - Sistema Integrado de Gestão
 SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
 SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos
 SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
 SIMEC - Sistema de Administração de Patrimônio
 SIMIT - Simpósio de Inovação Tecnológica
 SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
 SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal
 SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
 Sisu - Sistema de Seleção Unificada
 SLA - Service Level Agreement
 SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia e Informação
 SPIUnet - Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Superintendência do Patrimônio da União
 STT – Serviço Técnico Tecnológico
 SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
 SVN – Sistema Subversion
 TAC – Termo de Ajuste de Conduta
 TAE – Técnico-administrativo em Educação
 TAE's - Técnicos em Assuntos Educacionais
 TCE - Tribunal de Contas do Estado
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TED - Transferência Eletrônica Disponível
 TI - Tecnologia da Informação
 TOEFL - Test of English as a Foreign Language
 TOIEC - Test of English for International Communication
 TRE – Tribunal Regional Eleitoral
 UAB - Universidade Aberta do Brasil
 UEPA – Universidade do Estado do Pará
 UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFPI – Universidade Federal do Piauí
 UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
 UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 UG - Unidade Gestora
 UGR – Unidade Gestora de Relacionamento
 UJ - Unidade Jurisdicionada
 UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
 UNIDERP - Universidade Anhanguera
 UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
 UNIURB – Universidade de Uberlândia
 UNOPAR - Universidade Norte do Paraná
 UPC - Unidade Prestadora de Conta
 WESTA – Workshop de E-business, Segurança e Tecnologia Abertas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.	58
Quadro 2 – Macroprocesso finalístico de Ensino.	67
Quadro 3 – Macroprocesso finalístico de Extensão.	76
Quadro 4 – Macroprocesso finalístico de Pesquisa e Inovação Tecnológica.	78
Quadro 5 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 1 do PDI (Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA).	81
Quadro 6 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 2 do PDI (Institucionalizar a Educação à Distância (EaD) no âmbito do IFPA, criando instrumentos legais para sua consolidação).	82
Quadro 7 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 3 do PDI (Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais).	82
Quadro 8 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 4 do PDI (Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos).	83
Quadro 9 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 5 do PDI (Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA).	83
Quadro 10 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 6 do PDI (Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão).	84
Quadro 11 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 7 do PDI (Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA).	84
Quadro 12 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 8 do PDI (Promover a pesquisa científica e tecnológica).	85
Quadro 13 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 9 do PDI (Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação).	86
Quadro 14 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 10 do PDI (Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade).	86
Quadro 15 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 11 do PDI (Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA).	87
Quadro 16 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 12 do PDI (Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos).	87
Quadro 17 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 13 do PDI (Implantar a Lei de Acesso à Informação - LAI).	87
Quadro 18 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 14 (Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA).	88
Quadro 19 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 15 PDI (Definir políticas de Comunicação Institucional).	88

Quadro 20 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 16 do PDI (Ampliar a comunicação a partir de Rádios, TVs e a participação em redes sociais e outras mídias).....	88
Quadro 21 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 17 do PDI (Desenvolver o Marketing Institucional).....	89
Quadro 22 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 18 do PDI (Implantar o Sistema Integrado de Gestão (SIG) – Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação).....	89
Quadro 23 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 19 do PDI (Nortear o desenvolvimento do IFPA, por meio do Plano Estratégico Anual - PEA). 89	89
Quadro 24 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 20 do PDI (Alinhar a estrutura organizacional do IFPA).	90
Quadro 25 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 21 do PDI (Revisar e elaborar documentos institucionais do IFPA).	90
Quadro 26 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 22 do PDI (Aprimorar os mecanismos de prestação de contas).....	90
Quadro 27 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 23 do PDI (Criar, normatizar e acompanhar o fluxo de informações acadêmicas).	90
Quadro 28 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 24 do PDI (Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário).	91
Quadro 29 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 25 do PDI (Instituir o Sistema de Acompanhamento e Execução Orçamentária).	91
Quadro 30 – Descrição das Ações da LOA de responsabilidade do IFPA.....	97
Quadro 31 – Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RG.....	103
Quadro 32 – Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RL.	105
Quadro 33 – Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 2994.....	106
Quadro 34 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.	108
Quadro 35 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	110
Quadro 36 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.	111
Quadro 37 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.	113
Quadro 38 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.	114
Quadro 39 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	116
Quadro 40 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	117
Quadro 41 – Receitas arrecadadas em 2017 pelo IFPA.....	117
Quadro 42 – Despesas por modalidade de contratação.	119
Quadro 43 – Despesas por grupo e elemento de despesa.	122

Quadro 44 – Indicadores de desempenho previstos no PDI.	126
Quadro 45 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005.	140
Quadro 46 – Descrição das instâncias que compõem a estrutura de governança da unidade.	144
Quadro 47 – Estrutura Organizacional da AUDIN/IFPA Em 31/12/2017.	152
Quadro 48 – Percepção do gestor máximo da unidade em relação ao Sistema de Controles Internos.	157
Quadro 49 – Força de Trabalho.	161
Quadro 50 – Distribuição da Lotação Efetiva.	162
Quadro 51 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.	162
Quadro 52 – Despesas do pessoal.	164
Quadro 53 – Informações sobre os casos de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos indevidos no quadro de pessoal da unidade.	166
Quadro 54 – Índice de Absenteísmo dos servidores da unidade.	167
Quadro 55 – Quantitativo de afastamentos de servidores no exercício, por tipo e por categoria.	168
Quadro 56 – Quantidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos/diagnosticados no exercício 2017.	170
Quadro 57 – Índice de Rotatividade dos servidores da unidade.	170
Quadro 58 – Informações sobre convênios para formação continuada dos servidores da unidade.	171
Quadro 59 – Informações sobre formação continuada dos servidores da unidade sem pactuação de convênios.	172
Quadro 60 – Distribuição dos servidores por nível de escolaridade.	172
Quadro 61 – Distribuição dos servidores por nível de escolaridade.	173
Quadro 62 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.	175
Quadro 63 – Composição do quadro de estagiários.	188
Quadro 64 – Caracterização da frota de veículos à disposição.	190
Quadro 65 – Informações dos imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da unidade.	194
Quadro 66 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade dos Campi Abaetetuba, Belém e Castanhal.	207
Quadro 67 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Conceição do Araguaia.	210
Quadro 68 – Informações sobre a situação das obras pendentes, iniciadas ou finalizadas no exercício.	212
Quadro 69 – Informações sobre a execução financeira das obras e serviços de engenharia pendentes, iniciadas ou finalizadas no exercício.	217
Quadro 70 – Informações sobre os principais sistemas de informações em desenvolvimento ou adequação.	225

Quadro 71 – Informações sobre os principais sistemas de informações implantados.	226
Quadro 72 – Quantitativo de Manifestações recebidas e atendidas/acatadas, por tipo de manifestação e por canal de acesso do cidadão.	232
Quadro 73 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 14676/2005-4).	247
Quadro 74 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 19547/2008-4).	248
Quadro 75 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 015.645/2006-0).	249
Quadro 76 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 011.062/2011-8).	249
Quadro 77 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 021.218/2010-2).	250
Quadro 78 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 029.435/2011-0).	250
Quadro 79 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.	252
Quadro 80 – Informações sobre a conformidade do cronograma de pagamentos.	253
Quadro 81 – Despesas com publicidade.	255
Quadro 82 – Situação do atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005.	255

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos Campi do IFPA no território paraense.	24
Figura 2 – Municípios de abrangência do Campus Abaetetuba.	28
Figura 3 – Municípios de abrangência do Campus Altamira.	30
Figura 4 – Municípios de abrangência do Campus Ananindeua.	32
Figura 5 – Municípios de abrangência do Campus Avançado Vigia.	33
Figura 6 – Municípios de abrangência do Campus Belém.	35
Figura 7 – Municípios de abrangência do Campus Bragança.	36
Figura 8 – Municípios de abrangência do Campus Breves.	38
Figura 9 – Municípios de abrangência do Campus Cametá.	40
Figura 10 – Municípios de abrangência do Campus Castanhal.	41
Figura 11 – Municípios de abrangência do Campus Conceição do Araguaia.	43
Figura 12 – Municípios de abrangência do Campus Itaituba.	44
Figura 13 – Municípios de abrangência do Campus Marabá Industrial.	45
Figura 14 – Municípios de abrangência do Campus Marabá Rural.	46
Figura 15 – Municípios de abrangência do Campus Óbidos.	48
Figura 16 – Municípios de abrangência do Campus Paragominas.	49
Figura 17 – Municípios de abrangência do Campus Parauapebas.	51
Figura 18 – Municípios de abrangência do Campus Santarém.	54
Figura 19 – Municípios de abrangência do Campus Tucuruí.	57
Figura 20 – Ilustração do organograma funcional.	66
Figura 21 – Mapa estratégico do PDI 2014-2018.	80
Figura 22 - Processo do Planejamento Institucional.	94

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I – Descrição dos objetivos do Gabinete da Reitoria para o exercício..	259
APÊNDICE II – Descrição dos objetivos da PROAD para o exercício.....	260
APÊNDICE III – Descrição dos objetivos da PRODIN para o exercício.....	263
APÊNDICE IV – Descrição dos objetivos da PROEN para o exercício.....	270
APÊNDICE V – Descrição dos objetivos da PROEX para o exercício.	286
APÊNDICE VI – Descrição dos objetivos da PROPPG para o exercício.	299
APÊNDICE VII – Descrição dos objetivos da DTI para o exercício.	305
APÊNDICE VIII – Descrição dos objetivos da DGP para o exercício.	313
APÊNDICE IX – Descrição dos objetivos da ASCOM para o exercício.....	315
APÊNDICE X – Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos.....	317
APÊNDICE XI – Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos.....	318
APÊNDICE XII – Balanço Patrimonial - Todos os Orçamentos.....	322
APÊNDICE XIII – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamentos. ...	326
APÊNDICE XIV – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos.	329
APÊNDICE XV – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos.	333

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	17
2. VISÃO GERAL	19
2.1. Finalidade e competências	19
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	19
2.3. Ambiente de atuação	23
2.4. Organograma	57
2.5. Macroprocessos finalísticos	67
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	80
3.1. Planejamento organizacional.....	80
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	80
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	91
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	94
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	95
3.3. Desempenho orçamentário	96
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	96
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	110
3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	110
3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	111
3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	113
3.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	117
3.3.6. Informações sobre a realização das receitas	117
3.3.7. Informações sobre a execução das despesas.....	119
3.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	125
3.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	125
3.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	140
3.5. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	143
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	144

4.1. Descrição das estruturas de governança.....	144
4.2. Atuação da unidade de auditoria interna.....	149
4.2.1. Sobreposição de carga horária – PRONATEC.....	155
4.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	156
4.4. Gestão de riscos e controles internos	157
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	161
5.1. Gestão de pessoas.....	161
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	161
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	164
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	166
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	173
5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	189
5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	189
5.2.1. Gestão da frota de veículos.....	189
5.2.2. Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	193
5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União	193
5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	206
5.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	211
5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	212
5.3. Gestão da tecnologia da informação	220
5.3.1. Principais sistemas de informações	225
5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	227
5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	227
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	229
6.1. Canais de acesso do cidadão	229
6.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	235
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	236
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	236

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	237
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	238
7.1. Desempenho financeiro no exercício	238
7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	239
7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	240
7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	240
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	247
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	247
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	251
8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	251
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	253
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	254
8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	254
8.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	255
APÊNDICES	258

1. APRESENTAÇÃO

Prezados (as) membros da comunidade do IFPA e da sociedade em geral,

O presente Relatório de Prestação de Contas do IFPA, organizado em 8 capítulos, foi elaborado em consonância com o art. 70 da Constituição Federal e encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União/TCU (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 161/2017, DN TCU nº 163/2017 e Portaria TCU nº 65/2018), e de acordo com as orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016, e com as orientações suplementares emitidas pela SPO/SE/MEC, contemplando as exigências nelas contidas, com exceção dos itens não aplicáveis ao IFPA.

No ano de 2017, a Gestão do IFPA orientou suas ações de forma transparente, sistêmica e integrada com os Campi no cumprimento da missão Institucional, vislumbrando uma instituição que valorize sua identidade, bem como os seus servidores e discentes, em consonância com os acordos firmados com a comunidades em geral.

A alta gestão do IFPA continuou a pautar suas ações no diálogo com todos os segmentos que compõem o IFPA, buscando aprimorar o processo democrático e a integração com todas as unidades gestoras, visando ao cumprimento das metas institucionais e a melhoria de todos os processos, sejam eles finalísticos ou não. Desta forma, o processo de aproximação com a comunidade tem sido intensificado nos últimos anos através de encontros, reuniões, workshops e outros eventos realizados pelas das Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas na Reitoria e nos Campi. Além disso, o Reitor tem realizado constantes visitas aos Campi, com o propósito de reafirmar o compromisso com a integração e diálogo com todos os servidores, melhorando assim a comunicação e a interação social com a comunidade.

Destacaremos aqui algumas das mais relevantes ações ocorridas no exercício, conforme segue, as quais encontram-se no corpo deste Relatório de Prestação de Contas.

Em 2017, destacamos a elaboração e aprovação de várias políticas e normativas que visam mitigar as fragilidades ainda existentes, que orientam, regulamentam e instruem as ações e processos do IFPA. São exemplos importantes a Política dos Egressos, a Política de Segurança da Informação, a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Plano de Dados Abertos, a Instrução Normativa do Fluxo de Processos para Aquisição de Soluções de Tecnologia da Informação, a revisão do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e dos Projetos Políticos e Pedagógicos (PPP) dos Campi.

Além disso, continuamos aperfeiçoando nossas ferramentas de planejamento e de monitoramento das ações planejadas, tendo havido maior adesão ao Sistema Integrado de Planejamento e Projetos (SIGPP), o aperfeiçoamento do Planejamento Estratégico Anual (PEA) da Reitoria e do Plano de Ações e Metas dos Campi (PAM). Ocorreram ainda a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos Planos de Desenvolvimento

dos Campi do IFPA, para ajustes necessários em virtude de adequação ao Plano Nacional de Educação e a outras diretrizes importantes. É possível hoje a percepção de um alinhamento maior entre os planos táticos e operacionais ao PDI.

Verificaram-se avanços importantes em todas as dimensões do mapa estratégico institucional, com destaque para a dimensão do Ensino, que registra melhorias significativas nos indicadores de qualidade da educação ofertada pelo IFPA. Na dimensão da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, merece destaque a criação da Editora do IFPA, com todo seu arcabouço legal, cujo objetivo é divulgar mais os trabalhos dos pesquisadores da instituição. Além disso, parcerias foram firmadas para a oferta de mestrados interinstitucionais, possibilitando aos docentes e técnicos administrativos participarem dos editais. Na dimensão da Extensão, merecem destaques a criação do portal dos egressos e as várias políticas e normativas aprovadas, tais como da Política de Atendimento aos Egresso, da Política de Estágio, da Política de Curricularização, da Política de Extensão, da Política do Centro de Idiomas, dos acordos e convênios firmados, entre outras ações de suma importância para o desenvolvimento das ações de extensão em todo o IFPA.

Na dimensão da gestão de pessoas, o destaque é o significativo aumento do número de servidores docentes e técnicos administrativos, através de concurso público e com o aproveitamento de vagas. Também continuaram a ocorrer os editais de remoção interna, que veio regulamentar a movimentação de servidores entre os campi do IFPA. Destaque-se ainda a criação da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em educação do IFPA, e a aprovação do seu regimento interno, ação que há muito era esperada.

Desta forma, observa-se uma melhoria contínua dos resultados do IFPA, bem como dos nossos esforços para atingir os objetivos e metas estabelecidos no PDI. Todavia, temos consciência de que há muito ainda para avançar, avanço este que continuará a acontecer em 2018, com o apoio de todos os gestores e de todos os servidores da Reitoria e dos campi comprometidos com a missão institucional.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e competências

Constituem as finalidades e características do IFPA, segundo o Art. 5º de seu Estatuto:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente do povo amazônida;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização, da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino crítico e ontocriativo das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e aplicada;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo, o cooperativismo, a economia solidária e a produção cultural;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;
- X. Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

a) Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, que institui os Institutos Federais.

b) Normas Gerais:

- Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2014- 2018;
- Estatuto do IFPA;
- Regimento Geral do IFPA;
- Regimento Interno do Conselho Superior do IFPA (Resolução nº 157/2015).

c) Resoluções Internas:

- Resolução nº 038/2010 CONSUP, que regulamenta o funcionamento dos cursos de pós-graduação do IFPA;
- Resolução nº 055/2010/CONSUP, que institui a Organização Didático Pedagógica dos Cursos Superiores do Sistema Universidade Aberta do Brasil;
- Resolução nº 013/2011-CONSUP, que institui a Organização Didático Pedagógica dos cursos técnicos e dos cursos superiores do IFPA;
- Resolução nº 033/2011-CONSUP, que regulamenta a Atividade de Pesquisa do IFPA;
- Resolução nº 134/2012 CONSUP, de 04 de dezembro de 2012, que regulamenta a política de assistência ao estudante do IFPA;
- Resolução 001/2013-CONSUP, que disciplina a concessão de gratificação por encargos de curso ou concurso;
- Resolução 002/2013-CONSUP, que disciplina a movimentação, redistribuição, remoção, exercício provisório, colaboração de servidores, docentes e técnicos administrativos do IFPA;
- Resolução nº 003/2013-CONSUP, que regulamenta o Programa Institucional de Qualificação do IFPA;
- Resolução nº 006/2013-CONSUP, que regulamenta a Política de Inovação Tecnológica do IFPA;
- Resolução nº 016/2013-CONSUP, que regulamenta o PRONATEC no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 018/2013-CONSUP, que regulamenta a Colação de Grau dos Cursos Superiores no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 029/2013-CONSUP, que regulamenta a Política de Estágio do IFPA;
- Resolução nº 054/2013-CONSUP, que regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 071/2013-CONSUP, que regulamenta a Mobilidade Estudantil no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 096/2013-CONSUP, que regulamenta a Política de Afastamento do Servidor do IFPA do País;
- Resolução nº 159/2013-CONSUP, que cria a Comissão Permanente de Prestação Anual de Contas do IFPA;
- Resolução nº 194/2013-CONSUP, que regulamenta o Afastamento dos Servidores do IFPA para Realização de Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu;
- Resolução nº 218/2013-CONSUP, que Regulamenta a Normativa para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso no âmbito do IFPA;

- Resolução nº 219/2013-CONSUP, de 26/11/2013, que aprova a Instituição do Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário e de Custos das unidades orçamentárias e gestoras do IFPA;
- Resolução nº 220/2013-CONSUP, que aprova o Manual do Patrimônio do IFPA;
- Resolução nº 221/2013-CONSUP, que regulamenta a concessão de diárias e passagens no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 290/2013, que regulamenta o PRONATEC no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 291/2013-CONSUP, de 23/12/2013, que aprova a Normativa para uso de veículos institucionais no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 074/2014- CONSUP, que normatiza os procedimentos para aproveitamento de estudos no exterior;
- Resolução nº 350/2014- CONSUP, de 11 de novembro de 2014, que aprova o regulamento para o processo eletivo aos Cargos de Reitor (a) nos Campi do IFPA;
- Resolução nº 040/2015-CONSUP, que regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde, perícias e juntas médicas no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 041/2015 CONSUP, que cria o Regulamento Didático e Pedagógico do Ensino do IFPA;
- Resolução nº 061/2015-CONSUP, que regulamenta o Programa Institucional de Estímulo ao Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação no IFPA;
- Resolução nº 109/2015 CONSUP, que aprova as normas internas de baixa patrimonial de bens;
- Resolução nº 111/2015-CONSUP, de 19 de agosto de 2015, que cria as áreas de abrangência dos Campi do IFPA;
- Resolução nº 116/2015-CONSUP, que disciplina a movimentação, redistribuição e cessão de servidores no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 160/2015 CONSUP, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta a atividade de pesquisa e inovação no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 199/2015-CONSUP, que regulamenta as atividades na jornada ou regime de trabalho de docentes do IFPA;
- Resolução nº 200/2015- CONSUP, que regulamenta a Editora do IFPA;
- Resolução nº 201/2015 CONSUP, de 14 de dezembro de 2015 que regulamenta a oferta de cursos de Pós-graduação do IFPA;
- Resolução nº 061/2016-CONSUP, que alterou a estrutura organizacional da Reitoria do IFPA;
- Resolução nº 148/2016-CONSUP, que alterou o Estatuto do IFPA;
- Resolução nº 085/2017-CONSUP, que instituiu a Política de Prestação de Contas do IFPA;
- Resolução nº 34/2017, que institui a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), para atuar como fundação de apoio junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, pelo prazo de um ano;
- Resolução nº 212/2017, que institui as normas para composição e funcionamento, critérios e procedimentos para escolha do coordenador de curso, bem como as atribuições no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 188/2017, que institui a Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão- PGIRC do IFPA;
- Resolução nº 177/2017, que institui a Política de manutenção e guarda de acervo no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 175/2017, que regulamenta o Centro de idiomas do IFPA;

- Resolução nº 174/2017, que aprovou os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do IFPA, realizadas pelos ocupantes do cargo do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), por técnicos administrativos e discentes do IFPA;
- Resolução nº 173/2017, que regulamenta a Política Institucional de Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA;
- Resolução nº 226/2017, convalidado pela Resolução nº 261/2017, que aprovou a Instrução Normativa nº 01/2017- CGTI, que disciplina o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 448/2017, que convalidou a Resolução nº 411/2017, que institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação- PGTIC, do IFPA;
- Resolução nº 401/2017, que institui o Plano de Dados Abertos do IFPA;
- Resolução nº 400/2017, que institui o regulamento de oferta e funcionamento de cursos de aperfeiçoamento no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 399/2017, que aprovou o Regimento Geral do IFPA;
- Resolução nº 398/2017, que institui a política institucional que regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do estágio no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 397/2017, que institui a Política de Curricularização da Extensão do IFPA;
- Resolução nº 363/2017, que institui as normas e procedimentos sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito IFPA;
- Resolução 354/2017, que institui a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em educação do IFPA, e aprova o seu regimento interno e dá outras providências;
- Resolução 329/2017, que institui o regulamento de funcionamento do ensino de pós-graduação no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 328/2017, que aprovou a política institucional, bem como regulamenta as atividades gerais do Programa de Atendimento aos egressos (progressos) no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 327/2017, que regulamenta as atividades de arte, cultura, esporte e lazer no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 513/2017, que aprovou o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPA;
- Resolução nº 511/2017, que aprovou a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 510/2017, que institui o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação- CPA;
- Resolução nº 509/2017, que institui a regulamentação dos núcleos de tecnologia assistiva do IFPA;
- Resolução nº 508/2017, que aprovou o regulamento nº 01/2017- Editora no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 507/2017, que regulamenta o Regimento Interno do Comitê Científico no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 487/2017, que regulamenta da política de iniciação científica no âmbito do IFPA;

- Resolução nº 483/2017, que institui a política institucional e o programa rede observatório do mundo do trabalho (Pró-OMT) no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 458/2017, que convalidou a resolução nº 423/2017- CONSUP/IFPA, aprovou a política de formação inicial e continuada de professores para educação básica no âmbito do IFPA;
- Resolução nº 415/2017, que institui o Regimento Interno da Comissão de ética no uso de animais no âmbito do IFPA.

2.3. Ambiente de atuação

Nesta seção, apresentamos os ambientes de atuação das unidades que compõem o IFPA. Inicialmente, apresentaremos o cenário de atuação do IFPA de forma global. Posteriormente, apresentaremos individualmente as 18 unidades que o compõem, bem como as informações sobre o contexto socioeconômico da sua área de abrangência, contemplando o município onde está sua sede e os municípios no seu entorno.

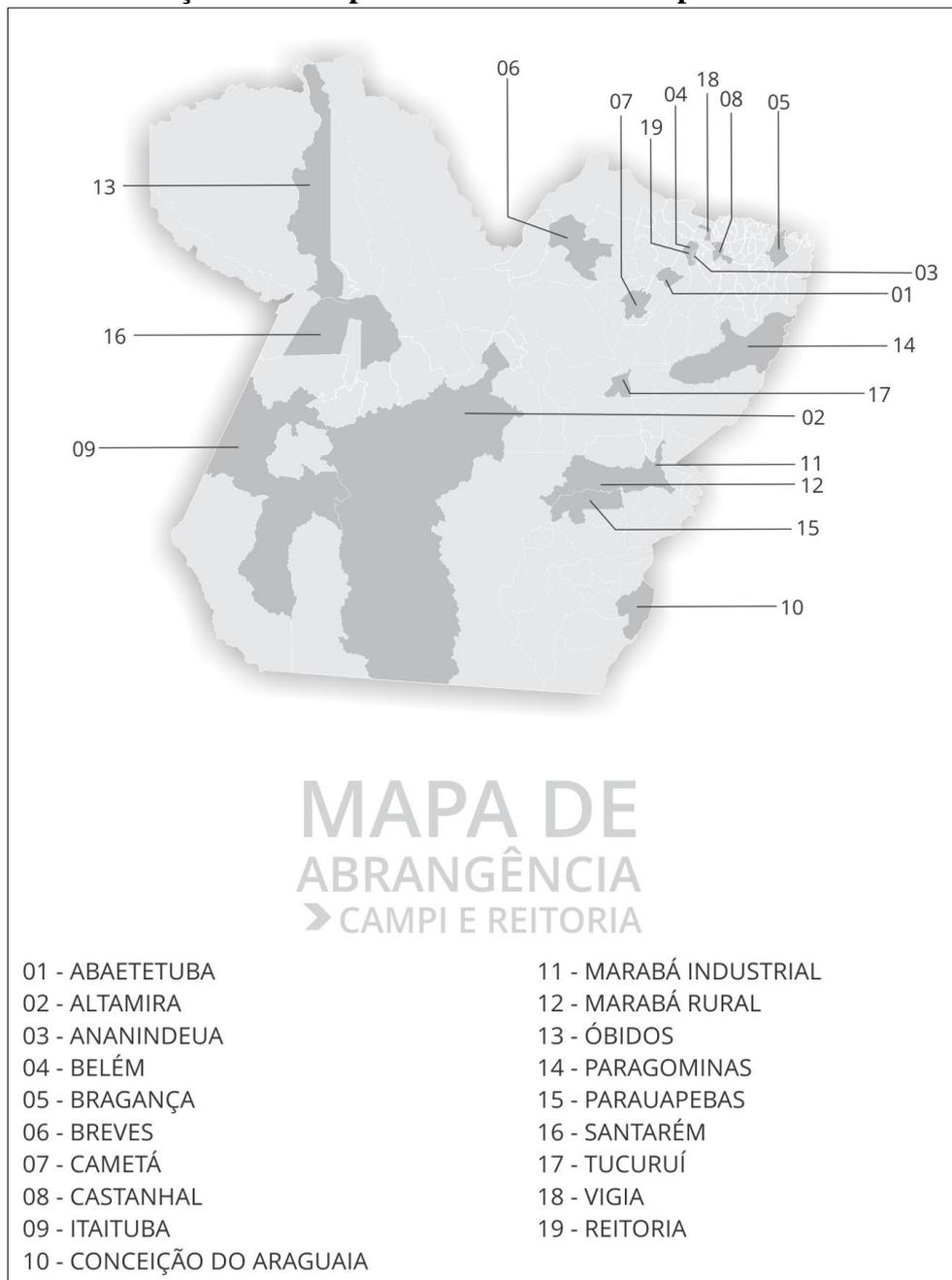
a) Ambiente de Atuação Geral do IFPA

O Estado do Pará se estende por uma área de área de 1.247.954,666 km², com 144 municípios e uma população estimada em 7.969.654 habitantes (IBGE, 2013). Seu desenvolvimento territorial fora impulsionado de forma exógena pelas grandes obras de infraestrutura resultantes das estratégias governamentais de desenvolvimento para a Amazônia Brasileira, a partir dos anos 1950. Tais fatores trouxeram características diferenciadas para a Região, que vão desde os avanços nas telecomunicações, passando pela interligação de suas regiões por rodovias, fazendo com que se transformasse atualmente numa floresta urbanizada e interconectada com o mundo (BECKER, 2005). Dentre os projetos estruturantes, destacam-se as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e mais recentemente a Hidrelétrica de Belo Monte. Além disso, diante da oferta de matérias primas e possibilidades de cultivos, destacam-se grandes empreendimentos como ALBRAS, ALUNORTE, VALE e AGROPALMA, conhecidos mundialmente.

Tais evidências confirmam a importância do Pará, tanto no contexto de produção de divisas para o País, como no potencial de geração de emprego e renda e melhora na qualidade de vida de sua população, face aos recursos naturais existentes em seu território, (hídricos, minerais e agroflorestais), dentre os quais se destacam as jazidas de minério de ferro, a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, Araguaia-Tocantins, e o próprio Bioma Amazônico.

Além disso, verifica-se a expansão do Agronegócio, o qual tem sido objeto de investimentos e ampliação de áreas de cultivo e exploração agropastoris no Estado. Assim, os setores de mineração, pesca, agropecuária, agroindústria, comércio, serviços e as atividades extrativistas se apresentam como oportunidade para a inserção dos educandos da instituição no mercado de trabalho, e, nesse contexto, o IFPA insere-se no território paraense de forma estratégica, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição dos Campi do IFPA no território paraense.



Fonte: PEA, 2017.

O IFPA compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, caracterizando-se como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Além da oferta de ensino, o IFPA tem por objetivo, dentre outros: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; e desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e

tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Neste contexto, considera-se que o IFPA tem como áreas finalísticas o ensino, a pesquisa e a extensão.

Segue o relato sucinto e sistêmicos do ambiente de atuação destas três áreas:

- **Ambiente de Atuação na Área do Ensino Técnico de Nível Médio e Superior de Graduação:**

A crescente mudança no contexto do ensino tecnológico nacional vem provocando o estabelecimento de novos modelos de procedimentos de como pensar/fazer políticas educacionais compatíveis aos dispositivos legais e culturais. A PROEN vem sendo proativa a essas mudanças, permitindo que a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico administrativo) e parceiros (secretarias municipais de educação, prefeituras, SEDUC, SUSIPE, SETEC, empreendimentos econômicos solidários, iniciativa privada, representantes de classes e sociedade civil, etc) participam coletivamente no cumprimento das ações institucionais.

Sob a égide da nossa missão que é de “Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes”, o planejamento institucional e as metas de gestão de ensino foram gerenciadas.

Os resultados desse ambiente de atuação colegiada e participativa são representados a partir dos indicadores de desempenho acadêmico. Desta forma, foi possível observar a melhoria dos indicadores de qualidade educacional aferidos por meio dos processos de avaliação interna e externa; a expansão da rede tecnológica com a implantação de novos cursos, aumento da oferta de vagas, criação e atualização de políticas e normativas institucionais de ensino, ampliação do atendimento de bolsa estudantil, qualificação de diretores de ensino, coordenadores de curso, equipes pedagógicas, auxiliares institucionais, secretarias acadêmicas, bibliotecários, etc; o aumento no número de docentes e discentes; melhoria na titulação docente; o aumento do acervo bibliográfico; a ampliação do Plano Institucional de Qualificação; dentre outros.

- **Ambiente de Atuação na Área da Pesquisa, Inovação e Ensino Superior de Pós-graduação:**

O ambiente de atuação da PROPPG é caracterizado pelos servidores e discentes do IFPA que queiram desenvolver projetos de pesquisa científica e tecnológica. A PROPPG deve atuar de forma conjunta com os órgãos de fomento à pesquisa, à inovação e à pós-graduação, sejam internos ou externos ao IFPA, a fim de alcançar a excelência de seus produtos e serviços, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população local.

Os produtos e serviços ofertados, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), visam à capacitação dos seus servidores e da comunidade em geral, o aumento da produção acadêmica no IFPA, bem como a iniciação científica, tecnológica e inovação de estudantes do ensino médio profissionalizante e superiores de tecnologia,

engenharia e licenciatura, no desenvolvimento de projetos e atividades científicas, tecnológica e inovação.

Desta forma, apoia a criação de Cursos de Pós-graduação nas áreas de interesse do IFPA e da comunidade em geral, isoladamente ou em parceria com outras Instituições de Ensino e Pesquisa. Além disso, disponibiliza bolsas de pós-graduação aos seus servidores, fomenta a participação dos mesmos em eventos científicos, fomenta seus projetos de pesquisas com aquisição de equipamentos, material de consumo, além de fomentar a publicação de trabalhos científicos e de gerenciar os grupos de pesquisa (GP) cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e de consultar potenciais líderes, aptos a criarem grupos de pesquisas. Em parceria com outras instituições de fomento, instituiu o programa de bolsas de iniciação científica, que concede bolsas aos seus alunos, desde o ensino médio à graduação, além de bolsas de pós-graduação aos alunos do mestrado profissional.

A PROPPG também promove eventos científicos como o SICTI e SIMIT, em parceria com o Campus que o sedia e também realiza eventos em conjunto com outras Instituições, como os realizados em parceria com a Rede NAMOR. Vale a pena ressaltar que a PROPPG apoia e incentiva eventos científicos realizados em outros Campi.

Através da Política de Inovação do IFPA, também é responsável por proteger a Propriedade Intelectual gerada na Instituição, como criações, licenciamentos, inovações e outras formas de transferência de tecnologia de forma isolada ou em conjunto com outras Instituições de pesquisa e setor privado.

Nos últimos anos, a PROPPG tem aumentado o número de bolsas concedidas em todas as categorias e também realizado convênios de cooperação técnico-científico-educacional celebrados com instituições de ensino e pesquisa para criação de Cursos de Pós-graduação, como MINTER e DINTER, por exemplo, aumentando desta forma, a possibilidade de capacitação de seus servidores.

- **Ambiente de Atuação na Área de Extensão:**

A PROEX atua no desenvolvimento, no planejamento, na avaliação, no fomento e no acompanhamento das políticas de extensão que se traduzem pela realização de suas atividades e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais, ligados ao IFPA.

Neste sentido, a PROEX apropriou-se de suas atribuições e competências, tendo como base as prerrogativas legais e normativas previstas e já consolidadas, com o objetivo precípuo de atender a missão, para a qual foi instituída, quando de sua criação nessa instituição de ensino.

A PROEX atua em todos os campi do IFPA na orientação, acompanhamento e fomento de ações extensionistas, apoiando também a Direção/Coordenação de extensão de cada campus.

b) Ambiente de Atuação do Campus Abaetetuba:

De acordo com o seu PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional), o IFPA Campus Abaetetuba é localizado em uma região com grande diversidade econômica e onde são desenvolvidos diversos tipos de atividade, tais como o extrativismo, o comércio local e as atividades industriais no polo de Barcarena e Moju. “[...]o município vem, ao longo do tempo, passando por transformações socioeconômicas significativas através de investimentos em infraestrutura, qualificação de mão de obra, práticas empresariais, diversificação da produção, incentivo ao empreendedorismo e busca ao atendimento das necessidades e anseios do mercado consumidor (produtos e trabalho). No entanto, tais atividades resultam em grandes contrastes socioeconômicos, com predominância de população com baixa qualidade de vida.”

O relatório do Sistema de Informações de Indicadores Sociais aponta que cerca de 60% da população do município encontra-se abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2010).

A força de trabalho no município de Abaetetuba é formada, em considerável quantidade, por trabalhadores com baixa qualificação técnica. Isto faz com que, surgindo oportunidades de emprego em determinados locais, a maioria dos trabalhadores não esteja apta a preencher tais vagas. Este fato se aplica até mesmo a profissões que inicialmente não necessitavam de certos níveis de qualificação.

“Na área rural percebe-se que as pessoas trabalham em atividades voltadas para o trabalho em olaria, cultivo da mandioca, manejo do açaí, produção de farinha, pesca artesanal, extração do miriti, artesanato, roçado e cultivo da cana, lavoura, criação de animais de pequenos portes, rabeiros, além do trabalho doméstico para garantir a sobrevivência dos moradores dessas localidades”.

Com o objetivo de atender às necessidades do mercado de trabalho local e regional, o Campus Abaetetuba atua com diversos cursos de nível técnico e superior em várias áreas. “Os primeiros cursos ofertados no ano de 2008 foram: Técnico em Edificações e Informática, integrados ao Ensino Médio; Técnico em Informática, Aquicultura, Pesca e Saneamento, subsequentes ao Ensino Médio, todos em regime regular de ensino.

No ano de 2009, foi implantado no Campus Abaetetuba o curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação no Campo e Especialização em Educação do Campo, estes últimos em regimes intervalares de ensino. Em 2010, foi ofertado o Curso de Pós-graduação *latu sensu* PROEJA, em regime regular de ensino e o curso de Licenciatura em Pedagogia pelo PARFOR - Plataforma Paulo Freire. Atualmente, no Campus Abaetetuba funcionam os seguintes cursos: Licenciatura em Biologia; os cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio (Edificações, Informática, Aquicultura, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho); e os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (Edificações, Informática e Mecânica e Meio Ambiente).

Além disso, foram ofertados até 2014 cursos de Programas do Governo Federal como: Programa Mulheres Mil, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, este com extensão nos polos dos municípios de Moju, Acará e Igarapé-Miri, Barcarena além dos cursos de Licenciatura em: Pedagogia, Biologia, Física e Educação no Campo pelo PARFOR e atualmente os Cursos da rede E-TEC/Brasil.

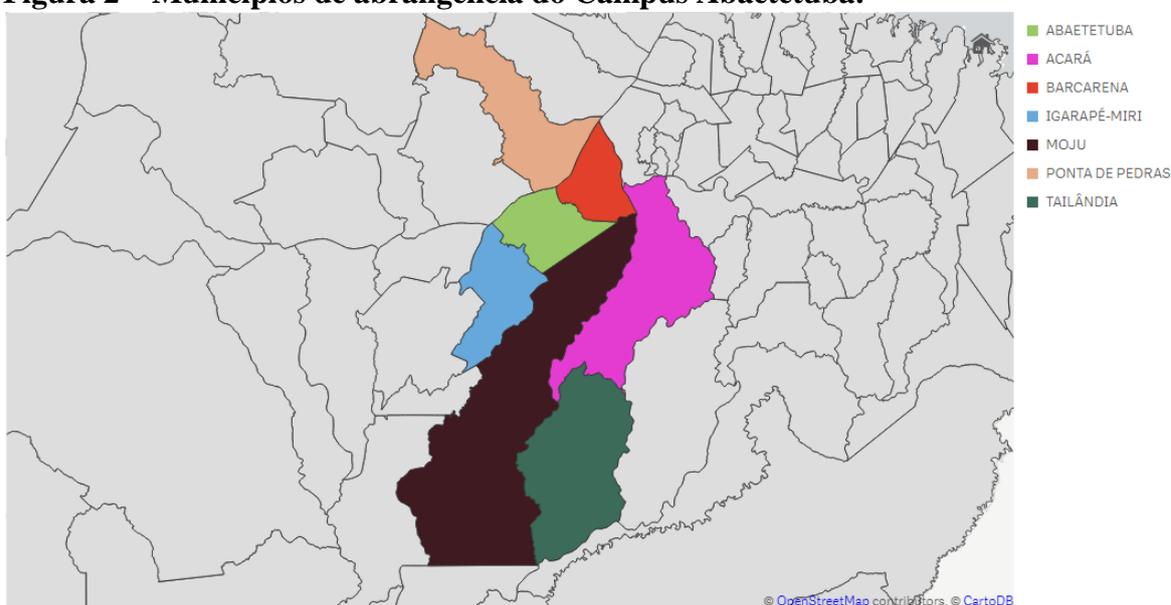
Dentre as motivações que levaram à implantação do IFPA, no município de Abaetetuba, podemos destacar: a intenção do Governo Federal na expansão da oferta de vagas para o segmento da Educação Profissional; o grande interesse manifestado pela

comunidade da região do Baixo Tocantins; a necessidade de formação de profissional que atendesse à demanda do setor produtivo da região, apoiando a economia em conjunto o desenvolvimento socioeconômico, local e regional.

É importante ressaltar que, visando obter informações mais detalhadas e concisas sobre o ambiente de atuação do IFPA – Campus Abaetetuba, foi criada, através da Portaria nº 034, de 05 de junho de 2015, a Comissão de Estudos da Região de Abrangência do IFPA – Campus Abaetetuba, a qual tem como objetivo desenvolver ações necessárias para a elaboração do diagnóstico socioeconômico e cultural da região onde está inserido o Campus.

A partir de 2015, foi criado o Fórum Permanente de Integração com a Sociedade (FORPIS). O Fórum foi instituído em 16 de outubro de 2015 com o objetivo de garantir a participação da sociedade em processos decisórios, com base nas discussões sobre atuação do IFPA, buscando avaliar e ampliar a interação entre o planejamento institucional e a realidade das comunidades e setores da sociedade.

Figura 2 – Municípios de abrangência do Campus Abaetetuba.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP

c) Ambiente de Atuação do Campus Altamira:

Com a finalização da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, houve diminuição da oferta de trabalho na região, paralelamente às demissões em massa. Em virtude disso, alguns cursos deixaram de ser ofertados no Campus Altamira. O foco de oferta dos cursos atualmente aponta para atender as prefeituras, com suas demandas municipais, relativas àquelas cidades que fazem parte da área de abrangência do Campus.

Por outro lado, a região possui uma vocação estável para os Cursos relacionados ao Eixo Tecnológico de Recursos Naturais e Turismo, Hospitalidade e Lazer, de acordo com os Arranjos Produtivos Locais – APLs. Estando a cidade de Altamira localizada a oeste do estado Pará, portanto, no centro da Amazônia, este município, bem como os demais que estão na área de abrangência, possuem uma vocação voltada para a área rural, uma vez que agrega todo um itinerário agrícola e agronegócio.

Neste sentido, mesmo trabalhando com arranjos locais diferenciados do agrícola, tais como na área da construção civil, informática e gestão de negócio, avalia-se que não estamos sendo negligentes em ofertar estes cursos. Dessa forma, estamos sendo abrangente e trabalhando na perspectiva da criação de novas tecnologias e inovação tecnológica.

Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

- SIENPA
- Residência Saúde
- SENAI
- Casa Familiar Rural
- SENAR
- SEBRAE

Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

Atualmente, o Campus Altamira oferta Cursos Técnicos Integrados, Cursos Técnicos Subsequentes e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nos eixos de Informática e Comunicação, Infraestrutura, Educação e Turismo Hospitalidade e Lazer, estes, por serem importantes para a região da Transamazônica e Xingu e para o seu desenvolvimento. Bem como os cursos do Médio-Tec que são ofertados no estado e municípios por meio do programa E-Tec Brasil. E, por último, a grande novidade, no segundo semestre de 2017, dedicamo-nos à preparação para a oferta da nossa primeira graduação em curso de tecnologia, no caso o curso de Agente Desenvolvedor de Sistema – ADS, em 2018.1.

Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

AMEAÇA: Empresas privadas que ofertam os mesmos cursos do IFPA e estas possuem uma dinâmica de acompanhar o cenário da região com as rápidas mudanças.

OPORTUNIDADE: Com a finalização do empreendimento da UHE Belo Monte haverá uma diminuição considerável na renda per capita do município, ocasionando a diminuição da demanda de cursos específicos que atendem o empreendimento e assim o possível fechamento de empresas privadas.

Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

O relacionamento com os nossos clientes melhorou consideravelmente uma vez que ampliamos os canais de comunicação. Além disso, conseguimos o asfaltamento da estrada de acesso ao campus, visto que este encontra-se relativamente distanciado do centro da cidade.

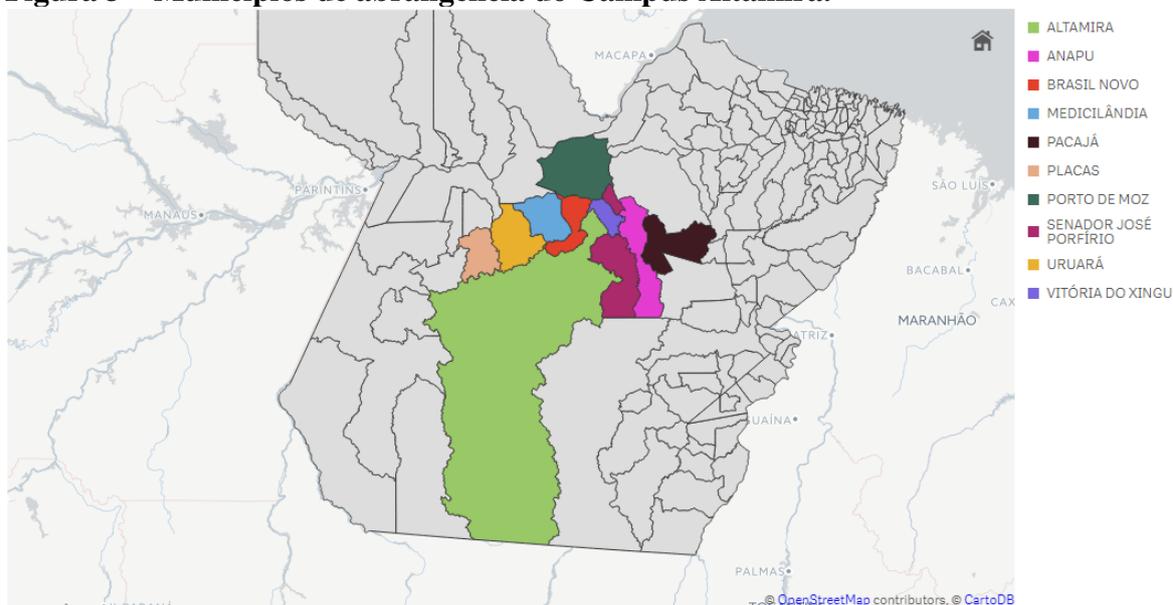
Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

Os riscos do mercado estão relacionados à dinâmica com que a economia muda nessa região, entretanto o Instituto Federal continuará valorizando os APLs, a vocação e a identidade para a oferta dos nossos produtos, objetivando o seu fortalecimento no sentido de verticalizar a EPT.

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

No Cenário Interno, houve um aumento das demandas pelo fato de termos aberto um maior diálogo com os municípios da área de abrangência, no sentido de atendê-los no processo de formação e qualificação, com a oferta de mais cursos que atendam as demandas vocacionais produtivas da região.

Figura 3 – Municípios de abrangência do Campus Altamira.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP

d) Ambiente de Atuação do Campus Ananindeua:

Considerando a Resolução nº 111/2015 – CONSUP/IFPA, de 19 de agosto de 2015, que estabelece a abrangência de cada um dos Campi do IFPA, são os seguintes os municípios abrangidos pelo Campus Ananindeua: Benevides, Marituba, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará.

O município de Ananindeua situa-se no nordeste paraense, sendo constituído de uma parte continental, ao sul, onde está localizada a Sede Municipal e uma parte insular, ao norte, formada por igarapés e ilhas. É parte integrante da região Metropolitana de Belém, criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 08 de junho de 1973, composta dos municípios de Belém e Ananindeua e com a Lei Complementar Estadual nº 027, de 1995, que a ampliou com a integração dos municípios de Benevides, Santa Bárbara e Marituba. Em linha reta, fica a 17,50 quilômetros da capital - Belém, possuindo uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE/2017 (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anandeu/panorama>), de 516.057 habitantes. O município ocupa uma área de 190.451km² e possui uma localização privilegiada, pois a proximidade da capital do Estado traz facilidades e benefícios para o município. Outro ponto muito importante na localização é estar às margens da BR-316, importante elo entre os municípios do Estado do Pará. Segundo dados do IBGE, o município conta com 61 escolas de ensino médio, totalizando 21.372 matrículas em 2015 (Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Inserido nesse contexto está o Campus Ananindeua/IFPA, cujo Processo licitatório referente à construção do bloco pedagógico está em andamento, conforme Processo nº 23051.023702/2015-56, na área doada pela Prefeitura Municipal de Ananindeua, situada na Avenida Arterial V A (antiga granja do governador), Cidade Nova VII, - CEP 67.140-709 - Coqueiro – Ananindeua/PA. Além disso, foi cedida, também, a área física construída aí existente pelo espaço temporal de 4 (quatro) anos. Estas com algumas adequações feitas são utilizadas temporariamente como espaço para o funcionamento do Campus. São 03 salas de aulas; 01 laboratório de informática; 01 Biblioteca; um espaço onde funciona a secretaria, Coordenação de Gestão de Pessoas, Setor Registro Acadêmico e Sala de Professores; 01 copa-cozinha; 01 sala destinada às Diretorias: Geral, Administração e Ensino; sala de Assistência social; sala do Técnico de Informática; 04 banheiros.

Atualmente, o Campus conta com a oferta de três cursos técnicos subsequentes: Técnico em Informática; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Meio Ambiente, os quais foram definidos por meio de pesquisa nos diversos arranjos produtivos locais; um curso a distância: Técnico em Informática para Internet; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC): Assistente em Administração, Mestre de Obras, Agente de Combate às Endemias e Espanhol Básico.

O curso Técnico em Informática tem como objetivo qualificar futuros profissionais para atuar nas atividades de operação, manutenção e instalação de computadores, desenvolvimento de sistemas e administração de redes, para atender instituições públicas e empresas que atuam na iniciativa privada com o objetivo de proporcionar a formação de Técnicos em Informática na modalidade subsequente ao ensino médio, capacitando-os para o domínio pleno dos fundamentos científicos e tecnológicos referentes à habilitação profissional do eixo da Informação e comunicação, bem como aprimorar a formação de cidadãos críticos, éticos, atuantes na sociedade em que vivem, interferindo na realidade atual, ajudando na construção de um país mais justo e solidário.

O curso técnico em Segurança do Trabalho na modalidade subsequente está incluído no eixo de Segurança do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Orienta o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Executa o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle.

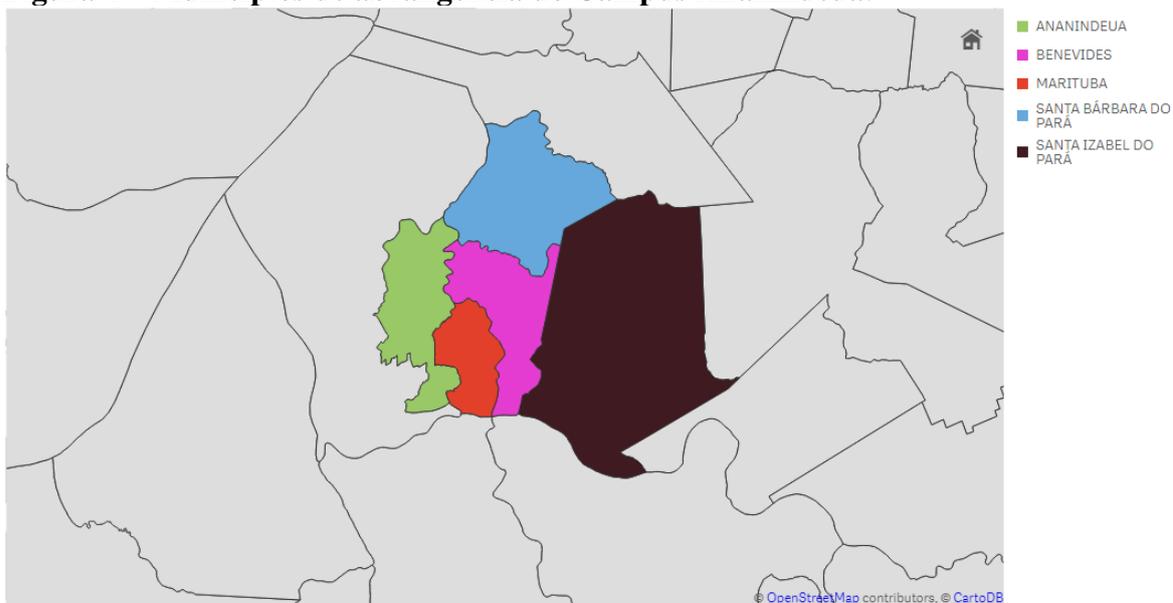
Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente ao Ensino médio na modalidade presencial pertence ao Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, com carga horária total de 1400 horas, com duração de 12 meses. O PPC do curso foi aprovado pelo CONSUP, através da Resolução Nº 110/2016 – CONSUP de 13/07/2016.

Em comparação a 2016, houve crescimento no quantitativo de servidores em 39,02%, tendo aí sua importância devido à descentralização administrativa e econômica do Campus ocorrida no segundo semestre de 2017. Não podemos esquecer que aspectos como esses, contidos no PDI/IFPA 2014/2018, juntamente com os usuários dos serviços ofertados (ensino), representam a atividade meio e atividade fim respectivamente. A abrangência do Campus (Benevides, Marituba, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará) vai além de sua

estrutura física, porém, apesar dos contatos já realizados com as respectivas Prefeituras, ainda não foi possível essa integração, considerando as dificuldades encontradas referentes à estrutura organizacional das partes envolvidas.

Portanto, é no sentido de fortalecer nossas ações que buscamos a excelência na qualidade dos serviços aqui ofertados, por meio do compromisso e empenho dos profissionais que compõem a comunidade educacional do Campus.

Figura 4 – Municípios de abrangência do Campus Ananindeua.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP

e) Ambiente de Atuação do Campus Avançado Vigia:

Conforme estabelece a Resolução nº 111/2015-CONSUP/IFPA, a área de abrangência do Campus Avançado Vigia engloba os municípios de Colares, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia, pertencentes a microrregião do Salgado Paraense, além de Santo Antônio do Tauá, pela sua proximidade de Vigia (40 km). Conforme mostra a **Figura 5**. A população estimada dessa área em 2017 é de 286.709 habitantes (IBGE, 2017). Vigia é o município mais populoso com 52.216 habitantes (18,21%).

Na microrregião do Salgado pesca, agropecuária, turismo, comércio, serviços e extrativismo respondem por grande parte dos postos de trabalho gerados no âmbito privado dos municípios que a compõem, ao mesmo tempo em que agregam um contingente de trabalhadores com baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração.

Nesse contexto o Campus Avançado Vigia, a partir de encontros/reuniões com representantes da sociedade civil e também de resultados de estudos já realizados com vistas à identificação da identidade, vocação e potencialidades locais definiu, inicialmente, as áreas de Recursos Pesqueiros, Informática e Turismo, Hospitalidade e Lazer, como prioritárias para a formação de profissionais a fim de atender as demandas do mundo do trabalho dessa microrregião.

Um aspecto importante a ressaltar é que os profissionais formados nos cursos deste Campus são capacitados para criar e gerenciar o seu próprio negócio, não ficando na dependência somente das oportunidades de trabalho ofertados pelas instituições públicas e privadas.

Na área de abrangência do CAV, existem instituições públicas e privadas que oferecem cursos técnicos profissionalizantes similares como, por exemplo, a Microlins na área de Informática e a Escola Estadual Tecnológica na área de meio ambiente e processamento do pescado, os quais não possuem a mesma estrutura didático-pedagógica dos ofertados pelo CAV, que são subsequentes e de caráter mais abrangente, como o de Informática e o de Recursos Pesqueiros, que além da Pesca, envolve também a Aquicultura, oferecendo mais opções de trabalho aos profissionais formados.

Por estar situado em uma região com índices relevantes de vulnerabilidade socioeconômica, torna-se necessário ampliar a Ação de Assistência Estudantil a fim de favorecer o acesso, a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do CAV, com vistas à sua inclusão social, formação plena, produção de conhecimento e à melhoria do seu desempenho acadêmico.

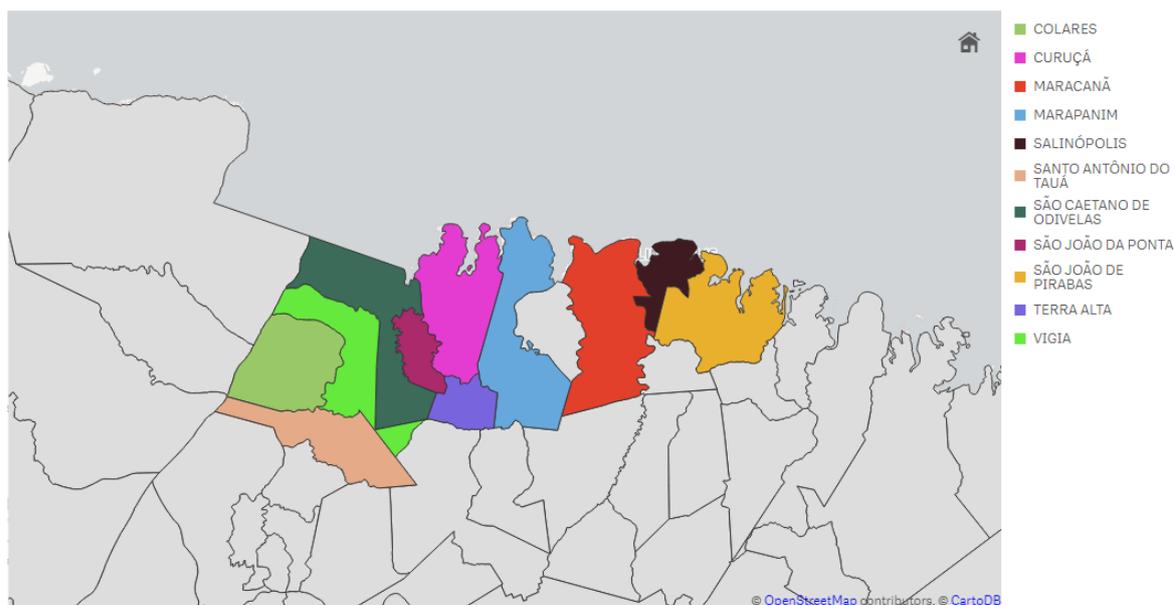
As ações da Assistência Estudantil em 2017 incluíram o fornecimento aos alunos ingressantes no Campus de um kit escolar contendo caderno, lápis, caneta, borracha, apontador e uniforme (camisa); a concessão de auxílio transporte, beneficiando 71 (setenta e um) alunos carentes em situação de vulnerabilidade social.

Com o aumento do número de alunos através da oferta de novos cursos e turmas, houve um significativo acréscimo na dotação orçamentária da Ação Estudantil, para o exercício de 2018, o que poderá proporcionar o apoio financeiro a despesas com alimentação e hospedagem a estudantes em atividades práticas, através de visitas técnicas.

Os principais clientes do Campus Avançado Vigia são jovens e adultos oriundos de comunidades rurais e urbanas dos municípios da microrregião do Salgado, os quais demandam acesso aos cursos de formação profissional e tecnológica por ele ofertados.

O relacionamento com esse público se dá, preferencialmente, através de associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e produtores e colônias de pescadores. Identifica-se também uma grande demanda de estudantes das escolas municipais e estaduais que são, potencialmente, futuros clientes deste Campus.

Figura 5 – Municípios de abrangência do Campus Avançado Vigia.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP

f) Ambiente de Atuação do Campus Belém:

O Campus Belém é localizado na Avenida Almirante Barroso, nº 1155, entre travessa Timbó e travessa Mariz e Barros, bairro do Marco, CEP 66093-020. A área de abrangência do Campus Belém foi definida pela Resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015. Além do município de Belém, no que tange à oferta de ensino, os municípios de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure, também fazem parte dessa abrangência. Atualmente, Campus Belém oferta cursos de nível médio, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica nas formas Integrada ao Ensino Médio (ensino médio e educação profissional, compondo um currículo único e integrado, constituído de formação geral e formação técnica, destinando-se ao público que concluiu o ensino fundamental, preferencialmente na faixa etária própria: menores de 18 anos) e Subsequente (curso técnico de nível médio destinado àqueles que já concluíram o Ensino Médio, com currículo constituído apenas da formação técnica), são eles: técnico em Telecomunicações, técnico em Eletrotécnica, técnico em Eletrônica, técnico em Informática, técnico em Química, técnico em Metalurgia, técnico em Mecânica, técnico em Agente Comunitário de Saúde, técnico em Eventos, técnico em Segurança do Trabalho, técnico em Edificações, técnico em Estradas, técnico em Agrimensura, Geodésia e Cartografia, técnico em Design de Interiores, técnico em Mineração, técnico em Pesca e Aquicultura e técnico em Saneamento.

Compõem a oferta do Campus Belém cursos Superiores de Tecnologia, em nível de graduação, com currículo específico estruturado para uma área de formação específica, que têm como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante, são eles: Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Eletrotécnica Industrial; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Saneamento Ambiental; Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia e Gestão de Saúde.

Ainda no que tange à oferta do ensino superior, o IFPA Campus Belém possui cursos de graduação na área da Engenharia, para os quais é exigido como pré-requisito a

conclusão do ensino médio por parte do ingressante. Estão assim elencados: Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação.

O Campus Belém oferta ainda cursos de graduação na área das licenciaturas, para os quais também é necessário que o ingressante tenha concluído o ensino médio: Licenciatura em Geografia; Licenciatura em Física; Licenciatura em Química; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia.

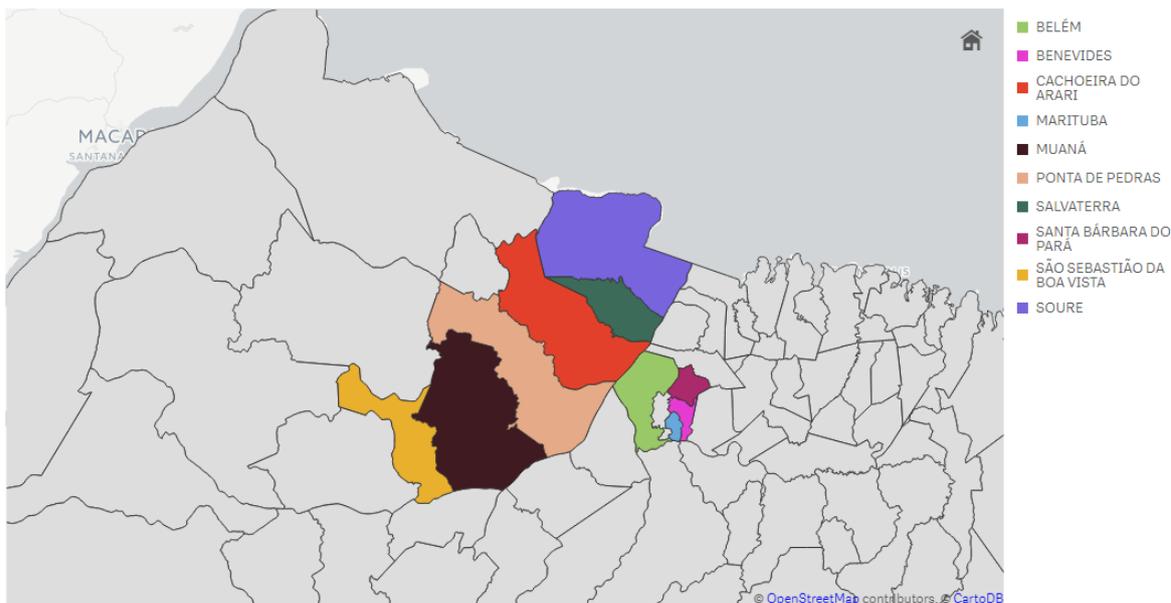
Em nível de pós-graduação *lato sensu* está vigente a oferta do curso de Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana na forma semipresencial e o Curso de Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais na forma presencial coordenado pelo NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Diversidades).

Em nível de pós-graduação *stricto sensu* já está aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES o curso de Mestrado em Engenharia de Materiais, com previsão de abertura de edital para a primeira turma em 2016. A retomada de oferta de cursos em EJA-EPT (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica) já está em fase de estruturação e construção das propostas pelo Campus Belém. Outras ofertas são realizadas por meio de Programas como: PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), UAB (Universidade Aberta do Brasil), E-TEC e RENAFORM (Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública), que estão finalizando turmas em andamento e/ou em processo de retomada de oferta, ressaltando-se as especificidades da oferta de cada programa.

O Campus Belém possui uma oferta bastante diversificada, que compreende a educação básica e o ensino superior em nível de graduação e pós-graduação. Por este motivo, apesar da história como instituição de referência no ensino técnico, não se pode falar em uma identidade única e sim em “identidades”, pois cada etapa e nível de ensino possuem especificidades, funções e objetivos diferentes, cuja regulação, ainda que parta da lei maior que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, também possui legislação específica que rege cada etapa, nível, modalidade e forma de oferta.

A organização institucional como um todo, parte da definição destas “identidades”, para isto é necessário, a priori, destacar o papel que a educação deve exercer na vida do sujeito e qual o perfil de escola pública que queremos, quais as diretrizes educacionais iremos seguir, que conceito mais geral irá nos embasar e orientar nossas práticas, caminhos e, sobretudo, nossas lutas em prol da constante qualificação da oferta educacional. Assim, é necessário, em síntese, definir qual o perfil de educação pública almejamos para o Campus Belém.

Figura 6 – Municípios de abrangência do Campus Belém.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

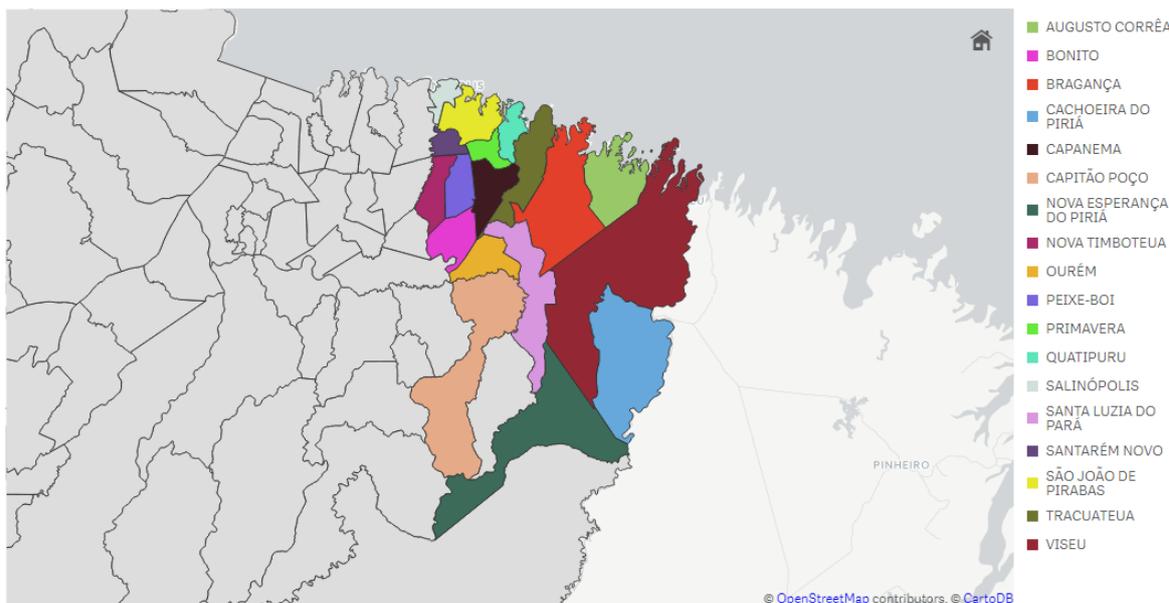
g) Ambiente de Atuação do Campus Bragança

O Campus Bragança está localizado no município de Bragança, região bragantina, nordeste paraense, e contempla em média dezoito municípios dessa região (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Primavera, Peixe-Boi, Quatipuru, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Viseu, Cacheira do Piriá, Ourém, Capitão Poço, Bonito, Nova Esperança do Piriá, Santarém Novo, São João de Pirabas, Salinópolis). Assim sendo, nestes 108 anos, o IFPA está comprometido com as exigências socioeconômicas, culturais e tecnológicas dos seus alunos, num processo de integração com o sistema de produção e com o desenvolvimento regional, assumindo um papel de referência educacional, científica e tecnológica.

Em 08 de julho de 2011, o Campus Bragança instalou-se em sua sede própria, que possui uma estrutura moderna, com mobilidade apropriada e pronta para receber a todos que necessitarem ter acesso ao prédio.

O Campus Bragança, pela natureza da sua atividade institucional, vem se relacionando com várias instituições públicas e privadas, visando compartilhar ações de interesse dos seus produtos e serviços.

Figura 7 – Municípios de abrangência do Campus Bragança.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

h) Ambiente de Atuação do Campus Breves

O Campus Breves possui área de abrangência que integra 09 (nove) municípios do arquipélago do Marajó que são: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel (Resolução nº 111/2015 – CONSUP, de 19 de agosto de 2015). O Campus Breves tem como missão promover a Formação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades, sobretudo a de nível médio integrado com o técnico, para a sociedade marajoara, que organizam o território para a produção de sua existência (agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e ribeirinhos). Atualmente, o Marajó possui aproximadamente 478.998 habitantes dos quais, aproximadamente 43% residem na cidade, enquanto que 57% vivem no meio rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A mesorregião marajoara é definida e organizada geograficamente a partir dos aspectos naturais característico de seu agroecossistema, o que deu origem a dois territórios: o Marajó das águas e o Marajó das florestas, sendo que o último integra boa parte da área de abrangência do Campus Breves.

O Campus Breves, enquanto representante da Educação Profissional na região não é mais concebido como um instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado. Atualmente, é concebido como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho.

Desse modo, as atividades do Campus Breves estão em sintonia com a consolidação e o fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos arranjos produtivos de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de desenvolvimento sustentável, estimulando a preservação da biodiversidade e realizando a pesquisa aplicada com vistas à geração e a difusão de conhecimento disponibilizando, para a sociedade, as conquistas e os benefícios, na perspectiva da cidadania e da inclusão social.

O Campus Breves tem se desafiado a definir suas ações pedagógicas em parceria com os múltiplos movimentos sociais, e instituições governamentais e não governamentais do território do Marajó, principalmente através de Acordos de Cooperação Técnica, os quais possibilitarão atingir os municípios de abrangência com a oferta de cursos Técnicos, de Formação Inicial e Continuada, EJA, sempre voltados para as necessidades locais.

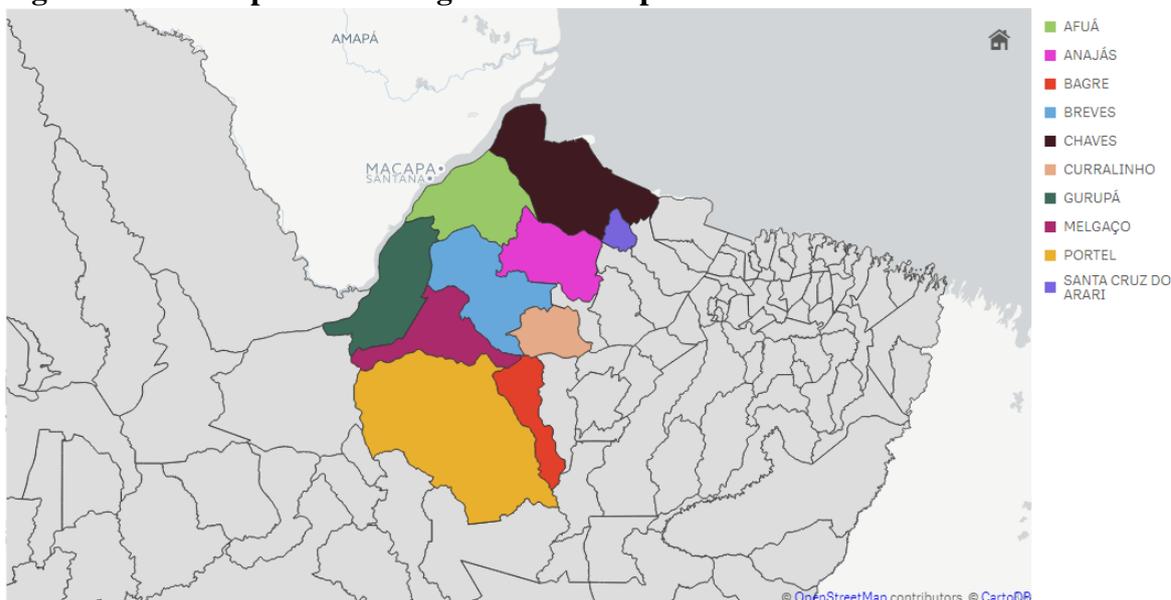
O Instituto tem promovido ações de identificação da melhor forma de geração de emprego e renda, voltados para a realidade local, e para seu público alvo e entre elas destaca-se a prática da Agricultura Familiar, que tem significativa representação nesse cenário para milhares de famílias instaladas no Marajó. Dessa forma, o ensino promovido pelo IFPA tem garantido esse processo e estimulado uma mudança no padrão de produção da agricultura familiar.

Fica cada vez mais evidente que a combinação de diferentes sistemas produtivos, tendo como base a diversificação, contribui para resultados mais vantajosos econômicos, ecológica e socialmente.

Mas ainda é de fundamental importância o aumento nos investimentos em infraestrutura local e no aporte de tecnologia, fortalecimento de ações de pesquisa, assistência técnica e fomento, para a melhoria crescente nas ações promovidas pelo IFPA – Campus Breves na região do Marajó.

A Figura abaixo apresenta o mapa de localização dos municípios pertencentes à área de abrangência na mesorregião do Marajó.

Figura 8 – Municípios de abrangência do Campus Breves.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP

i) Ambiente de Atuação do Campus Cametá

O Campus Cametá está sediado na cidade de Cametá, nordeste paraense, microrregião do Baixo Tocantins no estado do Pará, à margem esquerda do rio Tocantins.

Tomando como referência a Reitoria do IFPA, a sede do município de Cametá, em linha reta, fica aproximadamente a 230 km da cidade de Belém, possuindo uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 130.369.000 habitantes, ocupando uma área de 3.122 km². A estrutura física (obra) do Campus está sendo construída onde funcionava o antigo aeroporto da Cidade de Cametá, localizado na Av. Euclides Figueiredo, s/nº, Bairro Novo - CEP 68.400-000- Cametá/PA. Em razão de a obra do Campus ainda não estar concluída, este funciona desde 2013, em espaço cedido pela Prefeitura de Cametá, localizada na Av. Gentil Bittencourt, nº 1.580, Bairro Centro, onde divide espaço com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), utilizando-se de duas (02) salas de aula, uma (01) sala para professores, dois (02) laboratórios de informática, três salas para funcionamento do setor administrativo (DG, DAP e DE), um espaço de biblioteca, almoxarifado e área de cozinha, além de uma área de convivência (pátio) para os alunos. No ano de 2017, em razão do aumento da oferta de cursos, por meio da articulação com a Universidade Federal do Pará (UFPA) do Baixo Tocantins e Secretaria de Educação do Município (SEMED), foram disponibilizadas mais 5 (cinco) salas de aula, sendo: 02 (duas) salas na UFPA, 02 (duas) salas no Colégio Dom Romualdo de Seixas e 01 (uma) sala no Colégio Osório. Vale ressaltar a disponibilidade de um laboratório de informática na UFPA Campus Cametá, para os estudantes dos cursos Técnicos em Informática e Especialização em Informática Educativa.

O Campus inicia suas ações no âmbito do ensino em 2014, tendo como marco das suas ações de ensino a oferta de uma turma do Curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar na modalidade a distância, através da Rede e-Tec do Brasil/IFPA. Também realizou a oferta dos cursos técnicos em Agroecologia; Agricultor Familiar; Agente de Alimentação Escolar; Agente Comunitário de Saúde; Ajudante de Obras; Operador de Computador; Pedreiro de Alvenaria (através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC). Atualmente, o Campus oferta os seguintes cursos: Em Cametá: Técnicos Subsequentes em Informática, Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnicos em Agropecuária e Recursos Pesqueiros Subsequente, em regime de Alternância; e Especialização em Informática Educativa, também em regime de alternância; Agricultor Familiar (FIC), Informática (FIC) e Peixes Ornamentais (FIC), Piscicultor (FIC). Em Baião: Agricultor Familiar (FIC); Informática (FIC).

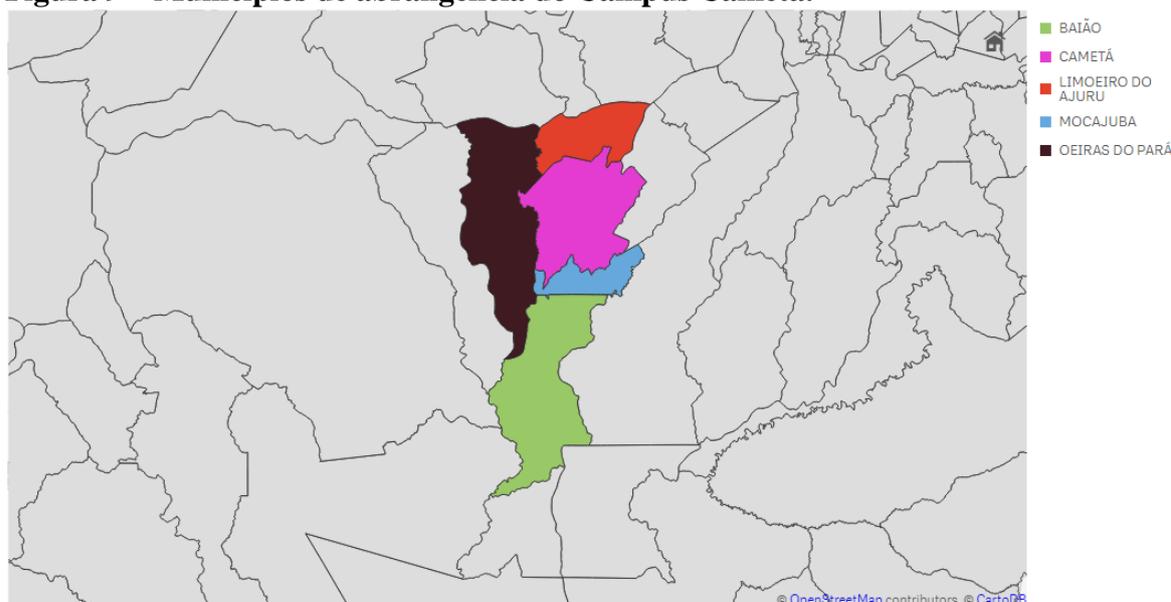
O Campus Cametá está sendo construído, em conjuntura histórica extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica, como importante ator da produção científica e tecnológica nacional. Especialmente, porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico, como desenvolvido pelas universidades. Dessa forma, a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento da região do Baixo Tocantins, cujos resultados poderá favorecer o desenvolvimento econômico da região. Com os esforços para a implantação do Campus, já em fase de construção, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as ações do Campus visam a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, seja no campo ou na cidade.

Considerando que a inserção do IFPA no contexto do Baixo Tocantins ainda é recente, em especial no que se refere ao entendimento sobre a identidade institucional para os servidores recém-contratados, a formação dos docentes e técnicos administrativos precisa ser vista como prioritária no contexto do IFPA, haja vista que as competências a serem

desenvolvidas e os saberes construídos precisam articular-se de maneira pluridisciplinar, considerando o entendimento diverso da formação docente e da ação educativa, em contexto particular da microrregião. Neste sentido, a organização do modelo de gestão previsto para os campi novos, prevê que estes tenham autonomia relativa, dividindo suas ações com os campi mais estruturados como é o caso do Campus Abaetetuba e com a própria Reitoria, cujas relações devem estar baseadas na solidariedade e integração. Analisando-se os diferentes cenários, percebemos que para construção da institucionalidade do Campus, seu território ainda está se consolidando em diferentes ritmos. Será preciso ainda alguns anos até que o campus compreenda e desempenhe com efetividade seus papéis e encontre um ponto de equilíbrio entre a máxima autonomia e a necessária construção de uma identidade institucional, na relação com a Reitoria e com o campus tutor. Nesta direção, compreendemos que estamos na construção de um caminho para uma autonomia futura, sem sombreamentos ou competição, construído com sinergia e solidariedade.

Levando-se em conta que as variações demográficas das populações são decorrentes das transformações do meio econômica, social e político, que influenciam diretamente o nível de oportunidade de emprego e renda na região, faz-se necessária a realização de análise, de caráter contínuo dos indicadores de educação gerados pelas instituições de pesquisa e de fomento que atuam na região, como o IBGE. Essa necessidade, se justifica em virtude de que as ações do Campus devem estar atentas com as demandas e estratégias de desenvolvimento local, na perspectiva de atuar em rede nas questões que estejam associadas às ações de ensino, pesquisa e extensão. Vale destacar que o Campus Cametá tem sua área de abrangência definida através da Portaria nº 111/2015-CONSUP-IFPA, envolvendo os municípios de Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. A relação com os demais municípios da área de abrangência tem sido feita de acordo com a infraestrutura disponibilizada ao campus durante a sua fase de implantação, levando em consideração o físico, logístico e pessoal.

Figura 9 – Municípios de abrangência do Campus Cametá.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

j) Ambiente de Atuação do Campus Castanhal

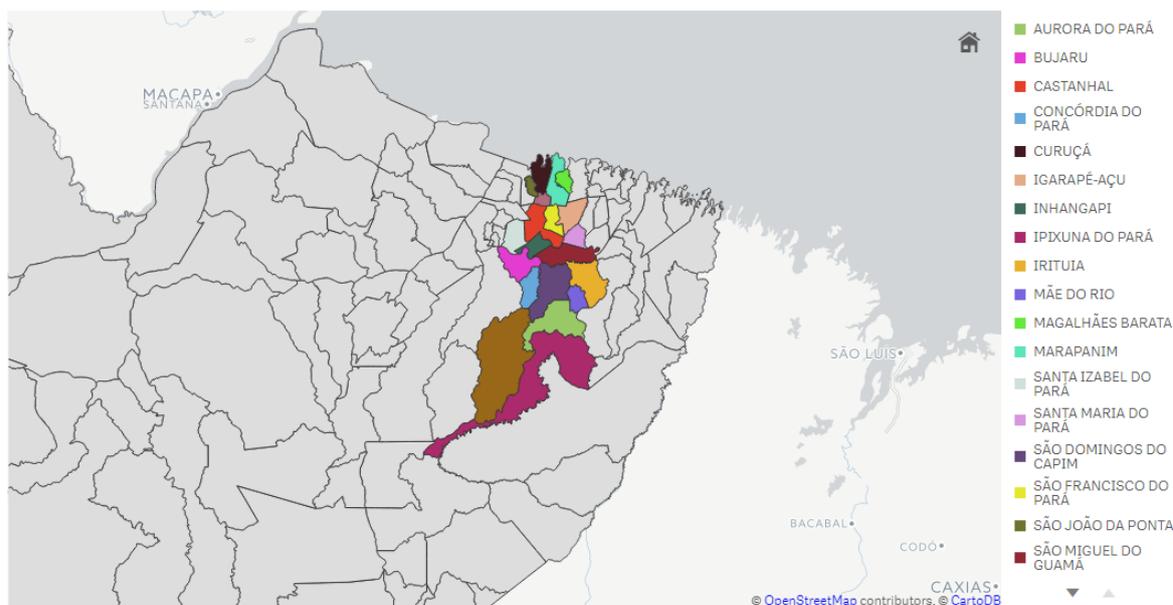
O Campus Castanhal tem sua área de abrangência estabelecida pela Resolução nº 111 de 19 de agosto de 2015, que elenca os seguintes municípios do Nordeste Paraense: 1- Aurora do Pará; 2-Bujaru; 3-Castanhal; 4-Concórdia do Pará; 5-Curuçá; 6-Igarapé Açu; 7-Inhangapi; 8-Ipixuna do Pará; 9-Irituia; 10-Magalhães Barata; 11-Mãe do Rio; 12-Marapanim; 13- Santa Izabel do Pará; 14-Santa Maria do Pará; 15- São Domingos do Capim; 16- São Francisco do Pará; 17- São João da Ponta; 18-São Miguel do Guamá; 19-Tomé-Açu; e 20-Terra Alta. Ao todo os municípios que compõe a área de abrangência do IFPA Campus Castanhal somam um universo 810 mil habitantes, segundo as expectativas populacionais do municípios divulgadas pelo IBGE para 2017, o que representa um incremento de 5% na população da área de abrangência do Campus em relação a 2016.

Na área de abrangência do Campus Castanhal são observados os Arranjos Produtivos Locais (APL) nas áreas da Apicultura, Fruticultura, Floricultura, Cerâmica, Ovinocaprinocultura, Construção, Naval, Agricultura e Agroindústria. O Estado do Pará vem incentivando a industrialização da produção de matérias primas naturais do Estado por meio de políticas públicas já que os APLs da região estão no setor primário e com baixa industrialização.

Com vistas a atender a sociedade local, o Campus Castanhal oferta à comunidade educação profissional nos Níveis da Educação Básica e Superior, sendo dois cursos integrados ao ensino médio (Agropecuária e Técnico em Informática); cinco cursos subsequentes (Agroindústria, Agropecuária, Floresta, Meio Ambiente e Rede de Computadores); cinco cursos de graduação (Licenciatura em Informática, Agronomia, Engenharia de Pesca, Engenharia de Alimentos e Aquicultura); e, em nível de pós-graduação, oferta o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

No ano de 2017, o Campus Castanhal ofertou três novos cursos, sendo um integrado ao Ensino Médio (Técnico em Informática), e dois de nível superior, Bacharelado em Engenharia de Alimentos e Bacharelado em Engenharia de Pesca. Com isso, a oferta de vagas no campus aumentou dando mais oportunidades para a comunidade atendida pelo campus.

Figura 10 – Municípios de abrangência do Campus Castanhal.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

k) Ambiente de Atuação do Campus Conceição do Araguaia

O município de Conceição do Araguaia está localizado na região sul do Estado do Pará, fronteira com o Estado do Tocantins. A região está influenciada pela pecuária e forte atuação na agricultura, com grandes plantações de abacaxi e outras lavouras da agricultura familiar, além de ser banhado pelo rio Araguaia, fomentando o turismo, lazer, comércio e extrativismo (pesca e madeira), que respondem por grande parte dos postos de trabalho gerados nos municípios de abrangência.

O Campus Conceição do Araguaia atende não apenas o município em que está instalado, mas toda a região sul do Estado do Pará. Sua abrangência compreende 14 (quatorze) municípios, conforme a Resolução nº 111/2015-CONSUP/IFPA, quais sejam: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara, contemplando 524.264 (Quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro) habitantes, conforme dados do IBGE. O Campus oferta cursos de formação técnica e licenciaturas, através de programas, como PARFOR, PROCAMPO e E-Tec.

Atualmente, o Campus Conceição do Araguaia, com grande aceitação regional, atua na formação educacional no ensino médio integrado, com os cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Edificações e Técnico em Eventos, preparando adolescentes, jovens e adultos, para atuar no mercado de trabalho, logo após a conclusão do ensino médio. O Campus mantém grande atuação com as ofertas de cursos técnicos subsequentes, sendo ofertados cursos nas áreas de Eventos, Saneamento, Edificações, Segurança do Trabalho, Técnico em Agropecuária. Os cursos do ensino médio integrado e subsequente estão verticalizados através dos cursos regulares no ensino superior de Agronomia e Tecnólogo em Gestão Ambiental, os quais incentivam e fortalecem a formação para atuação na agropecuária em grande expansão na região do Araguaia, bem como na formação para atuação na área da construção civil, também com grande crescimento na região. Além

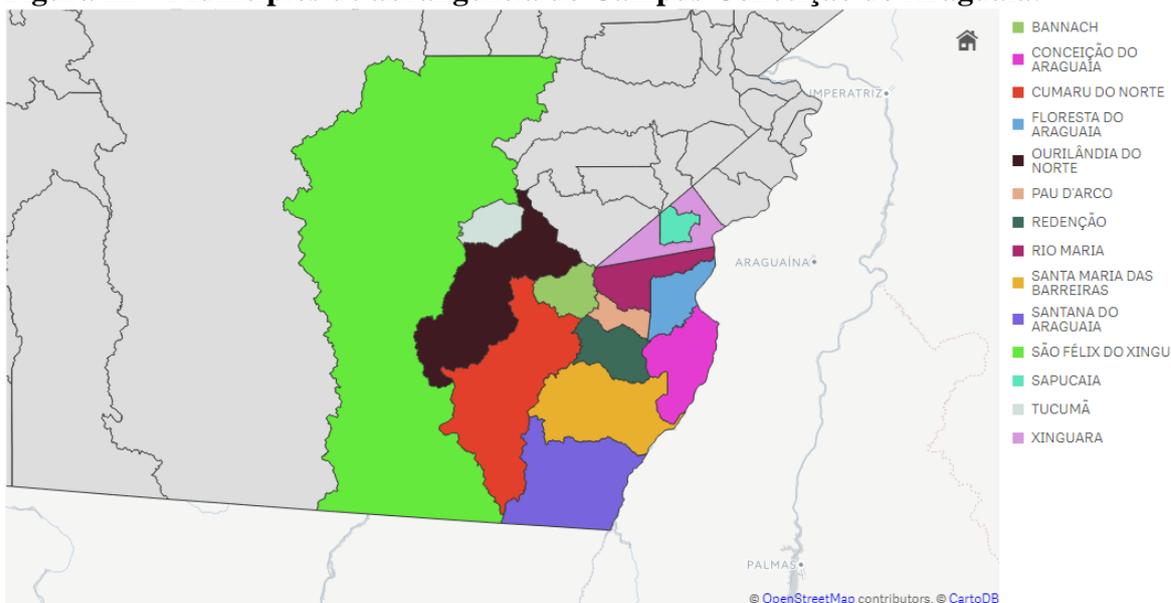
desses, no ano 2017, foi ofertada a primeira turma de pós-graduação *latu senso* em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Entre as principais empresas e instituições que atuam na área de ensino com oferta de produtos e serviços similares aos do Campus Conceição do Araguaia, destacamos as seguintes: Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Microlins Formação Profissional.

Dentre as ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio temos:

Ameaças: Evasão de alunos, principalmente aqueles que estudam em cursos técnicos subsequentes e posteriormente ingressam em curso superior; Diminuição da absorção de discentes pelo mercado para estágio. Como forma de evitar as evasões, a equipe de assistência estudantil, composta por assistente social, assistentes administrativos, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicóloga, acompanham a frequência e mantém contato direto com estudantes e responsáveis para prevenir evasões, concedendo ainda auxílios estudantis.

Figura 11 – Municípios de abrangência do Campus Conceição do Araguaia.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

I) Ambiente de Atuação do Campus Itaituba

O Campus Itaituba tem como característica a formação técnica e tecnológica dos seus discentes e atua no mercado ofertando educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades.

Atualmente, na cidade de Itaituba existem empresas e outras instituições que oferecem cursos técnicos em diversas áreas. Entre eles, podemos destacar o CEPROEN (Centro Profissionalizante de Ensino), o CEPA (Centro Educacional Pan-americano) e a EETEPa (Escolas Tecnológicas do Pará), além de diversas empresas que atuam oferecendo cursos de curta duração e idiomas.

No nível acadêmico, a oferta de cursos na área de abrangência do Campus, em especial no município de Itaituba, tem aumentado significativamente. Hoje, a cidade conta com duas faculdades que oferecem cursos presenciais, várias outras atuam na modalidade EAD, duas das quais oferecem o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que também é oferecido pelo Campus Itaituba, fato que pode comprometer a procura pelo curso. Em 2017, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) iniciou atividades no município com a oferta do curso de Engenharia Civil.

O Campus busca ofertar educação profissional que atenda as demandas locais e regionais, de forma a beneficiar a comunidade em geral, entretanto tem sido observada uma diminuição na procura pelos cursos disponibilizados pelo Campus Itaituba. Credita-se isso a vários fatores, entre os quais destacam-se:

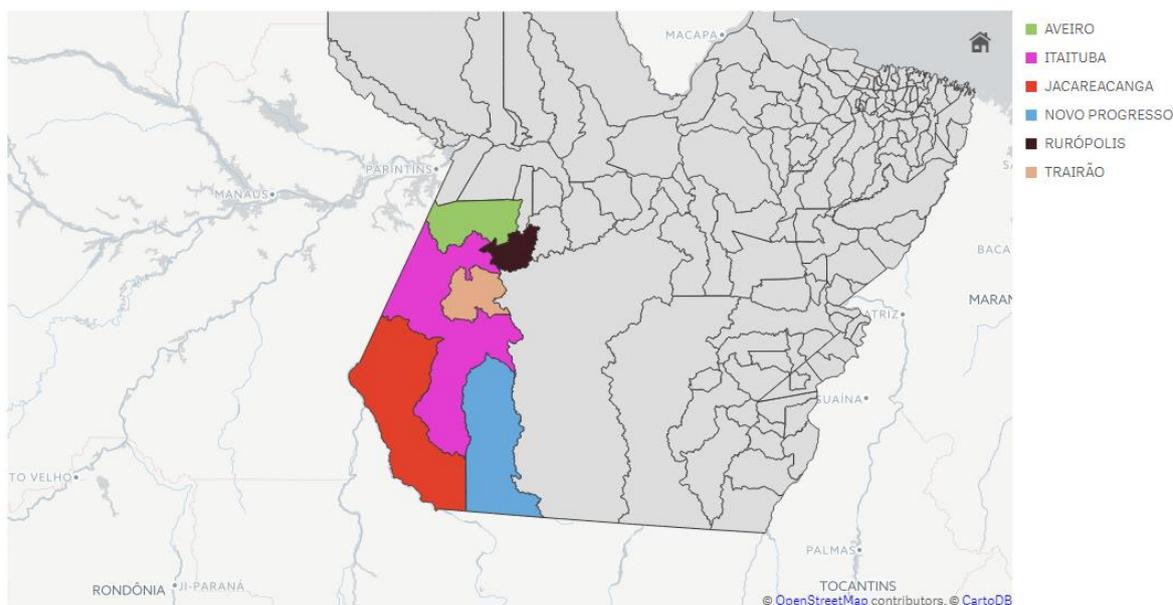
- O desconhecimento de parte da população das finalidades do IFPA e quais os benefícios este oferece à sociedade;
- Pequena participação da comunidade no ambiente de atuação deste Campus;
- Mudança de perfil da população;
- Aumento da oferta de cursos concorrentes;
- Mudança do perfil econômico por força da implantação de grandes projetos na região.

Ciente destes fatores, o Campus Itaituba tem efetivado ações buscando fazer frente aos desafios, tarefa que tem se mostrado árdua.

A Gestão Educacional tem como missão contribuir de forma efetiva para uma educação de qualidade nas áreas que engloba a abrangência do Campus Itaituba. Buscamos atender escolas e educadores com a máxima qualidade e transparência.

O Campus Itaituba prima pela construção de valores sólidos, coerentes, éticos e morais em todos os momentos do processo de ensino, aprendizagem, respeitando as individualidades e trabalhando e desenvolvendo parcerias a favor da inclusão social, tendo como objetivo ser um canal eficaz de comunicação entre instituições de ensino e profissionais, proporcionando maior agilidade na captação de profissionais e oferecendo uma ferramenta eficiente para combater as carências das mesmas.

Figura 12 – Municípios de abrangência do Campus Itaituba.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

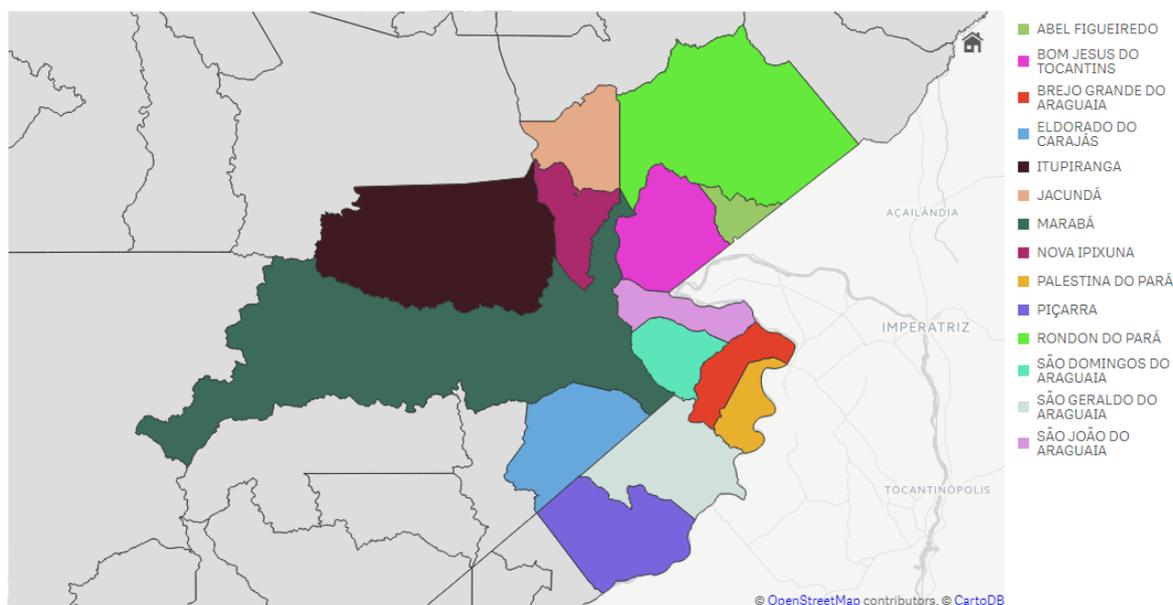
m) Ambiente de Atuação do Campus Marabá Industrial

A Resolução nº 111/2015, do Conselho Superior do IFPA, de 19 de agosto de 2015, estabeleceu a abrangência dos Campi do IFPA. Com base nela, o Campus Marabá Industrial abrange os municípios destacados na **Figura 13**: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, e Marabá, municípios que se situam nas regiões Sul e Sudeste do Pará.

Nesse contexto, o Campus Marabá Industrial está inserido num cenário de grande demanda por serviços de ensino na área da educação básica à educação profissional e superior. Desse modo, existe um grande esforço da instituição no sentido de ofertar a educação profissional e tecnológica como processo de qualificação de cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, dando ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional. Neste ponto, é importante ressaltar os cursos oferecidos, sendo eles 09 (nove) cursos técnicos entre integrados e subsequentes, a saber: Técnico Integrado: Controle Ambiental e Informática; Técnico Subsequente: Agrimensura, Automação Industrial, Edificação, Eletrotécnica, Informática Mecânica e Química.

Nessa perspectiva, o Campus Marabá Industrial assume o compromisso com a qualidade do ensino básico e profissional na região Sul e Sudeste do Pará, integrando como parte deste projeto a promoção do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região. Contudo, o Campus tem sofrido com espaço e estrutura insuficientes, sendo incapaz de atender as demandas colocadas pela região. Apesar disso, o Campus Marabá Industrial tem buscado parcerias com Universidades e Prefeituras como forma de contemplar a necessidade da comunidade.

Figura 13 – Municípios de abrangência do Campus Marabá Industrial.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

n) Ambiente de Atuação do Campus Marabá Rural

O Campus Rural de Marabá (CRMB) está localizado em uma área com vários Projetos de Assentamentos o que vem de acordo com o princípio do Campus que é atender alunos provenientes, ou seja, filhos e filhas de camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos;

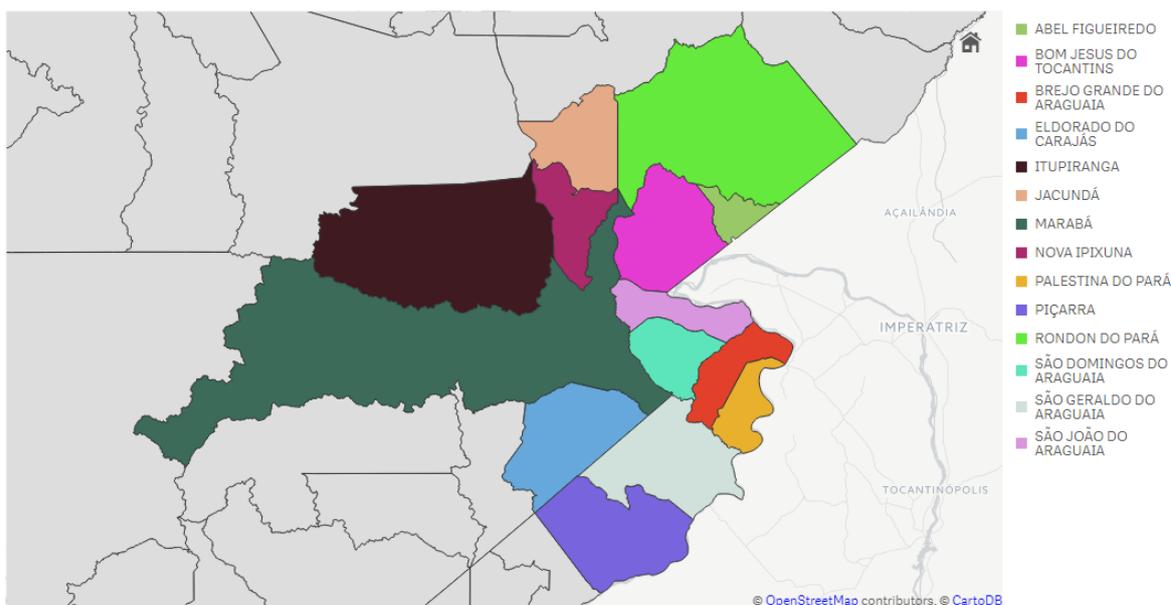
O CRMB tem tido autonomia de atuação voltada para os seus princípios agroecológicos. Atualmente, tem sido chamado a atender novas demandas, o que se tem caracterizado através da criação de novos polos já implantados nos municípios de Itupiranga e Piçarra.

Os municípios de sua área de abrangência são: Abel Figueiredo; Bom Jesus do Tocantins; Brejo Grande do Araguaia; Eldorado dos Carajás; Itupiranga; Jacundá; Marabá; Nova Ipixuna; Palestina do Pará; Piçarra; Rondon do Pará; São Domingos do Araguaia; São Geraldo do Araguaia;

Análise Crítica do Gestor:

O Campus Rural de Marabá vem atuando conforme sua finalidade e competência para atender os povos do campo de acordo com a sua missão, por isso a sua localização na zona rural é estratégica, objetivando acesso e permanência de sua clientela.

Figura 14 – Municípios de abrangência do Campus Marabá Rural.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

o) Ambiente de Atuação do Campus Óbidos

O município de Óbidos está localizado a Oeste do Estado do Pará, possuindo uma população estimada em 50.450 habitantes, distribuídos de forma irregular nos 28.021 Km² de área que o município possui. A região tem grande atuação no setor agropecuário com propriedades de pequeno e grande porte, destacando-se as atividades de bovinocultura de corte e de leite, a cadeia produtiva da mandioca e o extrativismo vegetal.

O comércio é bastante diversificado pelas próprias características da região, que por dificuldades de transporte e vias para o descolamento, obriga-se a ofertar todos os tipos de produtos que sejam necessários à população. Este segmento, segundo relato da Associação Comercial e Empresarial de Óbidos é o que mais contrata mão de obra, existindo uma carência constante de trabalhadores com qualificação profissional.

No quesito prestação de serviços, a região sente falta de profissional para atendimento local, observando-se que não há formação na área contábil. Algumas especialidades na área de informática também se apresentam como limitadas ou inexistentes, especialmente as de redes e de comércio eletrônico, além de desenvolvimento de programas e de sistemas que sejam voltados às características e peculiaridades da região amazônica.

Evidencia-se, também, pelos relatos apresentados a falta de profissionais que possam atender as áreas de manutenção e construção civil, bem como se observa que na área de mecânica mais especializada existe uma dependência de municípios vizinhos como Santarém ou de outras localidades mais distantes como da capital Belém.

O transporte interurbano se dá na maioria das vezes por transporte fluvial de forma demorada e as poucas possibilidades de deslocamento terrestre são de difícil locomoção em razão de precariedade das estradas, especialmente no período de chuvas.

Segundo o SISTEC, além do Campus Óbidos, também atuam na área de abrangência do Campus oferecendo serviços similares as seguintes empresas:

- CEPLA – CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA LUCIANA ANDRADE, em Oriximiná com o curso presencial de Técnico em Enfermagem subsequente;
- CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JURITI – SENAI, em Juriti com os cursos presenciais de Técnico em Eletromecânica, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Mineração e Técnico em Segurança do Trabalho;
- CENTRO EDUCACIONAL PAN AMERICANO –CEPA, em Juriti com os cursos presenciais de Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho;
- CTA – CENTRO DE TREINAMENTO E APRENDIZAGEM, em Juriti com os cursos presenciais de Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Mineração.

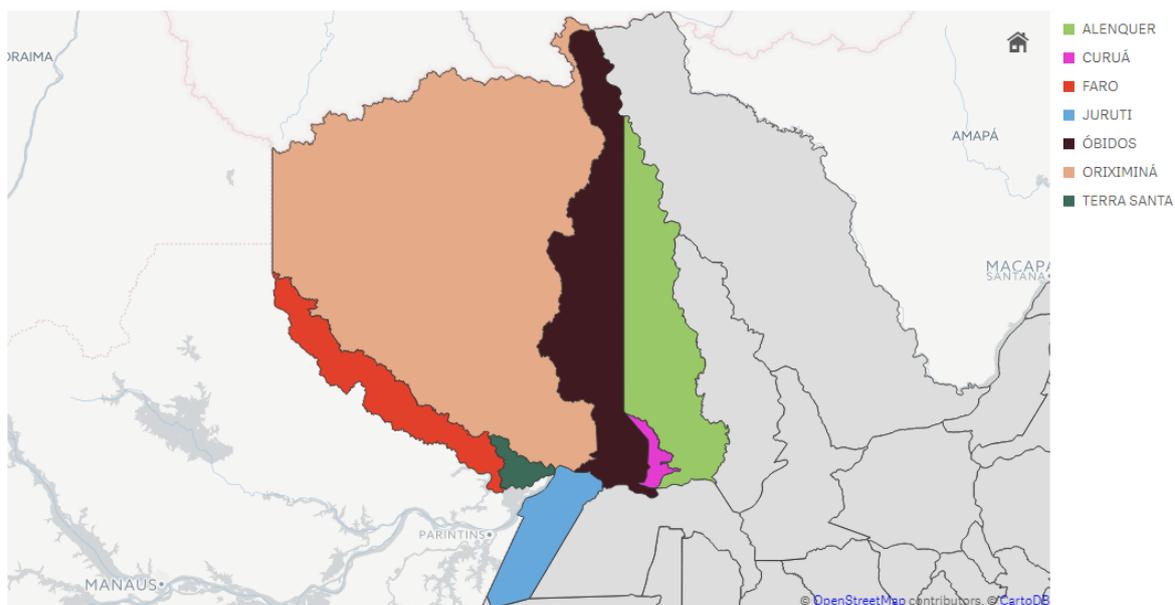
A área de abrangência das ações do Campus Óbidos foi definida através de Resolução nº 111/2015, podendo atuar em 07 dos 144 Territórios de Identidade do Estado do Pará compreendido pelos municípios: Óbidos, Oriximiná, Juriti, Terra Santa, Faro, Alenquer e Curuá. Essa área compreende 14,3% da área do estado com 178.673,582 Km², e 3,2% da população do estado com 269.862 mil habitantes (IBGE, 2016).

Quanto ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o estado do Pará tem um índice de 0,646, ocupando a 24ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, segundo o PNUD. E os municípios da área de abrangência do Campus Óbidos, possuem respectivamente os seguintes índices de IDHM: Óbidos 0,594; Oriximiná 0,623; Juruti 0,592; Terra Santa 0,635; Faro 0,563; Alenquer 0,564; e Curuá 0,578.

Observa-se que nenhum dos municípios abrangidos pelo Campus Óbidos possui o índice de IDHM igual ou maior que o índice de IDHM do estado do Pará. Sendo que das três dimensões que corroboram para a determinação deste índice (Renda, Longevidade e Educação) a dimensão educação é a que apresenta menor valor tanto do estado do Pará quanto dos municípios abrangidos pelo Campus. Sendo assim, é neste âmbito que o Instituto Federal Pará – Campus Óbidos se insere, com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A estrutura econômica da região compreende dois principais segmentos produtivos (agropecuária e indústria). No segmento agropecuário, destaca-se a agricultura familiar, além de grande atuação nas atividades de bovinocultura de corte e de leite. No segmento industrial, destacam-se as indústrias de transformação alimentícia e madeireira. Além da mineração (bauxita, ouro) nos municípios de Oriximiná e Juruti. A região também tem se destacado como um grande polo de pesca continental.

Figura 15 – Municípios de abrangência do Campus Óbidos.

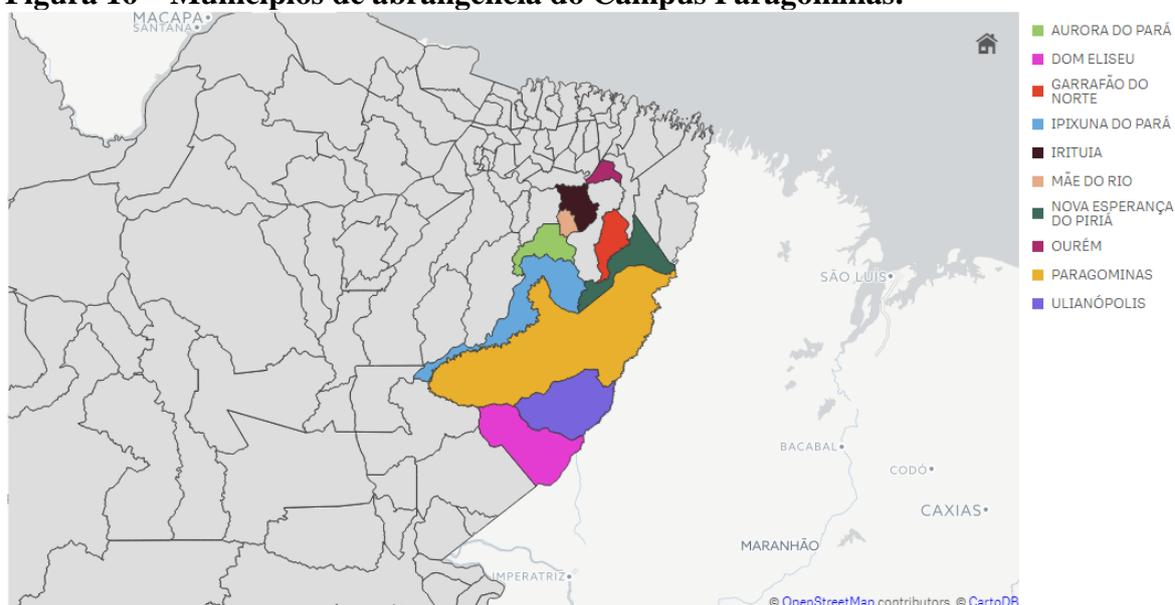


Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

p) Ambiente de Atuação do Campus Paragominas

O ambiente de atuação do Campus Paragominas abrange 10 Municípios: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Ulianópolis e Mãe do Rio. O Mapa, abaixo, ilustra bem a área de abrangência do Campus.

Figura 16 – Municípios de abrangência do Campus Paragominas.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

q) Ambiente de Atuação do Campus Parauapebas

O Campus Parauapebas atua na região sudeste do Pará, com sede em Parauapebas e área de atuação, conforme Resolução nº 111/2015-CONSUP, que abrange os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte, conforme indicado na **Figura 17**.

Esta região do estado do Pará possui como principal atividade econômica a extração de recursos minerais, em especial minério de ferro. Em Parauapebas, Canaã dos Carajás e Curionópolis, as atividades industriais correlatas à mineração representam mais de 70% das atividades econômicas locais, conforme demonstrado no documento Arranjos Produtivos Locais. O atual prédio do Campus Parauapebas foi construído através de acordo entre o Ministério Público e a Mineradora Vale S.A., com ofertas iniciais de cursos direcionados a eixos tecnológicos relacionados à área industrial.

As instituições com oferta de ensino profissional, técnico e superior, similares ao Campus Parauapebas são as Escolas do Sistema S (SENAI, SENAC) e instituições privadas, com centralização das unidades em Parauapebas e Canaã dos Carajás. No âmbito da educação pública, estão presentes na região a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Com relação às instituições que também oferecem cursos da educação profissional, científica e tecnológica nas regiões de abrangência do Campus Parauapebas, procura-se estabelecer relações de parceria ou, ao menos, articulação das ofertas, para que não haja sobreposição de cursos. Cabe ressaltar com relação às escolas privadas que suas ofertas quase sempre se diferenciam das do IFPA, principalmente quanto aos níveis de ensino; modalidade de oferta, como ensino técnico integrado ao médio; forma de ingresso; infraestrutura; áreas do conhecimento dentre outras particularidades.

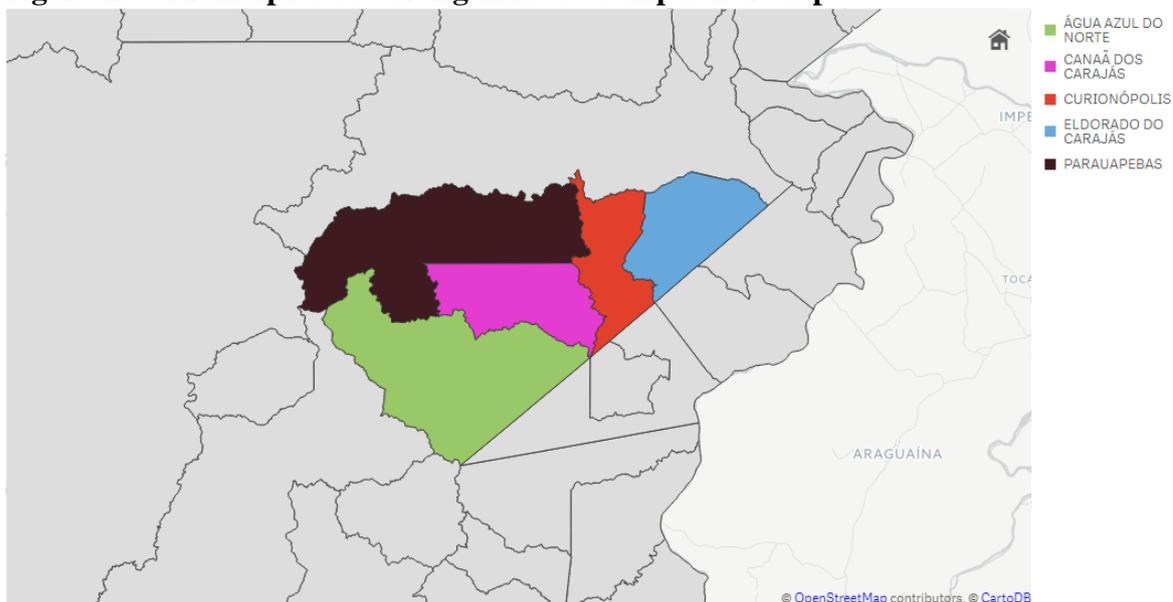
Com vistas ao cumprimento de sua função social, o Campus Parauapebas tem se articulado por meio de ações que viabilizam a democratização dos saberes e a contribuição para a construção de uma sociedade ética, justa e solidária. Para tal, tem buscado consolidar-se como uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica, que além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em conformidade com os setores produtivos e a sociedade, ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

As áreas de atuação acadêmica estão detalhadas no PDC 2014-2018 (www.parauapebas.ifpa.edu.br). Neste documento estão disponíveis informações sobre o ensino, detalhamento dos níveis, modalidades de oferta, os eixos tecnológicos e as áreas do conhecimento. Também estão elencadas a pesquisa, a pós-graduação, a inovação, além da extensão.

Baseado no descrito anteriormente, conclui-se que a priori não há riscos significativos de mercado para o Campus Parauapebas, pois a oferta de educação profissional, científica e tecnológica é articulada com as demais instituições de ensino público e complementada pelas instituições da iniciativa privada. Os resultados do trabalho do Campus Parauapebas, contudo, precisam ser constantemente monitorados e avaliados, de forma que a oferta de cursos e vagas permaneçam alinhadas com as demandas da sociedade, atenção evidente nos vários objetivos que compõe o planejamento estratégico do Campus.

Neste ano de 2017, o PDC 2014-2018 foi revisado, objetivando o planejamento estratégico pautado no diagnóstico da vocação do instituto no contexto regional ao qual está inserido, e na identificação das necessidades locais, por meio de audiências e consultas aos setores produtivos locais.

Figura 17 – Municípios de abrangência do Campus Parauapebas.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

r) Ambiente de Atuação do Campus Santarém

O Campus Santarém do IFPA localiza-se no município de Santarém, Estado do Pará, mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião do Oeste do Pará, à margem direita do Rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas. Em 2017, a população de Santarém foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 296.302 habitantes, sendo então o terceiro município paraense mais populoso, o sétimo mais populoso da Região Norte e o 83º mais populoso município do Brasil. As atividades econômicas importantes do município são: extração de madeira, borracha e castanha-do-pará; as culturas de juta, mandioca e arroz; a criação de bovinos, suínos e aves de granja; a pesca e a indústria de fibras, além do processamento de pescado para exportação. O município de Santarém é polo para outros municípios menores do entorno. Com isso, muitos jovens desses municípios migram para o município de Santarém, para dar continuidade aos estudos. Não obstante, os municípios de Itaituba e Óbidos já contam com o campus do IFPA.

A Resolução nº 111/2015-CONSUP criou as áreas de abrangência dos Campi do IFPA, de forma a integrar conjuntos de unidades por município. Nesse cenário, a abrangência do Campus Santarém, ficou distribuída conforme **Figura 18**.

De acordo com a Portaria nº 246/2016 de 25 de abril de 2016, republicada em 11 de maio de 2016 (DOU Nº 89 – Seção I, p. 30), o Campus Santarém é considerado um Campus Agrícola e a sua composição do modelo de dimensionamento é 70/60, ou seja, 70 Docentes e 60 Técnicos Administrativos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Santarém corresponde a 3 bilhões e 788 milhões. Aproximadamente 50% deste valor está ligado ao setor terciário que é o de serviços e comércio. A indústria corresponde a 15% e o extrativismo a 35%. A agricultura familiar também é forte no município de Santarém. Os mercados são constantes na cidade e trazem desde os produtos oriundos da pesca, uma das principais atividades local, aos do artesanato e aos da agricultura familiar. Santarém possui três feiras destinadas à comercialização de produtos da agricultura familiar. Segundo a EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural, existem cerca de 15 mil famílias de agricultores no município. A principal atividade desenvolvida é o cultivo da mandioca, também conhecida como macaxeira na região. A raiz é destinada à produção de farinha, bolos, biscoitos, beiju, além da goma que compõe pratos típicos como o tacacá e o tucupi. Além disso, tais agricultores também plantam milho, criam pequenos animais, como a galinha caipira, e cultivam hortaliças e frutas. O desenvolvimento da cidade esbarra em um fator fundamental - a infraestrutura. As deficiências no abastecimento de água e energia ainda são precárias e dificulta a instalação de indústrias na cidade. Em relação à infraestrutura existem mais de 700 km de rua e somente 36% são asfaltadas. Apesar de tudo, Santarém é contemplada pela natureza em suas mais diversas faces e belezas, por isso tornou-se uma cidade turística, frequentada por pessoas do mundo inteiro, em número cada vez mais crescente, o que gerou muitos investimentos na área de hospitalidade e lazer.

Diante dessa realidade local, o Campus Santarém busca oferecer educação profissional que atenda prioritariamente os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e as demandas regionais, de forma a beneficiar a comunidade em geral, pode-se citar como exemplo o curso de Hospedagem que visa atender as demandas locais, haja vista que Santarém passou a ser considerada desde 2010, uma cidade turística, o que gera a necessidade de capacitar profissionais para esse setor. Inclusive o campus iniciou em agosto 2016 a oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) em Recepcionista em Meios de Hospedagem. Os demais cursos, como os da área de Agropecuária e Aquicultura, por exemplo, são oportunos uma vez que a economia da região gira em torno dessas áreas também. Os cursos de Saneamento e Edificações, também contemplam a necessidade de profissionais na área. Não obstante, tais necessidades de formação técnica, em todas as áreas, se interligam com o curso de Informática, cujo conhecimento faz-se importante em todas as áreas de formação e no mercado de trabalho. O Campus Santarém atua na formação Técnica e Tecnológica dos seus discentes e atua no mercado ofertando educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades. Atualmente, o Campus Santarém oferta os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agropecuária, Informática, Edificações e Hospedagem PROEJA; subsequentes ao ensino médio em Aquicultura, Edificações, Guia de Turismo e Saneamento, todos na modalidade presencial. Na modalidade EAD, oferece o curso de Informática para Internet (Mediotec).

Até o ano de 2016, quatro instituições de educação, atuavam com ensino técnico profissionalizante no município de Santarém:

- FE - Fundação Esperança - cursos na área de saúde e segurança no trabalho;
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - cursos voltados para a área industrial, como Eletricidade, Mecânica, Soldador, Marcenaria, Informática.
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - cursos voltados para o comércio, como secretariado, inglês básico, beleza, gastronomia, administração;

- IFPA, com cursos em outros segmentos voltados para os arranjos produtivos locais, como Edificações, Saneamento, Agricultura, Aquicultura, Turismo, Informática.

A partir de 2017, o município passou a contar com EETEPA – Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, que iniciou atividades em maio/2017 com cursos FIC na área de informática e turismo e hospitalidade. A escola integra a Rede de Ensino Técnico do Estado do Pará, e a exemplo de outras escolas técnicas do Estado, disponibilizará também cursos nas modalidades integrado e subsequente. A Escola comporta um número de total de 1.200 alunos, segundo a Secretaria de Educação do Pará – SEDUC. Os cursos a serem executados pela EETEPA ainda não foram divulgados. Até o momento ainda não houve nenhum processo seletivo para referida escola, em nível de ensino técnico.

No desenvolvimento de suas atividades e projetos, o Campus Santarém conta com o apoio de diversos parceiros, como:

- Prefeitura Municipal de Santarém
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER
- Universidade Federal do Oeste do Para - UFOPA

O Campus Santarém possui espaço potencial para 1.200 alunos em sua capacidade máxima. No entanto, no exercício de 2017, a demanda real foi de 577 alunos matriculados, enquanto isso, a Escola Técnica Estadual, teoricamente, principal concorrente, trabalha para implantar cursos técnicos que atinjam o número máximo de 1.200 alunos matriculados. O Campus Santarém, está muito aquém do seu potencial máximo de uso. Há necessidade de um estudo maior acerca dos processos seletivos continuados, para que o Campus, bem como os servidores, especialmente os docentes, não fiquem com carga horária ociosa.

A Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, estabeleceu como uma das metas triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (meta 11). Para tanto, adotou a seguinte estratégia: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte) (meta 11.11) – (grifo nosso).

Considerando o exercício de 2017, o Campus Santarém encerrou o exercício com 577 alunos matriculados e 60 docentes. Nesse cenário, em relação à proposta no PNE, de 20 alunos para 1 professor, o Campus Santarém está com menos de 10 alunos para 1 professor, justificando-se pelo número atual de matrículas. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de dobrar o número de matrículas, para atingir o nível ideal indicado no PNE. Um dos impactos gerados por essa proporção atual é a redução de carga horária docente em relação aos cursos com menor quantidade de turmas.

Outro impacto em relação ao número abaixo da média de alunos matriculados é quanto ao orçamento, pois o mesmo é baseado no número de matrículas constantes no SISTEC. Desta forma, se há redução de matrículas, há redução no valor do orçamento. Em relação aos cursos, cada curso tem um peso. Por exemplo: cada CPF de aluno matriculado

no curso de Agropecuária, registrado no SISTEC, gera 2,5 de matrícula. Já nos cursos do e-Tec, cada CPF gera 0,8 de matrícula.

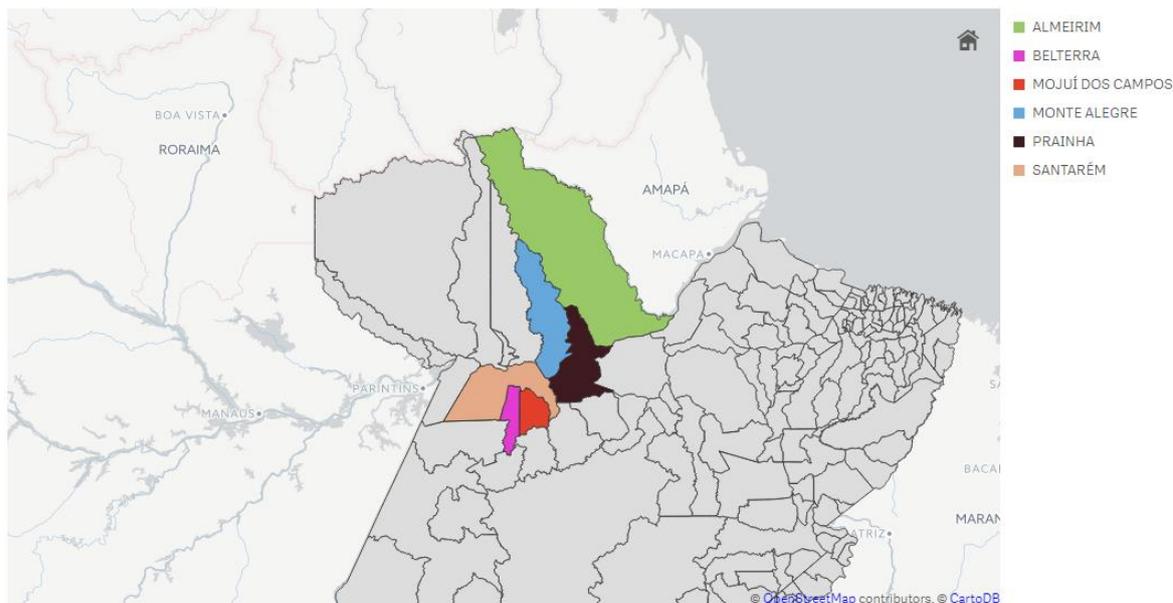
O exercício de 2017 foi marcado por grandes dificuldades nos Institutos Federais, em função dos cortes no orçamento, trazendo para os campi um impacto expressivo na condução das atividades, execução de metas, implementação de projetos e pagamentos. Os cortes no orçamento dos campi impactaram diretamente na implementação de infraestrutura necessária para as atividades de alguns cursos, como, por exemplo, a falta de laboratórios específicos em função da infraestrutura atual, que já não comporta a necessidade e demanda atual técnica e administrativa.

Por outro lado, 2017 foi um ano em que a marca do IFPA se consolidou de forma positiva junto aos servidores, a sociedade e a mídia local. Os inúmeros projetos desenvolvidos pelos docentes do Campus foram alvo de reportagens que levaram a marca muito além dos muros do Campus. Além disso, as inúmeras participações do Campus nas diversas programações regionais, incluindo escolas, órgãos, eventos culturais e esportivos etc, trouxeram uma imagem positiva para o Campus.

Na contramão da dificuldade financeira, o Campus conseguiu se movimentar, transformando ameaças em oportunidades e criando mecanismos para realizar atividades, através de parcerias e colaborações. Dentro do próprio Campus, alguns projetos foram implementados, a partir dos diversos cursos, fazendo com que os alunos participassem ativamente em todos os processos e condução dos mesmos, tendo à frente os docentes, que não mediram esforços para fazer acontecer cada uma das ações previstas. Neste ponto, é necessário ressaltar o quão importante foi o envolvimento dos docentes do Campus Santarém, com o apoio dos técnicos administrativos e direção, para realização de ações e projetos que impactaram positivamente no Campus, na comunidade e na sociedade. Projetos desenvolvidos em comunidades ribeirinhas foram um dos marcos em 2017, onde alunos e professores implementaram ações que fizeram a diferença em algumas comunidades, como, por exemplo, o projeto “Engenharia Social e Sustentável”, “Hortas Educativas sobre a Terra”, “Galinheiro Flutuante para comunidades de várzeas do Município de Santarém”, entre tantos outros. No Campus, o Projeto “Pré-ENEM Social – Penso ENEM”, trouxe oportunidade aos jovens que não podem pagar cursinhos a possibilidade de fazê-lo de forma gratuita, atendendo a sociedade como um todo, onde cada professor contribui na sua respectiva disciplina, fazendo o diferencial na vida desses jovens, bem como o projeto “Banda de Música do IFPA Campus Santarém”, que hoje já tem reconhecimento regional.

Os diversos cursos ofertados pelo Campus vêm ao encontro da necessidade de formação de profissionais nas referidas áreas, fazendo com que os cidadãos da região, possam no futuro, trabalhar dentro das suas respectivas formações. Os cursos ofertados atendem tanto a necessidade da área rural como da área urbana, ambos com demanda em crescente crescimento.

Figura 18 – Municípios de abrangência do Campus Santarém.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

s) Ambiente de Atuação do Campus Tucuruí

A Lei nº 11.892, de 29/12/2008, sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que institui a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, afirma que:

Os Institutos Federais têm por finalidade, ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Os Institutos Federais diferem, em sua área de atuação, de qualquer outra instituição de ensino, pois oferta ensino de qualidade em todos os níveis e modalidades, voltados principalmente para a pesquisa aplicada e para a inovação tecnológica. Esta verticalização do ensino, que vai da educação básica à superior permite que os educandos compartilhem de todos os espaços de aprendizagem, delineando sua trajetória acadêmica, que pode ir do curso técnico ao doutorado.

Desta foram, os Institutos Federais surgem para reafirmar o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, sem perder de vista as potencialidades do desenvolvimento regional e os arranjos produtivos locais.

Nesta perspectiva, surge a reestruturação do sistema educacional, que, segundo o Ministério da Educação, tem por objetivo tornar a instituição um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.

Isso também está em consonância com a LDB- Lei 9.394/96 em seu Art. 3º, que afirma que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, além de promover o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Nesse contexto, é fundamental articular ações táticas ao processo educativo. Para que o Campus forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, ele deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e de cidadania.

O Campus Tucuruí do IFPA, nesse sentido, vem atuando para atender à demanda da região do Lago de Tucuruí por formação de mão de obra qualificada e também de cidadãos críticos para atuarem no mundo do trabalho. Mas, desde as primeiras turmas, os profissionais formados têm sido absorvidos por empresas e instituições públicas não somente da região, mas de todo o estado do Pará e de outros estados brasileiros. Para tanto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos do Campus apresentam 80% de sua base curricular para atender aos parâmetros nacionais de educação, restando 20% para serem preenchidos com conteúdo regionais.

Em 2015, a área de abrangência dos Campi do IFPA foi redimensionada pela Resolução nº 111/2015-CONSUP. Desta forma, a área de abrangência do Campus ficou limitada aos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento e Goianésia do Pará. Ou seja, o Campus tem a obrigação primeira de atuar, com a oferta de cursos e vagas, apenas nesses municípios. Desta forma, é importante que conheçamos um pouco do contexto sócio e econômico desta região.

Os quatro municípios da área de abrangência do Campus Tucuruí compreendem uma população de aproximadamente 300.000 habitantes. O mais importante e desenvolvido desses municípios é Tucuruí, que possui uma população de cerca de 110.516 habitantes, segundo dados do IBGE (2017).

A principal fonte econômica dessa região vem dos royalties sobre a geração de energia da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Devido ao grande potencial aquícola do Lago da Usina Hidrelétrica, outra importante fonte de receitas da região é a piscicultura. A pecuária, a agricultura, principalmente a familiar, bem como o comércio, também são importantes fontes de renda para a população.

Na região da área de abrangência, as principais empresas que absorvem a mão de obra qualificada formada no Campus, são Eletrobrás Eletronorte, Dow Corning e as prefeituras dos municípios.

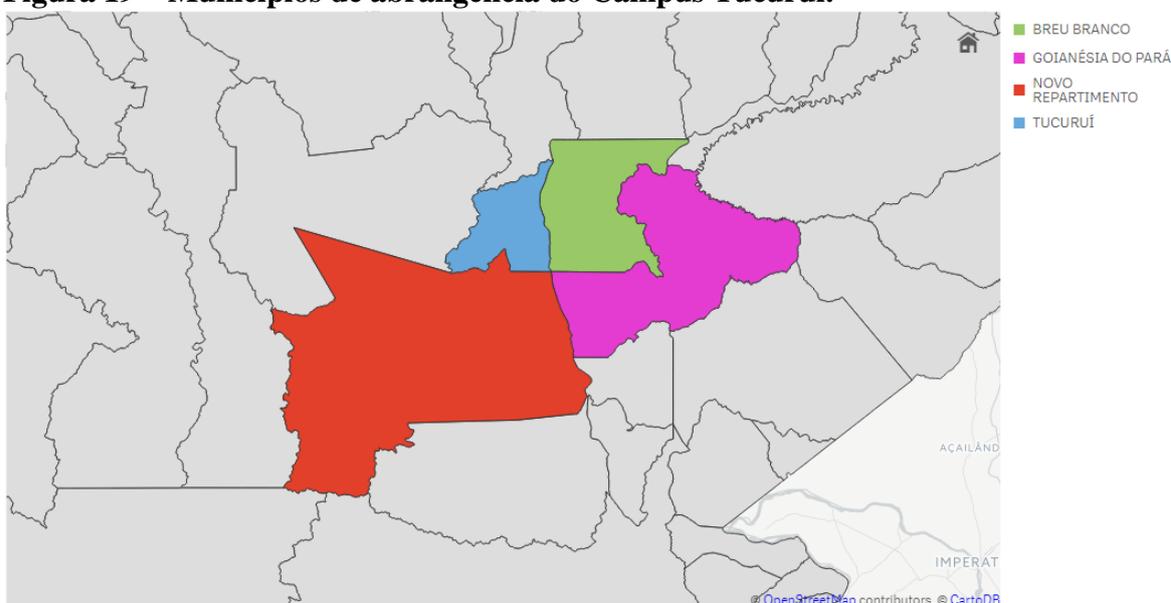
Para atender a demanda por educação profissional, o Campus Tucuruí oferta cursos em várias modalidades de ensino: Técnico Integrado com o Ensino Médio, Médio Subsequente e Superior de Tecnologia e Licenciaturas. Em 2014, o Campus também passou a ofertar cursos técnicos na modalidade a distância em todos os municípios de sua área de abrangência.

Outras instituições privadas também ofertam cursos profissionalizantes, alguns deles similares aos ofertados pelo Campus Tucuruí, como a UNIDERP, FAEL e UNIURB. Outras instituições públicas ofertam alguns superiores similares aos ofertados pelo Campus, como UEPA e UFPA. Entretanto, foi criado o Fórum das Instituições de Ensino Superior com o objetivo, dentre outros, está o de estabelecer que estas instituições não ofertem cursos iguais. Que cada uma oferte cursos diferentes umas das outras, para que o estudante possa ter mais opções de cursos, e uma instituição não compita com a outra.

Em relação cursos técnicos ofertados similarmente por outras instituições, estas não chegam a ser uma ameaça, em virtude de que o Campus está melhor estruturado para ofertar uma educação de maior qualidade.

Pode-se dizer, porém, que a grande ameaça é a falta de estudos aprofundados para melhor estabelecer a demanda de cursos que devam ser ofertados na região. Outra ameaça é a pouca oferta de estágio para boa parte dos cursos ofertados. Na região, há poucas empresas que absorvem os alunos para a prática de estágio.

Figura 19 – Municípios de abrangência do Campus Tucuruí.



Fonte: Resolução nº 111/2015 – CONSUP-IFPA.

2.4. Organograma

O Quadro 1 apresenta o resumo das competências, nome do titular responsável, cargo do titular e período de atuação no exercício 2017 das subunidades estratégicas da Reitoria do IFPA, que compreende o dirigente máximo, Pró-reitorias, Diretorias (sistêmicas ou não) e estruturas de staff do Gabinete da Reitoria.

Quadro 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Reitor	Representar o IFPA; Implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do IFPA.	Cláudio Alex Jorge da Rocha	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Executiva	Orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas; Participar do planejamento, organização e aplicação dos concursos públicos; Coordenar a elaboração de respostas às solicitações emanadas dos órgãos do controle externo, Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando aos setores responsáveis os assuntos apontados em seus relatórios de auditoria, bem como, acompanhar a implementação das recomendações desses órgãos.	André Moacir Lage Miranda	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Chefia de Gabinete	Assistir o Reitor no seu relacionamento institucional e administrativo; Supervisionar os trabalhos da secretaria do Gabinete do Reitor; Preparar correspondências oficiais da Reitoria.	Cleide do Socorro Marcos da Silva Dias	Assistente em Administração	De 01/01 a 31/12/2017
Assessoria do Gabinete	Assessorar o Reitor administrativa e tecnicamente; Acompanhar o Reitor a fim de assessorá-lo em suas viagens oficiais e em reuniões; Atender ao público interno e externo, a fim de dar encaminhamento a demandas de responsabilidade do Gabinete da Reitoria; Assessorar na redação e revisão dos documentos e textos a serem assinados pelo Reitor; Assessorar no acompanhamento e execução das atividades técnicas e administrativas do Gabinete da Reitoria; Auxiliar no planejamento, organização e acompanhamento dos concursos públicos.	Waldemir Monteiro Bezerra	Assistente em Administração	De 01/01 a 31/12/2017
Procuradoria Geral Federal	Assistir o Reitor em questões referentes à legalidade dos autos a serem por ele praticados ou já efetivados; Elaborar e apresentar parecer sobre processos de licitação e contratos.	Wagner Fernando da Silva	Procurador Chefe da Procuradoria junto ao IFPA.	De 01/01 a 12/09/2017
Pró-reitoria de Administração	Coordenar e acompanhar as políticas e atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como acompanhar as atividades de elaboração de projetos, execução e fiscalização de obras, buscando o seu constante aprimoramento, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e com as disposições do Conselho Superior.	Danilson Lobato da Costa	Técnico em Contabilidade	De 01/01 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças	Assessorar a PROAD em assuntos de sua área, assim como planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria e organizar e manter o sistema integrado de informação de natureza contábil, orçamentária e financeira para fins gerenciais.	Elza Olívia Souza da Silva	Contador	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Administração	Dirigir todas as atividades de execução patrimonial, contratos e convênio, serviços e apoio logístico, compras, almoxarifado e protocolo, por meio de suas coordenações e setores, em atendimento às demandas da Pró-reitoria de Administração.	Joel Jefferson Ribeiro Simões	Assistente em Administração	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Engenharia e Infraestrutura	Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os projetos de engenharia, observando normas do MEC/SETEC e a legislação vigente; Prestar apoio e assessoria aos Campi em assuntos relativos a projetos de engenharia; Coordenar a elaboração de projetos básicos, relatórios orçamentários de obras e serviços de engenharia.	Luiz Claudio dos Santos Matni.	Engenheiro	De 01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Coordenar, acompanhar e avaliar o Planejamento Estratégico Anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional, como instrumentos de gestão do IFPA; Coordenar as políticas de qualificação dos gestores para utilizar, de forma eficaz, o Planejamento Estratégico e demais instrumentos de gestão; Avaliar, de forma articulada com as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campi, a estrutura organizacional do IFPA, visando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional; Coordenar o processo de prestação de contas anual do IFPA junto aos órgãos de controle interno e externo; Supervisionar as atividades de gestão da informação, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição; Coordenar o processo de avaliação institucional, objetivando à melhoria contínua dos indicadores institucionais e serviços prestados à sociedade.	Raimundo Nonato Sanches de Souza	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Coordenar a elaboração e atualização do Estatuto, Regimento Geral, PDI, PE e PPA; supervisionar o acompanhamento e avaliação do PE e o PDI; supervisionar as políticas de desenvolvimento institucional; propor o desenvolvimento de ações, visando à melhoria de processos e aperfeiçoamento da gestão e desenvolvimento institucional; supervisionar a elaboração do PAM; coordenar as políticas de qualificação dos gestores; avaliar a estrutura organizacional; identificar na estrutura organizacional do IFPA, oportunidades para expansão do ensino, pesquisa e extensão; desenvolver ações pertinentes à pesquisa institucional que fundamentem a gestão.	Vanessa Souza Álvares de Mello	Professora EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Avaliação Institucional	Coordenar o processo de avaliação institucional e interlocução com o MEC; Elaborar, processar e analisar dados, questionários, planilhas e outros documentos relativos à avaliação institucional; Propor sistemas de levantamento de dados compatíveis e necessários à avaliação e ao desenvolvimento institucional; Desenvolver métodos de avaliação continuada; articular com a CPA políticas de avaliação institucional dos serviços prestados a sociedade; desenvolver ações pertinentes à pesquisa institucional que fundamentem a gestão; promover treinamento quanto aos procedimentos de avaliação do IFPA; supervisionar as atividades de gestão da informação, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição; Auxiliar na coordenação e supervisão da elaboração anual do Relatório de Gestão; Propor a política de avaliação institucional.	Tiago de Oliveira Vieira	Estatístico	De 01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Ensino	A Pró-reitoria de Ensino é responsável em propor e supervisionar as políticas de ensino, com integração com os Campi, e consolidação das políticas de ensino estabelecidas pelo Conselho Superior na promoção de articulação de suas ações com as demais Pró-reitorias. Vale acrescentar as atividades de coordenação, elaboração e execução do plano de trabalho, com vista ao desenvolvimento de suas competências e atribuições com a área de ensino do IFPA, via revisão e organização documental, executando suas diretrizes em articulação entre ensino, pesquisa e extensão; e outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.	Elinilze Guedes Teodoro	Psicóloga	De 01/01 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Diretoria de Políticas Educacionais	Assessorar a atuação dos Campi em todos os níveis e modalidades de ensino, em consonância com as políticas educacionais; Fortalecer a relação dos departamentos da PROEN com os Campi; Fortalecer as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA; Promover discussões para construção e/ou atualização de regulamentos institucionais; Elaborar diretrizes e normas de ensino do IFPA a partir da legislação educacional vigente; Elaborar estratégias que garantam a efetivação da verticalização do ensino nos Campi do IFPA; Realizar a articulação entre o ensino presencial e o ensino a distância, em todos os níveis e modalidades; Promover ações que possibilitem a efetivação de políticas de educação agrícola, do campo, quilombola e indígena no Instituto, a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural; Elaborar estratégias que garantam a efetivação de políticas de educação especial e educação de jovens e adultos;	Marta Coutinho Caetano	Professora EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Extensão	Propor e institucionalizar políticas extensionistas, aprovadas pelo Conselho Superior, além das advindas de políticas públicas aprovadas no âmbito do Ministério da Educação; Propor, projetar e desenvolver programas, projetos e ações de extensão e extensão tecnológica, no âmbito do IFPA	Fabício Medeiros Alho	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretor de Extensão e Relações Interinstitucionais	Coordenar a condução das políticas extensionistas e a implementação de programas, projetos e ações de extensão e extensão tecnológica no IFPA, no âmbito do IFPA.	Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro	Professora EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Propor as políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação supervisionando ações estratégicas com os Campi; Incentivar, viabilizar e acompanhar a produção técnico-científica no IFPA.	Ana Paula Palheta Santana	Professora EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Elaborar e executar a política relativa à pesquisa, à Pós-Graduação e à Inovação, supervisionando as atividades das coordenações de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Substituir o Pró-Reitor em suas ausências eventuais.	Glauco Lira Pereira	Professor EBTT	De 01/01 a 17/12/2017
		Saulo Rafael Silva e Silva	Assistente em Administração	De 18/12 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DTI	Representar o IFPA interna e externamente; Propor as Estratégias de Tecnologia da Informação para consolidação da Governança de TI no âmbito do IFPA; Representar a DTI no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e no Comitê de Gestor de Segurança da Informação (CGSI); Prestar consultoria na área de Tecnologia da Informação ao Conselho Superior, à Reitoria e ao Conselho de Diretores; Identificar as novas necessidades de Tecnologia da Informação no âmbito do IFPA e direcionar conforme as diretrizes do PDTI;	Paulo Henrique Gonçalves Bezerra	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar e executar a Política de Gestão de Pessoas do IFPA; Supervisionar a execução referente às atividades de pagamento de pessoal, concurso, benefícios e qualidade de vida dos servidores; Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; Atender e responder às solicitações e determinações da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) e órgãos de controle interno e externo.	Michael André Gonçalves De Souza	Auditor	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Abaetetuba	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Valdinei Mendes da Silva	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Altamira	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Paulo Altino Freitas da Cruz	Pedagogo	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Ananindeua	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Gerson Nazaré Cruz Moutinho	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Avançado Vigia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Solange Felicidade Marques Ferreira	Professora do Magistério Superior	De 01/01 a 31/05/2017
		Camila Vieira da Silva	Professora EBTT	De 01/06 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Diretoria Geral do Campus Belém	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Manoel Antônio Quaresma Rodrigues	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Bragança	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Danilo Silveira da Cunha	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Breves	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Mário Médice Costa Barbosa	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Cametá	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Francisco Edinaldo Araújo Feitosa	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Castanhal	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Roberto Dias Lima	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Conceição do Araguaia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Vitor Silva Barbosa	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Itaituba	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira	Analista de Tecnologia da Informação	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Marabá Industrial	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Marcelo Edgard de Moraes Maia	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Marabá Rural	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Marcos Antônio da Silva Leite	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação
Diretoria Geral do Campus Óbidos	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Fernando Emmi Correa	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Paragominas	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Samuel Carvalho de Aragão	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Parauapebas	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Rubens Chaves Rodrigues	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Santarém	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Damião Pedro Meira Filho	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Tucuruí	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Anderson Walber de Jesus Barbosa	Professor EBTT	De 01/01 a 31/12/2017

Fonte: Gabinete da Reitoria, PROAD, PRODIN, PROEN, PROEX, PROPPG, DTI e DGP.

Análise Crítica:

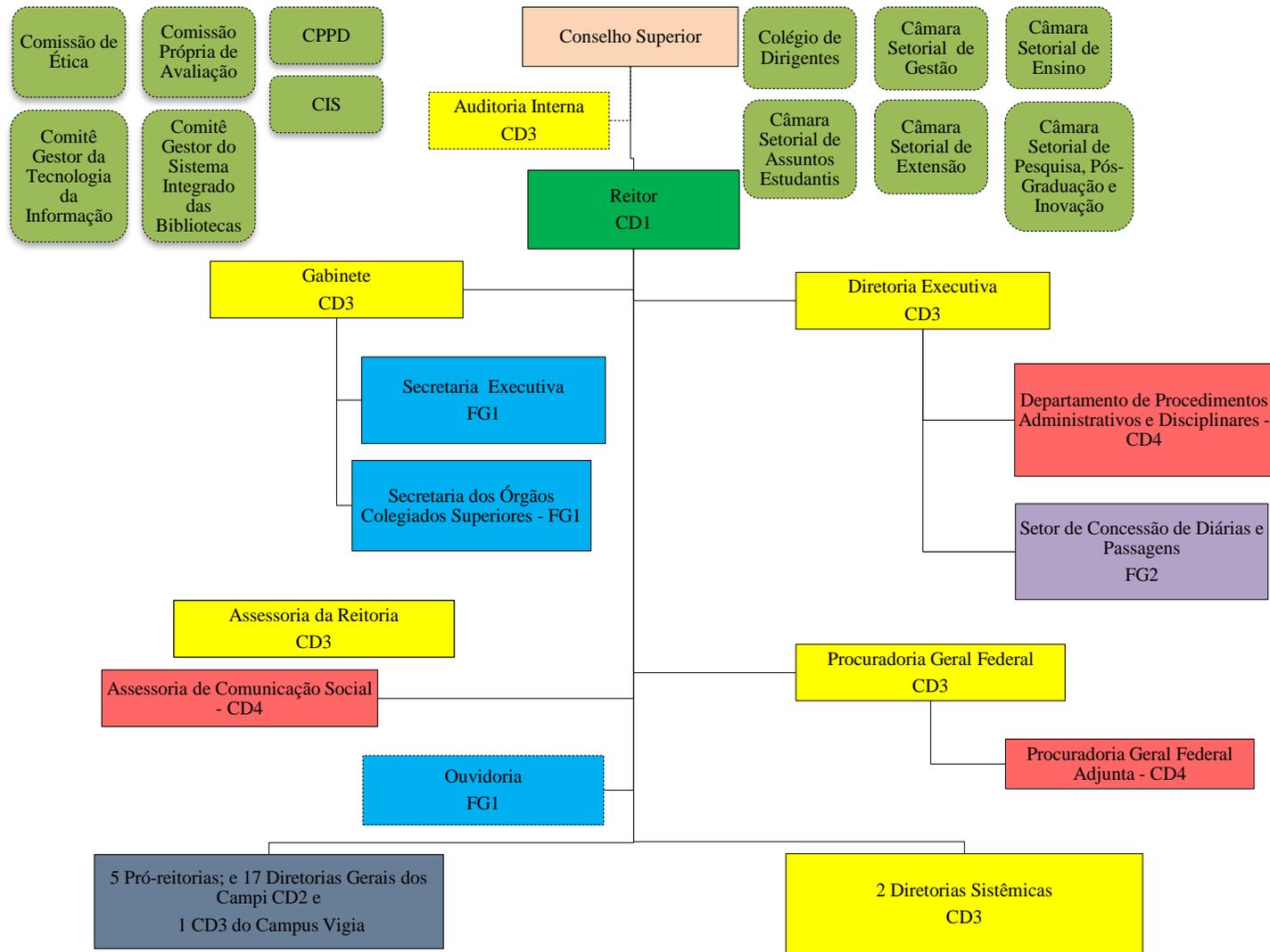
A estrutura organizacional, as funções e atribuições das unidades da Reitoria foram definidas por meio da Resolução do CONSUP nº 061/2016, de 14 de março de 2016, a fim de se adequar às necessidades do IFPA.

A estrutura organizacional, as funções e atribuições das unidades do Campus Belém, foram definidas por meio da Resolução do CONSUP nº 101/2016, de 27 de junho de 2016. Já a estrutura organizacional dos demais Campi estão em processo de regulamentação, tendo sido expedida pelo Magnífico Reitor a Instrução Normativa nº 002, de 25 de setembro de 2017, que cria a estrutura organizacional de referência para os Campi do IFPA, com vistas à padronização de funções e atribuições, e considera as disposições da Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, que cria o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

Em 2017, dentre as principais unidades estratégicas da Reitoria do IFPA, listadas no quadro acima, houve poucas mudanças nos titulares responsáveis pelas unidades. As mudanças observadas foram apenas a saída do titular da Procuradoria Federal junto ao IFPA. Para esta função, aguarda-se liberação do MEC para designação do novo titular, e mudança de titular na Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Em tempo, informamos que a titular da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional desde 07 de junho de 2017 solicitou afastamento, inicialmente para licença à saúde e posteriormente para licença à maternidade.

Dentre as Diretorias Gerais dos Campi, houve apenas a mudança de titular da Diretoria Geral do Campus Avançado Vigia, os demais titulares atuaram durante todo o exercício de 2017.

Figura 20 – Ilustração do organograma funcional.



Fonte: Resolução nº 061/2016 –CONSUP, 2017.

2.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro 2 – Macroprocesso finalístico de Ensino.

Descrição:		Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).			
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Processo seletivo	<ul style="list-style-type: none"> - Processo seletivo para cursos de graduação por meio do SISU - Processos seletivos para cursos técnicos e FIC por editais específicos - Processo Seletivo Unificado – PSU para a seleção de estudantes para ingresso nos cursos técnicos no ano letivo de 2018 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes egressos do Ensino Médio que prestaram o ENEM - Estudantes egressos do ensino fundamental para cursos técnico integrado - Estudantes egressos do ensino médio para cursos técnicos subsequentes - Estudantes cursando ensino fundamental ou médio para cursos FIC 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Geral do SISU/MEC 	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais de consumo - Sistema de Informação - Equipamentos de informática - Material de publicidade / gráficos 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos/PROEN - Secretarias acadêmicas dos campi - Comissões de processos seletivos dos campi - Diretorias de Ensino dos campi do IFPA - Diretoria de Tecnologia da Informação/Reitoria - Diretoria de Comunicação do IFPA - Procuradoria Federal / IFPA
Registro e controle das informações acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) - Sistema Educacenso - Sistema Censup 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes vinculados ao IFPA - Docentes - Técnicos administrativos - Coordenadores de curso - Gestores - Comunidade em geral 	<ul style="list-style-type: none"> - SETEC/MEC - INEP - SEDUC/PA 	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais de consumo - Sistema de Informação - Equipamentos de informática 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos/PROEN - Setor de Registros e Controle Acadêmico / PROEN - Procuradora Institucional - secretaria acadêmicas dos campi - Diretoria de Tecnologia da Informação / Reitoria IFPA

Descrição:	Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Assistência estudantil e inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> - Concessão de auxílios estudantis - Acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social - Corpo discente em geral 	<ul style="list-style-type: none"> - MEC - FNDE 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros - Equipamentos - Materiais de apoio - Salas para atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas / PROEN - Diretorias de ensino - Equipes de assistência estudantil dos campi - Setores de registro escolar - Coordenações dos cursos

Descrição:	Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos cursos técnicos de nível médio	<ul style="list-style-type: none"> - Criação, atualização e regulamentação de cursos na forma de oferta integrada e subsequente - Oferta de vagas dos cursos da EJA/EPT, em cumprimento às metas do PNE - Orientação e acompanhamento aos campi - Orientação e acompanhamento aos programas Saberes da Terra e PRONERA - Instalação do Fórum de Educação Básica e Profissional - Criação do GT Agir para EJA/EPT - Formação dos coordenadores de curso - Formação das equipes pedagógicas - Acompanhamento ao Censo da Educação Básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Coordenadores de curso - Pedagogos e TAEs - Diretorias de ensino - Coordenadores de cursos - Coordenadores dos programas PRONERA e Saberes da Terra - Equipe técnico pedagógica - Colegiados - NDEs - Setores de registro escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas - Instituições públicas - Escolas familiares rurais - Empreendimentos familiares - Movimentos sociais - Cooperativas - Associações 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Ginásio - Equipamentos - Materiais pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação Básica e Profissional / PROEN - Procuradora Institucional - Diretorias de ensino - Coordenadores de cursos - Coordenadores, supervisores, orientadores e bolsistas auxiliares do PRONATEC - Equipe técnico pedagógica - GT Agir para EJA/EPT - Fórum da Educação Básica e Profissional - Setores de registro escolar

Descrição:	Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos cursos de formação inicial e continuada	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e regulamentação de cursos regulares e PRONATEC - Oferta de vagas dos cursos regulares e do PRONATEC - Orientação e acompanhamento aos campi 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Coordenadores de curso - Pedagogos e TAE's 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas - Instituições públicas - Escolas familiares rurais - Empreendimentos familiares - Movimentos sociais - Cooperativas - Associações 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros (bolsa formação) - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Ginásio - Equipamentos - Materiais pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação Básica e Profissional / PROEN - Diretorias de ensino - Coordenadores de cursos - Coordenadores, supervisores, orientadores e bolsistas auxiliares do PRONATEC - Equipe técnico pedagógica - Setores de registro escolar

Descrição:	Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> - Criação, atualização e regulamentação de cursos de graduação - Oferta de vagas em cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelados - Orientação e acompanhamento aos campi - Acompanhamento aos processos avaliativos e regulatórios dos cursos - Orientação e acompanhamento aos programas PARFOR, PIBID e PET - Instalação dos Fóruns das Licenciaturas e das Tecnologias e Bacharelados - Formação das equipes pedagógicas - Formação dos coordenadores de curso - Acompanhamento ao Censo da Educação Superior 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes (egressos do ensino médio aprovados no SISU ou por meio de processo seletivo do IFPA) - Professores - Coordenadores de curso - Coordenadores de programas - Pedagogos e TAE's 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas - Instituições públicas - Escolas familiares rurais - Empreendimentos familiares - Movimentos sociais - Cooperativas - Associações - Diretorias de ensino dos campi 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Ginásio - Equipamentos - Materiais pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação Superior / PROEN - Procuradora Educacional Institucional - Coordenações dos cursos - Coordenações dos programas PARFOR, PIBID e PET - Equipes pedagógicas - Colegiados - NDEs - Setores de registro escolar

Descrição:		Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).			
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão em Educação a Distância	Gestão em Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente, modalidade de ensino à distância - Acompanhamento à execução do programa Rede e-TEC Brasil - Acompanhamento ao percurso da UAB - Revisão do projeto de institucionalização da EAD no IFPA - Construção da sede do Centro de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância do IFPA - Criação de corpo social especializado - Orientação e acompanhamento aos campi - Criação e revisão de documentos e normativas institucionais - Formação dos coordenadores de curso - Formação das equipes pedagógicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Tutores - Coordenadores de curso - Coordenadores de programas - Pedagogos e TAEs 	<ul style="list-style-type: none"> - SEDUC - União dos Dirigentes Municipais de Ensino – UNDIME - Prefeituras municipais - Outros IFEs - Escolas da rede pública estadual e municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Equipamentos - Materiais pedagógicos - Materiais de consumo

Fonte: PROEN, 2018.

Análise Crítica:

No ano de 2017, a PROEN propôs ao Colégio de Dirigentes do IFPA a realização de um Processo Seletivo Unificado (PSU) para a seleção de estudantes para ingresso nos cursos técnicos no ano letivo de 2018, onde os campi tiveram a liberdade de optar em participar do mesmo. Por meio de adesão ao PSU 2018, participaram nesse primeiro ano do processo seletivo unificado 10 campi e 50 cursos. Os editais do PSU estão disponíveis no endereço eletrônico <http://ifpa.edu.br/component/content/article?id=643>.

A PROEN criou e revisou diversas normativas de fortalecimento ao ensino ao longo do ano, bem como elaborou estratégias de divulgação e acompanhamento da implementação dessas normativas junto aos gestores dos campi e às diversas categorias da comunidade acadêmica, por meio de eventos e visitas aos campi, além de comunicações diárias por diversos meios de comunicação disponíveis (e-mail, telefone, fóruns virtuais, videoconferências e redes sociais), que fazem parte da rotina de trabalho de todos os departamentos da PROEN.

Dentre as normativas, estão políticas, regulamentos, notas técnicas, instruções normativas, editais institucionais e planejamentos estratégicos. Um marco em 2017 foi a atualização do Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFPA, após amplo processo de construção coletiva a partir das contribuições dos campi em seus processos de criação/revisão de seus Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, processos esses todos acompanhados pela PROEN. Desde 2015, a PROEN já criou e revisou 32 normativas de fortalecimento do ensino, sendo que só em 2017 foram 17 normativas. As normativas elaboradas pela PROEN estão disponíveis em sua página, em <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1>.

O Departamento de Educação Básica e Profissional (DEBP) realizou um diagnóstico em 2015 para verificar os cursos que estavam funcionando sem ato, e estabeleceu um conjunto de procedimentos emergenciais para regulamentar estes cursos. Após a realização do diagnóstico, os campi receberam as orientações acerca dos itens que deveriam ser atualizados em seus Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs. Os 18 campi do IFPA encaminharam os PPCs reformulados de seus cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e subsequentes, ação esta que se estendeu até 2017. Ao final deste ano, 90% dos PPCs dos cursos da Educação Básica e Profissional do IFPA estavam atualizados. O IFPA ofertou 129 cursos nesse nível de ensino, sendo 14 cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, 54 cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio, 4 cursos de ensino técnico integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e 57 cursos subsequentes.

Ao longo de 2017, o Departamento de Ensino Superior – DES analisou 51 Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, sendo 30 atualizações (das quais 29 PPCs já aprovados e 1 em processo de análise) e 21 criações de curso (10 aprovados, 7 em análise e 4 devolvidos aos campi por insuficiência de condições de oferta ou incompatibilidade com as diretrizes curriculares nacionais). Saliente-se que das 17 propostas de criação de curso apresentadas e já aprovadas ou em análise, a maioria são referentes a cursos de tecnologia (9). Foram apresentados 5 PPCs para cursos de engenharia e apenas 3 para cursos de licenciatura, o que evidencia a importância de um trabalho de sensibilização mais intenso junto aos campi acerca da necessidade de garantir a destinação de 20% das vagas ofertadas pelo IFPA para cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, em conformidade com a Lei 11.892/2008. Não obstante, é necessário destacar que 4 cursos anteriormente ofertados por meio dos programas PARFOR e PROCAMPO tiveram seus PPCs atualizados, para

oferta regular a partir de 2018, o que deve aumentar o número de cursos de licenciatura ofertados no IFPA de 11 para 18 em 2018. A instituição crescerá de 26 cursos ofertados em 2015 para 47 cursos em 2018, um crescimento de 80%.

Os atos autorizativos internos dos cursos de Educação Básica e Profissional e de Ensino de Graduação, bem como as normativas institucionais aprovadas, estão disponíveis no site do Conselho Superior – CONSUP do IFPA (<http://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colégiados/resolucoes.jsf;jsessionid=27D24A5A6BC3F310B3BC1AAFE04BC68E.node1inst1>).

Atualmente, a EaD no IFPA possui 759 alunos, matriculados nos cursos Técnico em Informática (subsequente) e Técnico em Informática para Internet (concomitante), que estão distribuídos em 14 (catorze) polos, ofertados por meio da Rede e-Tec Brasil. Desde 2014, todos os 18 campi do IFPA possuem infraestrutura para atuar como polos de apoio presencial. Apesar disso, como atualmente a oferta dos cursos técnicos a distância ocorre somente por meio da Rede e-Tec Brasil, o IFPA está sujeito às determinações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, o que nos últimos anos tem dificultado bastante a articulação para a criação de novos polos, pelos prazos exíguos que são dados para que se responda às demandas enviadas pela SETEC. Essa sujeição impacta diretamente no aumento ou na diminuição de polos ao longo dos anos. Os polos têm sido criados conforme Mapa de Demanda Identificada (MDI) enviado pela SETEC/MEC para oferta de cursos por meio da Rede e-Tec Brasil, com a anuência dos campi do IFPA, que buscam parceria com prefeituras municipais dentro de suas respectivas áreas de abrangência.

Em 2017, a finalização da revisão do projeto de institucionalização da EaD ficou na dependência da aprovação pela SETEC/MEC de um documento indicando modelos de organização institucional para as unidades EaD dos Institutos Federais, formulado por um Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Ainda que o documento não tenha sido aprovado e publicado em 2017, o projeto do IFPA será finalizado e submetido à aprovação do CONSUP no primeiro trimestre de 2018. A construção do prédio do CTEAD foi paralisada em abril de 2017 por desistência da empresa responsável pela obra. A ação foi retomada em setembro/2017, com previsão de entrega para 2018. Por conta desse problema, foi instituída uma sede temporária no Campus Ananindeua, enquanto o prédio definitivo não fica pronto. No processo de implantação do CTEAD, foi fundamental a criação de um corpo especializado para desempenhar funções específicas de EaD.

O Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas – DAAI lançou proposta de Edital Institucional de Assistência Estudantil, buscando minimizar a demora no fluxo para análise dos editais dos campi. O documento foi analisado e aprovado pela Procuradoria Federal, otimizando o andamento dos editais nos campi que optaram por sua utilização. Dos 18 (dezoito) campi do IFPA, 12 (doze) aderiram ao Edital Institucional, sendo eles: Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Paragominas, Parauapebas e Vigia. Em 2017, de um total de 12.632 discentes matriculados, o IFPA atendeu 8.740 estudantes com repasse financeiro direto. Foram disponibilizados diferentes tipos de auxílios, abrangendo as seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, atenção a saúde, esporte, creche, apoio pedagógico para participação em eventos técnico-científicos, apoio pedagógico para participação em eventos esportivos, apoio pedagógico para participação em eventos culturais, auxílio eventual,



pesquisa e extensão. Além dos 8.740 estudantes contemplados com repasse financeiro direto do PNAES, por meio de auxílios, em 2017 o IFPA também atendeu 696 estudantes por meio do Programa Bolsa Permanência.



Quadro 3 – Macroprocesso finalístico de Extensão.

Descrição:	Compreende a integração da instituição com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios, visitas técnicas, convênios e parcerias institucionais, artístico-cultural e desportiva.				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos projetos de extensão	Promover e fomentar a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão.	IFPA (Comunidade Interna)	IFPA (Comunidade Interna); Instituições Públicas e Privadas.	Políticas Extensionistas; Sistemas Automatizados; Estabelecimento de Parcerias	Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais
Gestão de parcerias institucionais	Relações com Instituições nacionais e internacionais, buscando acordos de cooperação técnica e/ou convênios, viabilizando a mobilidade docente e discente, cursos de formação continuada e de formação superior, assim como outros benefícios acadêmicos.	IFPA (servidores e discentes)	Instituições Públicas e Privadas	Interlocação com potenciais parceiros; Políticas Extensionistas	Coordenação de Relações Interinstitucionais
Acompanhamento dos egressos	Portal do egresso; Serviços de formação continuada: oferta de cursos e eventos, orientação e/ou encaminhamento para emprego e projetos de integração dos egressos; Portal de Parceiros.	IFPA (Egressos)	Setor Produtivo (público e privado)	Base de Dados de Egressos; Sistemas Automatizados; Estabelecimento de Parcerias; Materiais de Divulgação; Políticas Extensionistas	Setor de Egressos e Observatório do Trabalho
Estágio curricular e extracurricular	Estabelecimento de parcerias por Convênios e/ou Cooperação técnica; Portal de Parceiros.	IFPA (Discentes)	Instituições Públicas e Privadas	Base de Dados de Discentes; Sistemas Automatizados; Estabelecimento de Parcerias; Materiais de Divulgação; Políticas Extensionistas	Coordenação de Extensão e Estágio

Descrição:	Compreende a integração da instituição com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios, visitas técnicas, convênios e parcerias institucionais, artístico-cultural e desportiva.				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Processos de esporte e lazer	JIFs e demais ações de desporto e lazer	IFPA (Comunidade Interna)	Instituições Públicas e Privadas	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Coordenação de Arte, Cultura de Desporto
Processo artístico-cultural	Promover ações de responsabilidade social no que se refere à sua contribuição em relação à memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	IFPA (Comunidade Interna e Externa)	Instituições Públicas e Privadas	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Coordenação de Arte, Cultura de Desporto
Projetos de empreendedorismo	Incubadora de Empresas e Empresas juniores	IFPA (Discentes e Egressos) e Comunidade Externa.	IFPA (Docentes) e Instituições Externas.	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais
Programas de intercâmbios	Implantar e manter o Centro de Idiomas do IFPA, norteando as ações da rede no que se refere às estratégias de internacionalização, como intercâmbio internacional de estudantes e profissionais	IFPA (Comunidade Interna) e Comunidade Externa.	Instituições Públicas e Privadas	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Coordenação de Relações Interinstitucionais

Fonte: PROEX, 2018.

Análise Crítica:

Os macroprocessos internos são avaliados individualmente, de acordo com o tipo de ação da PROEX. Ações estas, que estão alinhadas a missão/visão do IFPA e visam atender ao papel da extensão dentro do processo de formação dos discentes, levando-os a associar o ensino/pesquisa/extensão em ações que tenham por objetivo a intervenção transformadora junto à sociedade. Neste contexto, os macroprocessos da extensão foram revisados e, atualmente em consonância com a Política Nacional da Extensão da Rede Federal.

Quadro 4 – Macroprocesso finalístico de Pesquisa e Inovação Tecnológica.

Descrição:	Compreende a promoção do desenvolvimento de pesquisa, iniciação científica, experimentação científica, publicação acadêmica, participação e realização de eventos científicos, qualificação dos servidores, intercâmbios científicos e registro de patentes.				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Fomento a pesquisa e inovação	Fomento à pesquisa e inovação	1- Aprovação de artigos e publicação em periódicos 2 - Edital de Auxílio à Inovação e Pesquisa Aplicada	Servidores e discentes do IFPA	2 - Instituições de Ciência e Tecnologia 3 - Rede NAMOR e empresa Wylinka	1 - Dotação orçamentária de Custeio. 2 - Dotação orçamentária de Custeio, Capital e Bolsas. 3 - Dotação para o pagamento de Taxas de proteção.
Programa de iniciação científica	Programa de iniciação científica	Concessão de bolsas iniciação científica à comunidade discente do IFPA;	Professores e alunos do IFPA	CNPq e FAPESPA	Continuidade do Edital lançado pelo CNPq em 2016.
Processo de registros de propriedade intelectual	Processo de registros de propriedade intelectual	1 - Realização de cursos e palestras sobre patentes e redação de patentes; 2 – Submissão de 4 propostas de registro de patente para o IFPA	Servidores e discentes	Rede NAMOR e FAPESPA	Recursos humanos com expertise no Tema e dotação orçamentária
Eventos técnico-científicos	Eventos técnico-científicos	1- Simpósio de Inovação Tecnológica - SIMIT 2- Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA	1- Servidores do IFPA. 2- Bolsistas de IC do IFPA	1- Campus Castanhal 2- CNPq	Dotação Orçamentária e Espaço Físico
Processo publicação acadêmica	Processo publicação acadêmica	Editora do IFPA	Pesquisadores do IFPA	REDENAMOR	Recurso financeiro e pessoal
Gestão dos grupos de pesquisa	Gestão dos grupos de pesquisa	Acompanhamento das atividades dos Grupos de Pesquisa	Pesquisadores do IFPA	CNPq	Sistema integrado de pesquisa

Pesquisa de inovação tecnológica	Pesquisa de inovação tecnológica	Editais de Auxílio à Inovação e Pesquisa Aplicada	Servidores e Discentes	Campi do IFPA	Dotação Orçamentária e Laboratórios
----------------------------------	----------------------------------	---	------------------------	---------------	-------------------------------------

Fonte: PROPPG, 2018.

Análise Crítica:

As ações em 2017 foram pautadas pelo PDI, sendo propostas atividades de estímulo à pesquisa e inovação tanto para servidores quanto para alunos sendo disponibilizados recursos financeiros para participação em eventos científicos, publicação em periódicos e bolsas de iniciação científica para discente de diferentes campi. Mais ainda, foi estimulado aos campi a criação de programas de iniciação científica a fim de aumentar o fomento à pesquisa nas mais diversas regiões.

O exercício de 2017 foi de estímulo para o processo de desenvolvimentos de pesquisas aplicadas que gerem inovação tecnológica, social e educacional no IFPA. O ambiente foi preparado por meio das diversas ações descritas acima para que a partir do próximo exercício possamos consolidar as ações de inovação nos diversos campi do IFPA e levá-las efetivamente para a sociedade.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Planejamento organizacional

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Planejamento Organizacional do IFPA se baseia no Mapa Estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência dos anos de 2014 a 2018, pautado em cinco dimensões de categorias para dimensionar seus objetivos e assim definir o que a instituição quer atingir em cada uma das dimensões da sua estratégia, conforme apresentado na figura abaixo:

Figura 21 – Mapa estratégico do PDI 2014-2018.



Fonte: PDI 2014-2018, IFPA.

Os objetivos plurianuais contidos no PDI (2014-2018) são desmembrados em indicadores e metas para cada ano do período. A execução anual é norteadada pelo Plano Estratégico Anual – PEA, para as unidades da Reitoria do IFPA e pelo Plano de Ações e Metas – PAM, para os 18 Campi que compõem a estrutura atual do IFPA. As metas e indicadores para o exercício 2017 estão descritos desde o Quadro 5 até o Quadro 29. Os resultados e comentários sobre a execução do PEA por parte das unidades da Reitoria do IFPA são apresentados no APÊNDICE I até APÊNDICE IX.

a) Dimensão “MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO OFERTADO”

Quadro 5 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 1 do PDI (Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Melhorar o Índice Geral de Cursos (IGC) do IFPA.	IGC.	3	PROEN; Campi
2 - Melhorar o desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE).	Média das notas dos cursos no ENADE.	4	PROEN; Campi
3 - Melhorar o conceito dos cursos ofertados.	Média das notas das avaliações dos cursos realizadas <i>in loco</i> .	4	PROEN; Campi
4 - Integrar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo discente.	Número de políticas articuladas entre as Pró-reitorias.	3	PROEN; PROPPG; PROEX; Campi
5 - Adequar a infraestrutura física voltada às demandas do Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação de cada Campus.	Adequação anual das estruturas físicas dos Campi.	14	PROAD; Campi
6 - Criar, aprovar, implementar e revisar normativas do Ensino.	Número de normativas criadas, aprovadas, implementadas e revisadas.	35	PROEN.
7 - Estimular a prática esportiva entre os discentes do IFPA, como meio de acesso ao exercício da cidadania, considerando as etapas estadual, regional e nacional dos jogos estudantis.	Número de discentes do IFPA participantes dos jogos.	650	PROEX; Campi
8 - Recredenciar o IFPA para oferta de ensino superior.	Instituto recredenciado.	X	PROEN; DAI/PRODIN
9 - Atingir a relação mínima de alunos/professor.	Relação Aluno /Professor.	20	PROEN
10 - Manter o percentual mínimo de vagas para o ensino técnico de nível médio conforme o disposto na Lei de Criação dos Institutos Federais - Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008.	Percentual de vagas para os cursos técnicos.	50%	PROEN

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
11 - Manter o percentual mínimo de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na Lei de Criação dos Institutos Federais.	Percentual de vagas para os cursos de licenciatura e formação de professores.	20%	PROEN
12 - Aumentar a oferta de vagas EJA-EPT em relação às matrículas do ano anterior.	Percentual de vagas ofertadas em relação ao ano anterior.	10%	Diversidade/DEBP/PROEN
13 - Apresentar em média um programa de melhoria da qualidade da educação básica por Campus.	Número de programas de melhoria de qualidade da educação básica.	18	PROEN; Campi
14 - Implementar cursos FIC e programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais no mínimo em uma área ou eixo tecnológico.	Números de área ou eixo tecnológico com cursos FIC e programas implementados.	1	PROEN
15 - Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica.	Programa de apoio a estudantes com elevado desempenho implantado.	X	PROEN
16 - Implantar o Acervo Acadêmico do IFPA.	Percentual de implantação do acervo acadêmico.	30%	PROEN
17 - Instituir fluxos para acompanhamento das atividades docentes.	Fluxos definidos.	X	PROEN; PROEX; PROPPG

Quadro 6 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 2 do PDI (Institucionalizar a Educação à Distância (EaD) no âmbito do IFPA, criando instrumentos legais para sua consolidação).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Credenciar a Instituição junto ao MEC para a oferta de ensino superior em EaD.	IFPA Credenciado.	X	PROEN; PRODIN
2 – Credenciar polos de EaD, nos Campi e nos municípios de sua área de abrangência.	Número de polos credenciados.	20	PROEN; Campi
3 – Construir o Centro de Referência de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (CTEaD).	Construção do CTEaD do IFPA.	100%	PROAD
4 – Implantar o Centro de Tecnologias de Educação a Distância (CTEaD).	CTEaD implantado.	X	PROEN
5 – Capacitar coordenadores, professores, tutores, estudantes e demais colaboradores envolvidos em EaD.	Percentual de colaboradores da EaD capacitados.	50%	PROEN

Quadro 7 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 3 do PDI (Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 – Aumentar a oferta de cursos técnicos subsequentes, por meio do PRONATEC/Bolsa-Formação.	Número de cursos pactuados.	19	PROEX; Campi

Quadro 8 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 4 do PDI (Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 – Financiar projetos de extensão, por meio do Programa de Apoio às Atividades de Extensão (PRO-EXTENSÃO) do IFPA.	Projetos aprovados.	18	PROEX; Campi
2 – Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação.	Percentual de Cursos de graduação com 10% de créditos curriculares em programas e projetos de extensão.	30%	PROEX; PROEN; Campi
3 – Implantar o Observatório do Mundo do Trabalho.	Observatório do Mundo do Trabalho implantado.	X	PROEX

Quadro 9 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 5 do PDI (Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 – Estreitar parcerias com a comunidade empresarial e/ou entidades públicas, visando o aumento de vagas de estágio para os discentes do IFPA.	Percentual de aumento anual em relação ao ano anterior de parcerias firmadas.	15%	PROEX; PROEN; Campi
2 – Firmar parcerias nacionais e internacionais, visando intercâmbio de discentes e profissionais técnicos e docentes do IFPA.	Parcerias firmadas.	10	PROEX; Campi
3 - Aumentar a participação de discentes e docentes do IFPA no Programa Ciência Sem Fronteiras e Idiomas Sem Fronteiras.	Percentual de discentes e docentes aprovados.	10%	PROEX; PROEN; Campi
4 - Manter e aumentar os acordos de cooperação internacionais firmados com instituições de outros países, visando à mobilidade estudantil internacional.	Acordos firmados.	11	PROEX; Campi.
5 - Implementar o Centro de Idiomas do IFPA.	Centro Implementado.	X	PROEX
6 - Promover a aplicação de testes de proficiência tipo TOEFL e IELTS para a comunidade acadêmica do IFPA.	Número de testes aplicados.	200	PROEX; Campi
7 - Estimular a oferta de vagas de emprego para os egressos do IFPA.	Número de vagas de Emprego para egressos viabilizados por ações do IFPA.	100	PROEX; Campi.
8 - Firmar parcerias nacionais e internacionais, visando intercâmbio de egressos.	Número de parcerias firmadas.	5	PROEX; Campi
9 - Desenvolver programa de ensino, pesquisa e extensão intercâmbio e interinstitucional.	Programa intercâmbio e interinstitucional desenvolvido.	X	PROEN; PROEX; PROPPG

b) Dimensão “FORTALECIMENTO DO ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFPA”

Quadro 10 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 6 do PDI (Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Desenvolvimento de ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica que atendam as demandas regionais.	Número de Projetos voltados para demandas regionais.	34	PROPPG; PROEX; Campi
2 - Estimular a execução de projetos que articulem pesquisa e extensão ao ensino, nos diferentes níveis e modalidades.	Número de projetos fomentados que utilizem a pesquisa e extensão como instrumento de ensino-aprendizagem.	56	PROEN; PROPPG; PROEX; Campi
3 - Promover licenciamentos e transferência de tecnologias para o setor privado, educacional ou comunidades locais.	Número de Licenciamentos e/ou transferências de tecnologia realizadas	5	PROEX; PROPPG; Campi

Quadro 11 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 7 do PDI (Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 – Normatizar a Política de Extensão do IFPA.	Normativa aprovada pelo CONSUP.	X	PROEX
2 – Normatizar o PRO-EXTENSÃO do IFPA.	Normativa aprovada pelo CONSUP.	X	PROEX
3 - Criar o programa de acompanhamento de egressos, implantando o Observatório do Mundo do Trabalho.	Criação do Observatório do Mundo do Trabalho.	X	PROEX; Campi
4 - Produzir, sistematizar e difundir as informações relativas aos egressos do IFPA, em todos os níveis e modalidades.	Percentual de egressos em acompanhamento.	5%	PROEX; Campi
5 - Criar e normatizar o Comitê de Extensão do IFPA.	Comitê criado e normativa aprovada no CONSUP.	X	PROEX; Campi
6 - Criar e normatizar a Câmara Técnica de Extensão do IFPA.	Câmara criada e normativa aprovada no CONSUP.	X	PROEX
7 - Normatizar o Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA.	Normativa aprovada no CONSUP	X	PROEX
8 - Criar, normatizar e implementar o Núcleo Editorial do IFPA.	Núcleo criado e normativa aprovada no CONSUP.	X	PROPPG
9 - Implementar o Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão do IFPA.	Módulo implementado em todos os Campi	X	PROEX; Campi
10 - Implantar o Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional.	Banco Implantado	X	PROEX; Campi
11 - Implementar incubadoras no IFPA.	Incubadoras implementadas.	5	PROEX; Campi
12 - Criar, fomentar e produzir recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais, considerando os princípios de inclusão e do desenho Universal, em diversas mídias, resguardando o acesso e a usabilidade das várias audiências.	Número de produtos e serviços criados e produzidos.	20	PROEX; PROEN; Campi

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
13 - Criar a Rede de Parceiros para oferta de Estágio e Emprego.	Portal Integrado da Rede de Parceiros Implantado.	X	PROEX; Campi
14 - Normatizar a política e programa de extensão para o atendimento do Observatório do Trabalho no IFPA.	Política aprovada no CONSUP.	X	Setor de Egresso/ PROEX; Campi
15 - Elaborar Normativa das ações de Arte, Cultura e Esporte.	Normativa aprovada pelo CONSUP.	X	PROEX
16 - Incentivar a implantação dos Núcleos de Arte e Cultura (NAC) do IFPA.	Número de Campi com NAC implantados.	5	PROEX
17 - Incentivar a implantação dos Núcleos de Desporto e Lazer (NDL) nos campi do IFPA.	Número de Campi com NDL implantados.	5	PROEX
18 - Ampliar as ações extensionistas integradas nos Campi, na área da Educação Física.	Número de encontro de Professores de Educação Física do IFPA.	1	PROEX
19 - Implementar projetos de ações inclusivas e de tecnologia social, atendendo as áreas temáticas da extensão.	Número de projetos sociais implantados.	18	PROEX

Quadro 12 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 8 do PDI (Promover a pesquisa científica e tecnológica).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Manter e ampliar o número de bolsas nos programas institucionais de iniciação científica, tecnológica e inovação do CNPq / CAPES / FAPESPA.	Número de bolsas de iniciação científica.	60	PROPPG; Campi.
2 - Incentivar e apoiar a implantação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) nos Campi.	Número de Campus com Programa de Iniciação Científica implantado.	13	PROPPG; Campi.
3 - Manter e ampliar o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento da Pesquisa e Inovação (PEDPI) - Edital para apoio dos projetos de pesquisa.	Número de projetos apoiados pelo PEDPI/IFPA.	17	PROPPG; Campi
4 - Incentivar a participação de servidores em eventos científicos, por meio de editais de auxílio à participação em eventos científicos.	Número de beneficiários no Edital de auxílio à participação em eventos científicos.	80	PROPPG; Campi
5 - Realizar eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação.	Número de eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação por ano.	8	PROPPG; Campi
6 - Aprovar projeto de captação de recursos externos para a pesquisa.	Número de projeto institucional aprovado.	1	PROPPG
7 - Implantar um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pesquisa. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento de projetos, grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas e editais.	Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.	4	PROPPG; DTI
8 - Aumentar a participação do Comitê Científico de Pesquisa do IFPA nas ações da PROPPG.	Número de participações do Comitê Científico de Pesquisa nas ações da PROPPG.	5	PROPPG
9 - Realizar anualmente um evento institucional com a oferta de oficinas de elaboração de projetos e artigos.	Evento anual realizado.	1	PROPPG

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
10 - Promover a pesquisa aplicada, por meio de parcerias com o setor produtivo.	Número de editais anuais de incentivo à pesquisa aplicada.	1	PROPPG
11 - Estimular projeto de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico nos Campi.	Número de projetos apresentados pelos Campi.	10	PROPPG

Quadro 13 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 9 do PDI (Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Manter e ampliar os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.	Número de convênios vigentes e firmados.	5	PROPPG
2 - Manter e ampliar o número de bolsas e auxílios de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado do Programa Institucional de Qualificação (PIQ) do IFPA, por meio de Editais anuais.	Número de bolsas e auxílios concedidos pelo PIQ.	32	PROPPG
3 - Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	Número de cursos <i>stricto sensu</i> ofertados.	4	PROPPG; Campi
4 - Aumentar o número de Campi com oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	Número de Campi com oferta de cursos <i>lato sensu</i> .	9	PROPPG; Campi
5 - Implantar um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pós-graduação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento cursos, servidores, alunos, bolsistas e editais.	Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.	3	PROPPG; DTI

Quadro 14 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 10 do PDI (Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Realizar a proteção das Tecnologias produzidas pelo IFPA, a partir da consolidação das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFPA.	Número de Tecnologias protegidas.	4	PROPPG; Campi
2 – Manter e ampliar a parceria com a Rede NAMOR, articulando em rede com outros NIT(s) de instituições de ensino superior pública.	Número de ações em conjunto com outros NIT (s) e com a Rede Namor	4	PROPPG
3 – Implantar um sistema integrado de gerenciamento das atividades de inovação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento para as atividades de: gerenciamento de invenções, gerenciamento de empresas juniores e incubadoras.	Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.	3	PROPPG
4 – Realizar anualmente visita nos Campi para a realização de palestras e reuniões sobre inovação tecnológica, promovendo aos servidores do IFPA capacitações que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação.	Número de visitas realizadas aos Campi para capacitação dos servidores.	6	PROPPG; Campi

c) Dimensão “FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E INCLUSÃO”

Quadro 15 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 11 do PDI (Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Atender os alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais, por meio da política de permanência e inclusão social no IFPA.	Percentual de alunos atendidos pelos programas de permanência do IFPA.	70%	PROEN; Campi
2 - Destinar um quantitativo de vagas nos cursos técnicos ofertadas para a EJA-EPT.	Percentual de vagas ofertadas para a EJA-EPT.	10%	PROEN; Campi
3 - Destinar um quantitativo de vagas ofertadas para os cursos de Licenciatura.	Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas.	15%	PROEN; Campi
4 - Criar os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) e Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) nos Campi do IFPA.	Percentual de Campi com ambos os núcleos criados.	45%	PROEN; PROEX; Campi

Quadro 16 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 12 do PDI (Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Diagnosticar as causas da evasão nos cursos ofertados em cada Campus do IFPA, em todos os níveis e modalidades.	Número de Campi com o Diagnóstico de evasão realizado anualmente.	18	PROPPG; PROEN; PROEX; Campi
2 - Reduzir o índice de evasão.	Percentual de evasão escolar.	25%	PROPPG; PROEN; PROEX; Campi
3 - Diminuir a taxa de retenção nos componentes curriculares.	Percentual de reprovação por componente curricular.	30%	PROPPG; PROEN; PROEX; Campi
4 - Executar o Plano de Permanência e Êxito nos Campi.	Número de Campi com planos executados.	18	PROEN; Campi
5 - Monitorar os resultados do Plano de Permanência e Êxito nos Campi.	Percentual de ações monitoradas.	100%	PROEN
6 - Encerrar os passivos dos programas institucionais.	Elevar número de concluintes das ofertas dos anos 2010 e 2011.	X	Coordenação da EAD/PROEN/Coordenação UAB; Campus Belém

d) Dimensão “GESTÃO DO IFPA”

Quadro 17 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 13 do PDI (Implantar a Lei de Acesso à Informação - LAI).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 – Implantar a LAI nos Campi.	Número de Campi com a LAI implantada.	18	Gabinete do Reitor; Campi

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
2 – Capacitar servidores para uso da LAI.	Percentual de servidores capacitados por Campus	2%	Gabinete do Reitor; Campi
3 – atendimentos dentro das demandas do e-SIC.	Percentual de Atendimento dentro do e-SIC.	100%	Gabinete
4 – Elaborar Plano de Dados Abertos (PDA).	Plano de Dados Abertos elaborado.	X	Gabinete

Quadro 18 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 14 (Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Efetivar a implantação das comissões e subcomissões (quando for o caso) da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão (CIS) e Comissão de Ética.	Número de comissões implantadas.	3	Gabinete do Reitor; Campi
2 - Implantar as ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores.	Percentual de servidores atendidos anualmente.	40%	DGP; Campi
3 - Capacitar os servidores em cursos de aprendizagem contínua.	Percentual de servidores capacitados.	75%	DGP; Campi
4 - Criar o Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores do IFPA.	Plano elaborado.	X	DGP
5 - Consolidar o Processo de Autoavaliação Institucional.	Número de Campi com CPA Local instituída e integrada com a CPA Institucional.	10	CPA; DAI/PRODIN
6 - Realizar encontro anual para capacitação de Coordenadores de Curso e Equipes Técnico-Pedagógicas.	Evento realizado.	X	PROEN

Quadro 19 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 15 PDI (Definir políticas de Comunicação Institucional).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Normatizar os padrões de comunicação interna e externa do IFPA.	Número de padrões de comunicação.	8	ASCOM; Campi
2 - Implementar as Assessorias de Comunicação Social nos Campi.	Número de Campi com Assessorias de Comunicação Social implementadas.	10	ASCOM; Campi

Quadro 20 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 16 do PDI (Ampliar a comunicação a partir de Rádios, TVs e a participação em redes sociais e outras mídias).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 – Realizar parcerias com veículos de comunicação para divulgar a marca e ações do IFPA.	Número de parcerias firmadas.	4	ASCOM
2 – Desenvolver um aplicativo de notícias para dispositivos móveis.	Percentual do desenvolvimento do aplicativo.	80%	ASCOM

Quadro 21 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 17 do PDI (Desenvolver o Marketing Institucional).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Capacitar servidores da área de comunicação em Marketing Institucional e Comunicação Social.	Percentual de servidores capacitados.	60%	ASCOM; Campi

Quadro 22 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 18 do PDI (Implantar o Sistema Integrado de Gestão (SIG) – Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Capacitar e integrar os Analistas e Técnicos de Tecnologia da Informação do IFPA com a Diretoria de Tecnologia da Informação.	Percentual de servidores de TI e capacitados integrados.	80%	DTI
2 - Implantar os Sistemas de Informação para o Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação, Extensão, Gestão de Pessoas e Gestão Administrativa.	Percentual de módulos do SIG implantados.	80%	DTI
3 - Implantar a Infraestrutura de Tecnologia da Informação para disponibilização dos sistemas de informação do IFPA.	Campi com infraestrutura completa de TI implantada.	15	DTI
4 - Implantar a Governança de TI em seus processos e procedimentos para apoiar o PDTI, O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI).	Percentual da Governança de TI implantada.	80%	DTI
5 - Implantar o Módulo de Avaliação Institucional.	Módulo implantado.	X	DAI/PRODIN; DTI

Quadro 23 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 19 do PDI (Nortear o desenvolvimento do IFPA, por meio do Plano Estratégico Anual - PEA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Monitorar a execução das metas do PDI.	Percentual de metas monitoradas.	100%	DAI/PRODIN; Campi
2 - Elaborar termos de referência para contratação de consultoria em gestão estratégica.	Termos de referência elaborados.	3	PRODIN
3 - Desenvolver o projeto PRODIN Itinerante II nos campi do IFPA.	Número de Campi visitados pela PRODIN.	18	DDIN/PRODIN
4 - Padronizar fluxos de processos da PRODIN.	Número de Processos Padronizados.	5	DDIN/PRODIN
5 - Atualizar o Relatório de Indicadores das Avaliações Externas.	Relatório de Indicadores das Avaliações Externas atualizado.	X	DAI/PRODIN
6 - Monitorar a execução dos planos de melhoria institucionais.	Índice de monitoramento dos planos de melhoria.	100%	DAI/PRODIN; CPA
7 - Atingir o índice mínimo de eficiência da Instituição por turma.	Índice de eficiência da instituição.	90%	PROEN
8 - Atingir o índice mínimo de eficácia da instituição por turma.	Índice de eficácia da instituição.	80%	PROEN

Quadro 24 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 20 do PDI (Alinhar a estrutura organizacional do IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Atualizar os Organogramas e respectivas atribuições dos Campi.	Resolução do Organograma dos Campi aprovada.	X	DDIN/PRODIN
2 - Atualizar o organograma da Reitoria e as respectivas atribuições.	Resolução do Organograma da Reitoria aprovada.	X	DDIN/PRODIN

Quadro 25 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 21 do PDI (Revisar e elaborar documentos institucionais do IFPA).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Monitorar a execução do plano de ação da Política de Meio Ambiente.	Plano de ação monitorado	X	CPDI/DDIN/PRODIN
2 - Revisar o PDI do IFPA	PDI revisado	X	DDIN/PRODIN
3 - Consolidar o Relatório do Diagnóstico dos Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais do IFPA.	Diagnóstico consolidado APL	X	DDIN/PRODIN
4 - Criar a normativa de institucionalização o SIGPP como instrumento de gestão do IFPA.	Normativa do SIGPP criada e aprovada	X	DDIN/PRODIN
5 - Atualizar o Regimento Interno da CPCA	Regimento atualizado	X	DAI/PRODIN

Quadro 26 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 22 do PDI (Aprimorar os mecanismos de prestação de contas).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Instituir o Painel de Gestão do IFPA.	Número de setores da Reitoria com indicadores monitorados pelo Painel de Gestão do IFPA.	8	PRODIN/DTI
2 - Elaborar o Anuário Estatístico do Exercício anterior.	Anuário Estatístico do Exercício anterior elaborado.	X	DAI/PRODIN; ASCUM
3 - Implantar o Sistema Informatizado de Preenchimento do Relatório de Gestão.	Sistema Informatizado de Preenchimento do Relatório de Gestão implantado.	X	DAI/PRODIN
4 - Elaborar o Relatório de Gestão do exercício anterior.	Relatório de Gestão do exercício anterior finalizado.	X	DAI/CPCA/PRODIN

Quadro 27 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 23 do PDI (Criar, normatizar e acompanhar o fluxo de informações acadêmicas).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Realizar evento de capacitação dos Secretários Acadêmicos, Auxiliares Institucionais e Procurador Educacional Institucional para utilizar o sistema EDUCACENSO, CENSUP, e-MEC.	Evento realizado.	X	PROEN
2 - Regularizar os ciclos de matrícula semestralmente.	Ciclos de matrículas atualizados.	X	PROEN
3 - Atualizar o SISTEC mensalmente.	SISTEC atualizado mensalmente.	X	PROEN
4 - Atualizar continuamente o Sistema e-MEC.	Sistema e-MEC atualizado.	X	PROEN

e) Dimensão “RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”

Quadro 28 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 24 do PDI (Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Realizar Fóruns e Seminários de discussão acerca das necessidades Orçamentárias dos Campi.	Número de eventos realizados.	4	PROAD; Campi
2 - Ampliar a oferta de bens e serviços, por meio de procedimentos licitatórios compartilhados, de modo a garantir economia e maior vantagem nos processos de contratação, bem como de tempo e pessoal, no âmbito do IFPA.	Número de licitações compartilhadas realizadas.	8	PROAD; Campi
3 - Disseminar aquisições de bens e serviços, por meio de licitações sustentáveis no âmbito do IFPA.	Percentual de licitações sustentáveis realizadas.	75%	PROAD; Campi
4 – Aderir ao SIMEC, SISTEC e Sistema de Registro de Preços do MEC.	Adesão aos sistemas do MEC.	X	PROAD
5 – Aderir a outros programas de interesse da REDE FEDERAL alimentando as bases de dados do MEC.	Adesão a programas do MEC.	X	PROAD
6 – Implantar o Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFPA.	PLS implantado.	X	PROAD
7 – Implantar o Sistema de Gestão de Patrimônio do IFPA.	Sistema de Gestão do Patrimônio implantado.	X	PROAD
8 – Elaborar o Inventário Anual do IFPA.	Inventário elaborado.	X	PROAD
9 – Implantar o Sistema de Gestão de Frotas do IFPA.	Sistema de Gestão de Frotas implantado.	X	PROAD
10 – Implementar o Plano de Substituição de Frotas de veículos do IFPA.	Plano de substituição de frotas de veículos implementado.	X	PROAD

Quadro 29 – Descrição das metas do PEA 2017 relacionadas ao Objetivo 25 do PDI (Instituir o Sistema de Acompanhamento e Execução Orçamentária).

Descrições das Metas	Indicadores	Metas	Responsáveis
1 - Instituir ações de acompanhamento e monitoramento das receitas próprias, despesas e cumprimento de metas orçamentárias.	Unidades Gestoras monitoradas anualmente, <i>in loco</i> .	8	PROAD; Campi

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Instituto Federal do Pará teve seu primeiro Planejamento Estratégico instituído por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2009-2013). Posteriormente, em 30 de junho de 2014, foi aprovado o PDI (2014-2018), que vigora até o exercício em questão. Tal instrumento tem por objetivo nortear as ações da gestão desta instituição no período de 2014-2018, bem como reflete a capacidade de o IFPA atender as demandas sociais.

A construção do PDI vigente baseou-se em oficinas realizadas nos Campi existentes à época, em um Seminário de Planejamento com a participação do Reitor, Pró-

reitores, Diretores Gerais de Campi e Diretores Sistêmicos, e nos Planos de Desenvolvimento dos Campi – PDC, por meio dos quais subsidiou-se a formulação da missão, visão e valores da Instituição, das dimensões estratégicas, dos objetivos, dos indicadores e das metas previstas para cada ano do período de vigência do plano.

Em 2017, foi aprovado pelo CONSUP a revisão do PDI (2014-2018), com ajustes efetuados ante a imperiosidade da mudança de cenário e das necessidades institucionais. O processo de revisão iniciou-se em 2016, mas só pôde ser finalizado em junho de 2017, devido à morosidade para atendimento às boas práticas de condução democrática e amplamente participativa, junto à comunidade acadêmica, neste processo de revisão.

A seguir, são apresentadas as sínteses do estágio de execução do planejamento das unidades estratégicas e sistêmicas do IFPA:

a) Gabinete da Reitoria:

Para que uma instituição se torne competitiva no mercado em que estiver inserida, ela deve buscar sempre o aperfeiçoamento contínuo dos seus produtos e serviços, procurando adaptar sua estrutura organizacional a esta realidade de constantes transformações que podem representar ameaças ou oportunidades. Para se adequarem a este ambiente, as organizações utilizam-se, dentre outras ferramentas, do planejamento estratégico.

Utilizando como definição de planejamento estratégico o processo através do qual a organização se mobiliza para atingir o sucesso e construir o futuro, por meio de um comportamento proativo, considerando seu ambiente atual e futuro, as organizações públicas passam a ter um direcionamento que possa ser monitorado, com a finalidade de atingir seus objetivos institucionais.

b) PROAD:

Percentual do andamento das ações previstas no Planejamento Estratégico para o ano de 2017 reflete o seguinte cenário: Metas Atingidas 45,4%, Parcial Atingido – Realizado 18,1%, Parcial Atingido – Encerrado 18,1%, Não Trabalhado 18,1%, totalizando 99,7%.

c) PRODIN:

Considerando as atribuições institucionais estabelecidas no Regimento Geral do IFPA, a PRODIN implantou no âmbito da Reitoria o Plano Estratégico Anual (PEA) para o exercício de referência em alinhamento com o PDI. Cabe explicar que as metas do PDI para o exercício 2017 foram exportadas para o PEA, assim como outras metas importantes não previstas no PDI. Desta forma, objetivou-se melhorar a visualização das metas de cada unidade e facilitar o monitoramento delas, direcionando o planejamento das unidades administrativas da Reitoria para o alcance satisfatório dos resultados esperados.

Cabe destacar que devido à grandiosidade do órgão, a PRODIN utilizou o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP), para cadastrar as metas anuais e depois acompanhar todo o processo de execução das ações, metas e objetivos elencados

pelas unidades da Reitoria e também dos Campi, bem como elaborou a política de institucionalização do sistema para posterior coleta e consolidação dos resultados do órgão.

Na mesma baila, percebemos ainda resistência de algumas unidades na utilização da ferramenta, bem como a ausência de servidor responsável pela alimentação do sistema, o que prejudica o acompanhamento da execução dos objetivos traçados em seus planos e posterior consolidação do relatório final do IFPA, além da impossibilidade na adoção de eventuais intervenções ou melhorias no cumprimento dos objetivos.

Todavia, pode-se afirmar que os objetivos e metas do PDI para alcance em 2017 encontram-se em estágio satisfatório.

d) PROEN:

Considerando as metas previstas no PDI e no Planejamento Estratégico Anual – PEA do IFPA, a PROEN alcançou suas metas em 72,68%, conforme pode ser verificado no Sistema Integrado de Gestão de Planejamentos e Projetos - SIGPP. Esse índice, contudo, não reflete a totalidade dos resultados atingidos, haja vista que quatro metas que permanecem com o percentual de execução em 0% se justificam pelo fato de que o cálculo desse percentual prescinde da disponibilização do Relatório do SISTEC, com previsão para ocorrer somente em março de 2018. Dessa forma, acreditamos que o resultado real de cumprimento de metas da PROEN deve ultrapassar os 80%.

e) PROEX:

Com base no PDI 2014 - 2018, a PROEX está analisando quais as metas cumpridas, quais as que já foram iniciadas, porém não estão concluídas, assim como as metas que ainda não foram iniciadas, no ano de 2017, possibilitando o mapeamento dos principais avanços e dificuldades encontradas, além da construção do planejamento estratégico para o ano de 2018.

O Planejamento Estratégico definido para 2017 foi 70% cumprido, aproximadamente, com 08 (oito) Políticas Institucionais submetidas e aprovadas pelo Conselho Superior do IFPA, no âmbito da extensão, com um módulo automatizado implantado (Estágio - SIGAA), com o Centro de Idiomas implantado nos Campi, parcerias nacionais e internacionais firmadas, fomento de 36 Projetos - PROEXTENSÃO 2017, entre outras ações previstas.

A principal dificuldade no cumprimento do Planejamento Estratégico 2017 foi o acúmulo de metas, incluindo o passivo assumido de gestões anteriores.

f) PROPPG:

Segundo o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos – SIGPP, o percentual total de cumprimento de metas da PROPPG no ano de 2017 foi de 94%.

g) DTI:

Após três anos de implantado o PDI, a Direção da TI percebeu que algumas ações não estavam previstas em suas metas. Para alinhar as metas, em 2017, a DTI solicitou a revisão de suas metas para atualização e inclusão de novas metas.

Ao longo do ano, foram realizadas dez reuniões de gestão onde foram discutidas as ações, metodologias para execução das ações planejadas e ferramentas que nos auxiliassem na organização e execução do planejamento. Foi elaborada uma planilha contendo detalhadamente os objetivos e metas da DTI, chamada de Planejamento Estratégico Anual (PEA).

h) DGP:

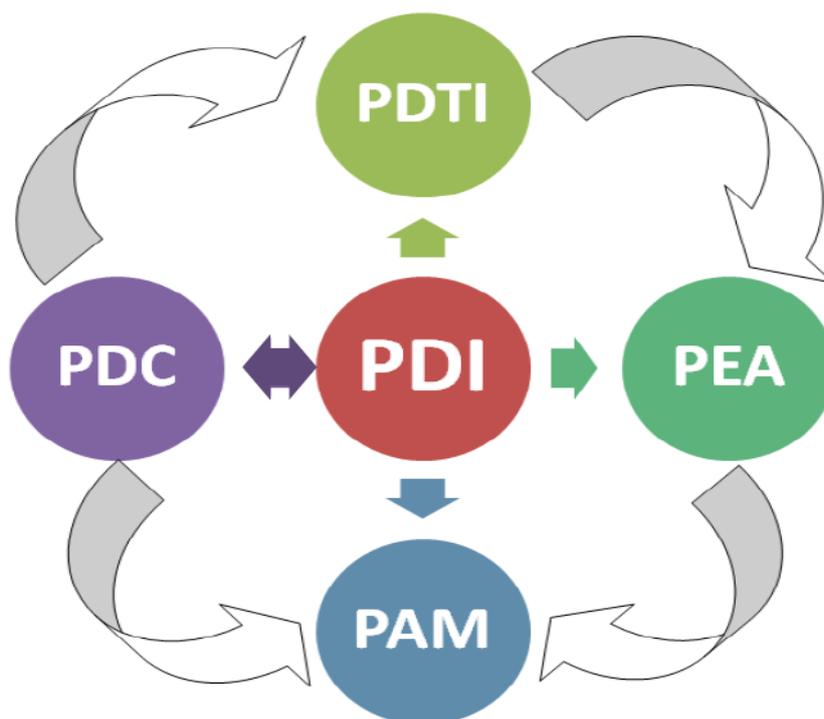
Não informado.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O processo do planejamento organizacional do IFPA inicia com a elaboração do PDI, considerado o plano estratégico, que norteia a instituição a longo prazo e subsidia o PDC, ao mesmo tempo que se alimenta de informações deste. O PDC, considerado como plano tático do IFPA, e estratégico para os Campi, é elaborado e executado pelas 18 Unidades Administrativas alinhado aos objetivos estratégicos do PDI e, a partir dele, são elaborados os planos operacionais, ambos considerados de curto prazo, ou seja, são os planos de ação para ser desenvolvido durante 1(um) ano. Dessa forma, o PEA é considerado o plano operacional da Reitoria. O Plano Anual de Ações e Metas (PAM), considerado o plano operacional do Campus, é elaborado pelos 18 Campi do IFPA com base na extração dos objetivos e metas previstos no PDI e PDC para cada exercício. Além disso, o PDI também é considerado para elaboração do PDTI do IFPA.

O processo do Planejamento Organizacional no IFPA é apresentado na Figura 3

Figura 22 - Processo do Planejamento Institucional.



Fonte: PEA, 2017.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Nas unidades administrativas do IFPA, são utilizados diversos meios e instrumentos para monitoramento da execução e dos resultados dos planos, dependendo da complexidade do plano e do nível organizacional (estratégico, gerencial ou operacional).

Em nível estratégico, para registro e monitoramento das ações e resultados do PEA e do PAM, desde 2015, tem sido utilizado o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP), que permite o cadastramento dos planos e sua alimentação com os resultados alcançados ao longo do exercício.

O sistema supracitado foi adquirido em conjunto com os demais sistemas que compõem o Sistema Integrado de Gestão (SIG) e foi disponibilizado para uso no IFPA em 2015. Desde então, foram realizadas diversas ações de capacitação e sensibilização para o uso da ferramenta. Para o exercício 2017, aproximadamente de 87% das unidades da Reitoria e 78% dos Campi efetuaram registros parciais ou completos no referido sistema.

Nesse exercício, foram extraídos três relatórios anuais, a cada 04 meses, para verificação da execução das metas propostas nos planos, permitindo, desta forma, o seu monitoramento contínuo e alertando os gestores para a baixa execução das ações, o que lhes possibilitou a tomada de decisão em tempo hábil.

3.3. Desempenho orçamentário

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

a) Ações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

O quadro a seguir apresenta a descrição de todas as Ações da LOA de responsabilidade do IFPA para o exercício 2017, por programa vinculado.

Quadro 30 – Descrição das Ações da LOA de responsabilidade do IFPA.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2080 - Educação de qualidade para todos	10 - Orçamento Fiscal	Temático	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.	20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Apoio à execução ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2080 - Educação de qualidade para todos	10 - Orçamento Fiscal	Temático	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.	20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
2080 - Educação de qualidade para todos	10 - Orçamento Fiscal	Temático	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.	2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	20TP - Pessoal Ativo da União	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	10 - Orçamento Fiscal	Operações Especiais	-	00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Pagamento de contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica.
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	20 - Orçamento da Seguridade Social	Gestão e Manutenção	-	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	20 - Orçamento da Seguridade Social	Gestão e Manutenção	-	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Militares e seus Dependentes	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, 2018.

As Ações da LOA de responsabilidade do IFPA estão vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA são 20RG, 20RL e 2994, e são tratados individualmente nos quadros a seguir:

Quadro 31 – Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RG.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.326.829,00	3.326.829,00	3.310.678,55	841.987,39	841.987,39	74.036,39	15.942.412,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado		Unidade	21	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.013.264,82	4.446.958,62	4.677.490,35	Projeto Viabilizado	Unidade	9	

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018, SIAFI 31/01/2018 e SIOP 31/01/2018

Análise Situacional:

Analisando o desempenho orçamentário da Ação 20RG em 2017, constata-se o repasse da totalidade do valor disponibilizado na dotação inicial, embora o valor repassado

na dotação final seja 9% menor quando comparado ao ano de 2016, soma-se a isso o contingenciamento. Cita-se também a complementação da dotação no valor de R\$ 400.000,00, realizada através da emenda parlamentar do senador Paulo Roberto Galvão da Rocha, para complementação dos valores licitados no Campus Belém.

No comparativo entre os valores previstos na dotação e os empenhados, observa-se um percentual executado de 99,54% do que foi destinado para esta ação, porém quando se faz a comparação entre os valores empenhados e liquidados, o percentual atingido é de 25,43%, justificado em virtude do atraso da entrega de materiais pelas empresas e pelo cronograma físico de obras, o que reflete no atingimento da meta física do exercício.

Com relação aos valores dispostos em restos a pagar referente a exercícios anteriores, observou-se que grande parte do cancelamento se deveu à mudança das empresas responsáveis pela execução das obras, em virtude principalmente descumprimento no cronograma de execução físico/financeiro. Quanto aos valores liquidados estes referem-se à aquisição de materiais e conclusão de obras que permitiram a viabilização de 9 projetos previstos em anos anteriores

No âmbito da ação, foram desenvolvidas atividades que demandaram orçamento para atendimento de despesas em nove Campi e na Reitoria, conforme descrito abaixo:

Campus Abaetetuba: Conclusão da obra do Laboratório de Materiais e aquisição de estantes para biblioteca;

Campus Avançado Vigia: Aquisição de mobiliário para a biblioteca, sala dos professores e para os setores administrativos do *Campus*;

Campus Belém: Contratação de empresa para instalação de plataformas de percurso vertical, confecção e instalação de passarelas e serviços de acessibilidade;

Campus Bragança: Não disponibilizou informação;

Campus Castanhal: Não disponibilizou informação;

Campus Conceição do Araguaia: Retomada das obras do minhocário, restaurante universitário, bloco banheiros, caixa d'água, meliponário, casa do mel, subestação de energia e poço artesiano. Houve também a aquisição de equipamentos de material permanente para suprir a necessidade do restaurante universitário;

Campus Marabá Rural: Construção da rede elétrica de média tensão, obra essa que teve início no exercício de 2015;

Campus Óbidos: Retomada da segunda fase da obra do Campus Óbidos;

Campus Paragominas: Compra de bens permanentes para atender as atividades desenvolvidas no *Campus*;

Reitoria: Complementação das obras do Centro Tecnológico de Educação a Distância do IFPA, construção da miniusina de geração de energia elétrica, retomada das construções em Paragominas e Cametá e aquisição de equipamentos para o laboratório do curso técnico em segurança do trabalho do Campus de Ananindeua e computadores para a Diretoria de infraestrutura.

Quadro 32 – Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RL.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial				
Código		20RL Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.698.053,00	55.698.053,00	54.209.250,79	41.808.390,29	41.331.953,67	476.436,62	12.400.860,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	22.809	0	17.867	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
27.348.375,09	12.114.816,66	4.081.411,85	Estudante matriculado	Unidade	4.095	

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018, SIAFI 31/01/2018 e SIOP 31/01/2018

Análise Situacional:

Analisando o desempenho orçamentário da Ação 20RL em 2017, muito embora não tenha havido redução da dotação dentro do mesmo exercício, houve uma redução do orçamento de 5,3% desta ação se comparado aos exercícios anteriores.

No comparativo entre os valores previstos na dotação e os empenhados, observa-se um percentual executado de 97,32% do que foi destinado para esta ação, do qual 77,12% do valor empenhado foi liquidado e 98,86% foi pago, o que sinaliza a busca pela excelência na utilização dos recursos.

Quanto ao impacto das ações orçamentárias e financeiras sobre o alcance das metas físicas da ação, observou-se a realização de 78,33% da quantidade de alunos matriculados previsto, embora tenha havido contingenciamento orçamentário neste exercício o que prejudicou a qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da ação, foram desenvolvidas atividades que demandaram orçamento para diversas despesas, dentre as principais estão: Cumprimento de contratos continuados (Vigilância, segurança, limpeza e apoio administrativo); despesas fixas (telefonia, combustível, correios, despesas com publicação oficiais, aluguéis); despesas variáveis (diárias, passagens, manutenção de equipamentos e veículos); despesas de investimento (obras, aquisição de equipamentos (laboratoriais e veículos); auxílio financeiro a estudantes (para realização de visitas técnicas e microestágios); e outras despesas que ocorreram no decorrer do exercício, como aquisição de material de consumo, pagamento de taxas, entre outros. Essas despesas foram realizadas com orçamento extraído da fonte de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parte do recurso também foi utilizado para o cumprimento de despesas relativas a processos seletivos realizados pelo Instituto. Essas despesas foram realizadas com orçamento da fonte de arrecadação própria.

Na análise das informações referentes aos restos a pagar de exercícios anteriores, infere-se que o valor inscrito se justifica, sobretudo ao atraso na entrega de equipamentos e materiais. Quanto ao valor liquidado, este se deve principalmente a serviços prestados nos contratos continuados que, devido ao atraso no repasse dos recursos financeiros, não puderam ser pagos no seu exercício correspondente, assim como serviços de engenharia executados e materiais/equipamentos entregues fora do prazo.

Quadro 33 – Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 2994.

Identificação da Ação		
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial	
Código	2994	Tipo: Atividade
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	
Iniciativa		
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009	
Programa	Educação de qualidade para todos	Código: 2080 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras	
Lei Orçamentária do exercício		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.278.232,00	14.278.232,00	11.473.816,15	9.597.707,51	9.475.152,31	122.555,20	1.876.108,64
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício concedido			Unidade	15.562	0	8.936
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.665.850,66	1.628.623,04	708.503,04	Benefício concedido	Unidade	1.165	

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018, SIAFI 31/01/2018 e SIOP 31/01/2018.

Análise Situacional:

Analisando o desempenho orçamentário da Ação 2994 em 2017, observa-se a manutenção do valor solicitado na dotação inicial, bem como um aumento 6,73% da dotação quando comparado ao comparado ao exercício anterior, justificado pelo aumento do número de alunos matriculados e conseqüentemente um aumento na quantidade de benefícios concedidos.

No comparativo entre o valor previsto na dotação e o empenhado, observa-se um percentual executado de 80,35% do que foi destinado para esta ação, do qual 83,67% do valor empenhado foi liquidado e 98,72% foi pago, o que demonstra uma excelente utilização dos recursos.

Quanto ao impacto das ações orçamentárias e financeiras sobre o alcance das metas físicas da ação, que trata sobre matrícula de alunos, observou-se a realização de 57,42% do previsto, percentual este atingido em virtude do contingenciamento orçamentário que impossibilitou o aumento nos benefícios.

No âmbito da ação, foram desenvolvidas atividades que demandaram orçamento para atendimento de despesas de custeio e investimento, tais como: Auxílio financeiro a discentes dos Campi, Auxílio para participação de alunos em eventos relacionados a seus cursos, pagamento de bolsas de iniciação científica para alunos dos Campi, contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de preparo de refeições para alunos, aquisição de gêneros alimentícios para atendimento de alunos, aquisição de merenda escolar, aquisição de equipamentos destinados ao atendimento de atividades relacionadas à merenda escolar e outras atividades relacionadas à assistência estudantil.

A referida ação é de extrema importância na política de permanência e êxito do instituto que visa evitar a evasão escolar.

b) Ações Não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar Não Processados – OFSS

Quadro 34 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.

Identificação da Ação					
Código	2992				Tipo: Atividade
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Iniciativa	-				
Objetivo	Garantir a manutenção e custeio das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.				Código: 2992
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.		Código: 1062	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
155.070,78	0,00	155.070,78	Aluno Matriculado	-	0
Identificação da Ação					
Código	6301				Tipo: Atividade
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal				
Iniciativa	-				
Objetivo	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.				Código: 6301
Programa	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação.		Código: 1062	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
37.674,93	0,00	37.674,93	Volume Disponibilizado	-	0
Identificação da Ação					
Código	8650				Tipo: Atividade
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.				

Iniciativa	-				
Objetivo	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades e melhorar a qualidade do ensino. Código: 8650				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. Código: 1062		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
425.219,55	0,00	79.162,08	Unidade Reestruturada	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018, SIAFI 31/01/2018 e SIOP 31/01/2018

Análise Situacional:

Os valores anteriormente inscritos em restos a pagar não processados de exercícios anteriores das ações 2992 e 6301 foram cancelados em virtude da impossibilidade quanto ao seu recebimento ou prestação de serviços.

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 8650 (Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), estes são provenientes do exercício financeiro de 2010. Esta ação tinha a meta inicial de ter 10 unidades reestruturadas no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

O saldo restante desta ação no Campus Belém é referente à despesa contraída em 2010 através do empenho 2010NE900415, proveniente da construção do bloco “M” do desse Campus. Em 2013, o Campus solicitou à empresa: WAB ENGENHARIA LTDA CNPJ: 15.263.411/0001-47 que desocupasse o canteiro de obra, e o fato em questão ocasionou o encerramento do contrato, sendo que a empresa ingressou na Justiça Federal, cobrando um vultoso montante, alegando o não recebimento de serviços prestados e solicitando indenização por quebra de contrato, o qual gerou o processo nº 14076-47.2013.4.01.3900.

Durante o exercício de 2017, o juiz encarregado deste processo nomeou perito judicial, que realizou a perícia no referido bloco, e após a emissão do laudo pericial, a empresa e posteriormente o Campus Belém irão se manifestar, junto à justiça federal, sobre o relatório emitido da perícia judicial. Após decorridos os prazos judiciais, o juiz emitirá a sentença e caso ela seja desfavorável ao Campus Belém, em relação a pagamentos a serem realizados, o Campus utilizará este recurso para efetuar os pagamentos.

c) Ações do Orçamento de Investimento (OI)

Não se aplica, pois a UPC é por natureza jurídica uma Autarquia Federal e o Orçamento de Investimento é destinado às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os esclarecimentos referentes a este item foram discorridos no item anterior.

3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 35 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
221110200		PRECATORIOS DE PESSOAL			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
26416	PR0000698	154.336,27	0,00	154.336,27	0,00
26416	PR0003698	93.757,26	0,00	93.757,26	0,00
26416	PR0004097	295.568,89	0,00	295.568,89	0,00
26416	PR0068198	99.464,12	0,00	99.464,12	0,00
26416	PR0071498	7.606.985,58	0,00	7.606.985,58	0,00
26416	PR0092598	3.172.627,47	0,00	3.172.627,47	0,00
26416	PR0112597	5.198.252,81	0,00	5.198.252,81	0,00
26416	PR1044200	903.979,38	0,00	903.979,38	0,00
26416	PR3642000	740.847,97	0,00	740.847,97	0,00
26416	PR3802000	1.270.298,56	0,00	1.270.298,56	0,00
26416	PR5752000	350.300,25	0,00	350.300,25	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018.

Análise Crítica:

Em relação ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, houve movimentações na conta contábil 221110200, referente aos Precatórios de Pessoal. Estas movimentações ocorreram para regularizar os saldos constantes de precatórios que foram inscritos no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará. Com a transformação ocorrida para Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, estes saldos de precatórios migraram para as contas. No entanto, conforme macrofunção do SIAFI: 021131 de registros de processos judiciais e a Lei nº 13.463/2017 de 06/07/2017, estes determinam que a gestão de precatórios seja realizada pelo Poder Judiciário e não pelos órgãos.

Com esta sistemática, o orçamento de precatórios apenas transita pelo IFPA, já que é remanejado para justiça federal, a qual realiza o lançamento, controle e pagamento dos precatórios, e, por este motivo, todos os saldos de precatórios foram anulados no exercício de 2017.

3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 36 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2017 (d) = (a-b-c)	
2016	1.159.570,85	1.119.085,81	3.719,95	36.765,09	
2015	68.037,36	68.037,36	0,00	0,00	
2014	4.416,08	0,00	1.779,41	2.636,67	
2013	2.689,95	0,00	2.507,97	181,98	
2012	640,00	0,00	640,00	0,00	
2011	958,00	0,00	958,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2017 (i) = (e-g-h)
2016	24.177.472,81	16.583.628,60	16.583.628,60	1.201.660,62	6.392.183,59
2015	9.443.216,87	3.435.974,47	3.381.174,47	1.659.091,16	4.402.951,24
2014	10.617.952,35	711.983,21	711.983,21	4.410.561,60	5.495.407,54

2013	6.758.335,04	180.465,75	180.465,75	3.896.552,09	2.681.317,20
2012	1.941.926,67	5.289,19	5.289,19	1.334.533,97	602.103,51
2011	271.262,58	0,00	0,00	271.262,58	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018

Análise Crítica:

O tardio descontingenciamento da cota de limite orçamentário informado no último Relatório de Gestão referente ao exercício anterior foi problema que afetou o órgão também em 2017. Por esta razão, houve a inscrição de Restos a Pagar – RP de bens, serviços e obras que ainda não haviam sido entregues/prestados/construídos até o dia 31/12/2017.

Os recursos financeiros para proceder ao pagamento de restos a pagar não são repassados na sua totalidade, causando impacto na gestão financeira da Unidade Jurisdicionada – UJ uma vez que são estabelecidas, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, cotas financeiras para os órgãos do Ministério da Educação, conforme as fontes de recursos utilizadas por estes órgãos, sendo que estes recursos financeiros repassados para atender despesas de restos a pagar impactam na cota financeira a ela destinada, reduzindo os recursos que serão disponibilizados para atender despesas do exercício financeiro que esteja em vigência.

Foram editados nos últimos anos diversos decretos, prorrogando a validade de restos a pagar não processados, o que tem se denominado por “Reinscrição”. As reinscrições são realizadas automaticamente pelo sistema SIAFI, com respaldo no art. 68, § 2º do Decreto 93.872/86. Houve reinscrições de Restos a Pagar Não Processados relativos aos exercícios de 2013 a 2016, dentre as quais há o caso das obras em diversos campi e da própria Reitoria, que estavam paralisados, e, no decorrer dos exercícios seguintes, foram retomadas as construções destas obras por outras empresas, que assumiram a sua continuidade, acrescentando-se ainda a manutenção de valores em virtude de questão judicial também relacionado a obras.

Ocorreram cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados de valores relevantes de R\$ 12.773,662,02, relativos a vários fornecedores que não entregaram os bens e serviços ao IFPA ou que já estavam prescritos, bem como de saldos de obras paralisadas cujos recursos orçamentários não poderiam ser reaproveitados.

Continuamos com valor elevado inscritos em Restos a Pagar, referentes a valores empenhados destinados à continuidade das obras outrora paralisadas, que atualmente a gestão está empenhada a efetivar as suas conclusões, mas continuamos com os mesmos problemas anteriores, como a demora na liberação de recursos financeiros para pagamento das empresas construtoras, que necessitam dos recursos os quais só são repassados pela setorial do MEC uma vez ao mês e nem sempre na sua totalidade. Soma-se a esta informação a aquisição de diversos equipamentos e materiais permanentes que tiveram atrasos na sua entrega e serviços prestados através dos contratos continuados que vencem em dezembro.

3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

a) Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

Quadro 37 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de execução descentralizada	6	4	6	284.863,99	473.975,28	402.514,01
Termo de compromisso						
Outros						
Totais						

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018.

Análise Crítica:

No ano de 2015, a PROPPG solicitou a descentralização dos seguintes recursos:

- Para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - UG153166) o valor de R\$ 272.428,93 (Duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos) referente à parte da primeira parcela do convênio com aquela Instituição e o IFPA, com o objetivo de qualificar 30 servidores do IFPA no curso de Mestrado em Educação Agrícola, ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Educação.
- Para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA – UG 158718) o valor de R\$ 47.600,00 (Quarente e sete mil e seiscentos reais) referente à primeira parcela do Plano de Trabalho com a finalidade de qualificar servidores do IFPA em nível de Mestrado e Doutorado em Engenharia Elétrica.

No ano de 2016, a PROPPG solicitou a descentralização dos seguintes recursos:

- Para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o valor de R\$ 367.750,24 (Trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) referente à segunda parcela do convênio firmado em 2015.
- Para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA – UG 158718), o valor de R\$ 47.600,00 (Quarente e sete mil e seiscentos reais) referente à segunda

parcela do Plano de Trabalho com a finalidade de qualificar servidores do IFPA em nível de Mestrado e Doutorado em Engenharia Elétrica.

No ano de 2017, a PROPPG solicitou a descentralização dos seguintes recursos:

- Para a Universidade Federal do Pará (UFPA – UG 153063), referente à terceira e última parcela do convênio de qualificação em nível de mestrado de servidores do IFPA, do Programa de Pós-Graduação em gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM, cujas primeira e segunda parcelas foram repassadas em 2011 e 2012, estando pendente essa última descentralização.
- Para a Universidade Federal do Piauí, para o Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, o valor de R\$ 131.525,63 (Cento e trinta e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e três centavos) referente à primeira parcela do convênio com a finalidade de qualificar 20 servidores em nível de mestrado.
- Para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA – UG 158718), o valor de R\$ 47.600,00 (Quarente e sete mil e seiscentos reais) referente à terceira parcela do Plano de Trabalho com a finalidade de qualificar servidores do IFPA em nível de Mestrado e Doutorado em Engenharia Elétrica.

O TED 18/2017 e TED 26/2017 são descentralizações orçamentárias para a CENTRESAF para treinamentos de servidores do IFPA, solicitadas pela DGP.

O TED 19/2017 é descentralização orçamentária para o CENTRESAF para treinamentos de servidores do IFPA, solicitada pela PRODIN.

O IFPA, ao parceirizar com outras instituições, faz cumprir seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que tem como meta ampliar os convênios de cooperação técnico-científico (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores da instituição.

b) Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos Pelos Receptores

Quadro 38 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará						
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de execução descentralizada	Termo de compromisso
		Quantidade			1	

Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Montante Repassado			21.276,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			5		
		Montante Repassado			119.834,12		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade					
		Montante Repassado					

Fonte: DCOF/PROAD, 2018.

Análise Crítica:

A prestação de contas no exercício referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2016 demandado pela PRODIN, estão em conformidade com o plano de trabalho. Estão pendentes as prestações de contas constantes na relação abaixo. Os demandantes das descentralizações não enviaram documentação.

- Ano: 2016
 - T.COOP.C.BRAGANÇA- E IFRN – CAMPUS BRAGANÇA
 - UGE: 158155
 - Órgão: IFRN
 - Ação: 20RL
 - Despesa Paga: R\$ 37.349,04
- Ano: 2015
 - APOIO AOS JOGOS DOS IF 2015 – GABINETE
 - UGE: 158148
 - Transf: 684593
 - Órgão: IFRO
 - Ação: 20RL
 - Despesa Paga: R\$ 25.981,00
 - T.COOP.C.BRAGANÇA- E IFRN – CAMPUS BRAGANÇA
 - UGE: 158155
 - Órgão: IFRN
 - Ação: 20RL
 - Despesa Paga: R\$ 37.320,08
 - TED 16/2015 – TREINAMENTO A SERVIDORES - DGP
 - UGE: 170216
 - Transf: 684813
 - Órgão: CENTRESAF
 - Ação: 20RL
 - Despesa Paga: R\$ 6.624,00

Quanto ao TED 16/2015, referente à capacitação de servidores em parceria com ao CENTRESAF, no valor de R\$ 6.624,00, a prestação de contas foi devidamente prestada por

pela DGP, que coordenou a ação dentro do IFPA, tendo informado que o serviço fora prestado em conformidade com o que foi contratado.

- TED 16/2015 – TREINAMENTO A SERVIDORES - DGP
 - UGE: 170216
 - Transf: 685023
 - Órgão: CENTRESAF
 - Ação: 20RL
 - Despesa Paga: R\$ 12.560,00

Quanto ao TED 16/2015, referente à capacitação de servidores em parceria também com o CENTRESAF, no valor de R\$ 12.560,00, a prestação de contas foi devidamente prestada pela DFP, que coordenou a ação dentro do IFPA, tendo informado que o serviço fora prestado em conformidade com o que foi contratado.

c) Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro 39 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará						
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos				
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de execução descentralizada	Termo de compromisso	Outros
Contas analisadas	Quantidade aprovada			1		
	Quantidade reprovada					
	Quantidade de TCE instauradas					
	Montante repassado (R\$)			21.276,00		
Contas NÃO analisadas	Quantidade					
	Montante repassado (R\$)					

Fonte: DCOF/PROAD, 2018.

Análise Crítica:

A prestação de contas aprovada referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2016 demandado pela PRODIN, estão em conformidade com o que se espera em documentação e apresentação de documentação.

Quadro 40 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termo de execução descentralizada					5
Termo de compromisso					
Outros					

Fonte: DCOF, 2018.

Análise Crítica:

As prestações de contas referente as descentralizações externas não têm o devido acompanhamento, pois não há estrutura de funcionários e nem sistemas de controle, pois os recursos são repassados e as receptoras dos recursos orçamentários e financeiros não comprovam a aplicação dos recursos descentralizados.

3.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não existe estrutura para analisar as contas recebidas dos parceiros da descentralização de recursos, tanto de pessoal, mas também sobre sistemas e controles para esse fim.

3.3.6. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 41 – Receitas arrecadadas em 2017 pelo IFPA.

Valor em R\$ 1,00

Receitas					
Natureza ou Grupo	Principais Fontes	Receita Prevista em 2017	Receita Arrecadada		
			2017	2016	2015

ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	0250026416	31.656,00	35.272,49	18.819,22	18.253,63
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	0250026416	0,00	333,71	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	0250026416	9.630,00	27.696,49	3.254,50	25.258,95
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	0250026416	620.102,00	802.979,10	288.090,61	338.371,42
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	0250026416	0,00	0,00	3,88	0,00
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	0250026416	2.040.215,00	524.790,09	2.489.665,65	619.905,99
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0250026416	0,00	0,68	195,98	0,00
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	0250026416	84.775,00	78.591,10	83.795,57	70.744,99
INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	0250026416	0,00	1.032,12	750,00	0,00
RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0250026416	0,00	1.619,74	540,00	9.214,13
TOTAL		2.786.378,00	1.472.315,52	2.885.115,41	1.081.749,11

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018

Análise Crítica:

Da dotação total de créditos orçamentários aprovados e atualizados na LOA 2017 do IFPA (R\$ 431.294.496,00), apenas 0,65% representou a previsão de receitas próprias. Foi prevista na LOA uma arrecadação de fontes próprias de R\$ 2.786.378,00, sendo realizada 52,84% deste valor (R\$ 1.472.315,52).

A principal fonte de arrecadação do IFPA foi com serviços administrativos e comerciais, representando 54,54% do total arrecadado que se deveu ao repasse financeiro destinado à execução de projetos com participação da Prefeitura Municipal de Paragominas, FAPESPA e SECTET, apresentando um excesso de arrecadação (Valor arrecadado maior que o previsto) de R\$ 182.877,10, embora parte deste valor seja referente à inscrição em processo seletivo.

Verifica-se no quadro que, mesmo estando parte da receita de inscrição de concurso em rubrica diversa, houve uma relevante diminuição nesta receita quando comparada ao ano anterior, em virtude da realização de dois concursos públicos ocorridos no IFPA no ano de 2016.

Em termos percentuais gerais, o desempenho da arrecadação foi menor, se comparado ao exercício anterior. Isso se explica porque a projeção para o exercício de 2017 foi inferior à de 2016, no entanto as adversidades políticas, que refletiram no desempenho da economia do país, também afetaram a dinâmica de arrecadação de receita própria do Instituto Federal do Pará e também devido ao contingenciamento do teto de gastos contribuíram para restringir a abertura de novos concursos públicos.

3.3.7. Informações sobre a execução das despesas

a) Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 42 – Despesas por modalidade de contratação.

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	60.494.073,79	15%	55.415.546,95	17%	33.926.420,27	9%	33.985.798,52	11%
a) Convite	0,00	0%	27.833,76	0%	0,00	0%	0,00	0%
b) Tomada de Preços	4.130.471,94	1%	3.640.689,98	1%	1.649.674,55	0%	572.242,41	0%
c) Concorrência	16.537.844,14	4%	7.254.622,92	2%	1.312.049,37	0%	356.418,75	0%
d) Pregão	39.825.757,71	10%	44.477.355,31	13%	30.964.696,35	8%	33.042.092,38	11%
e) Concurso	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
f) Consulta	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0%	15.044,98	0%	0,00	0%	15.044,98	0%
2. Contratações Diretas (h+i)	12.834.527,60	3%	11.072.583,12	3%	9.399.592,32	2%	10.026.886,35	3%
h) Dispensa	10.229.055,02	2%	9.034.291,58	3%	7.394.715,67	2%	8.413.672,75	3%
i) Inexigibilidade	2.605.472,58	1%	2.038.291,54	1%	2.004.876,65	1%	1.613.213,60	1%
3. Regime de Execução Especial	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
j) Suprimento de Fundos	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%

4. Pagamento de Pessoal (k+1)	312.095.554,82	75%	237.445.476,39	72%	312.094.652,48	82%	237.001.087,05	78%
k) Pagamento em Folha	310.631.852,71	75%	235.772.573,94	72%	310.631.852,71	81%	235.338.650,88	77%
l) Diárias	1.463.702,11	0%	1.672.902,45	1%	1.462.799,77	0%	1.662.436,17	1%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	385.424.156,21	93%	303.933.606,46	92%	355.420.665,07	93%	281.013.771,92	92%
6. Total das Despesas da UPC	413.977.820,26	100%	329.485.530,16	100%	382.005.013,10	100%	304.148.486,50	100%

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018.

Análise Crítica:

Considerando o demonstrativo apresentado, depreende-se que, nos exercícios 2017 e 2016, a modalidade de contratação adotada no IFPA foi, predominantemente, o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UPC contrata serviços e adquire bens comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, seguindo todas as etapas da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, e demais legislações pertinentes, além de corresponder à modalidade de contratação dos serviços de natureza contínua no âmbito do Ministério da Educação, conforme definidos por meio da PORTARIA Nº 1.4787, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014/Secretaria Executiva do MEC, DOU de 01/12/2014.

Nota-se que houve uma pequena redução de 10,46% na execução da despesa na modalidade Pregão Eletrônico (de 2016 para 2017) em face das limitações orçamentárias, que, embora seja pequena, não reflete o real impacto no instituto quanto à necessidade do aumento de prestadores de serviço que são contratados através de licitação nesta modalidade no cumprimento das ações relacionadas principalmente aos serviços de segurança e limpeza.

Por outro lado, nas modalidades *tomada de preço* e *concorrência*, houve um aumento percentual de 13,45% e 127,96% (de 2016 para 2017), respectivamente, em virtude da retomada e conclusão de obras nos diversos campi e Reitoria deste instituto, os quais podemos citar: conclusão da obra do laboratório de materiais no Campus Abaetetuba, finalização das obras no bloco “M”, de combate a incêndio e realização da obra do alojamento estudantil, incluindo a reforma do gabinete médico, acessibilidade e instalação de plataformas, verticais no Campus Belém, conclusão das obras do Campus Paragominas, reforço de estruturação do prédio da Reitoria, entre outros.

Na modalidade de contratação direta *dispensa de licitação*, constatou-se um crescimento de 13,22%, ocorridos, em virtude, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, devido ao aumento sazonal das tarifas de consumo no ano de 2017, além da aquisição de equipamento e manutenção/repares destes e obra amparada pelo art. 5º da Lei 8.666/93.

Em relação à modalidade de contratação Direta *inexigibilidade de licitação*, houve um acréscimo de 27,82% nas despesas executadas de um ano para outro, destacando-se as contratações fundamentais, tais como: a contratação da empresa utilizada no serviço de

pesquisa de preços, a despesa com pagamento de ART ao Conselho Regional de Engenharia (CREA), licenciamento dos veículos oficiais, despesas com capacitação de servidores através da contratação de empresas do setor e de passagens aéreas, além de despesa com publicação de matérias oficiais, entre outros.

O item pagamento de pessoal possui grande relevância no total das despesas deste instituto e consta-se ainda um crescimento de 31,75% quando comparado o ano de 2016 com o de 2017. Esta situação ocorreu em virtude das nomeações de novos servidores e devido à gratificação de reconhecimento de saberes e competências (RSC) pagas a docentes do IFPA. Por outro lado, verificamos uma redução de 12,50% (de 2016 para 2017) nas diárias, em virtude das restrições orçamentárias no ano, o que impactou na capacitação dos servidores.

Por fim, devido às limitações no repasse dos recursos financeiros, observadas na coluna despesas pagas, ocorreram diversas cobranças de multas e juros devidos aos constantes atrasos nos pagamentos de faturas, até mesmo notas fiscais de fornecedores, pois alguns estão cobrando multa e juros por atraso no pagamento destas notas fiscais baseados na Lei nº 8666/93.

b) Despesas por grupo e elemento de despesa
Quadro 43 – Despesas por grupo e elemento de despesa.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	310.631.852,71	235.772.573,94	310.631.852,71	235.338.660,88	0,00	433.913,06	310.631.852,71	235.338.660,88
Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil	216.894.703,29	161.981.702,21	216.894.703,29	161.913.742,61	0,00	67.959,60	216.894.703,29	161.913.732,61
Obrigações Patronais	43.474.863,76	32.049.795,22	43.474.863,76	32.049.795,22	0,00	0,00	43.474.863,76	32.049.795,22
Demais elementos do grupo	50.262.285,66	41.741.076,51	50.262.285,66	41.375.123,05	0,00	365.953,46	50.262.285,66	41.375.123,05
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	80.466.968,34	74.209.416,92	69.202.093,40	63.979.828,52	11.264.874,94	10.229.588,40	68.620.961,58	63.483.694,39
Locação de Mão de Obra	26.053.732,29	27.577.853,55	23.435.374,68	23.982.253,81	2.618.357,61	3.595.599,74	23.132.374,64	23.884.063,16
Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORC.	15.118.663,68	12.167.326,23	11.596.104,54	9.942.525,50	3.522.559,14	2.224.800,73	11.466.235,67	9.913.304,67
Auxílio - Alimentação	11.458.260,47	9.164.478,44	11.458.260,47	9.161.942,58	0,00	2.535,86	11.458.260,47	9.161.942,58
Auxílio Financeiro a Estudantes	6.273.967,12	7.195.912,45	5.585.164,41	6.314.783,47	688.802,71	881.128,98	5.463.487,21	5.974.263,47
Material de Consumo	4.604.209,95	4.908.350,77	2.210.676,01	2.774.995,32	2.393.533,94	2.133.355,45	2.209.919,75	2.755.258,10
Demais elementos do grupo	16.958.134,83	13.195.495,48	14.916.513,29	11.803.327,84	2.041.621,54	1.392.167,64	14.890.683,84	11.794.862,41
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Obras e Instalações	21.054.337,69	10.700.872,92	2.278.347,58	934.321,18	18.775.990,11	9.766.551,74	2.204.311,19	934.321,18

Equipamentos e Material Permanente	1.776.621,52	8.718.097,91	518.577,62	4.975.368,30	1.258.043,90	3.742.729,61	499.847,62	4.311.941,58
Demais elementos do grupo	48.040,00	84.568,47	48.040,00	79.878,47	0,00	4.690,00	48.040,00	79.878,47
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 31/01/2018.

Análise Crítica:

Nas despesas correntes de 2016 para 2017, destacaram-se as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, as quais tiveram grande relevância na execução orçamentária no âmbito do IFPA. Esta despesa teve aumento expressivo em virtude das nomeações de novos servidores concursados no exercício de 2017 em decorrência da expansão da Instituição e devido à gratificação de reconhecimento de saberes e competências pagas a docentes do IFPA, o que reflete no valor das despesas de obrigações patronais, que utiliza o vencimento como base de cálculo, e figura como a segunda maior no grupo de despesa com pessoal. Quanto aos demais elementos do grupo, o que possui maior representação é a despesa com aposentadorias.

Analisando o grupo 3 (Outras Despesas Correntes), destaca-se como valor mais preponderante, quanto à execução da despesa, a rubrica “Locação de Mão de Obra”, correspondendo a 32% do orçamento disponibilizado para CUSTEIO do IFPA em 2017, que é utilizado para atender os serviços de vigilância ostensiva, limpeza e conservação e apoio administrativo, ocorrendo uma redução de R\$ 1.524.121,26 na comparação com 2016, em virtude principalmente ao contingenciamento orçamentário, o que causou grande impacto nas atividades da instituição. Acrescenta-se também a esta situação a redução ocorrida nas rubricas *auxílio financeiro* a estudantes e material de consumo nos valores de R\$ 921.945,33 e R\$ 304.140,82, respectivamente quando, comparado ao ano de 2016.

Também de grande relevância foram as despesas com o elemento *Outros Serviços de Terceiros PJ*, que de forma contrária à situação anterior, houve aumento da despesa no valor de R\$ 2.951.337,45 quando comparado ao ano de 2016 e ocorreu, principalmente, devido aos gastos com energia elétrica que cresceram devido ao aumento sazonal das tarifas de consumo e da disponibilização de novos espaços físicos nos campi, após a conclusão de obras. Neste gasto, além da energia elétrica destacam-se as despesas com manutenção de bens imóveis e de máquinas e equipamentos.

Outra despesa que, comparada com o ano de 2016, observou-se aumento foi o elemento *Auxílio – Alimentação*, que, por estar correlacionado ao aumento do número de servidores, cresceu R\$ 2.293.782,03.

Além dos elementos de despesas mais relevantes citados acima, destacamos os ressarcimentos referentes à assistência médica e odontológica dos servidores que fazem parte do elemento *indenização e restituições* e o *auxílio creche* que faz parte do elemento *outros benefícios de assistência ao servidor* que estão agrupados nos demais elementos do grupo *Outras Despesas Correntes* e que tiveram seus aumentos quando comparados a 2016 em virtude do aumento do quadro de pessoal da instituição.

Na execução da despesa de capital, observamos que no exercício 2017 houve um aumento de R\$ 10.353.464,77 no investimento quando comparado a 2016, justificado pela retomada e conclusão de obras nos diversos campi e Reitoria deste IFPA, os quais podemos citar: conclusão da obra do laboratório de materiais no Campus Abaetetuba; finalização das obras no bloco “M”, de combate a incêndio e realização da obra do alojamento estudantil, incluindo a reforma do gabinete médico, acessibilidade e instalação de plataformas verticais no Campus Belém; conclusão das obras do Campus Paragominas; reforço de estruturação do prédio da Reitoria, entre outros. Por outro lado, observou-se uma diminuição drástica na aquisição de equipamentos e materiais no montante de R\$ 6.941.476,39 devido a diversos cortes no ano de 2017, que provocaram a redução da qualidade dos serviços oferecidos pelo instituto.

Quanto aos demais elementos do grupo de despesa *investimento*, citamos o referente à aquisição de software que apresentou redução devido à finalização da implantação do sistema SIG adquirido pelo instituto.

Por fim, sobre os quadros de despesas por grupo e elemento de despesa, relata-se que, em relação ao custeio e investimento, além da redução do contido na proposta orçamentária, houve a incompatibilidade da cota de limite com a dotação orçamentária, o descontingenciamento tardio e parcial do limite e o bloqueio de dotação, o que dificultou a execução do planejamento e ensejou a inscrição de diversas despesas em restos a pagar.

3.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve a execução de despesas através de suprimento de fundos neste exercício.

3.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 44 – Indicadores de desempenho previstos no PDI.

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Índice Geral de Cursos (IGC).	3	3	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi com Cursos de Nível Superior	Definida anualmente pelo INEP
Média das notas dos cursos no ENADE.	4	2,75	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi com Cursos de Nível Superior	(Soma dos Conceitos ENADE dos Cursos/Quantidade de Cursos com Conceito ENADE)
Média das notas das avaliações dos cursos realizadas in loco.	4	3,75	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi com Cursos de Nível Superior	(Soma das Notas das Avaliações/Quantidade de Cursos Avaliados)
Número de políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, articuladas entre as Pró-reitorias, para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo discente.	3	3	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Pró-reitoria de Extensão	-
Número de adequação anual das estruturas físicas voltada às demandas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação dos Campi.	14	8	Anual	Pró-reitoria de Administração / Campi	-
Número de criações, aprovações, implementações e revisões de normativas articuladas entre as Pró-reitorias para fortalecimento do Ensino.	35	32	Anual	Pró-reitoria de Ensino	-
Número de discentes do IFPA participantes dos jogos estudantis, considerando as etapas estadual, regional e nacional.	650	500	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
IFPA Credenciado junto ao MEC para a oferta de ensino superior em EaD.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Atendido: Sim ou Não
Número de polos credenciados.	20	14	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-
Percentual de construção do CTEAD do IFPA.	100%	40%	Anual	Pró-reitoria de Administração	(Quantidade de Etapas Concluídas/Total de Etapas)*100
CTEAD implantado	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Ensino	Atendido: Sim ou Não

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Percentual de colaboradores da EaD capacitados.	50%	100%	Anual	Pró-reitoria de Ensino	$(\text{Quantidade de colaboradores da EaD capacitados} / \text{Total de colaboradores da EaD}) * 100$
Número de cursos técnicos subsequentes pactuados com Programa Bolsa-Formação PRONATEC.	19	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de projetos de extensão aprovados através do PRO-EXTENSÃO - Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA.	18	36	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Percentual de Cursos de graduação do IFPA com matrizes curriculares atualizadas.	30%	100%	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Ensino / Campi	$(\text{Quantidade de Cursos com Matrizes Atualizadas} / \text{Total de Cursos}) * 100$
Implantação do Observatório do Mundo do Trabalho.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Percentual de aumento anual em relação ao ano anterior de parcerias firmadas com a comunidade empresarial e ou entidades públicas, visando o aumento de vagas de estágio.	15%	15%	Anual	Pró-reitorias de Extensão e Ensino / Campi	$((\text{Vagas de Estágio do Ano Atual} / \text{Vagas de Estágio do Ano Anterior}) - 1) * 100$
Número de parcerias nacionais e internacionais firmadas, visando intercâmbio de discentes e profissionais técnicos e docentes do IFPA.	10	13	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Percentual de discentes e docentes aprovados no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras.	10%	0%	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-Reitoria de Ensino / Campi	$(\text{Quantidade de Discentes e Docentes Aprovados no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras} / \text{Total de Discentes e Docentes}) * 100$
Número de acordos de cooperação internacionais firmados com instituições de outros países, visando a mobilidade estudantil internacional.	11	2	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Implementação do Centro de Idiomas do IFPA.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Número de testes de proficiência tipo TOEFL e IELTS aplicados para professores, alunos e comunidade em geral interessada.	200	20	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de vagas de Emprego para egressos viabilizadas por ações do IFPA.	100	36	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de parcerias nacionais e internacionais firmadas, visando intercâmbio de egressos.	5	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de projetos, com ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica, voltados para demandas regionais.	34	43	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de projetos fomentados que utilizem a pesquisa e extensão como instrumento de ensino-aprendizagem.	56	316	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de licenciamentos de transferência de tecnologias e conhecimento para o setor privado realizados.	5	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Normatização da Política de Extensão aprovada no CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Normatização do Programa de Atividades de Extensão do IFPA – PRO-EXTENSÃO aprovada no CONSUP.	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação do Observatório do Mundo do Trabalho.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	Atendido: Sim ou Não
Percentual de egressos em acompanhamento.	5%	5%	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	(Quantidade de Egressos em Acompanhamento/Total de Egressos)*100
Criação e normatização do Comitê de Extensão do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação e normatização da Câmara Técnica de Extensão do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação e normatização do Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação e normatização do Núcleo Editorial do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Pós-graduação	Atendido: Sim ou Não

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Implementação do Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas do IFPA.	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão / DTI	Atendido: Sim ou Não
Implantação do Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional.	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão / DTI	Atendido: Sim ou Não
Número de incubadoras criadas.	5	1	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de produtos e serviços criados e produzidos com recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais, considerando os princípios de inclusão e do desenho Universal, em diversas mídias, resguardando o acesso e a usabilidade das várias audiências.	20	2	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-Reitoria de Ensino / Campi	-
Portal Integrado da Rede de Parceiros Implantado.	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	Atendido: Sim ou Não
Política de extensão para o atendimento do Observatório do Trabalho no IFPA aprovada no CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Setor de Egresso/ Pró-reitoria de Extensão / Campi	Atendido: Sim ou Não
Normativa das ações de Arte, Cultura e Esporte aprovada pelo CONSUP.	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Número de Campi com Núcleos de Arte e Cultura (NAC) implantados	5	4	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de Campi com Núcleos de Desporto e Lazer (NDL) implantados	5	4	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de encontros de Professores de Educação Física do IFPA	1	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão	-
Número de bolsas de iniciação científica nos programas institucionais de iniciação científica, tecnológica e inovação do CNPq/CAPES/FAPESPA.	60	51	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de Campi com Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) implantado.	13	6	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número acumulado de projetos de pesquisa apoiados pelo IFPA.	17	25	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número acumulado de beneficiários em Edital de participação de servidores em eventos.	80	24	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação por ano.	8	13	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de projetos institucionais aprovados por ano para captação de recursos externos para pesquisa.	1	6	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pesquisa.	4	1	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / DTI	-
Número de participações do Comitê de Pesquisa nas ações da PROPPG.	5	13	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de eventos de capacitação dos servidores na elaboração de projetos e artigos realizados anualmente.	1	1	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de editais anuais de incentivo à pesquisa aplicada.	1	1	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de convênios vigentes de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.	5	4	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de bolsistas beneficiados pelo Programa Institucional de Qualificação (PIQ) do IFPA.	32	13	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de <i> cursos stricto sensu </i> ofertados.	4	2	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de Campi com oferta de cursos <i>lato sensu</i> .	9	9	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pós-graduação.	3	3	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / DTI	-
Número de Tecnologias protegidas.	4	4	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de ações em conjunto com a Rede Namor.	4	4	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de inovação.	3	0	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / DTI	-
Número de visitas realizadas aos Campi para capacitação dos servidores, que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação.	6	1	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Percentual de alunos atendidos pelos programas de permanência do IFPA.	70%	75%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Alunos Atendidos pelos Programas de Permanência/Total de Alunos)*100
Percentual de vagas ofertadas para o PROEJA.	10%	5,7%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Vagas Ofertadas para o PROEJA/Total de Vagas)*100
Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas.	15%	10%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Vagas Ofertadas para Licenciatura/Total de Vagas)*100
Percentual de Campi com NAPNE e NEAB criados.	45%	58,34%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão/ Campi	(Campi com NAPNE e NEAB/Total de Campi)*100
Número de Campi com o Diagnóstico de evasão realizados.	18	18	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Pós-graduação / Campi	-
Percentual de evasão escolar.	25%	44,30%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Pós-graduação / Campi	(Matrículas Finalizadas Evadidas/Matrículas Atendidas)*100

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Percentual de reprovação por componente curricular.	30%	10,34%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Pós- graduação / Campi	(Reprovados em Componente Curricular/Matrículas Atendidas)*100
Número de Campi com a LAI implantada.	18	18	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	-
Percentual de servidores capacitados para uso da LAI.	2%	7%	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	(Quantidade de Servidores Capacitados para Uso da LAI/Total de Servidores)*100
Percentual de Atendimento dentro do e-SIC.	100%	100%	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	(Quantidade de chamados atendidos pelo e-SIC/Total de chamado registrado no e-SIC)*100
Plano de dados abertos elaborado.	Sim	100%	Anual	Gabinete do Reitor	Atendido: Sim ou Não
Número de comissões (CPPD, CIS e Comissão de Ética) implantadas.	3	3	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	-
Percentual de servidores atendidos que visem a promoção e prevenção à saúde dos servidores.	40%	31%	Anual	DGP / Campi	(Quantidade de Servidores Atendidos/Total de Servidores)*100
Percentual de servidores capacitados por cursos de aprendizagem contínua.	75%	31%	Anual	DGP / Campi	(Quantidade de Servidores Capacitados por Cursos de Aprendizagem Contínua/Total de Servidores)*100
Número de padrões de comunicação normatizados.	8	0	Anual	ASCOM / Campi	-
Número de Campi com Assessorias de Comunicação Social implementadas.	10	3	Anual	ASCOM / Campi	-
Número de parcerias firmadas com veículos de comunicação para divulgar a marca e ações do IFPA.	4	4	Anual	ASCOM	-
Percentual de Implantação do aplicativo de notícias para dispositivos móveis	80%	10%	Anual	ASCOM	(Quantidade de etapas para implantação cumpridas/Total de etapas para implantação)*100
Percentual de servidores da área de comunicação Capacitados em Marketing Institucional e Comunicação Social.	60%	10%	Anual	ASCOM / Campi	(Quantidade de Servidores Capacitados na Área de Marketing Institucional, Marketing Pessoal, Oratória, Endomarketing, Estrutura Administrativa Brasileira e Relações Políticas no Ambiente de Trabalho e Diante o Público/Total de Servidores)*100

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG) implantados.	10	4	Anual	DTI	-
Percentual de servidores de TI capacitados e integrados	80%	100%	Anual	DTI	$(\text{Quantidade de servidores de TI capacitados e integrados} / \text{Total de servidores de TI}) * 100$
Percentual de módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG) implantados	80%	58,33%	Anual	DTI	$(\text{Quantidade de módulos SIG implantados} / \text{Total de módulos SIG}) * 100$
Número de Campi com infraestrutura completa de TI implantada.	15	14	Anual	DTI	-
Percentual da Governança de TI implantada	80%		Anual	DTI	$(\text{Quantidade de itens de Governança de TI implantados} / \text{Total de Governança de TI}) * 100$
Percentual de metas do PDI monitoradas.	100%	64%	Anual	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	$(\text{Quantidade de metas do PDI monitoradas} / \text{Total de metas do PDI}) * 100$
Número de eventos de discussão acerca das necessidades Orçamentárias dos Campi realizados.	4	3	Anual	Pró-Reitoria de Administração / Campi	-
Número de licitações compartilhadas realizadas.	8	4	Anual	Pró-Reitoria de Administração / Campi	-
Percentual de licitações sustentáveis realizadas	75%	20%	Anual	Pró-reitoria de Administração / Campi	$(\text{Quantidade de Licitações Sustentáveis Realizadas} / \text{Total de Licitações Realizadas}) * 100$
Número de Unidades Gestoras (UGs) com receitas próprias, despesas e cumprimento de metas orçamentárias monitoradas, in loco.	8	0	Anual	Pró-Reitoria de Administração / Campi	-

Análise Crítica:

O resultado do ENADE do IFPA em 2017, refere-se à participação de 4 cursos de graduação da instituição neste Exame em 2016, sendo que um dos cursos tirou 4 e dois tiraram 3. Apenas um curso obteve resultado insatisfatório (conceito 1), o que comprometeu a nota média dos cursos, calculada em 2,75. Os resultados expressam uma significativa melhoria dos indicadores em comparação com 2014, quando a média foi 2,34. Em comparação com 2015, há uma queda, mas saliente-se que apenas um curso participou do ENADE no referido ano, sendo que este obteve nota 4. Os índices de 2015, portanto, dizem respeito somente a esse curso e não a uma média entre cursos participantes, como é o caso dos anos de 2014 e 2016.

Em relação à média das notas das avaliações *in loco* realizadas pelo INEP, 4 cursos do IFPA receberam visitas de avaliação em 2017, por ocasião do processo de renovação de reconhecimento, sendo que dois deles respondiam protocolo de compromisso por conta de fragilidades detectadas em suas últimas avaliações. Todos os cursos obtiveram conceitos finais satisfatórios, sendo que três alcançaram a nota 4 (incluindo os dois que respondiam protocolo de compromisso), que expressa um perfil muito bom de qualidade, e um ficou com nota 3, que expressa um perfil suficiente de qualidade. Este último foi o único dos quatro avaliados que não passou por atualização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC em 2017, uma vez que seu respectivo campus optou pela paralisação do curso. Os excelentes resultados obtidos pelos três cursos que passaram pelo processo de reformulação curricular em 2017 demonstra a importância da atualização dos PPCs dos cursos para a qualidade da educação ofertada. E a obtenção da nota 4 para dois cursos que cumpriam protocolo de compromisso premia o trabalho conjunto de acompanhamento feito pela PROEN, pela gestão dos campi e pelas coordenações dos cursos ao longo de todo o processo de cumprimento dos planos de ação pactuados.

Quando à criação e revisão de normativas de ensino, entre 2015 e 2017, a PROEN já criou e revisou 32 normativas de fortalecimento do ensino, sendo que 15 entre 2015 e 2016, e 17 somente em 2017. Faltaram somente 3 normativas para cumprir com a previsão numérica de 35 do PDI. Saliente-se, contudo, que algumas novas propostas de normativas já foram encaminhadas para o Conselho Superior –CONSUP do IFPA, e estão aguardando publicação, como é o caso da Política de Educação do Campo para cursos em alternância pedagógica e das normas e procedimentos para ingresso de refugiados em cursos FIC, técnicos e superiores de graduação (já publicada no início de 2018, por meio da Resolução 01/2018-CONSUP, de 11 de janeiro de 2018). E a PROEN já prepara diversas normativas de fortalecimento ao ensino para 2018.

Quanto ao número de polos para EaD, atualmente o IFPA possui 759 alunos matriculados nos cursos Técnicos em Informática (subsequente) e Técnico em Informática para Internet (concomitante), que estão distribuídos em 14 (catorze) polos, ofertados por meio da Rede e-Tec Brasil. Desde 2014, todos os 18 campi do IFPA possuem infraestrutura para atuar como polos de apoio presencial. Apesar disso, como atualmente a oferta dos cursos técnicos a distância ocorre somente por meio da Rede e-Tec Brasil, o IFPA está sujeito às determinações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, o que nos últimos anos tem dificultado bastante a articulação para a criação de novos polos, pelos prazos exíguos que são dados para que se responda às demandas enviadas pela SETEC. Essa sujeição impacta diretamente no aumento ou na diminuição de polos ao longo dos anos. Os polos têm sido criados conforme Mapa de

Demanda Identificada (MDI) enviado pela SETEC/MEC para oferta de cursos por meio da Rede e-Tec Brasil, com a anuência dos campi do IFPA, que buscam parceria com prefeituras municipais dentro de suas respectivas áreas de abrangência. Como forma de melhor gerir os polos de apoio presencial nos quais a instituição oferta cursos, está sendo elaborada uma resolução para normatizar a criação, o acompanhamento, a avaliação e a extinção de polos no IFPA. A partir da aprovação e publicação desse documento, os polos existentes já em funcionamento serão devidamente credenciados pela normativa interna e os novos polos deverão segui-la, a fim de ser efetivamente criados/credenciados. A resolução será submetida à apreciação do CONSUP no primeiro trimestre de 2018.

Em relação à construção do CTEAD, apesar das constantes notificações da fiscalização, evidenciando o atraso da construtora responsável pela obra, não foi possível garantir o índice previsto (100%), ficando o índice observado (40%) muito abaixo do esperado, porém próximo da referência (62%).

Em relação à implantação do CTEAD, falta apenas a aprovação do projeto de institucionalização da EaD no IFPA por parte do CONSUP. A equipe da EaD já existe e está em exercício no Departamento de Educação a Distância, vinculado à PROEN. Mas, o processo de implantação está estimado em 90%, já tendo sido alcançados os seguintes resultados: instituição de uma sede temporária, enquanto o prédio definitivo não fica pronto; processo de aquisição de equipamentos em andamento; corpo social constituído por 9 servidores e 2 estagiários; e bolsistas contratados para atuação na oferta de cursos por meio da Rede e-Tec Brasil.

Em 2016, o percentual de oferta de cursos EJA-EPT foi de apenas 1,91%. No primeiro semestre de 2017, esse índice foi de 5,68%, considerando o total de 581 vagas de ingresso EJA-EPT em 5 cursos em 2017.1 e o quantitativo de 10.216 matrículas totais em 2016.1. Apesar de representar o cumprimento de somente 50% da meta estabelecida em Lei, já constitui um crescimento de 197% em relação ao ano anterior. Esse indicador tende a melhorar ainda mais, considerando o trabalho de mobilização e sensibilização da Pró-reitoria de Ensino, por meio do Departamento de Educação Básica e Profissional e da Coordenação de Diversidades, quanto à importância e necessidade de cumprir o que está estabelecido no Plano Nacional de Educação (2014-2018) e na Lei de Criação dos Institutos Federais sobre a oferta dos cursos na modalidade EJA-EPT. Em 2017, foi firmado o convênio entre SUSIPE/IFPA/SEDUC para oferta de um curso para as populações privadas de liberdade. A assinatura deste convênio consolida a responsabilidade social do IFPA com a educação para as populações historicamente excluídas. Além dos 5 cursos EJA-EPT ofertados em 2017, outros 6 estão em fase de regulamentação para iniciar em 2018, quando o IFPA ampliará de 05 para 11 campi a oferta dos cursos EJA/EPT.

Em relação à oferta de vagas em cursos de licenciatura, é importante salientar que dos 50 cursos de licenciatura do IFPA registrados no e-MEC e no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da Instituição, 39 cursos (correspondente a 78% do total) estavam sendo executados por meio dos programas governamentais PARFOR, PROCAMPO e UAB. Com a finalização do ingresso através desses programas, o número de cursos de licenciatura com oferta de vagas diminuiu para 11 cursos (22% do total) em 2016, com vários cursos entrando em processo de extinção. Em 2017, em função da não atualização de alguns PPCs, alguns cursos não puderam iniciar no primeiro semestre de 2017, o que manteve o percentual de oferta de vagas para as licenciaturas quase igual ao de 2016 (9,5%). 10% das vagas ofertadas pelo IFPA no primeiro semestre de 2017 foram destinadas a cursos de licenciatura. Foram

1.261 vagas em 11 cursos, em um universo de 12.632 matrículas totais. Quatro novos cursos de licenciatura foram aprovados, com oferta autorizada para 2018. Outros dois estão em processo de reformulação e/ou análise, podendo vir a ofertar em 2018.

Informa-se que 77,8% dos campi já possuem NAPNE (14 dos 18 campi). Em relação ao NEAB (ação de competência da PROEX), 7 campi o possuem (38,88%). Tirando a média entre os dois percentuais (77,8% e 38,88%), podemos aferir um percentual de 58,34% de campi com os referidos núcleos constituídos. Considerando que a meta era 45%, alcançamos a mesma em 100%.

O aumento significativo do Percentual de Evasão Escolar (44,30%) em 2017 em relação ao ano anterior (15,33%) se justifica pelo fato das atualizações da situação acadêmica dos discentes no sistema SISTEC, bem como pelas ações de validação de dados na Plataforma Nilo Peçanha. O índice registrado em 2017 foi bem superior à meta prevista de 25%.

O Percentual de Reprovação por Componente Curricular teve uma ligeira redução em relação ao ano anterior, passando de 11,49% para 10,34%, permanecendo significativamente abaixo do máximo estipulado para o ano de 2017, que era de 30%. Para fins de cálculo do referido indicador não foram considerados os casos de cancelamento e trancamento de matrícula.

Informa-se que, no ano de 2017, o edital de auxílio à publicação de artigos não recebeu nenhuma proposta submetida.

O Edital de auxílio à participação em eventos científicos recebeu 36 propostas das quais 24 foram deferidas para as quais R\$ 30.168,80 (Trinta mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos) foram destinados ao pagamento de diárias e R\$ 17.438,55 (Dezessete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo um montante total utilizado de R\$ 47.607,35 (Quarenta e sete mil e seiscentos e sete reais e trinta e cinco centavos). O edital de apoio à pesquisa aplicada aprovou 09 projetos de 06 campi do IFPA, disponibilizando o recurso de R\$ 625.530,70.

O Seminário de Iniciação Científica e o Simpósio de Inovação Tecnológica, realizados em outubro no Campus Santarém, contou com a participação de aproximadamente 1000 pessoas nas mais diversas etapas da programação. Foram ofertados 04 Oficinas, 08 Minicursos e 02 Palestras, além da apresentação de 198 trabalhos (155 pôsteres e 43 orais). Em 2017, houve 442 trabalhos submetidos ao IX SICTI de todos os campi do IFPA e de outras instituições de ensino com 329 aprovados. Dos 51 projetos de Iniciação Científica com bolsas concedidas pelo CNPq e gerenciadas pela PROPPG, 46 enviaram trabalhos para apresentação nos eventos.

Em relação à pós-graduação, 03 é o número de convênios vigentes de cooperação técnico-científico e educacional (MINTER, DINTER e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA, a saber:

- Com a UFRRJ, o IFPA tem convênio (MINTER) para formação de 30 servidores com vigência para 2015 e 2016, com funcionamento em Conceição do Araguaia - PA e no Rio de Janeiro - RJ, o qual custou para o IFPA o valor de R\$ 1.200.000,00;

- Com a UFPA, o IFPA tem convênio (NUMA) para formação de 24 servidores com vigência para 2015 e 2016, com funcionamento em Belém - PA, o qual custou para o IFPA o valor de R\$ 300.000,00;
- Com a UNIFESPA, o IFPA tem convênio (MINTER e DINTER) para formação de 20 servidores com vigência para 2015 e 2018, com funcionamento em Marabá - PA, o qual não há custos para o IFPA;
- Com a UFPI, o IFPA tem um convênio para a qualificação de 20 servidores em Mestrado Profissional em Gestão Pública.

Em razão do montante gasto nessas ações de qualificação não foi feito o lançamento do Edital PIQ. A PROPPG, com isso, manteve custo de manutenção dos servidores que até 2017 estiveram contemplados pelos editais de 2014, 2015, 2016.

Em 2017, tivemos 2 cursos ofertados em nível *stricto sensu*, a saber:

- Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais, com início em 2016 - Campus Belém;
- Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, com início em 2012 - Campus Castanhal.

O número de Campi com oferta de cursos *lato sensu* foi 09. Houve uma previsão de 09 Campi, mostrando que a meta foi alcançada.

Além disso, 03 foram o número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pós-graduação previstas para 2016 e duas foram as ações gerenciadas a saber:

- Lato sensu;
- Stricto Sensu;
- Pesquisa.

Através do SIGPP, a PRODIN monitorou o cumprimento dos objetivos e metas do PDI referentes ao exercício de 2017, que resultou no atingimento de 63,95% do total dos objetivos/metapas previstas para o exercício de referência. Cabe destacar, que dentre os resultados apresentados, somente identificamos o cadastramento de 23 unidades do órgão, ou seja, ainda restaram 05 unidades que não cadastraram seus planejamentos no sistema. Além disso, constata-se a resistência de algumas unidades à utilização da ferramenta ou morosidade no cadastramento e acompanhamento das metas.

Ressaltamos que o uso da ferramenta é necessário devido à distância geográfica entre a matriz e suas filiais, além, é claro, de ser uma ferramenta que facilita o acompanhamento da execução das ações e metas, podendo ainda gerar relatórios mais rapidamente.

Cabe mencionar que, devido ao problema cultural no uso das ferramentas de planejamento, a PRODIN elaborou a normativa do SIGPP que será levada para apreciação junto ao Conselho Superior (CONSUP) e posterior publicação do instrumento com ampla divulgação, estabelecendo oficialmente o SIGPP como principal meio de registro e acompanhamento dos objetivos e metas previstas no PDI em vigência.

Sobre a realização de licitações sustentáveis, informa-se que nos editais de contratação de obras e serviços de engenharia adotou a exigência quanto ao atendimento da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, que deve ser aplicada pela Administração no momento da elaboração do Projeto Básico. Além de exigências no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO e na MINUTA DE CONTRATO - item de obrigações da contratada: “A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Sobre o Número de Unidades Gestoras (UGs) com receitas próprias, despesas e cumprimento de metas orçamentárias monitoradas, *in loco*, no exercício de 2017, foram descentralizadas quatro unidades gestoras: Campus Ananindeua, Campus Paragominas: Campus Parauapebas: e Campus Óbidos, com independência orçamentária de arrecadação de receitas próprias, pois as mesmas realizam seus processos de processos seletivos para ingresso de discentes.

Além disso, a Comissão de Planejamento da DGP em constituição e com início das atividades para o exercício de 2018 passará a mensurar o índice observado em função do índice previsto e índice de referência para a respectiva denominação de indicadores de desempenho no PDI.

Não houveram padrões de comunicação normatizados no exercício de 2017 em virtude da necessidade de se instituir primeiro a Política de Comunicação do IFPA. Entretanto, com o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos para a elaboração da Política de Comunicação e integrar a comunicação do IFPA à Rede Federal, o assessor de comunicação titular coordenou e redigiu, junto a outros servidores da Rede, a Política de Comunicação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) durante o ano de 2017. Esta ação servirá de base para a construção da política do Instituto.

Apenas três Campi do IFPA emitiram portarias regulando seus setores de comunicação: Campus Belém, Castanhal e Tucuruí. No ano de 2017 novos servidores de comunicação foram nomeados através de concurso público para a Reitoria, Campus Abaetetuba, Campus Belém, Campus Bragança, Campus Breves, Campus Castanhal, Campus Itaituba, Campus Parauapebas, Campus Santarém e Campus Tucuruí. Devido a estas novas nomeações as ações de comunicação, como atualização de sites institucionais e relacionamento com a imprensa, ampliaram e tornaram-se mais assertivas.

A Assessoria de Comunicação Social concluiu o objetivo com quatro parceria firmadas no ano de 2017. As parceria foram fechadas com A FUNTELPA (rádio e Tv), com a TV Cultura Pará (Tv e treinamentos), com a ART3 Comunicação e Cultura e com Youtube.

Considerando a velocidade das atualizações tecnológicas para aparelhos móveis, o processo ainda está em fase de pesquisa da melhor tecnologia para desenvolvimento do aplicativo. Um dos resultados do Fórum de Gestores de Comunicação, coordenado pelo Conif, foi o projeto para o final de 2018 de um aplicativo para dispositivos móveis da Rede Federal. O aplicativo de notícias será de uso nacional, e com esta possibilidade é necessário aguardar o desenvolvimento da tecnologia para evitar competitividade e/ou desuso de um aplicativo específico do IFPA.

Duas servidoras de comunicação fizeram o curso de capacitação "Atualização em comunicação e marketing institucional: gestão da comunicação nas instituições públicas". Novas capacitações estão previstas na parceria entre IFPA e FUNTELPA. As servidoras capacitadas trouxeram atualizações e novas ideias na área de comunicação, multiplicaram e aplicaram seus conhecimentos no setor.

Quanto ao *Número de módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG)* implantados, o índice previsto foi 10, porém índice observado foi 4. Não foi possível alcançar o índice devido à rotatividade de servidores na área de desenvolvimento, pois houve uma diminuição do quadro funcional da DTI, pois foram liberados servidores para atender demandas do Campus Belém em razão da necessidade de conclusão do módulo Patrimônio (cobrança do TCU). Os novos servidores empossados para completarem os ausentes não permaneceram no cargo por posse em outro concurso público o que ocasionou a perda de conhecimento e tempo no desenvolvimento e ajustes dos módulos.

Atualmente, o Gabinete da Reitoria vem trabalhando na perspectiva de avançar nas ações voltadas à capacitação de servidores, atendimento as demandas junto ao e-SIC, bem como ao fortalecimento das comissões que possuem representantes de cada categoria.

3.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 45 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$(\text{Inscritos}/\text{Vagas Ofertadas}) \times 100$	9,78	14,50	8,80	12,74	8,43
	Relação Ingressos/Aluno	$(\text{Ingressantes}/\text{Matrículas Atendidas}) \times 100$	26,42%	25,90%	26,86%	22,09%	9,49%
	Relação Concluintes/Aluno	$(\text{Concluídos}/\text{Matrículas Atendidas}) \times 100$	14,24%	17,45%	9,27%	15,04%	7,45%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$(\text{Concluintes}/\text{Matrículas Finalizados}) \times 100$	40,60%	53,23%	53,80%	63,64%	55,66%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$(\text{Retidos}/\text{Matrículas Atendidas}) \times 100$	6,8%	54,93%	53,36%	57,56%	54,69%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$(\text{Matrículas Atendidas}/((20\text{h} \times 0,5) + 40\text{h} + \text{DE})) \times 100$	23,09	22,95	26,84	24,59	30,37
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$(\text{Gastos Totais}/\text{Matrículas Atendidas})$	12.361,42	11.717,54	10.856,61	10.722,59	7.465,49
	Percentual de Gastos com Pessoal	$(\text{Gastos com Pessoal}/\text{Gastos Totais}) \times 100$	77,56%	70,02%	68,46%	57,71%	65,86%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$(\text{Gastos com Outros Custeios}/\text{Gastos Totais}) \times 100$	14,76%	21,14%	19,19%	22,23%	21,64%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$(\text{Gastos com Investimentos}/\text{Gastos Totais}) \times 100$	3,16%	7,27%	8,86%	16,72%	8,40%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	RPF < 0,5 SM	9912	1135	4867	6355	2753
		$0,5 \leq \text{RPF} < 1,0 \text{ SM}$	5224	889	1875	2453	7133
		$1,0 \leq \text{RPF} < 1,5 \text{ SM}$	4613	832	1719	1985	1799
		$1,5 \leq \text{RPF} < 2,5 \text{ SM}$	1909	387	441	522	646
		$2,5 \leq \text{RPF} < 3 \text{ SM}$	1154	184	351	418	434
	$\text{RPF} \geq 3$	415	58	169	194	204	
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$(\text{Inscritos}/\text{Vagas Ofertadas}) \times 100 (G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5) / (G + A + E + M + D)$	3,70	3,60	3,59	3,42	3,24

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018.

Análise da Relação Candidato/Vaga:

A Relação de Candidatos por Vaga no IFPA em 2017 reduziu em torno 32,5% em relação ao ano anterior, atingindo o indicador de 9,78 candidatos inscritos por vaga ofertada. Acredita-se que a redução deva ter ocorrido por inconsistência no preenchimento da informação no sistema SISTEC, a qual está sendo analisada pela Instituição.

Estamos desenvolvendo ações contínuas com os Campi, por meio da Procuradoria Educacional Institucional com as Secretarias Acadêmicas, para conscientização do preenchimento correto dos dados no referido sistema.

Análise da Relação Ingressos/Aluno:

A Relação de Ingressos por Aluno expressa a proporção de alunos ingressantes em relação a total de alunos matriculados no IFPA. Em 2017, esta proporção variou muito pouco em relação a 2016, visto que no ano anterior a proporção de ingressantes era 25,90% e este ano foi de 26,42%. Esta estabilidade se deve à continuidade nas ofertas da maioria dos cursos do IFPA em todos os níveis.

Análise da Relação Concluintes/Aluno:

A Relação de Concluintes por Aluno expressa a proporção de alunos concluintes em relação a total de alunos matriculados no IFPA. Nos últimos anos, esta proporção tem oscilado bastante, porém, de 2016 para 2017, registramos uma leve queda, que representa um possível estacionamento deste indicador a partir do ano de referência. A estabilidade na casa de 14% a 15% deve-se as ações deflagradas no ano de 2016 que visaram ajustar no SISTEC os registros dos alunos concluintes.

Análise do Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes:

Em 2017 houve uma diferença cerca de 12% a menor que o ano anterior no Índice de Eficiência Acadêmica do IFPA. Embora os números de conclusões tenham se mantido estável, a elevação da taxa de evasão, somada a cancelamentos de matrículas e transferências externas no período de referência contribuíram para queda do Índice de Eficiência Acadêmica. Observa-se ainda que por meio dos trabalhos da comissão de permanência e êxito dos estudantes do IFPA, houveram correções no registro do status dos alunos em relação a situação de evasão e abandono de curso.

Análise do Índice de Retenção do Fluxo Escolar:

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar é a proporção de alunos retidos (alunos que não integralizaram as disciplinas das suas respectivas matrizes curriculares no prazo previsto e continuam cursando disciplinas) em relação ao total de matriculados no IFPA. Em 2017, o Índice de Retenção apontado pela Plataforma Nilo Peçanha teve brusca queda em relação ao ano anterior, atingindo o menor índice até então. Essa queda se justifica pela regra

aplicada na Plataforma Nilo Peçanha, que considerou para fins de cálculo do indicador apenas os alunos retidos até 365 dias após a data prevista para sua conclusão.

Análise da Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral:

Este indicador representa a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente, apresentando a projeção de alunos para cada docente em tempo integral. Em 2017, o índice que era 22,95 alunos por docente passou para 23,09 alunos por docente, distanciando-se do ideal, que é de 20 alunos por docente. Isto se deve ao aumento desproporcional de matrículas atendidas em relação ao número de docentes, ainda que em 2017 tenha ocorrido o ingresso de novos docentes, através de editais de contratação de professores substitutos e editais de concursos públicos para professores efetivos, com tempo integral. Soma-se a isso o fato de 44 docentes terem sido afastados por motivo de aposentadoria ou exoneração.

Análise dos Gastos Correntes por Aluno:

Segundo a extração realizada pela Plataforma Nilo Peçanha no SIAFI, os gastos do IFPA por aluno têm aumentado nestes últimos cinco anos. Em 2017, estes gastos chegaram a R\$ 12.361,42 por aluno. O que justifica estes altos gastos pelo IFPA são as características de seus cursos, principalmente os cursos técnicos integrados ao ensino médio que exigem um custeio maior que os cursos técnicos subsequentes de ensino médio ou os cursos superiores, e ainda os cursos em regime integral. Em ambos os níveis pratica-se a pesquisa e a extensão. Entretanto, segundo a referida plataforma, o custo por aluno do IFPA é o terceiro menor dentre as instituições da Rede Federal de Educação. O aumento da inflação e os investimentos na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo IFPA também justificam o aumento dos gastos por aluno.

Análise do Percentual de Gastos com Pessoal:

Os Gastos com Pessoal é o que apresenta maior proporção em relação ao total de gastos do IFPA, de acordo com a extração realizada pela Plataforma Nilo Peçanha no SIAFI. Em 2017, o percentual aumentou para 77,56%, motivado pelas novas contratações de servidores (técnico-administrativos e docentes, efetivos e temporários) realizadas pelo IFPA neste ano para suprir a carência no seu quadro de pessoal.

Análise do Percentual de Gastos com outros Custeios:

Os Gastos com Outros Custeios é o que apresenta a segunda maior proporção em relação ao total de gastos do IFPA, de acordo com a extração realizada pela Plataforma Nilo Peçanha no SIAFI. Em 2017, o percentual reduziu para 14,76%, motivado pelas ações de contingenciamento de despesas pelo Governo Federal.

Análise do Percentual de Gastos com Investimentos:

Os Gastos com Investimentos é o que apresenta menor proporção em relação ao total de gastos do IFPA, de acordo com a extração realizada pela Plataforma Nilo Peçanha no SIAFI. Em 2017, o percentual seguiu a tendência de redução desde 2014, atingindo o índice de 3,16%, motivado pelas ações de contingenciamento de despesas pelo Governo Federal.

Análise do Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar:

Analisando-se a renda per capita familiar dos alunos do IFPA, observa-se que em 2017 a maior concentração de alunos encontra-se nas três primeiras faixas de renda familiar per capita (inferior a 1,5 salário mínimo por família). Em 2017, a concentração de alunos nas três primeiras faixas corresponde a 85,02% dos respondentes.

Diante desse contexto do perfil socioeconômico, o IFPA vem ampliando a identificação da situação de vulnerabilidade econômica dos estudantes, auxiliando na formulação e direcionamento de ações afirmativas através dos programas de Assistência Estudantil e Bolsa Permanência, a fim de garantir sua permanência e êxito e a redução de evasão de seus alunos.

Ressalta-se que tais informações correspondem à situação financeira dos alunos no ato da matrícula, quando é solicitado que os mesmos respondam um questionário socioeconômico e/ou no atendimento pela Assistência Estudantil. Portanto, a situação atual dos alunos pode não corresponder exatamente ao cenário exposto no quadro acima. Além do mais, o total de respondentes não corresponde exatamente ao número total de matriculados extraídos do SISTEC, visto que uma considerável parcela não declarou renda.

Análise do Índice de Titulação do Corpo Docente:

O Índice de Titulação do Corpo Docente do IFPA é considerado muito bom, principalmente em se tratando de um Instituto em que a carreira dos docentes é de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Este índice vem evoluindo nestes últimos cinco anos. Em 2017, esse índice teve ligeiro aumento, chegou ao patamar de 3,70, cujo índice máximo é 5,00. Grande parte deste bom desempenho do IFPA no nível de titulação do seu corpo docente se deve aos investimentos e ações voltados para qualificação do quadro de professores lotados na instituição, e a concorrência nos concursos públicos, que resulta no alto nível de titulação dos docentes ingressantes na instituição.

3.5. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrência de projetos e programas financiados com recursos externos neste exercício.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

Quadro 46 – Descrição das instâncias que compõem a estrutura de governança da unidade.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
Conselho de Administração	Conselho Superior-CONSUP	Estatuto do IFPA; Regimento Geral do IFPA; e Resolução 61/2016-CONSUP-IFPA.	Forma de atuação: Órgão colegiado consultivo e deliberativo. Principais atribuições: aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, após parecer da Pró-reitoria de Ensino, bem como aprovar normas para o registro e emissão de diplomas.
	Colégio de Dirigentes - CODIR	Estatuto do IFPA; e Regimento Geral do IFPA.	Forma de atuação: Órgão colegiado consultivo. Principais atribuições: apreciar os elementos que integrarão a matriz orçamentária do IFPA com vistas à distribuição dos recursos financeiros entre as suas unidades gestoras; apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos a ser submetida ao CONSUP; elaborar, apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes.
Unidade de Auditoria Interna ou de Controle Interno	Auditoria Interna- AUDIN	Estatuto do IFPA; Regimento Geral do IFPA; e Resolução 06/2016-CONSUP.	Forma de atuação: é órgão vinculado ao Conselho Superior, nos termos do artigo 15 do Decreto no 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto no 4.304, de 2002, é o órgão técnico responsável por fortalecer a gestão, bem como racionalizar as ações de controle, no âmbito do Instituto Federal do Pará, e prestar apoio, dentro de suas especificidades, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente. Principais atribuições: examinar os atos de gestão com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações, com os objetivos de verificar a exatidão, a regularidade das contas e comprovar a eficiência, a eficácia, a economicidade e efetividade na aplicação dos recursos disponíveis; acompanhar o cumprimento das metas previstas do Plano Plurianual no âmbito da Entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Entidade e tomadas de contas especiais.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
Comitês e Comissões de Apoio a Governança	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI	Resolução 55/2013-CONSUP	É órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de caráter permanente, em conformidade com a orientação da Instrução Normativa SISP nº 4, de 12 de novembro de 2010, Art. 4º e do parágrafo único; responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos; propõe políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação para melhoria contínua da gestão; propõe os instrumentos de Planejamento Estratégico de TI, alinhado com o Planejamento estratégico do IFPA, e analisa e supervisiona a conformidade do planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação com as políticas e planejamento estratégico instituído.
	Comitê Gestor do Sistema Integrado das Bibliotecas – CGSIB	Resolução 42/2013-CONSUP	Vinculado à Pró-reitoria de Ensino, é um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, sendo responsável pela definição das políticas de ação pertinentes ao SIB-IFPA; tem por finalidade propor, assessorar e acompanhar a tomada de decisão no âmbito do SIB-IFPA; estabelece diretrizes voltadas à permanente melhoria da eficiência e eficácia das ações realizadas pelo SIB-IFPA; participa da elaboração da política institucional de aquisição de bibliografias; articula a realização de eventos que visem a integração e a qualificação dos atores envolvidos nas atividades do SIB-IFPA; elabora e aprova instrumentos avaliativos que visem a verificação e provoquem a melhoria dos serviços oferecidos pelo SIB-IFPA; e cria documento oficial sobre a Formação e desenvolvimento de coleções do SIB-IFPA.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
	Comissão de Ética – CE	Regimento Geral do IFPA; Resolução 016/2017-CONSUP	É instância colegiada com funções consultivas do dirigente máximo e dos servidores em exercício em quaisquer das unidades administrativas do IFPA. Submete à Comissão de Ética Pública, propostas para seu aperfeiçoamento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho 1994; pura, mediante denúncia ou de ofício, conduta dos servidores em desacordo com as normas do Código de Ética e ao regramento interno do IFPA, e procede o encaminhamento para os órgãos e instância competentes; acompanha e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina; orientar e aconselhar sobre a conduta ética da Alta Gestão e do servidor, inclusive no relacionamento com cidadão e no resguardo do patrimônio público, dirimindo dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; e submete ao dirigente máximo do IFPA sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética da instituição.
	Comissão Própria de Avaliação – CPA	Regimento Geral do IFPA; Resolução 510/2017-CONSUP	Tem por atribuição a condução dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP; sensibiliza a comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na elaboração e desenvolvimento da proposta avaliativa e acompanha as ações de melhorias executadas com base nos resultados das avaliações internas (autoavaliação) e externas.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
	Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Regimento Geral do IFPA; Resolução 029/2015-CONSUP	É órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do Conselho Superior do IFPA para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente; assessora o Conselho Superior, o dirigente máximo, à direção dos Campi e às áreas relacionadas à Gestão de Pessoas quanto ao dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas, contratação e admissão de professores efetivos e substitutos, alteração de regime de trabalho, avaliação de desempenho para progressão e promoção funcional dos docentes, concessão de afastamento para qualificação, liberação de professores para programas de cooperação ou outras atividades esporádicas em outras instituições, e desenvolvimento de estudos e análises que permitam fornecer subsídios para afixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos.
	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação – CIS	Regimento Geral do IFPA; Resolução 354/2017-CONSUP	Atua no auxílio a área de pessoal e os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em educação; fiscaliza e avalia a implementação do Plano de Carreira no âmbito do IFPA; apresenta propostas e fiscaliza a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFPA nos seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; acompanha o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFPA propostos pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram; avalia, anualmente, as propostas de lotação do IFPA, conforme o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e propõe alterações necessárias para o aprimoramento do plano, bem como examina os casos omissos referentes ao Plano de Carreira, e encaminha-os à Comissão Nacional de Supervisão.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
	Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI	Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008	É órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de caráter permanente, em conformidade com a orientação da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008; responsável por debater e propor as políticas, normas e procedimentos relacionados à segurança da informação do IFPA, considerando as políticas e orientações; definir as principais iniciativas para a melhoria contínua das medidas de proteção das informações; apoiar a implantação de soluções para eliminar ou minimizar os riscos da segurança da informação; propor ações corretivas e disciplinares cabíveis no caso de quebra de segurança; estabelecer uma relação consistente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) com os aspectos de segurança; propor, acompanhar e divulgar os planos de ação para a aplicação do PSI, incluindo a conscientização dos usuários.
	Comitê de Governança, Riscos e Controle	Instrução Normativa conjunta nº 01/2016 – MPOG/CGU; Resolução 188/2017-CONSUP	Dentre as atribuições do comitê destaca-se: Promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público; Estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade; e Aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão.
Sistema de Correição	Departamento de Procedimentos Administrativos e Disciplinares- DPAD	Resolução 061/2016-CONSUP	Forma de atuação: cumpre ressaltar que o DPAD atua de forma preventiva em relação a ocorrência de irregularidades e também atua na apuração, conforme normatizado no Decreto n. 5.480, de 30 de junho de 2005. Principais atribuições: instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares, que envolvam servidores públicos, assegurando sempre o devido processo legal e a irrestrita busca da defesa da moralidade e eficiência pública, como também da probidade administrativa; criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares; Elaborar juntamente com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) treinamentos de capacitação de servidores do quadro da instituição para atuarem em Comissões de Inquérito.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
-------------------	-------------------	----------------	--

Fonte: Regimento Geral do IFPA e Resoluções nº 42/2013, 55/2013, 06/2016, 29/2015, 510/2017, 61/2016 e 16/2017 - CONSUP-IFPA.

Análise Crítica:

Ao longo dos últimos anos e, em especial em 2017, o IFPA vem estruturando suas instâncias de governança. Além dos marcos legais que norteiam essa estruturação, a mesma está pautada na participação das representações da comunidade acadêmica do IFPA, casos do CONSUP, CODIR, CPPD, CIS e Comissão de Ética. Além disso, é importante ressaltar a maior legitimidade na construção dos regulamentos e normas institucionais, uma vez que a elaboração é realizada de modo coletivo, transparente e com ampla participação da comunidade.

Os comitês e comissões permanentes também vêm cumprindo papel preponderante na proposição de políticas, normas e procedimentos, acompanhamento e controle na execução das políticas institucionais e, quando necessário, na instrução dos procedimentos administrativos disciplinares. Deste modo, a partir da constituição destes Comitês e demais instâncias (Governança, Riscos e Controle, CGTI, CGSI, DPAD, por exemplo) é possível criar um ambiente organizacional com mais fluidez e observância aos processos e regulamentos e, em consequência, promovem a busca constante das boas práticas de gestão.

Destaca-se ainda a efetivação dos Conselhos Diretores (CONDIR) dos Campi, órgão consultivo constituído por representantes dos docentes, discentes, técnicos administrativos e da sociedade civil. Dentre os Campi do IFPA, estão em funcionamento os conselhos Diretores de Abaetetuba, Belém, Breves, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí. Há também representação da CPA nos Campi de Abaetetuba, Ananindeua, Avançado Vigia, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Paragominas, Parauapebas, Santarém e Tucuruí, de representação da CPPD nos Campi de Abaetetuba, Ananindeua, Avançado Vigia, Belém, Castanhal, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas e Tucuruí, e representação da CIS/PCCTAE nos Campi de Abaetetuba, Belém, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Parauapebas e Tucuruí.

4.2. Atuação da unidade de auditoria interna

a) AUDIN/Estrutura de Governança

a.1) Objetivo da Auditoria Interna e Base Normativa

A Auditoria Interna (AUDIN) instituída com base nos artigos 14 e 15 do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.440/2002, e art. 26 do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), é o órgão de controle, responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações de controle

administrativo e prestar apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento da ação governamental, contribuindo para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e no Plano de Desenvolvimento Institucional, a execução dos programas de governo e o orçamento da União no âmbito do IFPA, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão.

O assessoramento à alta administração consiste no exame e avaliação, entre outros, quanto a: a) adequação e eficácia dos controles internos; b) integridade e confiabilidade das informações e registros; c) integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, assim como da sua efetiva utilização; d) eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos de salvaguardas dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos

A racionalização das ações de controle objetiva eliminar atividades em duplicidade no IFPA, bem como gerar novas atividades de auditoria que preencham lacunas por meio da execução de ações articuladas.

O apoio ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal consiste no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

b) Indicação do Estatuto ou Normas Que Regulam a Atuação da Auditoria Interna

A atuação da AUDIN no IFPA está regulamentada pelo art. 36 do Regimento Geral do IFPA, disponível no endereço: http://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colégiados/anexos/regimento_retificado_2014-09-03.PDF.

Seção VII

Da Auditoria Interna

Art. 36. A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Superior, nos termos do artigo 15 do Decreto no 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto 4.304, de 2002, é o órgão técnico responsável por fortalecer a gestão, bem como racionalizar as ações de controle, no âmbito do Instituto Federal do Pará, e prestar apoio, dentro de suas especificidades, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

O item 1 do Capítulo 1 da IN/CGU nº 03, de 09 de junho de 2017, assim conceitua a auditoria interna governamental:

A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Dentre as atribuições da AUDIN, destacamos a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria Geral da União.

Além do Regimento Geral do IFPA, as competências da Auditoria Interna estão devidamente delineadas por meio do Regimento Interno da Auditoria Interna, cuja aprovação pelo Conselho Superior da entidade se deu por meio da Resolução CONSUP nº 004, de 08 de fevereiro de 2013, alterado pela Resolução nº 359/2014, de 16/12/2014, do Conselho Superior desta Entidade, e encontra-se disponível no sítio eletrônico da Instituição no endereço: <http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais/audin/1895-regimento-interno2/file>.

c) Demonstração dos Elementos Que Caracterizam a Independência e Objetividade da Unidade de Auditoria Interna

O principal elemento que caracteriza a independência da Unidade de auditoria Interna é a Resolução nº 004/2013-CONSUP, de 08 de fevereiro de 2013, que aprovou o Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna.

Desse modo, a Auditoria Interna vincula-se ao Conselho Superior do IFPA, conforme prevê o §3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, bem como o art. 5º da Resolução 004/2013-CONSUP (Regimento Interno da Auditoria Interna do IFPA), o que garante a independência da Unidade e a objetividade dos trabalhos.

Em conformidade com o caput do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.440/2002, bem como o art. 4º da Resolução 004/2013-CONSUP (Regimento Interno da Auditoria Interna do IFPA), a Auditoria Interna também se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU).

Além disso, o Regimento da Auditoria Interna do IFPA define relevantes aspectos relativos ao trabalho de auditoria no contexto institucional, dentre os quais se destacam as finalidades, subordinação administrativa e vinculação técnica, a estrutura organizacional, as competências e atribuições do Coordenador Geral e dos demais auditores internos, bem os procedimentos éticos aplicáveis a esses profissionais.

d) Estrutura Organizacional da Auditoria Interna, Escolha do Titular e Posicionamento da Unidade na Estrutura do IFPA

A Auditoria Interna, conforme estabelece o art. 42 do Regimento Geral do IFPA (Resolução nº 399/2017-CONSUP/IFPA), compõe-se de uma Auditoria Geral na Reitoria onde estão lotados quatro servidores: o Auditor-chefe, dois auditores e um servidor assistente administrativo; além de Auditorias Regionais, constituídas por Núcleos da AUDIN nos campi de Castanhal (um auditor), Belém (um auditor), Santarém (um auditor) e Marabá Industrial (dois auditores).

Cumpramos ressaltar que durante o exercício 2017 foram admitidos 3 (três) auditores: 2 (dois) para a Auditoria Geral e 1 (um) para o Núcleo da AUDIN/Campus Belém; o que demonstra o compromisso da atual Gestão do IFPA com o fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna.

A AUDIN adota uma estratégia de atuação sistêmica, com a emissão de ordens de serviço pelo Auditor-Chefe aos demais integrantes da equipe, parte destes com exercício nos Campi do Instituto, que, por sua vez, reportam o resultado dos trabalhos à Auditoria Geral para fins de consolidação em relatório único a ser apresentado à Alta Administração e enviado à Controladoria Geral da União.

De modo a estabelecer conformidade com as diretrizes gerais emanadas dos órgãos reguladores da atividade de auditoria no setor público, definidas a nível internacional, a Auditoria Interna do IFPA busca atuar com imparcialidade e independência, mediante a definição de uma pauta de ações coordenadas, consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

Demonstramos, abaixo, a estrutura organizacional da Unidade de Auditoria Interna durante o exercício em referência, de modo a favorecer a consecução da estratégia de trabalho, seccionando-a em cinco núcleos ou grupos de trabalho, conforme descrito abaixo:

Quadro 47 – Estrutura Organizacional da AUDIN/IFPA Em 31/12/2017.

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
AUDITORIA GERAL		
Samir Pinto Resque	Auditor-Chefe	Auditoria Geral / Reitoria
Karina Cardoso de Sousa	Auditora	Auditoria Geral / Reitoria
Eduardo Conceição Serra	Auditor	Auditoria Geral / Reitoria
Aluísio Freire de Oliveira Junior	Assistente em Administração	Auditoria Geral / Reitoria
NÚCLEO AUDIN BELÉM		
José de Arimateia Brandão Silva	Auditor	AUDIN / Campus Belém
NÚCLEO AUDIN CASTANHAL		
Rosalvo Alves Costa Júnior	Auditor	AUDIN / Campus Castanhal
Olga de Souza Fernandes	Economista	AUDIN / Campus Castanhal
NÚCLEO AUDIN SANTARÉM		
Ana Alzira Holanda Tancredi	Auditora	AUDIN / Campus Santarém
NÚCLEO AUDIN MARABÁ INDUSTRIAL		
Graciano Gonçalves Oliveira	Auditor	AUDIN / Campus Marabá Industrial
Emillyn Bárbara de Assunção Pantoja	Auditora	AUDIN / Campus Marabá Industrial

Como explicitado no item anterior, a Auditoria Interna desta Entidade é vinculada ao Conselho Superior, órgão máximo de deliberação colegiada. Tal posicionamento está de acordo com o previsto no § 3º, art. 15 do Decreto nº 3591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, e o art. 4º do Regimento da Auditoria Interna, aprovado por Resolução do Conselho Superior desta Entidade.

A indicação do titular da Auditoria Interna, denominado Auditor-Chefe, atendeu às exigências contidas na Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União. Conforme previsto na citada Portaria e no § 5º, art. 15 do Decreto nº 3591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, além do art. 38 do Regimento Geral do IFPA e art. 10, §1º da Resolução nº 004/2013-CONSUP (Regimento Interno da AUDIN), o nome do indicado é avaliado inicialmente pelo Conselho Superior desta Entidade e, havendo concordância, é submetido à Controladoria-Geral da União. A designação, de competência do Reitor do Instituto Federal do Pará, somente é conclusivamente aprovada se houver concordância das mencionadas instâncias.

e) Estratégia de Atuação da AUDIN/IFPA

A realização das ações de controle exercidas pela Auditoria Interna é decorrente do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE, que é elaborado pela Unidade de Auditoria Interna e encaminhado para análise prévia da Controladoria Geral da União. Após manifestação favorável do órgão de controle interno, o PAINTE é submetido à apreciação e aprovação pelo Conselho Superior até o último dia útil do mês de dezembro do ano que antecede a sua execução, considerando como critérios para eleger as áreas de controle, principalmente: a materialidade, a relevância, a criticidade e a disponibilidade operacional da equipe da AUDIN.

No PAINTE constam: a) a relação e a identificação dos macroprocessos; b) as áreas que serão objeto dos exames; c) cronograma de trabalho; d) estimativa de horas de trabalho; e) as ações de capacitação e participação em eventos técnicos. As ações de controle têm início com a expedição da ordem de serviço pelo Auditor-Chefe do IFPA.

A estratégia de atuação é alinhada ao planejamento de execução dos trabalhos, ao condicionamento de mitigação de riscos, à redução de perdas, com o foco na otimização de sistemas de apoio, capazes de estimular a adoção de procedimentos de aderência às normas regulatórias, que culminam na garantia de uma administração voltada à eficácia, à eficiência e à economicidade.

A Auditoria Interna do IFPA se organiza por meio da estrutura administrativa em núcleos e exerce suas atribuições na Reitoria e nos Campi da Instituição. Os Auditores Internos de cada núcleo realizam as atividades de auditoria, conforme previstas no PAINTE, por meio de ordens de serviço expedidas pelo Auditor-Chefe do IFPA, que tem como atribuições planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades da Unidade de Auditoria Interna.

Dos exames realizados são produzidos Relatórios de Atividades que, com estrita observância ao direito ao contraditório pelos respectivos dirigentes, são apresentados em sua versão final e entregues ao dirigente da Unidade auditada, bem como encaminhados ao

Conselho Superior do IFPA e informados à Controladoria-Regional da União no Estado do Pará.

O Plano de Providências Interno (PPI) acompanha o Relatório de Atividades conclusivo, devendo o dirigente da unidade examinada, restituir à AUDIN, dentro do prazo estabelecido, contendo as medidas e os prazos para atendimento das recomendações consignadas no respectivo Relatório, que, posteriormente, serão objeto de ação de monitoramento da Auditoria Interna.

Ao final do exercício, a AUDIN elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), com distribuição à Controladoria-Regional da União, ao Conselho Superior do IFPA, bem como publicado no portal desta Instituição Federal de Ensino na internet.

f) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a realização dos trabalhos de auditoria, são enviados os relatórios para os dirigentes das unidades auditadas, com o escopo de cientificá-los das principais constatações e recomendações emitidas pela Auditoria Interna.

Nesse sentido, a comunicação é registrada no sistema institucional de gerenciamento de processos, o qual assinala o respectivo histórico. Vale destacar que a Auditoria Interna alerta a Gestão sobre os possíveis riscos por eventual omissão, resistência ou descumprimento das recomendações formuladas pela AUDIN/IFPA.

A Auditoria Interna utiliza o termo de assunção de risco, que é enviado conjuntamente com o Plano de Providências Interno (PPI), para preenchimento por parte dos gestores que decidirem pela não implementação das recomendações consignadas nos Relatórios da AUDIN, os quais serão encaminhados posteriormente ao Conselho Superior do IFPA para conhecimento e providências.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência e ao conselho superior do IFPA sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Os Relatórios produzidos pela Auditoria Interna são entregues, simultaneamente, ao Reitor do Instituto Federal do Pará, que também é o Presidente do Conselho Superior da Instituição, ao Dirigente máximo da Unidade Gestora examinada, e à Controladoria-Regional da União no Estado do Pará.

Na conclusão dos Relatórios, bem como no documento de entrega aos dirigentes da Instituição, a Auditoria Interna alerta formalmente sobre os possíveis riscos por eventual omissão, resistência ou descumprimento das recomendações formuladas pela AUDIN/IFPA.

h) Adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria

No ano de 2016, a Auditoria Interna do IFPA passou por um processo de reestruturação organizacional, com a instalação de dois novos Núcleos da AUDIN nos Campi Santarém e Marabá Industrial, o que representa uma estrutura organizacional parcialmente centralizada, em que todos os auditores do IFPA estão vinculados à Auditoria Geral/Reitoria, vinculada ao Conselho Superior.

Como dito acima, durante o exercício 2017 foram admitidos 3 (três) novos auditores, o que demonstra o reconhecimento da importância da AUDIN no âmbito interno e o compromisso da Gestão com o fortalecimento da Unidade, além de atender à recomendação apresentada no subitem 9.14.5 do Acórdão nº 6256/2016- TCU – Segunda Câmara.

O posicionamento da Auditoria Interna proporcionado pela sua vinculação ao Conselho Superior do IFPA, aliado à adoção da estratégia conjunta de atuação, com a concentração de auditores em núcleos de trabalho, possibilitará à unidade desenvolver suas atividades com maior autonomia e independência, além de cumprir-se a regra preconizada no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000.

4.2.1. Sobreposição de carga horária – PRONATEC

O Tribunal de Contas da União, por meio do subitem 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário determinou às auditorias internas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia a realização de ações de controle com vistas a identificar e corrigir possíveis situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

A Auditoria Interna do IFPA tomou conhecimento da determinação constante no supramencionado Acórdão do TCU no dia 08/06/2016, por meio do Processo nº 23051.012916/2016-88. Desse modo, como se observa, na ocasião a AUDIN já estava em plena execução das ações previstas no PAINT 2016, e, como não foi prevista carga horária para reserva técnica dado o número reduzido de servidores lotados na Unidade na ocasião, a demanda foi incluída no PAINT 2017, devidamente aprovado pelo Conselho Superior do IFPA, conforme a Resolução nº 201/2016-CONSUP.

No âmbito interno, a ação de controle referente à avaliação de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec foi iniciada com a emissão da Ordem de Serviço nº 04/2017-AUDIN (Processo nº 23051.004492/2017-69), de 10/02/2017.

Os trabalhos foram realizados no período de fevereiro a novembro de 2017, tendo sido utilizados diversos procedimentos e técnicas de auditoria para a consecução dos objetivos pretendidos, em especial: testes de observância e testes substantivos, englobando a conferência documentos (registros de frequência, justificativas, normativos internos, planos de ensino e de atividades docentes, processos de pagamentos, entre outros) e dados extraídos dos sistemas operacionais de informações em uso pela unidade.

Na análise dos controles mantidos pela Coordenação Geral do Pronatec/Reitoria/IFPA, foram observadas fragilidades nos controles de carga horária despendida pelos servidores bolsistas nas atividades vinculadas ao Pronatec e ao IFPA; bem como na rotina de controles internos da Instituição no que tange à conferência da documentação apresentada pelos servidores ao requererem os pagamentos pela atuação no Programa. As impropriedades preliminarmente identificadas pela AUDIN foram apresentadas ao Coordenador Geral do Pronatec/IFPA, que, por sua vez, enviou manifestação à Equipe da Auditoria Interna, dentro do prazo concedido, com esclarecimentos e justificativas que elucidaram parte das desconformidades identificadas.

Na conclusão dos trabalhos, a AUDIN expediu o Relatório nº 15/2017-AUDIN/IFPA, que contém recomendações à Coordenação Geral do Pronatec/IFPA para o fortalecimento dos controles internos já instituídos, normatização, criação de procedimentos e padronização dos entendimentos de forma a mitigar as fragilidades encontradas pela Auditoria Interna. As referidas recomendações contemplaram os seguintes aspectos:

- Atentar a toda e qualquer rotina administrativa relativa ao preenchimento de datas e assinaturas em documentos de acordo com o que preconiza a legislação vigente nos processos referentes à concessão de bolsas aos profissionais do quadro efetivo deste Instituto;
- Introduzir nos próximos semestres de pactuação dos docentes o novo modelo de declaração de disponibilidade, conforme apresentado à AUDIN em reunião com a Coordenação Geral do Pronatec/IFPA;
- Criar um roteiro de verificação (*checklist*) com o intuito de orientar o docente/bolsista na produção do processo de controle do serviço prestado ao Pronatec/IFPA;
- Identificar fragilidades e riscos operacionais e de conformidade que possam comprometer o alcance dos objetivos do Programa e criar normativos internos para mitigá-los;
- Abster-se de efetuar substituição de declaração de disponibilidade em alterações eventuais na carga horária docente.

4.3. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

a) Descrição da sistemática de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade e condução dos processos administrativos disciplinares

A Portaria nº 794/2016/GAB que se encontra disponível para consulta no link: sipac.ifpa.edu.br/public/jsp/portal.jsf no módulo *portarias*, em substituição à Portaria nº 389/2011/GAB, delegou competência exclusivamente às Diretorias Gerais dos Campi, para que, no âmbito dos respectivos Campi, pratique diversos atos dentre os quais designação de Comissão de Rito Sumário, de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar.

Na mesma portaria ficou delegada competência aos diretores gerais de Campi para expedir portarias de advertência e suspensão de até 30 dias. As demais penalidades previstas no artigo 127 da lei nº 8.112/90 continuam sendo aplicadas pelo dirigente máximo do órgão.

Quando se tratar de irregularidade administrativa praticada por ex-reitor, no exercício do cargo, aplica-se o disposto no Decreto nº 3.035/99 e Decreto 3.669/00 encaminhando-se os autos à SETEC/MEC, para constituir comissão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

Em se tratando de irregularidade praticada por ex-diretor de Campus, a competência para instauração de sindicância ou processo disciplinar é do Reitor.

b) Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Informo que foi publicada a Instrução normativa nº 001/2017, que trata da Política de uso do sistema CGU PAD, que se encontra disponível para consulta através do no SIPAC > Bolentins de serviço> acessar o link: <http://sipac.ifpa.edu.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=70>.

Outrossim, é de responsabilidade de cada campus informar a gestora do sistema acerca dos processos disciplinares e sindicância insaturados no campus para fins de registros no sistema CGU/PAD.

4.4. Gestão de riscos e controles internos

Quadro 48 – Percepção do gestor máximo da unidade em relação ao Sistema de Controles Internos.

Elementos do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. As atividades de controle adotadas pela unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. As atividades de controle adotadas pela unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
29. O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da unidade. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da unidade. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da unidade.					

Análise Crítica:

Há uma clara percepção da alta administração quanto à necessidade de se instituir mecanismos de controles internos para obtenção dos objetivos institucionais. Algumas ações já foram tomadas como a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controle, o qual foi responsável pela elaboração da Política de Gestão de Riscos do IFPA, já devidamente aprovada pelo Conselho Superior. O passo seguinte, planejado para ser adotado no ano de 2018, será a consecução do Plano de Gestão de Riscos (PGR). Também deve ser destacada a vigência do Código de Ética e da atuação da Comissão de Ética Institucional, além da efetividade na apreciação e execução de processos, no que à segregação de funções.

No que concerne aos mecanismos que incentivam a participação dos servidores na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta, deve-se sublinhar a constituição de comissões de servidores (CIS, CPPD, CPA, CGTI, CGSI, Comissões de Ética, entre outras comissões criadas para finalidades específicas).

Um ponto que merece maior atenção está relacionado à maior clareza nas delegações de competência, em que pese alguns instrumentos já instituídos, por meio de portaria, com destaque para as que estabelecem a delegação de competências aos Diretores Gerais dos Campi.

Em se tratando da avaliação dos riscos e mesmo considerando a análise das ameaças à realização dos nossos objetivos estratégicos, feita anualmente, quando do Planejamento Anual, ainda carecem de melhoria os mecanismos de avaliação de riscos. É preciso, dessa forma, avançar na identificação mais clara e sistematizada dos processos críticos para o alcance das metas e objetivos, no diagnóstico de riscos e sua probabilidade de ocorrência, na identificação dos níveis de riscos operacionais e de conformidade, na formulação de normas e procedimentos para as atividades de inventário de bens. Com as

discussões, elaboração e aprovação do PGR, além dos procedimentos que estão em curso para melhoria dos processos que envolvam a guarda e controle do patrimônio do IFPA, entende-se que essas carências possam ser mitigadas.

Entretanto, faz-se mister relatar os avanços no sentido de promover a efetiva prática da instauração procedimentos administrativos para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos, quando da ocorrência de fraudes e desvios.

A informação, abundante e fragmentada, prescinde de melhorias no processo de documentação e armazenamento. O IFPA vem trabalhando no sentido de desenvolver mecanismos computacionais (incluindo a implementação de módulos no sistema no Sistema de Gestão Integrado de Gestão - SIG), aumento do quadro de pessoal, inclusive na área de comunicação social e melhoria no fluxo de processos, no intuito de efetuar as melhorias pretendidas.

No que concerne aos procedimentos de controle, as ações de natureza preventiva ou de detecção, precisam ser melhor estabelecidas, uma vez que ainda estão restritas a algumas atividades (de maior criticidade, como procedimentos licitatórios, contratos e convênios).

O monitoramento do controle interno é realizado pela Auditoria Interna do IFPA, por meio de um Plano Anual de Auditoria Interna, contribuindo sobremaneira para a melhoria dos processos de gestão como um todo e, em especial, para os mecanismos de controle do IFPA.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de pessoas

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 49 – Força de Trabalho.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2320	2320	517	104
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2320	2320	517	104
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2316	2316	516	103
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	30	30	12	23
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2350	2350	529	127

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas; SIAPE - Extrator de Dados.

Análise Crítica:

Inferre-se do quadro acima, que ingressaram no exercício de 2017 um quantitativo de 517 servidores de carreira, com a saída de 104 no mesmo exercício. Isto representa um aumento na ordem de 20,11% e 49,03% no quantitativo de ingressos e egressos, respectivamente, no exercício de 2017 em comparação ao exercício de 2016.

Entre o final de 2016 e final de 2017, 01 certame fora realizado para atender a demanda de contratação temporária de profissional de Linguagem de Sinais-Libras, assim como ocorreram, no exercício de referência, a posse de **509 servidores**, dos quais **278** pertencem à carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT (54,6%) e 231 (45,4%) pertencem à carreira de Técnicos Administrativos em Educação, fato este que causou o ingresso acentuado de servidores no instituto no referido exercício.

Desse total de posses para docente EBTT, 161 foram por aproveitamento (57,9%). Por sua vez, do total de técnicos administrativos em educação empossados, 120 (51,9%) foram empossados via aproveitamento.

O considerável número de ingressos no exercício de 2017 decorre do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com o ingresso de novos estudantes via processos seletivos, é necessária a adequação no quadro de docentes, com vistas a atender as novas demandas. Por conseguinte, as atividades de apoio que necessitam ser desenvolvidas exclusivamente por servidores de carreira também necessitam de incrementos em seus quadros de pessoal.

Apesar do considerável aumento no quadro de pessoal do Instituto Federal do Pará, alguns Campi informam que o quantitativo ingressante ainda é insuficiente para suprir as demandas de trabalho, principalmente no que se refere aos servidores técnicos administrativos em educação. Tal fato gera o acúmulo de atividades nos setores.

Quadro 50 – Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3+1.4)	1019	1267
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1017	1265
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	2
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	30
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1019	1297

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas; SIAPE - Extrator de Dados, 31/12/2017.

Análise Crítica:

O Quadro 50 mostra que **55%** da força de trabalho está concentrada na **área fim**, inclusive, entre os servidores com contratos temporários. O Instituto Federal do Pará prioriza o ensino e a contratação de servidores de carreira, sendo os contratos temporários utilizados, via de regra, para suprir ausência de docentes afastados para capacitações.

Quadro 51 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	110	110	27	22
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	110	110	27	22

1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	109	109	27	20
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	1
2. Funções Gratificadas	460	460	232	155
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	460	460	232	155
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	570	570	259	177

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas; SIAPE - Extrator de Dados.

Análise Crítica

Apesar do número significativo de cargos em comissão e, principalmente, das funções gratificadas, 4,7% e 19,9%, respectivamente, muitos Campi ainda necessitam melhorar sua estrutura organizacional. O grande número de alunos e servidores e a complexidade das ações desenvolvidas demandam uma quantidade maior e/ou um melhor dimensionamento dos cargos e funções gratificadas. Outros Campi, que começaram suas atividades em 2015 e 2016, também exigem uma maior e melhor composição na sua estrutura organizacional para melhor atender suas demandas.

A adequação do quantitativo de funções gratificadas também é reflexo do desmembramento de algumas coordenações no contexto de Campi específicos. Como exemplo, pode-se citar o desmembramento da Coordenação de Pesquisa e Extensão, situação na qual passou a existir a Coordenação de Extensão, com atividades distintas da coordenação de pesquisa.

Merece atenção neste contexto a sobrecarga de trabalho dos servidores que, ao assumir funções gratificadas, precisam conciliar as atividades de rotina com as atividades estratégicas dos setores sob sua responsabilidade, comprometendo a construção e efetivação de uma gestão efetiva. Nesta perspectiva, um desafio a ser superado está relacionado à formação de servidores para assumir os cargos de liderança na Instituição. É importante que exista uma preparação técnica, administrativa e política para que, quando necessário, se realize o processo sucessório no interior da instituição, tomando como ponto de partida os saberes acumulados pelas gestões anteriores. Nesse sentido, desde 2016 o IFPA vem realizando o programa de formação de gestores em parceria com o CENTRESAF.

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 52 – Despesas do pessoal.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 113.902.015,60	R\$ 9.819.968,40	R\$ 24.808.702,39	R\$ 74.548.853,28	R\$ 14.655.625,81	R\$ 4.597.478,29	R\$ 271.835,56	R\$ 1.143.093,46	R\$ 505.282,14	R\$ 24.425.2854,90
	2016	R\$ 84.774.745,03	R\$ 8.717.760,58	R\$ 18.948.088,11	R\$ 53.423.236,87	R\$ 11.742.157,73	R\$ 3.897.146,71	R\$ 301.928,44	R\$ 487.990,60	R\$ 614.058,93	R\$ 182.907.113,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 85.470,09	R\$ 6.648,48	R\$ 1.306,02	R\$ 17.952,00	R\$ 2.077,20	R\$ 0,00	R\$ 1.655,75	R\$ 0,00	R\$ 115.109,54
	2016	R\$ 0,00	R\$ 99.569,00	R\$ 13.739,51	R\$ 2.656,00	R\$ 22.284,00	R\$ 2.769,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.018,11
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	R\$ 440.930,56	R\$ 0,00	R\$ 98.474,42	R\$ 348.802,36	R\$ 37.349,09	R\$ 31.918,98	R\$ 1.142,18	R\$ 1.392,77	R\$ 0,00	R\$ 960.010,36
	2016	R\$ 460.674,46	R\$ 0,00	R\$ 95.573,08	R\$ 180.522,72	R\$ 33.178,00	R\$ 47.486,33	R\$ 2.726,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 820.161,55
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R\$ 440.930,56	R\$ 0,00	R\$ 98.474,42	R\$ 348.802,36	R\$ 37.349,09	R\$ 31.918,98	R\$ 1.142,18	R\$ 1.392,77	R\$ 0,00	R\$ 960.010,36
	2016	R\$ 460.674,46	R\$ 0,00	R\$ 95.573,08	R\$ 180.522,72	R\$ 33.178,00	R\$ 47.486,33	R\$ 2.726,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 820.161,55
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142.906,85	R\$ 50.889,52	R\$ 244.679,31	R\$ 0,00	R\$ 1.340.327,04	R\$ 17.672,50	R\$ 0,00	R\$ 1.796.475,22

	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 111.414,85	R\$ 13.363,42	R\$ 214.823,55	R\$ 263,78	R\$ 1.216.930,50	R\$ 5.875,83	R\$ 0,00	R\$ 1.562.671,93
--	------	----------	----------	----------------	---------------	----------------	------------	------------------	--------------	----------	------------------

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas; SIAPE – Extrator de Dados.

Análise Crítica:

A fase de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, através da realização dos concursos públicos para professor EBTT e Técnicos Administrativos em Educação, possibilitou o aumento de Unidades Organizacionais no âmbito do IFPA. Para tanto, viabilizou o ingresso de novos servidores públicos no quadro de pessoal do IFPA, aumentando, assim, os valores concernentes a despesas com pessoal no exercício 2017 em comparação a 2016 na média em torno de 25%.

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

a) Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quadro 53 – Informações sobre os casos de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos indevidos no quadro de pessoal da unidade.

Motivação da Apuração	Quantidade de Casos Apurados	Quantidade de Casos Confirmados	Quantidade de Casos Regularizados	Valor de Ressarcimento ao Erário (R\$)
Demandas dos Órgãos de Controle	56	36	36	R\$ 191.958,48
Demandas de Outros Órgãos Envolvidos	0	0	0	0
Instrumento de Controle Interno	0	0	0	0
Denúncias em Canais de Acesso do Cidadão	01	01	0	0
Total	57	37	36	R\$ 191.958,48

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2017.

Análise Crítica:

Quanto ao total de casos confirmados em comparação ao total de casos apurados de acumulação de cargos, funções ou empregos públicos indevidos, temos o percentual de 65%.

No que concerne aos instrumentos de controle interno de detecção de possível acumulação, continua sendo utilizada a Declaração de Acumulação de Cargos Públicos, a ser preenchida pelo servidor no ato de sua posse. Tal controle é utilizado para dar publicidade sobre a vedação à acumulação ilegal de cargos, evitando que os futuros servidores ingressem

no Instituto acumulando cargos em desacordo com os respectivos instrumentos legais sobre o assunto.

As detecções de acumulações ilegais por servidores já existentes no IFPA ainda são realizadas através de denúncias realizadas à Ouvidoria deste Instituto Federal ou na própria Diretoria de Gestão de Pessoas. Ou seja, não há instrumentos internos que façam o cruzamento de informações do IFPA com os outros órgãos públicos ou privados, a fim de identificar as acumulações ilegais “ex officio”. Apenas o sistema SIAPE, em âmbito federal, pode ser utilizado como ferramenta para detecção dessas ocorrências. Não podendo ser utilizado, portanto, na esfera estadual e municipal.

Assim, todas as demandas de acumulações ilegais apuradas decorrem de provocação dos órgãos de controle externo ou via denúncia via Ouvidoria do Instituto ou na própria Diretoria de Gestão de Pessoas.

b) Absenteísmo

Quadro 54 – Índice de Absenteísmo dos servidores da unidade.

Categoria	Nº de Servidores	Nº de Faltas			Absenteísmo	
		Injustificadas	Justificadas	Total	Fórmula	Valor
Técnico-Administrativo	1017	43	18.745	18.788	$(\text{Total de Faltas} / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores} * 20 \text{ Dias} * 12 \text{ Meses})) * 100$	7,70
Docente	1265	382	43.617	43.999	$(\text{Total de Faltas} / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores} * 20 \text{ Dias} * 12 \text{ Meses})) * 100$	14,49
Total	2316	425	62.362	62.787	$(\text{Total de Faltas} / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores} * 20 \text{ Dias} * 12 \text{ Meses})) * 100$	11,46

* Nº de Servidor: Efetivos + Temporários + Ocupantes de Cargo Comissionado.

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2017.

Análise Crítica:

Os índices de absenteísmo do IFPA demonstram que, em 2017, registraram-se 62.787 (sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete) dias de ausência ao trabalho, sendo 425 dias de faltas injustificadas (0,68%) e 62.362 dias de faltas justificadas (99,32%) apresentadas por um total de 787 servidores que faltaram, os quais 389 são Técnicos Administrativos e 398 são docentes.

Outro dado relevante, sobre o exercício de 2017 no IFPA, é o acréscimo no número de faltas justificadas em dias, comparado ao exercício anterior, o qual foi de 17.519 para

62.362, mais que o triplo, elevando assim, o percentual geral de 3,88% (2016) para 11,46% (2017).

Segundo especialistas e consultores em educação, o percentual de 2% é considerado tolerável, sendo assim, observa-se um valor mais que 05 vezes superior ao esperado, o que chama a atenção para a necessidade de estratégias e planejamento urgentes, que reduzam estes índices e, conseqüentemente, elevem o grau de satisfação e a produtividade dos servidores.

Alguns Campi informaram que não foi possível fazer o levantamento do índice de absenteísmo no exercício de 2017, justificando que, dentre os motivos que comprometeram o levantamento dos referidos dados, o volume de demandas que chegam à coordenação frente ao quantitativo de servidores disponível especificamente para a Coordenação de Gestão de Pessoas e a ausência de ferramenta eficiente para aferição dos referidos dados.

Também foi informado que o controle de frequência é feito por meio de fichas de controle de ponto dos servidores.

c) Afastamentos ocorridos no exercício

Quadro 55 – Quantitativo de afastamentos de servidores no exercício, por tipo e por categoria.

Tipo de Afastamento	Categoria de Servidores	
	Docentes	Técnicos administrativos
Afastamento para participação em Júri e Outros Serviços – EST	0	1
Afastamento Part.Pro.Pos.Grad S/Sensu País C/Ônus – EST	14196	1524
Afastamento Part.Prog. Treinamento no País Com Ônus – EST	548	848
Afastamento Prestar Colaboração PCCTAE – EST	382	603
Afastamento Temporário Serv. Art. 20 Lei 8429/1992 – EST	1460	100
Afastamento Viagem Serviço País Com Ônus – EST	272	153
Afastamento Viagem Serviço País Com Ônus Limit. – EST	71	23
Afastamento No País Com Ônus/Est/Dout/Mestrado	6053	2008
Atrasos ou Saídas Antecipadas – EST	0	3
Casamento – EST	56	96
Eleitoral Convocação Servidores - Lei 9.504	6	59
Exercício Provisório § 2º, art. 84, Lei 8112/1990 – EST	1635	730
Falecimento em Pessoa da Família – EST	72	48
Falta – EST	382	43
Falta Justificada Decisão Administrativa – EST	28	27

Tipo de Afastamento	Categoria de Servidores	
	Docentes	Técnicos administrativos
Lic. Acidente em Serviço – EST	143	203
Lic. Capacitação – EST	842	2543
Lic. Gestante (Concedida Administrativamente) – EST	2574	2101
Lic. Gestante (Concedida SIASS) – EST	240	189
Lic. Gestante Prorrogação – EST	1299	679
Lic. Paternidade – EST	125	116
Lic. por Motivo de Doença em Pessoa da Família - EST	138	233
Lic. Prêmio Por Assiduidade – EST	58	90
Lic. Tratamento de Saúde – EST	5872	3280
Lic. Tratar de Interesses Particulares – EST	1095	365
Licença Tratamento Saúde Inferior 15 dias – EST	196	327
Suspensão Temporária Administrativa – EST	365	730
Lic. Paternidade Prorrogação – EST	300	285
Afas. Integrar Comissão de Inquérito Administrativo - EST	0	4
Afas. Est/ Prog.Trein.(Cong-Enc-Semin.) País S/Ônus - EST	12	3
Ausência Alistamento Eleitoral – EST	0	2
Afas. Curso Formação Opção Cargo Efetivo- C/Remun. - EST	6	0
Afas. Estudo Exterior C/Ônus – EST	551	0
Afas. Missão Exterior Com Ônus Limitado – EST	8	0
Afas. p/ Prestar Colaboração, Carreira do Magistério - EST	365	0
Afas. Part.Prog.Trein. (Congr) Fora País C/Ônus Limit - EST	122	0
Afas. Part.Prog.Treina. Fora País C/Ônus – EST	74	0
Afas. Prestar Colaboração a Outra ICT – EST	365	0
Afas. Viagem /Serv Fora do País Com Ônus Limitado - EST	5	0
Lic. Gestante Natimorto – EST	30	0

Fonte: Extrator de Dados SIAPE 31/12/2017.

Análise Crítica:

Em relação aos tipos de afastamentos no ano de 2017, observa-se um total de 58.734 dias de afastamentos, sendo 39.946 dias dos docentes (68%) e 18.788 dias dos técnicos administrativos (32%). Foram identificados 40 tipos de afastamentos, dentre os quais: cursos, viagens a serviço, por motivos pessoais, para tratamento de saúde, entre outros.

Em geral, observa-se um número maior de afastamentos de docentes em relação ao número de técnicos administrativos afastados. Além disso, os motivos que geram maior

número de afastamentos para ambas as categorias são os afastamentos para pós-graduação *strictu sensu* no país (Docentes) e licença para tratamento de saúde (Técnicos).

Quanto aos afastamentos dos docentes que necessitaram se afastar para fins de pós-graduação foram preenchidas por professores substitutos, os quais ingressaram através de processo seletivo.

d) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Quadro 56 – Quantidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos/diagnosticados no exercício 2017.

Tipologias dos Cargos	Acidentes de Trabalho	Doenças Ocupacionais
1. Servidores de Carreira	4	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	0

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – Coordenação de Assistência à Qualidade de Vida.

Análise Crítica:

De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (2014, p. 1), acidente em serviço é “[...] aquele ocorrido com o servidor no exercício do cargo ou função, que se relacione direta ou indiretamente com as atribuições a ele inerentes, que possa causar a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. Segundo informações do Quadro 34 acima, fornecidas pela CAQV referente ao exercício de 2017, tivemos somente 04 (quatro) acidentes de trabalho com servidores de carreira.

e) Rotatividade (*Turnover*)

Quadro 57 – Índice de Rotatividade dos servidores da unidade.

Categoria	Nº de Ingressos no Exercício	Nº de Egressos no Exercício	Nº de Servidores Ativos em 31/12/2016	Rotatividade	
				Fórmula	Valor
Técnico-Administrativo	245	59	1017	$((\text{N}^\circ \text{ de Egressos} + \text{N}^\circ \text{ de Ingressos}) / 2) / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores Ativos}) * 100$	$14,9 = ((59 + 245) / 2) / 1017 * 100$
Docente	271	44	1265	$((\text{N}^\circ \text{ de Egressos} + \text{N}^\circ \text{ de Ingressos}) / 2) /$	$12,5 = ((44 + 271) / 2) / 1265 * 100$

				(Nº de Servidores Ativos)*100	
Total	516	103	2282	$((\text{N}^\circ \text{ de Egressos} + \text{N}^\circ \text{ de Ingressos}) / 2) / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores Ativos}) * 100$	$13,6 = ((103 + 516) / 2) / 2282 * 100$

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2017.

Análise Crítica:

A rotatividade (*Turnover*) no IFPA se deve, em parte, ao fato de que muitos servidores ingressam no IFPA em cargos de nível médio. Ao passar em outros concursos de nível superior, que pagam salários melhores, acabam por pedirem a exoneração do IFPA. Com a crise econômica do Brasil, instalada desde o início de 2015, que tem impactado negativamente as finanças do país, ocasionando demissões e diminuição de salários, essa rotatividade está tendo uma tendência descendente, quando comparada com o ano anterior. Fato este, evidenciado com o grande aumento do número de ingressos em 2017 com relação a 2016, que aumentou de 411 para 516, o que vem a representar um aumento na ordem percentual de 20,35%. Além disso, os concursos públicos ficarão mais escassos neste momento de crise.

Outro aspecto que é considerado relevante em relação à rotatividade de pessoal é a remoção de servidores, de ofício e via processo seletivo interno.

f) Formação continuada

Quadro 58 – Informações sobre convênios para formação continuada dos servidores da unidade.

Instituição Conveniada	Quantidade de Cursos	Quantidade de Servidores Capacitados			
		2017	2016	2015	2014
CENTRESAF/ESAF	13	91	13	91	52
UFRA	6	26	-	-	-
EGPA	1	3	-	-	-
COTEGP	2	8	-	-	-
MPOG	3	46	-	-	-
IFPA	5	61	-	-	-
ENAP/ENAP EM REDE	8	33	60	58	7
CAPACIT/UFPA	5	0	0	51	7
Total	43	268	73	200	66

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação.

Análise Crítica:

Em relação à formação continuada no exercício 2017, devido aos recursos orçamentários disponíveis, a Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação - CDA, juntamente com a Reitoria do IFPA, identificaram a possibilidade de ampliar o estabelecimento de novas parcerias por meio de Termo de Cooperação Técnica junto a outros órgão e instituições públicas, (UFRA, EGPA, COTEGP, MPOG e o próprio IFPA), visando à realização de um Plano Anual de Capacitação do IFPA, capacitando, assim, um maior número de servidores do IFPA.

Sendo que, no exercício de 2017, tivemos 11,6% do total de servidores efetivos vinculados ao órgão devidamente capacitados.

Quadro 59 – Informações sobre formação continuada dos servidores da unidade sem pactuação de convênios.

Categoria	Quantidade de Servidores Capacitados			
	2017	2016	2015	2014
Técnico-Administrativos	49	-	-	-
Docentes	09	-	-	-
Total	58	-	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação, 2017.

Análise Crítica:

Justificamos as capacitações não contempladas nos convênios devido ao número de participantes serem de no mínimo 1 servidor e devido as atividades desenvolvidas serem bem específicas.

g) Aposentadorias

Quadro 60 – Distribuição dos servidores por nível de escolaridade.

Razões Para Aposentadoria	Quantidade de Servidores Aposentados			
	2017	2016	2015	2014
Compulsória (proventos proporcionais)	0	0	0	1
Idade (proventos proporcionais)	0	0	0	0

Idade e Tempo de Contribuição	28	13	9	15
Invalidez Permanente	1	1	0	0
Total	29	14	9	16

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, 31/12/2017.

Análise Crítica:

Com relação às informações do Quadro 38, acima, observa-se um total de 29 servidores aposentados no exercício de 2017, sendo 28 por idade e tempo de contribuição e somente 01 por invalidez permanente, o que representa um aumento em torno de **52%** comparado aos números de aposentadorias do ano anterior. Esse aumento pode ter sido causando pelo receio de mudanças nas regras das aposentarias anunciadas pelo Governo Federal.

h) Qualificação da força de trabalho

Quadro 61 – Distribuição dos servidores por nível de escolaridade.

Categoria	Quantidade de Servidores por nível de escolaridade					
	Fundamental	Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1. Servidores Técnicos-administrativos	18	133	318	402	104	5
2. Servidores docentes	0	0	114	338	611	202
Total (1+2)	18	133	432	740	715	207

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, 31/12/2017.

Análise Crítica:

Com relação às informações do Quadro 39, acima, observa-se uma concentração de servidores com nível de escolaridade entre especialistas e mestres, o que representa em torno de 65% dos servidores informados no quadro acima, 2% a mais que no exercício anterior.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários



a) Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)



Quadro 62 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158508	01/2014	Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna a serem executados nas dependências da CONTRATANTE, em Abaetetuba-PA.	14.151.000/0001-05	06/02/2014	04/02/2019	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158508	01/2015	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação predial para o Campus de Abaetetuba deste IFPA	06.028.733/0001-10	11/03/2015	11/03/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158508	05/2015	Contratação de pessoa Jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas funções de Recepcionistas, Motorista e Porteiro na forma de execução indireta, para atender as necessidades do Campus Abaetetuba deste IFPA	11.056.054/0001-95	11/11/2015	09/11/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158508	03/2016	Contratação de Serviços de motorista categoria D, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referencia	11.056.054/0001-95	01/08/2016	31/07/2017	Médio	Encerrado (E)
158507	09/2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação predial.	Trevus Serviços e Logística LTDA - EPP	15/09/2017	14/09/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158507	01/2017	Serviços de vigilância patrimonial armada.	C&S Vigilância e Segurança Patrimonial LTDA	01/03/2017	01/03/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158507	06/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada na função de motorista categoria "AD".	Grijó Serviços Administrativos LTDA	02/10/2017	01/10/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158507	08/2016	Prestação de serviços de natureza continuada em apoio administrativo na área de recepcionista e copeiragem.	SARAM Serviços Especializados LTDA	15/09/2016	15/06/2017	Médio	Encerrado (E)
156104	13/2014	Serviços de Vigilância Patrimonial armada no Campus Ananindeua	03.257.467/0001-00	01/09/2014	31/08/2017	Fundamental	Encerrado (E)
156104	01/2017	Serviços de Vigilância Patrimonial armada no Campus Ananindeua	03.257.467/0001-00	01/09/2017	31/08/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
156104	02/2016	Apoio Administrativo - Motorista	11.056.054/0001-95	01/02/2016	31/01/2019	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
156104	27/2016	Serviços de limpeza e conservação Campus Ananindeua	11.056.054/0001-95	01/11/2016	31/10/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158306	004/2013	Contratação de serviços terceirizados - postos de cozinheira e auxiliar de cozinha	11.980.040/0001-63	02/05/2013	01/05/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158306	009/2013	Contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação	06.028.733/0001-10	12/10/2013	11/10/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158306	015/2013	Contratação de serviços terceirizados - postos de porteiro	06.028.733/0001-10	24/01/2014	19/01/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158306	016/2014	Contratação de serviços de terceirizados - postos de vigilância patrimonial armada e desarmada	02.650.833/0001-23	04/08/2014	03/08/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158306	010/2015	Contratação de serviços terceirizados - postos de motoristas	11.05.054/0001-95	04/01/2016	03/01/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158306	001/2016	Contratação de serviços terceirizados - postos de recepcionistas, eletricista e bombeiro hidráulico	35.186.190.0001-80	20/07/2016	19/07/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158506	05/2015	Vigilância	Polo segurança especializada Ltda (02.650.833/0001-23)	12/11/2017	11/11/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158506	07/2013	Limpeza e conservação	Saram serviços Especializados Ltda (11.056.054/0001-95)	05/01/2017	04/01/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158506	04/2016	Motorista	Saram serviços Especializados Ltda (11.056.054/0001-95)	01/06/2017	31/05/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158162	001/2015	Vigilância Ostensiva Armada	02.650.833/0001-23	09/2017	08/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158162	002/2015	Limpeza, Higiene e Conservação	06.028.733/0001-10	09/2017	08/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158162	003/2016	Motorista	11.056.054/0001-95	09/2017	08/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158308/2 6416	2012	Vigilância Armada e Desarmada	Polo Segurança Especializada LTDA, CNPJ: 02.650.833/000-23	01/01/2012	31/03/2017	Fundamental	Encerrado (E)
158308/2 6416	2013	Mão de obra de cozinheiro, copeiro e auxiliar de cozinha	Office Service Terceirização de Mão de Obra LTDA – EPP, CNPJ: 16.887.298/0001-33	01/08/2013	30/07/2018	Fundamental	Repactuado
158308/2 6416	2014	Limpeza, Conservação e Higienização – Campus Castanhal*(6)	A. M. Pereira Serviços Especializados ME, CNPJ: 09.619.820/0001-30	28/10/2014	27/02/2017	Fundamental	Encerrado (E)
158308/2 6416	2014	Empresa especializada em administração de mão de obra	Office Service Terceirização de Mão de Obra LTDA – EPP, CNPJ: 16.887.298/0001-33	10/04/2014	09/04/2017	Médio	Encerrado (E)
158308/2 6416	2017	Vigilância Armada e Desarmada	G&C Vigilância e Segurança Patrimonial LTDA CNPJ: 14.151.000/0001-05	01/04/2017	31/03/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158308/2 6416	2017	Limpeza, Conservação e Higienização –Campus Castanhal	SARAM Serviços Especializados LTDA-ME CNPJ:	11/09/2017	11/09/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158509	04/2014	JPR Limpeza e Conservação	08.087.568/0001-01	01/05/2013	22/05/2017	Médio	Encerrado (E)
158509	07/2014	RIO MAR Serviço de segurança Patrimonial	05.915.153/0001-82	06/05/2014	20/03/2017	Médio	Encerrado (E)
158509	06/2016	SARAM Motorista	11.056.054/0001-95	01/11/2016	31/10/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158509	03/2017	SARAM Limpeza e Conservação	11.056.054/0001-95	23/05/2017	22/05/2018	Médio	Ativo Normal (A)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158509	02/2017	C&S Segurança Patrimonial	14.151.000/0001-05	20/03/2017	20/03/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158567	03/2017	Serviços de limpeza e conservação	04.630.532/0001-63	13/09/2017	13/09/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158567	05/2017	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada	14.151.000/0001-05	28/12/2017	28/12/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158567	02/2015	Apoio administrativo motorista	11.056.054/0001-95	16/11/2015	15/11/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158567	09/2013	Serviços de limpeza e conservação	04.630.532/0001-63	06/12/2013	30/09/2017	Fundamental	Encerrado (E)
158567	06/2014	Serviços de recepção e portaria	16.887.298/0001-33.	30/10/2014	31/05/2017	Médio	Encerrado (E)
158567	10/2013	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada	05.915.153/0001-82	30/12/2013	30/12/2017	Fundamental	Encerrado (E)
158512	2013	Serviço de limpeza e conservação	Alexandre Miranda Pereira – ME (09.619.820/0001-30)	01/03/2013	28/02/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158512	2016	Vigilância patrimonial armada	Pará Brasil Segurança LTDA (11.493.735/0001-10)	01/03/2016	28/02/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158512	2017	Serviços terceirizados de natureza contínua na área de condução de veículos	STAR – Serviços Especializados de Mão de Obra - EIRELI (09.409.620/0001-53)	01/09/2017	31/08/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158307	2017	Vigilância Patrimonial Armada	07.069.574/0001-65	25/06/2013	24/06/2017	Médio	Encerrado (E)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158307	2017	Fornecimento de Mão de Obra terceirizada de apoio administrativo, de forma contínua e sob demanda, nas funções de Cozinheiro (a), Auxiliar de Cozinha e Encarregado de Serviços Gerais.	16.887.298/0001-33	05/03/2014	15/07/2017	Fundamental	Encerrado (E)
158307	2017	Fornecimento de Mão de Obra terceirizada na função de Motorista	13.714.479.0001-70	25/05/2016	24/05/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158307	2017	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados de Limpeza e Conservação	06.028.733.0001-10	13/06/2016	12/06/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158307	2017	Contratação de serviço de apoio administrativo na função de Porteiro Diurno e Noturno em regime de escala 12x 36	11.056.054.0001-95	20/09/2016	19/09/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158307	2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada de apoio administrativo nas funções de Recepcionista, Copeiro, Carpinteiro, Eletricista (alta tensão), Bombeiro Encanador Hidráulico, Auxiliar de Serviços Gerais, Encarregado, Trabalhador Rural e Tratorista de forma contínua e sob demanda	03.765.290/0001-52	20/10/2016	19/10/2017	Fundamental	Encerrado (E)
158307	2017	Vigilância Patrimonial Armada	14.151.000/0001-05	25/06/2017	24/06/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158307	2017	Contratação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva nas funções de Recepcionista, Copeiro, Carpinteiro, Eletricista (alta tensão), Bombeiro Encanador Hidráulico, Auxiliar de Serviços Gerais, Encarregado, Trabalhador Rural e Tratorista	09.409.620/0001-53	18/12/2017	17/12/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
156103	2015	Vigilância armada	E. Santos Lima Vigilância e Segurança – EIRELI	30/06/2015	30/06/2017	Fundamental	Encerrado (E)
156103	2017	Vigilância armada	E. Santos Lima Vigilância e Segurança – EIRELI	30/06/2017	30/06/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
156103	1/2016	Apoio administrativo	SARAM Serviços Especializados LTDA - ME	25/07/2016	25/07/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
156103	23/2017	Limpeza e conservação	SARAM Serviços Especializados LTDA - ME	01/09/2017	01/09/2018	Fundamental	Ativo Normal (A)
158682	011/2017	Serviço de Vigilância Armada	C&S Vigilância E Segurança Patrimonial LTDA (14.151.000/0001-05)	01/03/2017	28/02/2018	Escolher um item.	Ativo Normal (A)
158682	014/2016	Serviço de Manutenção em Ar-condicionado	B. C. Frio LTDA-ME, (19.437.908/0001-95)	30/06/2016	30/06/2018	Escolher um item.	Ativo Normal (A)
158682	06/2017	Serviço de gerenciamento e controle de frota	Brasil CARD Administradora de Cartões LTDA (03.817.702/0001-50)	08/02/2017	07/02/2019	Escolher um item.	Ativo Prorrogado (P)
158682	17/2017	Serviços de Reprografia	MAC. ID. Comercio, Serviço e Tecnologia da Informação LTDA (11.427.054/0001-54)	18/04/2017	18/04/2018	Escolher um item.	Ativo Normal (A)
158682	01/2017	Serviço de Limpeza e Conservação	J. A. de Araújo Serviços EIRELI – ME (04.630.532/0001-63)	22/09/2017	21/09/2018	Escolher um item.	Ativo Normal (A)
158518	07/2015	Segurança Armada	Polo Segurança Especializada Ltda 02.650.833/0001-23	01/09/2016	30/08/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158518	01/2017	Limpeza e Conservação	SARAM Serviço Especializado Ltda 11.056.054/0001-95	13/04/2017	12/04/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158518	11/2014	Motorista	Office Service Terceirização e Mao de Obra Ltda 16.887.298/0001-33	19/11/2016	18/11/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158481	06/2013	Apoio Administrativo	06.028.733/0001-10	16/09/2013	15/09/2014	Médio	Encerrado (E)
158481	15/2013	Cozinha	06.028.733/0001-10	25/10/2013	24/10/2014	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158481	01/2015	Limpeza	06.028.733/0001-10	13/02/2015	12/02/2016	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158481	07/2015	Vigilância	02.650.833/0001-23	30/06/2015	29/06/2016	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158481	08/2015	Motorista	06.028.733/0001-10	03/08/2015	02/08/2016	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158481	13/2017	Manutenção Predial	01.427.148/0001-70	06//11/2017	05/11/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158135/1 58742	18/2015	Contratação de empresa Especializada na Prestação de Serviços terceirizados de Limpeza e conservação.	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA – ME CNPJ- 11.056.054/0001-30	04/01/2017	03/01/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158135/1 58742	15/2015	Contratação de serviços de condutor de veículo (motorista)	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA – ME CNPJ- 11.056.054/0001-30	30/11/2017	30/11/2018	Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
158135/1 58742	14/2015	Contrato de prestação de serviços de apoio administrativo para o IFPA- Campus Vigia	LG Serviços Profissionais LTDA – ME CNPJ- 06.028.733/0001-10	30/11/2017	30/11/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158135/1 58742	01/2017	Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, em toda a área de abrangência do IFPA – Campus Vigia	C & S Vigilância e Segurança Patrimonial LTDA CNPJ-14.151.000/0001-05	03/01/2017	02/01/2018	Médio	Ativo Prorrogado (P)
158135/1 58742	08/2016	Contratação de empresa Especializada para Prestação de Serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de refrigeração.	B C Frio LTDA-ME CNPJ-19.437.908/0001-95	31/05/2016	31/05/2017		Ativo Normal (A)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158135	06/2013	Prestação serviço apoio administrativo (recepção, almoxarife e portaria)	LG Serviços Profissionais LTDA (06.028.733/2001-10)	03/05/2013	02/05/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158135	16/2015	Prestação de serviço de condutor de veículos (motorista)	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA - ME (11.056.054/0001-95)	01/12/2015	30/11/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158135	03/2016	Serviços de limpeza e conservação	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA - ME (11.056.054/0001-95)	25/01/2016	20/12/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158135	22/2017	Serviço de vigilância patrimonial armada	C&S Vigilância e Segurança Patrimonial (14.151.000/0001-05)	23/08/2017	23/08/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158742 (Campus Avançado de Vigia)	14/2015	Prestação serviço apoio administrativo (recepção, almoxarife e portaria)	LG Serviços Profissionais LTDA (06.028.733/2001-10)	30/11/2017	30/11/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158742 (Campus Avançado de Vigia)	15/2015	Prestação de serviço de condutor de veículos (motorista)	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA - ME (11.056.054/0001-95)	30/11/2017	30/11/2018	Médio	Ativo Normal (A)
158742 (Campus Avançado de Vigia)	18/2015	Serviços de limpeza e conservação	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA - ME (11.056.054/0001-95)	04/01/2018	04/01/2019	Médio	Ativo Normal (A)

Informações sobre os Contratos							
UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
				Início	Fim		
158742 - (Campus Avançado de Vigia)	01/2017	Serviço de vigilância patrimonial armada	C&S Vigilância e Segurança Patrimonial (14.151.000/0001-05)	02/01/2018	02/01/2019	Médio	Ativo Normal (A)
156102 – (Campus Cametá)	24/2016	Serviços de limpeza e conservação	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA - ME (11.056.054/0001-95)	22/09/2017	22/09/2018	Médio	Ativo Normal (A)
156102 – (Campus Cametá)	25/2017	Serviço de vigilância patrimonial armada	SARAM – Limpeza e Conservação LTDA - ME (14.151.000/0001-05)	01/11/2017	01/11/2018	Médio	Ativo Normal (A)

Fonte: SIASG, SICON, Coordenações de Contratos; Diretorias de Administração e Planejamento; Direções Gerais de Campi.

Análise Crítica:

Algumas atividades estratégicas que devem ser realizadas na Instituição não são abrangidas nas atribuições dos cargos previstos no plano de cargos da Entidade. Nesse sentido, para que a Instituição cumpra com a sua missão, tais atividades são delegadas a particulares por meio de contratação de serviços terceirizados de empresas especializadas no ramo.

No exercício de 2017, o Instituto Federal do Pará passou por um período marcado pelo contingenciamento de recursos financeiros, com base na Portaria nº 831/2017/GAB., de 18 de abril de 2017. Desta forma, os Campi tiveram um número reduzido de contratos firmados no respectivo exercício. Em relação aos contratos vigentes, estes tiveram seus valores ajustados, através da supressão de postos de trabalho, mantendo o número mínimo, por exemplo, de contratos relacionados ao apoio administrativo.

Os principais serviços abrangidos pelos contratos firmados compreendem: locação de mão de obra, apoio administrativo, vigilância ostensiva armada e desarmada, limpeza, higiene e conservação e serviços de motorista.

Seguem abaixo as justificativas para a contratação dos serviços de apoio administrativo.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

A contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de manutenção e conservação predial é motivada pelo fato de que cabe à Administração zelar pelos bens pertencentes à Administração Pública utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los. Existem fatores diversos que influenciam na preservação dos equipamentos e das edificações, fatores esses que vão desde o envelhecimento natural até a deterioração por acidentes, acompanhados pela dinâmica crescente de modernização e desenvolvimento tecnológico, garantindo a disponibilidade e o desempenho dos sistemas prediais e mobiliários através de serviços de reparos, manutenções, avaliações de funcionamento com constante substituição de componentes defeituosos, entre outros, com a finalidade de resguardar-se de interrupções não previstas nas atividades deste Instituto Educacional. Neste sentido, objetivando garantir e resguardar condições de segurança, habitabilidade e a conservação dos bens móveis e imóveis da Instituição, torna-se imprescindível proceder à contratação de pessoa jurídica para realizar a manutenção, e conservação do patrimônio do Campus.

SERVIÇOS DE MOTORISTA

As atividades de transportes são essenciais para os trabalhos realizados no Instituto Federal do Pará.

Atualmente, verifica-se uma tendência da Administração Pública em reconhecer a importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbem servidores e dirigentes de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.

VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

A contratação decorre da necessidade dos serviços de vigilância e segurança nas instalações dos Campi e Reitoria, objetivando preservar o acervo patrimonial, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e garantir a integridade física dos servidores, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria instituição, a qualquer hora, no ambiente de trabalho.

SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

A principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir o desenvolvimento integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus recursos, visando alcançar de forma eficiente seus objetivos. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços terceirizados de apoio administrativo.

Sendo assim, a terceirização dos referidos serviços é o meio mais adequado para atingirmos os objetivos desejados, pois que se busca, desta forma, o atendimento dos princípios da economicidade e eficiência, bem como um elevado padrão na satisfação do interesse público. A não existência de tais postos no IFPA faz com que servidores de carreiras específicas sejam realocados para execução de atividades meio e de apoio operacional, causando prejuízo no desempenho das atividades que constituem os objetivos, funções e a missão da instituição.

SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

A contratação de serviços de limpeza e conservação predial tem por objetivo a manutenção das condições necessárias para que os servidores e usuários desempenhem suas funções em um ambiente adequadamente mantido em bom estado de conservação, asseio, higiene e condições de salubridade. Além disso, o Instituto Federal do Pará possui um quantitativo pequeno de servidores efetivos para suprir os serviços objeto desta contratação, assim como necessita de profissionais qualificados e habilitados para realizar os serviços mencionados. Por esse motivo, tais serviços são terceirizados em conformidade com a instrução normativa MPOG N°. 2 de 30 de abril de 2008.

No que tange às dificuldades enfrentadas na condução dos contratos, pode-se citar os problemas relacionados à documentação enviada ao setor de fiscalização, que ora chegam em desacordo com a competência do serviço apresentado na NF, ora com atraso, ocasionando naturalmente a demora no repasse do processo ao setor financeiro para pagamento. Neste caso, as providências adotadas são reiteradas cobranças encaminhadas às empresas utilizando os serviços de internet (webmail), o que, geralmente, tem resolvido o problema.

b) Contratação de estagiários

Quadro 63 – Composição do quadro de estagiários.

Áreas de Atuação	Informações sobre Contratação de Estagiários							
	2017		2016		2015		2014	
	Quantitativo	Despesa	Quantitativo	Despesa	Quantitativo	Despesa	Quantitativo	Despesa
1. Nível superior	80	180344,66	88	442001,89	75	203647,28	69	257866,94
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	80	180344,66	88	442001,89	75	203647,28	69	257866,94
2. Nível Médio	23	30604,96	44	119166,32	38	43176,65	41	96762,88
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	23	30604,96	44	119166,32	38	43176,65	0	0
3. Total (1+2)	103	210949,62	132	561168,21	113	246823,93	110	354629,82

Fonte: DW SIAPE 31/12/2017

Análise Crítica:

Em 2017, a quantidade de contratos vigentes com estagiários chegou a 103 (cento e três) contratos, sendo 80 (oitenta) estagiários em nível superior e 23 (vinte e três) estagiários em nível médio, totalizando um montante em pagamento de bolsa auxílio e transporte no valor de R\$ 210.949,62 (duzentos e dez mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos). Isso representa 350.218,59 (trezentos e cinquenta mil, duzentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos) a menos de gastos com estagiários que no ano anterior, ou seja, uma economia na ordem de 62,41%.

A maior parte dos Campi que compõem o IFPA relata que não foi possível contratar estagiários devido ao contingenciamento de recursos, por meio da Portaria nº 831/2017/GAB, de 18 de abril de 2017.

Vale destacar que o Instituto desenvolve, no Campus Parauapebas, um programa de estágio não remunerado, que em 2017 firmou parceria com a Escola Técnica Vale dos Carajás por meio do Termo Convênio nº 01/2017 com o intuito de oportunizar vagas de estágio nas áreas administrativas e de ensino. O convênio previu a participação mútua na realização de programa que envolve a realização de estágio curricular, por alunos regularmente matriculados nos cursos técnicos ministrados pela Escola Técnica Vale dos Carajás, desde que os respectivos alunos estejam devidamente matriculados no estágio supervisionado e tenha frequência efetiva nos referidos cursos e assim estejam aptos a realizar o programa de estágio dentro das respectivas áreas de formação disponíveis na Escola Técnica Vale dos Carajás.

O interesse pelo convênio partiu, primeiramente, do Campus Parauapebas devido às altas demandas no setor administrativo e ao número ainda pequeno de Técnicos-Administrativos, principalmente no Protocolo. Por essa razão, foram disponibilizadas, no decorrer do exercício de 2017, 11 (onze) vagas de estágio: 06 (seis) para o setor administrativo, atendendo aos alunos do curso Técnico em Administração, e 05 (cinco) para o ensino, beneficiando 04 (quatro) alunos do curso Técnico em Eletromecânica e 01 (um) do curso de Engenharia Elétrica.

5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

No exercício de 2017, não houve ocorrências de contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1. Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A Instrução Normativa n° 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG - dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

O controle de utilização dos veículos é realizado por meio do módulo transporte/SIPAC, além de controles físicos através de formulários que registram a data de saída e chegada dos veículos nas dependências da sede da Reitoria, condutor e registro da quilometragem de saída e chegada.

b) Caracterização da frota de veículos à disposição

Quadro 64 – Caracterização da frota de veículos à disposição.

Classificação dos Veículos	Quantidade	Média anual de quilometragem	Idade média (Em anos)
Transporte de pessoal	19	59351,80	8,11
Transporte coletivo	34	22678,53	9,16
Transporte de carga leve	34	40432,05	7,26
Transporte de carga pesada	2	190,00	8,00
Atividades específicas	1	203,00	0,97
Total ou Média Geral	88	37204,85	8,29
Total de gastos com combustível, manutenção, revisão periódica e documentação obrigatória (R\$):		1.480.534,15	

Fonte: PROAD e Campi do IFPA, 2018.

- Transporte de pessoal: Veículo básico (automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor) com capacidade e motorização compatíveis com o serviço.
- Transporte coletivo: Veículo básico (ônibus, micro-ônibus ou van), com capacidade e motorização compatíveis com o serviço.
- Transporte de carga leve: Veículo básico (automóvel de carga, furgão, utilitário ou picape) com capacidade e motorização compatíveis com o serviço;
- Transporte de carga pesada: Veículo básico (caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semirreboque) com capacidade e motorização compatíveis com o serviço.
- Atividades específicas: Veículo de tração (trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes).

Análise Crítica:

Reitoria:

No âmbito da Reitoria, a frota de veículos oficiais é relativamente antiga, contando atualmente com 07 (sete) veículos mencionados no quadro acima, porém desde 2009 a Unidade não adquire veículos para atualização da frota, mesmo contemplando a necessidade em seu plano de ações anual, porém impossibilitada com a publicação de portarias pelo MPOG, ou seja, com a restrição ao processo de aquisição para atualização da frota, a consequência foi o aumento significativo nas despesas com manutenção preventiva e corretiva, bem como a necessidade premente na elaboração do plano de substituição de frota. Há 03 veículos em uso e eles têm em média 5 anos de uso e são constantemente submetidos a revisões a fim de identificar e corrigir problemas mecânico a fim de mantê-los conservados e em bom estado de uso, desta forma busca-se evitar o sucateamento da frota, pois a sua indisponibilidade causaria prejuízos às atividades desenvolvidas pela Reitoria.

A Unidade Altamira relata que possui 05 (cinco) veículos disponíveis no Campus, porém 02 (dois) estão parados e não foram utilizados em 2017 e que os demais supriram as necessidades da unidade;

A Unidade Ananindeua relata que possui (01) veículo do tipo caminhonete modelo MMC/L200 Triton GL D, marca Mitsubishi ano 2014 e (01) um ônibus de capacidade para 45 passageiros sentados, marca Mercedes Benz / O500R Neobus SROD, ano 2010, e que o acompanhamento da utilização dos veículos oficiais no âmbito do Campus é realizado pelo setor de infraestrutura;

A Unidade Belém relata que houve uma diminuição no gasto total com a frota da unidade durante o exercício 2017, devido ao contingenciamento do orçamento, que inviabilizou a manutenção de parte da frota, como consequência ocorreu o sucateamento ainda maior dos veículos. Vale mencionar que durante o exercício de referência somente foi realizada a manutenção em 03 (três) veículos da frota. Cabe destacar que foi instruído o processo sob nº 23051.029672/2017-53 que trata do levantamento situacional da frota de veículos oficiais do IFPA/Campus Belém, que deverá subsidiar uma possível contratação de empresa com om locação de veículos automotivos, com motorista; incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos referidos veículos; o fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas para atendimento às atividades acadêmicas e administrativas do IFPA/Campus Belém. Atualmente, a frota de 12 veículos e o custo anual em 2017 em combustível totalizou em R\$ 48.940,23, as despesas com manutenção foram de R\$ 107.237,76, totalizando R\$ 156.177,99;

A Unidade Castanhal declarou que a frota de veículo encontra-se em estágio avançado de envelhecimento e que necessita de manutenções rotineiras, bem como aponta como consequência o alto custo com reposição de peças e o consumo de combustível, ou seja, a atualização da frota poderá reduzir os referidos custos;

A Unidade Marabá Rural apontou que a frota de veículos possui em média 09 (nove) anos de uso e, com o uso no meio rural, os bens requerem manutenções constantes, porém, mesmo com a restrição orçamentária e financeira, ocorrida no exercício de referência, adotou as manutenções mais emergenciais, a fim de garantir a realização das atividades essenciais do Campus. Cabe destacar que devido à limitação de recurso alguns veículos ou eventuais manutenções corretivas/preventivas não foram executadas, podendo assim prejudicar as atividades da unidade;

A Unidade Tucuruí relatou que atualmente conta com 08 veículos, sendo 01 Voyage, 01 L200 Triton, 01 Land Rover, 01 Ônibus e 01 Micro-ônibus, 02 Barcos, 01

Semirreboque, sob as atribuições do setor de infraestrutura, que faz uso para manutenção e abastecimento da rede credenciada Brasilcard. Cabe destacar a necessidade de atualização da frota, haja vista a relevância dos bens para a execução das atividades essenciais ao Campus e discentes nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa.

c) Plano de substituição da frota

No exercício de 2017, não se conseguiu idealizar o plano de substituição da frota de veículos devido às medidas de racionalização do gasto público que suspendeu a realização de nova aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, conforme Portaria nº 67, de 1º de março de 2016, que dispõe sobre a racionalização nas contratações de serviços e suspende a aquisição de imóveis e veículos. Em 2017, foi publicada a Portaria nº 234, 19 de julho de 2017, que também dispõe sobre a racionalização na contratação de bens e serviços, proibindo a contratação de novos veículos.

Apesar das restrições para a adequação da frota de veículos, é salutar que seja elaborado o Plano de Substituição de Frota do IFPA, acreditando-se na possibilidade futura de aquisição de novos veículos ou de contratação de empresa terceirizada que forneça tais serviços, considerando-se o estudo sobre o melhor custo-benefício. Cabe destacar que o setor competente da Reitoria em 2018 providenciará a elaboração e institucionalização do Plano de Substituição de Frotas para o IFPA.

Algumas unidades apresentaram perspectivas de elaboração e aplicação do plano no próximo exercício, conforme listamos abaixo:

- O Campus Abaetetuba relatou que será iniciada em 2018 com término previsto em 2021, de 01 veículo carga leve em 2018, 01 coletivo em 2019, 01 carga leve em 2020 e de 01 coletivo em 2021;
- O Campus Altamira relatou que o único veículo que apresenta maior idade é o Toyota Bandeirantes Hilux ano 1995, que não foi utilizado no ano de 2017, por apresentar muitos problemas de manutenção. O setor competente pretende no ano de 2018 realizar um procedimento de desfazimento do mesmo, visto que no momento a manutenção do veículo é muito onerosa para o IFPA e também por não ter a necessidade de utilizá-lo. Ainda não possui um plano de substituição de frota;
- O Campus Belém relatou que os veículos da unidade encontram-se com idades próximas a 10 anos ou mais. Fará o plano para substituição da frota para os próximos anos, visando à economicidade com combustível e principalmente manutenção dos bens. A unidade ainda não possui o referido Plano;
- O Campus Breves relatou que elaborará em 2018 o plano de substituição da frota em consonância ao planejamento da unidade para o exercício corrente;
- O Campus Parauapebas declarou que o plano de substituição consta em seu plano de desenvolvimento da unidade, e o elaborará no exercício próximo exercício.

d) Estrutura de controles disponível para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O IFPA conta com estrutura de gestão física interna e dispõe, para o controle de eficiência e economia, de informações de manutenção e abastecimento geradas através do software de gestão de frota da prestadora de serviço contratada para gerenciamento de frota, cujo sistema fornece relatórios comparativos de desempenho por veículo. Em 2016, iniciou-se o uso do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos — SIPAC — Módulo Transporte, tornando obrigatório o uso do sistema do Módulo Transporte do SIPAC após a publicação da Portaria nº 747/2016/GAB. Algumas unidades do órgão ainda complementam as ações através da produção de planilhas eletrônicas e manuais locais de utilização do bem, além do Mapa de Desempenho de Veículos – Anexo II da IN nº 3, de 15 de maio de 2008.

Cabe destacar ainda que o órgão emitiu a Resolução nº 291/2013-CONSUP, que institucionalizou os procedimentos de utilização dos veículos oficiais e demais controle necessários a preservação do bem.

5.2.2. Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFPA ainda não possui a Política de Destinação dos Veículos Inservíveis. A matéria será tema do Fórum de Administração e Planejamento (FORDAP) do órgão em 2018. Este fórum reúne todos os Diretores de Administração das Unidades Administrativas do IFPA, que juntos irão elaborar a política em tela.

Em tempo, destacamos que a Unidade Belém durante o exercício referência instituiu a comissão de levantamento patrimonial, que terá a atribuição de emitir o relatório para o gestor máximo da unidade sobre a situação dos veículos e que poderão ser objetos de desfazimento por meio de alienação, através de processo e modalidade licitatória devidamente instruída.

5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Visão geral dos imóveis da União sob responsabilidade da unidade

Quadro 65 – Informações dos imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da unidade.

RIP	Município de Localização	Coordenadas de Localização	Regime	Estado de Conservação	Despesa com Manutenção
-	Abaetetuba	-1.707472, -48.876587	Em regularização - Outros	Bom	R\$ 16.674,42
-	Altamira - PA	3°11'17,63"S e 52°10'59,11"W	Uso em Serviço Público	Bom	-
-	Ananindeua, PA	Latitude: -1.3467144 Longitude: - 48.4062177	Cessão - Prefeitura e Estados	Bom	0,00
-	Vigia	0°52'14.8"S 48°05'18.5"W	Entrega - Adm. Federal Direta	Bom	-
0427.00649.500-9	Belém	LATITUDE:1.438303 LONGITUDE: 48.461161	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 1.467.569,40
043300010.500-9	Bragança	01° 03' 48" 46° 46' 24"	Cessão - Outros	Bom	R\$ 461.183,76
0435500021500-5	Breves	O IFPA- Campus Breves está localizado na Rua Antônio Fulgêncio, s/n°, Bairro: parque universitário Cep: 68800-000 Cidade de Breves/PA	Uso em Serviço Público	Novo	-
044700193500-0	Castanhal	-	Em Regularização (outros)	BOM	-
044700193500-5	Castanhal	-	Em Regularização (outros)	BOM	-
04470113600-9	Castanhal	-	Em Regularização (outros)	BOM	-
044700193500-0	Castanhal	-	Em Regularização (outros)	BOM	-
-	Conceição do Araguaia	Latitude: 8°15'7.34"S Longitude: 49°15'32.69"O	Entrega - Adm. Federal Direta	Bom	R\$ 562.093,81

RIP	Município de Localização	Coordenadas de Localização	Regime	Estado de Conservação	Despesa com Manutenção
-	Conceição do Araguaia-PA	Latitude: 08°17'34,00"S Longitude: 49°16'44,80"O	Entrega - Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	0
047100315.500-0	Itaituba-PA	Latitude: -4,2222979, Longitude: - 56,0014363	Uso em Serviço Público	Bom	R\$384.337,23
-	Marabá-PA	Latitude: -5.3396292 Longitude: - 49.098587	Em regularização - Outros	Regular	Não houve ocorrência
-	Marabá-PA	Azimute M1e M206° 19'31' Azimute M3e M4182° 51'18'	Cessão - Outros	Bom	Orçamento geral do campus
-	Óbidos-PA	Não Informado	Escolher um item.	Escolher um item.	-
0509 00059.500-0	Paragominas-PA	2°58'42.0"S 47°22'43.9"W	Uso em Serviço Público.	Novo.	-
-	Parauapebas-PA	Não Informado	Escolher um item.	Escolher um item.	-
0535.00210.500-9	Santarém-PA	Latitude: -2°26m27,35"S Longitude: -54°42m32,27" O	Uso em Serviço Público	Regular	R\$ 400.000,00
0561 00033.500-6 (NÚCLEO)	Tucuruí-PA	Não houve ocorrência	Comodato	Bom	Não houve ocorrência
0561 00031.500--5 (SEDE)	Tucuruí-PA	Não houve ocorrência	Comodato	Bom	Não houve ocorrência
0561 00029.500--4 (NOVO ESPAÇO)	Tucuruí-PA	Não houve ocorrência	Comodato	Bom	Não houve ocorrência

Fonte: PROAD e Campi do IFPA, 2018.

Análise Crítica:**Reitoria:**

Em atendimento às exigências do TCU, informamos que o espaço utilizado pelo Instituto Federal do Pará/Reitoria encontra-se em fase de regularização, pois há tramitação no Ministério do Planejamento-Superintendência do Patrimônio da União do Pará do processo nº 04957.001503/2013-87-MP/SPU que trata sobre o desmembramento do terreno onde se localiza a Reitoria do Instituto Federal do Pará. Após regularização do terreno, será possível prestar as informações necessárias solicitadas nas planilhas.

Em relação às outras unidades do IFPA, no caso as descentralizadas, comunicamos que o Setor de Patrimônio/Reitoria não opera e/ou realiza as atualizações pelas unidades no SPIUNET, pois o acesso é realizado diretamente por servidor determinado no Campus com a referida UG.

Abaetetuba:

A unidade possui atualmente 01 (um) bem imóvel, localizado no município de Abaetetuba, porém ainda não possui o registro de bens imóveis. O Campus Abaetetuba enfrenta grande dificuldade na efetivação destas ações, por uma série de questões externas, envolvendo a regularização do terreno de modo geral, o que impossibilita os procedimentos de reavaliação do valor do imóvel, contabilização e cadastro no SPIUnet, gerando apenas controle parcial de sistema, sendo que no SIAFI, os registros dos gastos com as obras são feitos de forma tempestiva. No entanto, a Coordenação de Gestão de Materiais (CGM) está trabalhando juntamente com outros setores com o objetivo de avançar no processo de regularização do imóvel, sendo esta uma das metas da área patrimonial para o exercício de 2018/2019.

Altamira:

Desde a criação dos Institutos Federais, o Campus Altamira se situa em uma área rural, antiga Escola Agrícola de Altamira com atividades do então CEFET/PA no seguinte endereço: Rod. Ernesto Acioly Km 03, antiga Estrada do Forte, s/nº Bairro Colinas, Altamira – PA. Este imóvel, incluindo as benfeitorias, foi doado pela Prefeitura Municipal através da Lei nº 3.180, de 02/10/2013, Título Definitivo de Propriedade nº 3.693/2013, incluso memorial descritivo do terreno doado com uma área total de 57.040,88 m² e perímetro de 973,88 m, e com Escritura Pública em Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóvel referente matrícula nº 34.237.

Esta conquista somente foi possível devido ao esforço e empenho dos servidores e comunidade acadêmica que reivindicavam há anos, desde a Administração anterior da Prefeitura Municipal, a posse definitiva do terreno sem o qual não haveria de forma legal como o IFPA investir na ampliação de suas instalações.

Porém, ainda não possui memorial descritivo das benfeitorias e ou instalações pré-existentes, bem como Alvará, Habite-se, Planta e FATE (Folha de Avaliação Técnica Expedida). Em contrapartida, a Administração do Campus promoverá uma diligência em conjunto com seu corpo técnico e órgãos afins para suprir as pendências desses documentos.

Temos ainda registro em cartório de um imóvel sob matrícula nº 28.614 de um terreno doado pela União através da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), cuja

área total é de 16.599,94 m² onde está alocada a Fábrica de Asfalto do Município e está situado em uma área urbana nas proximidades da Rua Abel Figueiredo e Rua dos Seis Metros ou Acesso Um do Bairro Aparecida.

Este terreno foi destinado ao Campus para construção do Prédio no Modelo Brasil Profissionalizado. Parte desta área, 3.015,14 m², está dentro da chamada Cota 100, ou seja, uma área de risco de alagamento em virtude da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

A doação tinha como condicionante para o donatário (Campus Altamira) o prazo de dois anos para início das obras e de cinco, para seu término, o que de fato não se concretizou, por este motivo não foi incluso acima no Quadro nº 43 nenhuma informação sobre este imóvel, visto que como não se cumpriu tal condicionante estabelecida, entende-se que a propriedade não é mais de responsabilidade do Campus Altamira do IFPA.

Quanto à coluna “Despesa de Manutenção” do quadro acima mencionado, não consta nenhuma despesa ou valores de pagamentos que se referem à manutenção do imóvel referentes às contas: 332311400, 332210200 e 332310200.

Ananindeua:

O Campus Ananindeua está funcionando atualmente em um espaço cedido pela prefeitura municipal de Ananindeua, conforme contrato de cessão de domínio nº 2013.002-PMA/GP, que foi aditivado em 28 de julho de 2017. O Campus possui terreno onde se encontra a obra de construção do bloco pedagógico, conforme termo de doação registrado no cartório de registro de imóveis de Ananindeua, conforme protocolo nº 007578. Vale ressaltar que o registro do terreno foi realizado com o CNPJ da Reitoria.

Avançado Vigia:

O imóvel sob a responsabilidade da Unidade é recém construído e foi inaugurado em 2016, porém apresenta problemas na estrutura (infiltração) e nas instalações elétricas, que ficam mais evidentes no período de chuva intensa na região. Ainda no início do exercício foram realizados alguns reparos emergenciais, que não foram finalizados, em virtude de a empresa ter abandonado os serviços. Com relação à limpeza e conservação do imóvel, o Campus mantém um contrato vigente. Todos os problemas detectados na infraestrutura do prédio são imediatamente informados à DINF-Diretoria de Engenharia e Infraestrutura do IFPA.

Belém:

O Campus Belém possui um único Imóvel localizado na avenida Almirante Barroso, nº 1155, o qual vai até a avenida Rômulo Maiorana com extensão até a Travessas Timbó e Mariz e Barros, com latitude 1.138303 e longitude 48.461161, tendo sido adquirido através de Desapropriação com Domínio Pleno.

O imóvel possui escritura com certidão devidamente atualizada. O controle sobre os bens imóveis é realizado através do sistema SPIUNET, o qual registra os imóveis da União, através do RIP do Imóvel, sendo o do Campus Belém 0427.00649.500-9. Este RIP contém as informações referentes ao imóvel e às benfeitorias realizadas, e o regime de utilização é de uso exclusivo do serviço público. O estado do imóvel é bom, sendo gasto, neste exercício, R\$ 1.467.569,40 com manutenções.

As manutenções realizadas foram em aparelhos de ar condicionados, reforma de quadras, poda e retiradas de árvores, serviços elétricos para instalação de STORAGE e iluminação interna, instalação de central de Gás GLP, para o curso de Química e gastos com manutenção em geral realizada pela empresa MAZ Construções.

Bragança:

O Campus Bragança, segundo dados do SIMEC, está situado na Avenida Jáder Barbalho, s/n, tendo como área construída 13.667,01 m². Conforme a Escritura Pública de Doação, o terreno confronta pela frente a Rua sem denominação da Escola Agrícola, pelo lado direito com terras de quem de direito, pelo lado esquerdo com a antiga Estrada de Ferro e pelos fundos com terras da Granja Santa Camila.

A doação foi realizada pela Prefeitura Municipal de Bragança por meio da Escritura Pública de Doação em Caráter Definitivo e Não Oneroso, datada de 24.03.2008, para o então CEFET-PA. O ato foi autorizado pela Lei Municipal n^o 3897/2007, de 29.06.2007.

Breves:

As informações elencadas no quadro acima, foram extraídas do processo (23051.007456/2011-61) referente aos trâmites de doação do terreno.

Cametá

O Campus Cametá ainda não dispõe de Prédio próprio e funciona em Escola cedida pelo Município de Cametá. Ressalta-se, ainda, que o Prédio do Campus Cametá está em fase de construção em imóvel doado pelo referido município, medindo 170 (cento e setenta) metros de comprimento e 120 (cento e vinte) metros de largura, perfazendo uma área de 20.400 m², localizado em perímetro urbano deste município, na Avenida Euclides Figueiredo, s/n, bairro Marambaia.

Conceição do Araguaia:

O Campus Conceição do Araguaia possui 02 (duas) unidades: UNIDADE ADMINISTRATIVA (CAMPUS), implantado na Avenida Couto Magalhães, n^o 1649, Bairro Universitário, CEP. 68.540-000, na Cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará. Em terreno que foi doado onerosamente pela Prefeitura de Conceição do Araguaia, com escritura pública, registro no cartório de imóveis sob o número 25.985, doação esta, transmitida definitivamente por doação onerosa ao CEFET, na data de 11/02/2008. Atualizada a averbação na escritura em 03/09/2013, por ocasião da alteração no CNPJ e nomenclatura do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – Campus Conceição do Araguaia – CNPJ 10.763.998/0011-01. E UNIDADE DE APOIO (CEAGRO), O Campus Conceição do Araguaia possui também prédio do CEAGRO – Centro Agroecológico do Araguaia, situado na Rodovia PA 287, terreno próprio com Área de 53.0925ha, adquirido através de doação onerosa pela prefeitura municipal de Conceição do Araguaia, escriturado e registro no cartório de imóveis, sob o número 28.449, na data de 17/02/2014. Esta unidade requer obras de urgência para evitar danos irreparáveis.

Os imóveis do Campus Conceição do Araguaia não possuem RIP. No ano de 2018, a documentação será revisada e providenciado o devido cadastro.

Itaituba:

O prédio ocupado está no limite da capacidade. Para a continuidade da expansão da oferta de cursos, será necessária a construção de novas estruturas, as quais deverão dar espaço aos novos servidores, novas unidades organizacionais e novos espaços para as práticas finalísticas de ensino-aprendizagem.

Marabá Industrial:

Informamos que este Setor de Patrimônio, juntamente com a Coordenação de Planejamento, já providenciaram o AVCB, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, portanto estamos providenciando os demais documentos junto à Prefeitura para depois darmos entrada no RIP, Registro Imobiliário Patrimonial junto à Secretária de Patrimônio da União.

Marabá Rural:

O Campus Rural de Marabá encontra-se sediado no km 24,5 da BR-155 sentido Marabá - Eldorado dos Carajás, na antiga Fazenda Cabaceira (Projeto Assentamento 26 de Março) em uma área de 354 hectares que se encontra em processo de desapropriação junto ao INCRA. O único documento que possui é o Termo de Cessão de Uso assinado pelo INCRA-SR27 e o Campus Rural de Marabá, com prazo indeterminado que dá direito de uso de área rural e implantação de sua sede.

Óbidos:

O Campus Óbidos, por se encontrar em fase de consolidação e expansão, não possui seu registro de imóvel efetivado pela Superintendência de Patrimônio da União.

Parauapebas:

O Campus Parauapebas foi construído através de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta, entre o IFPA – Instituto Federal do Pará, Ministério Público Estadual e a VALE S/A, ajuizado através da Ação Civil Pública nº 00685-45.2008.5.08.0114. O imóvel encontra-se em trâmites finais para a devida transferência da propriedade do bem. O Campus Parauapebas utiliza o imóvel através de um Termo de Comodato.

Santarém:

O Campus Santarém possui atualmente 1 (um) imóvel sob sua responsabilidade. O prédio foi inaugurado em 2009 e, em 2017, foi empenhado o valor de R\$ 400.000,00 para manutenção do mesmo, a ser executada no início do exercício de 2018.

O Setor de Infraestrutura do Campus, composto por 1 (um) Engenheiro Civil e 1 (um) Arquiteto, são os responsáveis pelo controle do patrimônio, fazendo vistorias preventivas e corretivas para o perfeito uso e manutenção do mesmo. Junto com o Setor de Infraestrutura, o grupo de limpeza e manutenção predial, também contribui para esse trabalho preventivo.

Conforme as demandas são verificadas, o setor analisa cada situação e propõe à Gestão as medidas necessárias para contenção de provável risco. Ato contínuo, em conjunto com a gestão, as medidas são executadas. Em 2017, por exemplo, foi verificado que o prédio necessitava de uma manutenção mais abrangente, como pequenos reparos, pintura e correção

de algumas partes do piso em determinados locais entre outros itens. Devido a isso, foi feito todo o projeto pelo setor de infraestrutura, atendendo a todos os ritos legais necessários e pertinentes, sendo ao final, após todos os trâmites legais, contratada uma empresa para atender ao serviço.

O referido contrato encontra-se vigente sob o número 04/2017, específico para Prestação de Serviços Técnicos eventuais, para manutenção predial, preditiva e ou corretiva das instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias, com fornecimento de todas as peças e materiais, mão de obra especializada necessária para adequação/instalação de circuitos elétricos, adequação de ambientes, reparos, pintura, serralheria, marcenaria, soldagem, esquadrias, divisórias, vidraçaria, gesso e outros componentes, assessorios, implícitos e necessários ao perfeito, completo e contínuo funcionamento dos prédios de instalações do Campus Santarém.

Tucuruí:

O Campus Tucuruí do IFPA possui sob sua responsabilidade 03 (três) imóveis, Bens de Uso Especial da União, que foram cedidos, por comodato, pela Empresa Eletronorte Eletrobrás S.A ao Campus. Esses imóveis estão em processo de incorporação, bem como em processo de avaliação para atualização junto à SPU (Sistema SPIUNet).

b) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet

Reitoria:

Considerando a obrigatoriedade de registro do Imóvel no SPIUNet, no que tange às instalações de uso da Reitoria/IFPA, informamos que o Instituto aguarda os procedimentos necessários a serem realizados pela SPU para fins de regularização e cadastro no referido sistema. A título de informação, tramita na Superintendência do Patrimônio da União – SPU - o processo nº 04957.001503/2013-87-MP/SPU, que trata sobre o assunto em questão.

Abaetetuba:

O referido sistema (SPIUNet) ainda não é utilizado pelo Campus pelo fato de não ter pessoal capacitado para gerenciar tal sistema e nem cadastro em sua UG, assim como a não regularização do terreno. Porém uma das metas para o exercício de 2018/2019, é a implantação e gerenciamento do SPIUNet no Campus Abaetetuba.

Altamira:

Não há nenhum servidor no Campus Altamira com acesso ao SPUNet, Já foi encaminhado a quem de direito, em anexo via e-mail, formulário solicitando cadastro para acesso, mas ainda não houve retorno ou confirmação. Assim, tão logo for disponibilizado o acesso, serão providenciados os registros cabíveis, enquanto isto será reforçado o pedido para acesso ao sistema.

Avançado Vigia:

O imóvel onde está sediado o Campus Avançado Vigia ainda não possui Registro Imobiliário Patrimonial (RIP). A Direção Geral do Campus está realizando diligências junto aos órgãos públicos locais, para a emissão da Escritura Pública de Doação e a Planta do Terreno, documentos necessários para formalizar a situação do imóvel no SPIUnet. Espera-se que ainda no primeiro semestre de 2018, tal situação já esteja regularizada.

Belém:

As informações sobre o imóvel no SPIUNET encontram-se pendentes de atualização, devido ausência de informações por parte dos setores que participam das benfeitorias realizadas no imóvel, causando assim impedimento da atualização dos dados do imóvel. Outro ponto relevante é que os imóveis do Campus estão desatualizados, desde o ano de 2001, necessitando que seja procedida a reavaliação de toda a unidade.

No sistema SPIUNET, as avaliações têm prazo de validade de seis meses a dois anos, pois o sistema ainda está sobre a égide da revogada ON GEADE 004/2003, ou seja, o próprio sistema não está adaptado para IN nº 02/2017.

Neste exercício, a Diretoria de Administração do Campus Belém, mediante a necessidade de capacitar os servidores do Núcleo Técnico de Engenharia do Campus, no que se refere à avaliação de imóveis, abriu o processo 23051.014752/2017-12, o qual tinha o objetivo de pactuar junto à Superintendência de Patrimônio da União do Pará (SPU), um treinamento ou curso de avaliação de imóveis. O processo foi encaminhado à Reitoria com intuito de que o Instituto pudesse providenciar junto à SPU a realização deste curso, para atender a todo o IFPA.

Até o encerramento do exercício não houve resposta da Reitoria a esta demanda, sem esta capacitação não há como realizar atualização do imóvel, junto ao sistema SPIUNET.

Bragança:

Possui Certidão de Registro do Imóvel, porém é necessária averbação da mudança de nomenclatura para IFPA; Possui Escritura Pública de Doação - ainda com a nomenclatura CEFET-PA; Possui Planta do Terreno e Benfeitorias; Possui Memorial Descritivo do Terreno; Possui Memorial Descritivo das Benfeitorias; Não possui FATE - Folha de Avaliação Técnica; Não possui Alvará (possui dos novos prédios contratos 01 e 02/2014); Não possui Habite-se (possui dois novos prédios - contratos 01 e 02/2014); Escritura Pública de Doação em Caráter Definitivo e Não Oneroso, datada de 24.03.2008; Termo de Cessão de Uso, finalizado em agosto de 2009, de instalações da Prefeitura para utilização do Campus até a conclusão da sede definitiva. Este Termo não está válido, já que a sede foi concluída e está em funcionamento regular.

Breves:

A Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio relata que não possui servidor capacitado para utilização do SPIUnet. Não houve uma capacitação para os gestores para orientar a alimentação do sistema, sendo de fundamental importância para o melhor desenvolvimento das atividades inerentes desta Coordenação.

Cametá:

O Campus Cametá ainda não dispõe de Prédio próprio e funciona em Escola cedida pelo Município de Cametá. Ressalta-se, ainda, que o Prédio do Campus Cametá está em fase de construção em imóvel doado pelo referido município, medindo 170 (cento e setenta) metros de comprimento e 120 (cento e vinte) metros de largura, perfazendo uma área de 20.400 m², localizado em perímetro urbano deste município, na Avenida Euclides Figueiredo, s/n, bairro Marambaia.

Castanhal:

No que diz respeito aos registros imobiliários, sua qualidade e completude, é imprescindível a regularização e atualização constante, afim de que seja alimentado com informações em intervalos regulares sobre os imóveis no sistema específico.

Conceição do Araguaia:

Embora o sistema SPIUnet seja utilizado em algumas unidades do IFPA, não houve treinamento para capacitar servidores de todos os campi, com o objetivo de inserir dados dos imóveis no sistema. É o que ocorre com o servidor do Campus Conceição do Araguaia responsável pelo patrimônio.

Itaituba:

Os registros no SPIUnet foram realizados no ano de 2017 parcialmente.

Marabá Industrial:

As informações do imóvel ainda não constam no SPIUnet, pois como já supracitado na análise anterior estamos providenciando junto à Prefeitura as documentações finais para registro do imóvel no SPIUnet.

Marabá Rural:

Não há ocorrência, pois não há regularização finalizada do terreno junto ao INCRA e SPU.

Óbidos:

Conforme análise crítica anterior, o Campus Óbidos não possui registro imóvel na SPU.

Paragominas:

A terreno de propriedade do Campus Paragominas encontra-se devidamente regularizado e cadastrado no SPIUnet. A Superintendência do Patrimônio da União enviou um servidor do seu quadro para treinar o servidor do Campus Paragominas, foi neste momento que o foi efetivado o cadastro do imóvel neste sistema.

Santarém:

Considerando que, somente a partir de janeiro de 2018, os documentos em relação à regularidade do imóvel do prédio do Campus Santarém, foram finalizados e encaminhados ao Campus, somente no exercício 2018, este registro poderá ser feito. Contudo, para realizar

o cadastro do imóvel no SPIUnet torna-se necessária a capacitação de um servidor do Campus por parte da SPU. Nesse sentido, a Gestão do Campus providenciará, no exercício 2018, a vinda de servidor da SPU para promover a devida capacitação aos integrantes do Setor de Infraestrutura do Campus, para que possa efetuar o devido cadastro.

O Documento de Transferência de Propriedade Expedido pelo Cartório 1º Ofício, encontra-se finalizado sob matrícula 22.862, fl. 193, do livro nº 28.

Tucuruí:

O Campus Tucuruí possui 03 áreas, porém todas são cedidas por comodato pela Empresa Eletronorte Eletrobrás S.A. e registradas no SPIUnet, conforme abaixo:

Um terreno situado na Vila Permanente, na rua Porto Colômbia, nº 12, medindo 100,56m de frente para a referida rua, por 96,25m de fundo onde confronta com a rua Capivara, contendo em área construída, oito salas de aula, refeitório, biblioteca, auditório, laboratório de informática e quadra de esporte, com valor estimado em R\$ 1.423.793,70.

Um terreno situado na Vila Permanente, na rua Porto Salto Santiago, s/nº, medindo 45m de frente para a referida rua, por 60m de fundo onde confronta com a rua Foz do Areia, contendo área construída com salas para laboratório, sala para a coordenação geral, e quiosque, com valor estimado em R\$ 1.177.000,00.

Um terreno situado na Vila Permanente, na Avenida Brasília, s/nº, no qual foram executadas obras no valor de R\$ 3.994.754,28.

c) Qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Reitoria:

A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis é obtida diretamente com base no valor original de aquisição ou construção. Os gastos posteriores à aquisição referentes às despesas com reformas são levados ao resultado do período em que seja incorrido.

Acerca do cadastro de imóveis no SPIUnet, cabe esclarecer que que o IFPA até o momento não teve todos os seus imóveis registrados, em virtude da falta de regularização das doações recebidas para a construção de suas instalações. Essas pendências devem ser solucionadas pelos administradores em cada Campus e Reitoria.

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet, sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MP. Este sistema está integrado com o SIAFI.

Abaetetuba:

Informamos que quanto aos registros contábeis no sistema SIAFI, estes estão sendo feitos obedecendo ao que prevê a Lei 4.320/64 e o MCASP 6º edição, porém em virtude do

referido imóvel não está regularizado junto aos órgãos competentes, ressaltamos que as informações presentes no SPIUnet não estão coerentes com os informados no SIAFI.

Altamira:

O registro contábil de imóveis no sistema SIAFI é regido pela Lei nº 4.320/64 juntamente com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Os imóveis relacionados ao Campus Altamira, onde está sediado o campus, encontra-se em fase de regularização, estando ausente de registro no sistema SPIUnet e no SIAFI.

Avançado Vigia:

A Direção Geral do Campus está empreendendo esforços junto aos responsáveis pela emissão dos documentos necessários de registro no SIAFI. Tais documentos serão encaminhados à PROAD/Reitoria, tão logo estejam disponíveis, considerando que o CAV não possui acesso ao sistema mencionado.

Belém:

Os riscos relacionados referem-se à manutenção dos imóveis. Neste sentido, cumpre ressaltar que o Campus Belém vem realizando obras, serviços de engenharia e manutenções em diversos blocos e setores do campus.

A Instituição dispõe de quatro servidores, sendo um técnico em segurança do trabalho, um técnico em edificações, três engenheiros civis, um arquiteto e um engenheiro elétrico, todos lotados no Núcleo Técnico de Obras, que orientam e supervisionam esses serviços, executados por pessoal disponibilizado ao campus por empresas terceirizadas.

Neste exercício, foram realizados ou supervisionados três termos de referência pela equipe técnica, referentes à obra de acessibilidade e instalação de plataformas verticais, de serviço de reformas das quadras e banheiros e de instalação de central de gás GLP para o curso de química.

Além disso, para garantir eficiência na gestão dos imóveis do campus, foi detectada a ocupação de espaços físicos do campus, que estão onerando a administração, pois utilizam espaços físicos sem remuneração ao campus, sendo os casos encontrados já acionados e em processo de regularização, como exemplo serviço de cópias do geridos Diretório Central dos Estudantes.

Outro ponto que merece destaque é a regressão orçamentária contínua pela qual o campus vem passando. Em comparação a 2016, o campus teve 18% de regressão orçamentária, o que prejudica a retomada da obra abandonada dos blocos “J” e “L” e a realização de manutenção na maioria das instalações do campus.

Breves:

Foi realizada a atualização do imóvel do Campus Breves no SIAFI, com a retirada dos valores da conta contábil 123210200- Bens de Uso especial não registrados no SPIUnet, para a conta contábil 123210198- Outros Bens imóveis registrados no SPIUnet.

Cametá

O Campus Cametá ainda não dispõe de Prédio próprio e funciona em Escola cedida pelo Município de Cametá. Ressalta-se, ainda, que o Prédio do Campus Cametá está em fase de construção em imóvel doado pelo referido município, medindo 170 (cento e setenta) metros de comprimento e 120 (cento e vinte) metros de largura, perfazendo uma área de 20.400 m², localizado em perímetro urbano deste município, na Avenida Euclides Figueiredo, s/n, bairro Marambaia.

Castanhal:

É inexistente algum processo em uso firmado para controle gerencial do patrimônio imobiliário, e isso ocasiona desatualização viciosa dos registros dos imóveis da União no sistema oficial do governo federal – SPIUnet, o que torna nocivo ao processo de controle e transparência pública.

Conceição do Araguaia:

O Campus Conceição do Araguaia possui 02 imóveis que foram doados e já estão registrados para o IFPA. Porém, não possui registros contábeis dos imóveis. O Campus possui somente um servidor responsável pelo patrimônio e ainda não possui cadastro do sistema SPIUnet. No ano de 2018, será providenciada a regularização.

Itaituba:

Os imóveis da unidade estão devidamente registrados nas contas contábeis adequadas pelo valor aquisição/construção, no entanto não houve no exercício a reavaliação dos valores e depreciação dos bens.

Marabá Industrial:

Este Campus não possui registro contábil do seu imóvel, uma vez que se estão providenciando as documentações para adquirir o número do RIP, registro imobiliário patrimonial, para só depois enviar as informações para a contabilidade.

Marabá Rural:

O Campus Rural de Marabá está localizado na B-155, km 24,5, sentido Eldorado dos Carajás no Município de Marabá-PA. Toda a sua estrutura está construída no interior do assentamento da reforma agrária 26 de março. O único documento que possui é o Termo de Cessão de Uso assinado pelo INCRA-SR27 e o Campus Rural de Marabá/ IFPA. Este não substitui o título definitivo da área. Baseado nestas informações, considerando que não existe um documento fidedigno que possa trazer segurança no registro contábil, não foi possível executar qualquer lançamento no sistema.

Óbidos:

Conforme análise crítica anterior, o Campus Óbidos não possui registros contábeis de seus imóveis.

Paragominas:

Em 2017, foi realizado o registro do imóvel do Campus no SPIUnet. Este registro gerou automaticamente uma nota de lançamento na conta de bens móveis no SIAFI.

Santarém:

O imóvel do Campus ainda não foi registrado no SIAFI durante o exercício de 2017, devido até àquele exercício a documentação completa para o devido registro não ter sido disponibilizada. A partir de janeiro de 2018, com cópias dos documentos na sede do Campus, o registro deve ser realizado. Além do que é necessário primeiramente o cadastro do imóvel no SPIUnet, o que deve ser realizado também no exercício 2018.

Tucuruí:

O Campus Tucuruí possui 03 áreas, porém todas são cedidas por comodato pela Empresa Eletronorte Eletrobrás S.A, as quais se encontram registradas na conta contábil 123210107 – IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL desde a data de 02 de dezembro de 2014, conforme 2014NL000001, 2014NL000002, 2014NL000003, 2014NL000004, as quais constam no processo 23051.007458/2011-51.

5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 66 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade dos Campi Abaetetuba, Belém e Castanhal.

Informações Sobre a Cessão de espaço físico		Campus Abaetetuba	Campus Belém	Campus Castanhal
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP		0427.00649.500-9	0447.00187.500-2*
	Endereço	Rua: Rio de Janeiro, 3322, Bairro: Francilândia, Abaetetuba, Pará	Avenida: Almirante Barroso nº 1155	Rod. BR 316 – Km 61 s/n- Titanlândia – Castanhal –PA*
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.432.837/0001-63	10.940.979/0001-31	01.673.683.000100*
	Nome ou Razão Social	LOPES XAVIER LTDA-ME	Bombom Comercio de Gêneros Alimentícios LTDA - ME	BRASFER – Comercial Ltda.#
	Atividade ou Ramo de Atuação	Panificadora e Confeitaria	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	Padaria e confeitaria com predominância em revenda*
Caracterização da Cessão	Número do Contrato	01/2014	01/2017	08/2011
	Forma de Seleção do Cessionário	CARTA CONVITE	Pregão Eletrônico nº 11/2016	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma lanchonete/ cantina para a comercialização de produtos comuns à lanchonete aos servidores e comunidade acadêmica	Concessão de uso para fins comerciais no ramo de cantina/lanchonete/	Concessão de uso remunerado de espaço físico, para exploração de serviços de cantina.
	Prazo da Cessão	26/04/2017 a 31/07/2017	23/01/2018 a 22/01/2018	01/01/2016 – 31/12/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área medindo 44,30m², situada nas dependências do prédio do IFPA Campus Abaetetuba	175,40 metros quadrados	

	Benefícios Pecuniários Recebidos como Remuneração	R\$ 1.898,22	18.000,00	Recursos próprios (fonte: 0250)* R\$5.288,40
	Periodicidade do Recebimento	Mensal	Mensal	Mensal
	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	Receita Própria 11.11.22.001 Fonte: 0250026416	13100111	Empenho, liquidação e pagamento no SIAFI (fonte – 0250026416)**

Fonte: Campi Abaetetuba, Belém e Castanhal, 2018.

* Processo nº 23000.070307/2010-53 Volume II; ** SIAFI 28/03/2018; 3. Diário Oficial da União (DOU) de 24 de Agosto de 2016 Pág. 55. Seção 3

Análise Crítica:**Abaetetuba:**

O Campus Abaetetuba cedeu, através de contrato de concessão nº 01/2014, precedido por processo licitatório através da modalidade de licitação carta convite, um espaço com a Área medindo 44,30m², situada em sua dependência, na qual a vencedora foi a empresa LOPES XAVIER LTDA-ME, para fins de funcionamento de uma lanchonete/cantina para a comercialização de produtos comuns à lanchonete aos servidores e comunidade acadêmica. Em pagamento, o Campus recebe anualmente o equivalente a R\$ 1.898,22, efetivado através do pagamento de GRU (código 28802-0 – Aluguéis), contabilizada na conta contábil 11.11.22.001, fonte 0250026416. Os recursos oriundos dessa locação caem na conta 250 (receita própria), como todo e qualquer recurso de aluguel, compondo assim o orçamento geral do Campus e são utilizados, havendo disponibilidade orçamentária, no custeio normal da Unidade.

Belém:

Neste exercício, o Campus Belém promoveu a locação de espaço físico para exploração de cantina/lanchonete, mediante a necessidade dos servidores e alunos em poder ter acesso a lanches dentro do próprio órgão.

Para isso, o Campus realizou o pregão eletrônico nº 11/2016 o qual teve como ganhadora a empresa: Bombom Comercio de Gêneros Alimentícios LTDA – ME, com valor mensal de R\$ 1.500,00.

Esta contratação gerou o contrato nº 01/2017, o qual prevê o período de 01 ano de utilização podendo ser renovado, o contrato iniciou em 23/01/2018 e vai até 22/01/2018, com a cessão de 175,40 metros quadrados de espaço.

Esta contratação gerou receita própria para o Campus em 2017 no valor de R\$ 13.500,00, a qual foi recolhida por GRU todo mês. Este ingresso impactou na natureza de receita 13100111 que é Aluguéis e Arrendamentos.

A empresa é responsável pelo pagamento do consumo de energia elétrica e água, e esta receita foi muito importante para o Campus Belém, principalmente no cenário orçamentário em que Campus está inserido, de sucessivas regressões orçamentárias. Esta receita foi primordial para custear as mais variadas despesas durante o exercício.

Castanhal:

O processo licitatório visando a cessão de espaço físico deste IFPA para o funcionamento de cantina destinada a atender a comunidade acadêmica do Campus Castanhal está em fase de refazimento de edital para adoção do pregão eletrônico pelo maior preço em conformidade com o Parecer da Procuradoria Federal Junto ao IFPA, n.00521/2017/PF/IFPA/PFIFPARÁ/PGF/AGU. Processo 23051.014583/2016-21.

Quadro 67 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Conceição do Araguaia.

Informações Sobre a Cessão de espaço físico		Campus Conceição do Araguaia	Campus Conceição do Araguaia
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP		
	Endereço	Avenida Couto Magalhães nº 1649, Setor Universitário, Conceição do Araguaia. Área interna do IFPA/CDA destinada à instalação de Cantina/Lanchonete	Avenida Couto Magalhães nº 1649, Setor Universitário, Conceição do Araguaia. Bloco de Ensino /Sala anexa da Biblioteca IFPA/CDA
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.773.044/0001-00	27.282.113/0001-83
	Nome ou Razão Social	Paulo Cesar Ramazzi	Agregg Mix Soluções e Distribuição
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina/Restaurante	Reprografia
Caracterização da Cessão	Número do Contrato	004/2017	005/2017
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina/Restaurante	Reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Espaço Físico área correspondente a 43,81 m ²	Espaço Físico área correspondente a 4,52 m ²
	Benefícios Pecuniários Recebidos como Remuneração	R\$ 440,25 mensais	R\$ 600,08 mensais
	Periodicidade do Recebimento	Mensal	Mensal
	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	1.320,75	0,00

Fonte: Campus Conceição do Araguaia, 2018.

Análise Crítica:

No ano de 2017, houve cessão de espaços físicos e imóveis ao setor privado através de pregão eletrônico, conforme as ocorrências listadas nos dois quadros acima, permitindo a este Campus iniciar suas atividades acadêmicas contando com serviços de Cantina/Restaurante e Reprografia, permitindo maior praticidade para a realização das atividades acadêmicas, contando com a implantação dos serviços.

5.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Não houve ocorrência de imóveis locados de terceiros pela Reitoria e Campi do IFPA, em 2017.

5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 68 – Informações sobre a situação das obras pendentes, iniciadas ou finalizadas no exercício.

Unidade	Objeto	CNPJ da Contratada	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Situação da Obra	Percentual de Execução Previsto até 31/12/2017	Percentual de Execução Realizado até 31/12/2017
Campus Abaetetuba	Conclusão da obra de Construção do Laboratório de Materiais.	04.851.929/000 1-85	005/2016	01/12/2016- 29/07/2017	Finalizada	100,00%	100,00%
Campus Altamira	Construção dos Blocos de Tecnologia da Informação, Ensino, Administrativo, Biblioteca e Estação Geradora.	04.115.756/000 1-37	004/2014	01/10/2014 - 24/01/2016	Parada	100,00%	0,00%
Campus Ananindeua	Conclusão da obra de Construção do Bloco Pedagógico, Guarita, Urbanização e entorno do Campus Ananindeua	04.521.575/000 1-00	01/2018	10/01/2018 – 10/01/2020	***	0,00%	0,00%
Campus Belém	Reforma e Ampliação do Bloco M.	11.344.183/000 1-89	04/09/2017- 04/09/2018	04/09/2017- 04/09/2018	Em andamento	15,00%	8,00%
Campus Belém	Conclusão da Construção dos Blocos J e L.	04.115.756/000 1-37	14/2013	27/11/2013 - 16/03/2016	Parada	100,00%	31,00%
Campus Belém	Construção do Anexo ao Bloco de Alojamento e Reforma do Espaço Físico para o Gabinete Médico.	19.427.604/000 1-47	3/2016	12/12/2016- 07/11/2017	Finalizada	100,00%	100,00%

Unidade	Objeto	CNPJ da Contratada	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Situação da Obra	Percentual de Execução Previsto até 31/12/2017	Percentual de Execução Realizado até 31/12/2017
Campus Belém	Instalação de Link de Fibra Óptica para conexão dos Blocos B e U.	21.399.173/0001-02	11/2017	26/07/2017 - 24/09/2017	Finalizada	100,00%	44,00%
Campus Belém	Execução de Serviços de Prevenção e Combate a Incêndio.	14.671.179/0001-13	2/2016	12/12/2016 - 08/10/2017	Finalizada	100,00%	100,00%
Campus Belém	Instalação de plataforma de percurso vertical e passarelas	26.427.654/0001-90	20/2017	08/11/2017-05/07/2018	Em andamento	30,00%	40,00%
Campus Belém	Reforma da Quadra Poliesportiva e dos Banheiros do Bloco Z	22.818.154/0001-28	15/2017	02/10/2017-01/04/2018	Em andamento	40,00%	60,00%
Campus Breves	Conclusão da Construção do Bloco de Coordenação Pedagógica e Pesquisa.	09.578.690/0001-35	10/2012	03/12/2012-23/11/2014	Parada	100,00	43,00%
Campus Breves	Construção do Muro.	09.578.690/0001-35	009/2012	28/11/2012 - 22/11/2013	Parada	100,00%	51,00%
Campus Cametá	Construção da Parcela Remanescente da Obra do Campus Cametá.	04.851.929/0001-85	011/2015	13/10/2015-02/04/2018	Em andamento	87,00%	39,00%
Campus Castanhal	Construção do Complexo Esportivo.	04.651.435/0001-57	13/2014	25/05/2014 - 20/04/2015	Parada	100,0	18,00%
Campus Castanhal	Construção do Laboratório de Produção Vegetal.	04.115.756/0001-37	008/2013	26/12/2013-22/10/2014	Parada	100,00%	0,00%

Unidade	Objeto	CNPJ da Contratada	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Situação da Obra	Percentual de Execução Previsto até 31/12/2017	Percentual de Execução Realizado até 31/12/2017
Campus Castanhal	Construção do Laboratório de Organismo Aquáticos.	04.115.756/000 1-37	009/2013	26/12/2013- 22/10/2014	Parada	100,00%	0,00%
Campus Castanhal	Construção do Bloco Pedagógico e Administrativo da Pós-graduação.	04.115.756/000 1-37	010/2013	26/12/2013- 22/10/2014	Parada	100,00%	0,00%
Campus Castanhal	Construção do Bloco de Laboratórios Integrados de Geotecnologia.	04.115.756/000 1-37	012/2013	26/12/2013- 22/10/2014	Parada	100,00%	0,00%
Campus Castanhal	Construção do Bloco de Cozinha/Restaurante Estudantil.	04.115.756/000 1-37	011/20	26/12/2013- 22/10/2014	Parada	100,00%	0,00%
Campus Conceição do Araguaia	Reforma dos Laboratórios do IFPA Campus Conceição do Araguaia	05.027.166/000 1-15	01/2017	04/01/2017 - 04/01/2018	Finalizada	100,00%	100,00%
Campus Conceição do Araguaia/CEAGRO	Construção da estação de Piscicultura, Bloco de banheiro e Restaurante do CEAGRO.	10.326.327/000 1-01	12/2010	16/11/2010 - 09/05/2012	Parada	100,00%	47,00%
Campus Óbidos	Construção do Campus Óbidos - 2ª Etapa.	04.115.756/000 1-37	16/2013	02/12/2013 - 25/11/2015	Parada	100,00%	80,50%
Campus Paragominas	Construção da Parcela Remanescente da Obra do Campus Paragominas.	04.851.929/000 1-85	017/2015	26/11/2015 - 13/04/2018	Em andamento	87,00%	60,00%

Unidade	Objeto	CNPJ da Contratada	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Situação da Obra	Percentual de Execução Previsto até 31/12/2017	Percentual de Execução Realizado até 31/12/2017
Campus Rural Marabá	Construção do Auditório.	09.568.956/0001-69	06/2013	11/11/2013 - 10/11/2014	Parada	100,00%	19,00%
Campus Rural Marabá	Conclusão da Quadra de Esportes Coberta do Campus Rural Marabá – PA.	03.407.083/0001-26	011/2016	30/11/2016 - 29/11/2017	Finalizada	100,00%	100,00%
Campus Rural Marabá	Conclusão do Bloco de Laboratórios do Campus Marabá Rural do IFPA.	03.256.428/0001-98	010/2016	30/11/2016 - 30/11/2017	Finalizada	100,00%	100,00%
Campus Rural Marabá	Construção da Rede Elétrica em Média Tensão, Subestação e Iluminação Pública.	03.272.575/0001-51	01/2015	12/01/2015 - 04/03/2018	Em andamento	100,00%	85,00%
Reitoria	Conclusão da obra de Construção do Centro Tecnológico de Educação à distância – CTEAD.	63.873.012/0001-40	024/2017	18/09/2017 - 16/04/2018	Em andamento	62,00%	40,00%
Reitoria	Construção da Mini Usina de Geração de Energia Elétrica da Reitoria do IFPA.	05.210.095/0001-91	002/2017	12/01/2017- 10/03/2018	Em andamento	100,00%	60,00%
Reitoria	Contratação de projetos arquitetônicos para Reestruturação e Reforço Estrutural do Prédio da Reitoria.	12.680.608/0001-93	016/2016	15/07/2016 - 15/12/2016	Finalizada	100,00%	100,00%
Reitoria	Reestruturação do prédio anexo (garagem) da Reitoria	00.654.914/0001-76	29/2017	21/12/2017 - 18/06/2018	***	0,00%	0,00%

Unidade	Objeto	CNPJ da Contratada	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Situação da Obra	Percentual de Execução Previsto até 31/12/2017	Percentual de Execução Realizado até 31/12/2017
Reitoria	Obra de Reestruturação do Prédio da Reitoria	04.521.575/0001-00	28/2017	15/12/2017 – 15/06/2019	***	0,00%	0,00%
Reitoria, Breves, Marabá Rural, Abaetetuba, Bragança e Itaituba	Instalação e Fornecimento de Geradores.	04.830.014/0001-93	017/2013	09/12/2013 - 26/01/2017	Parada	100,00%	46,00%

Fonte: DCOF/DINF/PROAD e Campi do IFPA, 2018.

Análise Crítica:

A Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (DINF) realizou diversas atividades em 2017, entre elas a elaboração de projetos arquitetônicos e de engenharia, especificações, orçamentos, pareceres, relatórios técnico, além do processo de fiscalização de obras e serviços na capital e no interior do Estado.

Seu objetivo estratégico é supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os projetos de obras e serviços de engenharia com a finalidade de ampliar a infraestrutura da Reitoria e Campi do IFPA, maximizando as áreas de abrangência do Instituto no Estado do Pará.

A DINF atua diretamente alinhada com as demandas da Pró-reitoria de Administração e Gabinete da Reitoria, cumprindo seu papel social e reafirmando o compromisso com desenvolvimento Institucional através da gestão de Engenharia e Infraestrutura.

No ano de 2017, enfrentou desafios ordenados pela Gestão do IFPA, que determinou a retomada de todas as obras paralisadas, inicialmente priorizando os Campi com maiores dificuldades espaciais e aqueles marcados por problemas técnicos com índices abaixo da média nos critérios de avaliação institucional do MEC.

Para que este trabalho pudesse ser realizado, muitas dificuldades foram identificadas e em sua maioria vencidas, como abaixo registramos:

- Prazos curtos para elaboração e atualização de projetos básico e executivo;
- Espaços inadequados e insuficientes para desenvolver todos os trabalhos técnicos;
- Tempo limitado para realização do diagnóstico;
- Ausência de levantamento Topográfico Planialtimétrico dos terrenos do IFPA;
- Falta de precisão nos levantamentos técnicos existentes;
- Dificuldades técnicas para implementar projetos de eficiência energética e sustentável;
- Projetos terceirizados/cedidos com ausência de detalhamentos;
- Longas distâncias entre os campi do IFPA;
- Limitação de logística nas viagens realizadas com veículos da instituição;
- Acesso à internet nos municípios onde estão instalados os Campi, dificultando a comunicação eletrônica e, sobretudo a atualização do SIMEC;
- Entraves junto aos poderes públicos quanto a regularização da dominialidade dos terrenos, emissão de Alvará e demais documentos das obras nos Campi do IFPA;
- Demora da concessionária para regularização do suprimento de energia elétrica;
- Não cumprimento das obrigações contratuais, como cumprimento de cronograma, por partes das empresas de engenharia contratadas;
- Limitação técnica das empresas construtoras na resolução de problemas de engenharia;
- Dificuldades administrativas para atendimento das demandas através da contratação de pequenos serviços;
- Falta de equipamentos de proteção individuais e coletivos nas visitas de levantamentos e fiscalizações;

Quadro 69 – Informações sobre a execução financeira das obras e serviços de engenharia pendentes, iniciadas ou finalizadas no exercício.

Unidade	Nº do Contrato	Valor Licitado (R\$)	Valor Aditivo(R\$)	Valor Empenhado(R\$)	Valor Liquidado até 31/12/2017	Valor Pago até 31/12/2017
Campus Abaetetuba	005/2016	R\$ 1.454.989,82	-	R\$ 659.991,71	-	-
Campus Altamira	004/2014	R\$ 5.046.797,86	-	-	-	-
Campus Ananindeua	*** 01/2018	R\$ 6.587.915,20	-	R\$ 3.400.000,00	-	-

Campus Belém	10/2017	R\$ 4.495.731,13	-	R\$ 4.495.731,13	R\$ 321.599,33	R\$ 321.599,33
Campus Belém	14/2013	R\$ 13.200.000,00	-	R\$ 12.336.288,56	-	-
Campus Belém	3/2016	R\$ 438.985,46	R\$ 20.760,03	R\$ 459.745,49	R\$ 459.745,49	R\$ 459.745,49
Campus Belém	11/2017	R\$ 45.000,00	-	R\$ 34.474,71	R\$ 34.474,71	R\$ 34.474,71
Campus Belém	2/2016	R\$ 842.235,06	R\$ 19.000,02	R\$ 861.235,38	R\$ 861.235,38	R\$ 861.235,38
Campus Belém	20/2017	R\$ 857.577,74	-	R\$ 857.577,74	R\$ 36.730,16	R\$ 36.730,16
Campus Belém	15/2017	R\$ 701.875,56	-	R\$ 701.875,56	R\$ 260.774,05	R\$ 260.774,05
Campus Breves	10/2012	R\$1.688.825,77	-	R\$1.688.825,77	R\$ 758.472,06	R\$ 758.472,06
Campus Breves	009/2012	R\$ 1.148.064,63	R\$ 64.844,67	R\$ 1.148.064,63	R\$ 795.013,62	R\$ 795.013,62
Campus Cametá	011/2015	R\$ 9.934.345,98	R\$ 1.170.876,27	R\$ 8.957.247,34	R\$ 4.811.085,83	R\$ 4.811.085,83
Campus Castanhal	13/2014	R\$ 4.185.000,00	-	R\$ 3.185.000,00	R\$ 1.753.250,06	R\$ 1.753.250,06
Campus Castanhal	008/2013	R\$ 2.229.175,70	-	R\$ 1.789.329,48	-	-
Campus Castanhal	009/2013	R\$ 2.271.085,09	-	R\$ 1.795.266,48	-	-
Campus Castanhal	010/2013	R\$ 1.920.600,00	-	R\$ 1.800.866,48	-	-
Campus Castanhal	012/2013	R\$ 2.346.196,07	-	R\$ 1.580.816,56	-	-
Campus Castanhal	011/2013	R\$ 2.559.924,06	-	R\$ 2.000.000,00	-	-
Campus Conceição do Araguaia	01/2017	R\$ 632.948,49	R\$ 6.041,25	R\$ 626.331,84	R\$ 626.331,84	R\$ 626.331,84
Campus Conceição do Araguaia/ CEAGRO	12/2010	R\$ 1.408.401,74	-	R\$ 1.408.401,74	-	-

Campus Óbidos	16/2013	R\$ 6.745.322,95	-	R\$ 6.329.640,80	-	-
Campus Paragominas	017/2015	R\$ 9.740.104,41	R\$ 1.295.878,88	R\$ 11.035.983,29	R\$ 5.917.094,43	R\$ 5.917.094,43
Campus Rural Marabá	06/2013	R\$ 1.830.285,87		R\$ 1.830.285,87	R\$ 362.984,79	R\$ 362.984,79
Campus Rural Marabá	011/2016	R\$ 372.105,95	-	R\$ 372.105,95	R\$ 372.105,95	R\$ 372.105,95
Campus Rural Marabá	010/2016	R\$ 409.490,94	-	R\$ 409.490,94	R\$ 409.490,94	R\$ 409.490,94
Campus Rural Marabá	01/2015	R\$ 1.707.501,16	R\$ 148.637,69	R\$ 1.717.474,16	R\$ 1.131.274,82	R\$ 1.131.274,82
Reitoria	024/2017	R\$ 2.444.941,96	- R\$ 36.618,06	R\$ 2.408.323,90	R\$ 990.450,04	R\$ 990.450,04
Reitoria	002/2017	R\$ 406.228,84	- R\$ 21.114,47	R\$ 385.114,37	R\$ 71.689,88	R\$ 71.689,88
Reitoria	016/2016	R\$ 128.012,39	-	R\$ 128.012,39	R\$ 128.012,39	R\$ 128.012,39
Reitoria	*** 29/2017	R\$ 1.028.415,93	-	R\$ 1.028.415,93	-	-
Reitoria	*** 28/2017	R\$ 4.687.215,20	-	R\$ 2.500.000,00	-	-
Reitoria, Breves, Marabá Rural, Abaetetuba, Bragança, Itaituba	017/2013	R\$ 5.180.917,23	- R\$ 320.330,72	R\$ 5.180.917,23	R\$ 1.965.332,00	R\$ 1.965.332,00
VALOR TOTAL		R\$ 98.676.218,19	R\$ 2.347.975,56	R\$ 83.112.835,43	R\$ 22.067.147,77	R\$ 22.067.147,77

Fonte: DCOF/DINF/PROAD e Campi do IFPA, 2018.

Análise Crítica:

Analisando os valores demonstrados no Quadro 69, verifica-se que grande parte dos valores (61%) das obras licitadas são provenientes de obras paralisadas em anos anteriores, tendo representado grande perda para o orçamento do Órgão.

Também é preciso observar que cerca de 96% das obras em execução foram integralmente empenhadas, revelando compromisso do Órgão com os objetos licitados, e que, aproximadamente 53% destes empenhos foram liquidados e pagos comprovando regular evolução das obras.

Por fim, constatamos obras com valores de aditivos negativos, demonstrando que as supressões foram maiores que os acréscimos de serviços nas obras, sem, entretanto, gerar prejuízos técnicos para as mesmas. Esses resultados foram possíveis através de projetos básico e executivo concebidos considerando as dificuldades logísticas regionais e com flexibilidade de técnicas de execução durante as obras, permitindo assim a conclusão das mesmas.

Houve queda no orçamento do Órgão em relação aos anos anteriores provenientes dos cortes de repasses para investimentos.

5.3. Gestão da tecnologia da informação

a) Plano Estratégico de TI (PETI) e Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI)

Instituído no IFPA a partir da Resolução nº 162.2016-CONSUP e revisado através da Resolução 356/2017 – CONSUP.

b) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

O Regimento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação foi criado pela Resolução nº 055/2013-CONSUP, que estabelece como suas atribuições:

- Propor políticas e diretrizes de tecnologia da informação para a melhoria contínua da gestão, através do planejamento estratégico de TI em alinhamento à missão, às estratégicas e às metas da instituição e zelar pelo seu cumprimento;
- Propor o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, observadas as diretrizes estabelecidas na Política de Tecnologia da Informação definidas pela SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia e Informação) e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do IFPA;
- Analisar e supervisionar, em conformidade com as políticas do IFPA e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) o plano anual de aquisições, contratações e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

- Propor a criação de grupos de trabalho e /ou subcomitês para auxiliar nas decisões do comitê, definindo seus objetivos, composição, regime e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;
- Uniformizar as políticas de TI no IFPA;
- Subsidiar o Reitor em assuntos referentes a sua participação junto ao SISP;
- Outras competências que lhe forem atribuídas pelos órgãos e legislação pertinente;
- Propor alterações em seu Regimento Interno e submeter ao CONSUP.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) vem atuando de forma contínua nos dois últimos anos, seguindo as diretrizes de seu Regimento Interno. A atual composição do CGTI foi formalizada pela Portaria nº 1874/2015-GAB., cujos membros são o Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, o Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Pró-reitor de Ensino, o Pró-reitor de Administração, Pró-reitor de Extensão, o Pró-reitor de Ensino, o Diretor de Tecnologia da Informação, o Diretor de Gestão de Pessoas, o Diretor Executivo do Gabinete da Reitoria, o Presidente da Comissão de Ética e um representante do Colégio Dirigentes.

Em 2017, o CGTI realizou 07 reuniões para discussão de vários temas, bem como elaborou e aprovou políticas e normativas. Foram 24 (vinte e quatro) processos analisados, entre os quais: Aquisição de Software Autodesk para a DINF; Aquisição de Software para a DGP; Aquisição de equipamentos de TI de para o Campus Bragança; Aquisição de equipamentos de TI de para o Campus Cametá; Elaboração e Consolidação de Planilhas do Quadro de Distribuição de Despesas (QDD) de Materiais de Informática para o IFPA no ano 2017; Elaboração e aprovação do Fluxo dos Processos de Aquisição de Equipamentos e Serviços de TI do IFPA; Aquisição de componentes para upgrade dos computadores ou aquisição de novas workstations para a DINF; Contratação de serviços de impressão para a PROAD; Aquisição de controle eletrônico de frequência de servidores; Aquisição de Internet para o Campus Cametá; Aquisição de Roteador Mikrotik para o Campus Rural de Marabá; Aquisição de Software para a DINF/PROAD; Aquisição de roteador para interligação de Rede do Campus Marabá Industrial; Aquisição de Plataforma analítica de Gestão (Ferramenta de BI); Aquisição de solução de Storage – DTI.

O CGTI tem continuamente alertado servidores e gestores quanto ao planejamento de aquisições de soluções de TI no IFPA. A aprovação do Fluxo de Processos para essas aquisições foi um marco importante para a padronização do processo e conseqüentemente para a gestão do controle institucional sobre essas aquisições. Esse fluxo prevê a aprovação das demandas de aquisições pelo CGTI, que prima pelo uso racional dos recursos disponibilizados para a TI.

c) Plano de capacitação do pessoal de TI

De acordo com o Decreto nº 5.825/2006 e conforme previsão no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o desenvolvimento é um processo continuado que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais. E, ainda, nesse mesmo Decreto, temos que a capacitação é um processo permanente e deliberado de aprendizagem que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento das competências institucionais, por meio do

desenvolvimento de competências individuais. Nesse sentido, a DTI elaborou o Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação do IFPA, conforme segue nos itens abaixo.

Áreas da TI que contemplam as ações de tecnologia no IFPA

No cenário atual, a TI deixou de ser meramente um suporte técnico para as empresas, ocupando assim um papel fundamental e transformador no contexto estratégico, gerencial e operacional nas organizações, caminhando na direção da integração dos setores, ganhando importância na tomada de decisões e no alcance das metas de negócios.

Seguindo o contexto explicitado, as ações de TI realizadas no IFPA, no âmbito da Reitoria e dos campi, sob a gestão da Diretoria de Tecnologia da Informação, abrangem três áreas específicas:

- **Sistemas de Informação:** realiza ações associadas ao contexto dos sistemas corporativos, documentos informatizados, páginas e portais de divulgação das informações institucionais, demandas de cooperação técnica, estratégias de customização, implantação e operacionalização dos sistemas de software do IFPA e dos sistemas de informação terceirizados, além de viabilizar a execução dos fluxos de realização dos Processos Seletivos e Concursos Públicos.
- **Redes de Computadores e Infraestrutura:** desenvolve atividades relacionadas à área de Redes e Infraestrutura, presta suporte tecnológico em nível avançado aos campi, acompanha a qualidade do serviço de Internet (Link), garante a integridade dos dados dos computadores servidores e a realização de backups, gerencia as licenças de hardware e sistemas operacionais, além de auditar a rede prevendo incidentes de segurança.
- **Governança em TI:** visa prover diretrizes e boas práticas para apoiar a governança corporativa, aplicando o gerenciamento estratégico de TI, a gestão de serviços, a gestão de riscos e de recursos.

Desta forma, foram planejadas algumas capacitações para os servidores de TI do IFPA, levando-se em consideração as suas áreas de atuação.

A capacitação dos Servidores foi realizada através do Contrato de Gestão com a Rede Nacional de Pesquisa disponibilizando 6 vagas e mais 4 vagas desistentes de outros institutos, que foram destinadas à equipe de desenvolvimento. O PAC- Plano Anual de Capacitação da RNP disponibiliza anualmente 4 vagas com diárias e passagens pagas destinadas para atender os Campi.

d) Quadro de pessoal de TI

A equipe de TI no IFPA é composta de 33 Técnicos e 28 Analistas distribuídos entre os Campi e a Reitoria, que possui uma equipe dedicada ao desenvolvimento e suporte ao sistema SIG.

Para melhor formação da equipe, foram planejados dois encontros para 2017: um presencial, contando com 45 participantes do total de 61 vagas entre os Campi, ocorrido no

primeiro semestre e sediado no Campus Belém; outro, via Webconferência pela plataforma da RNP, através da qual houve a participação de 34 servidores.

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI

Todas as demandas relacionadas a serviços que a DTI disponibiliza internamente, pode ser solicitada através de processo formal, memorandos e e-mails, conforme abaixo:

- Processo Formal (Protocolo): Deverá ser utilizado sempre que o solicitante necessitar de um atendimento e de uma resposta formal através de parecer ou análise técnica;
- Memorandos: Deverá ser utilizado sempre que o solicitante necessitar de um atendimento sem a necessidade de parecer ou análise.
- E-mails (suporte.dti@ifpa.edu.br): Deverá ser utilizado sempre que o solicitante necessitar de um atendimento/suporte imediato.

O item 3 foi revogado pois a partir de junho de 2017, foi disponibilizado à comunidade do IFPA uma nova ferramenta para realizar as solicitações de serviços ou orientações na utilização dos sistemas e assuntos relacionados a governança de TI. As solicitações de atendimento passaram a ser através do link: atendimento.ifpa.edu.br

Para realizar o controle e o tempo médio dos atendimentos realizados pelas coordenações e setores da TI é utilizado o GLPI que é uma aplicação de gestão de serviços desenvolvida para atender às necessidades de Gestores de TI no gerenciamento de chamados.

Com o novo GLPI, mais recursos foram acrescentados, e um dos recursos em destaque foi a possibilidade do próprio demandante do chamado realizar o acompanhamento da situação da demanda. Também foi acrescentado o campo Governança devido às dúvidas que por ventura surgiram devido à Instrução Normativa 01/2017 que trata da contratação de soluções de tecnologia da informação.

O novo GLPI passou a ser um Service Desk com as seguintes orientações:

- Após abertura do chamado, você receberá e-mail de confirmação indicando o status inicial - "ABERTO", com a informação de quem está atendo o seu chamado.
- Em até 24 horas, seu chamado será vinculado a um técnico responsável para análise da solicitação.
- Você receberá um e-mail com informações de atualização do status do seu chamado - "EM ATENDIMENTO".
- Seu chamado poderá ser classificado pelo Service Desk em uma de três categorias:
 - Atendimento Simples:
 - Sua solicitação ficará em um fila de atendimentos simples (menor complexidade na solução da demanda - SLA previsto em 24 horas).
 - Atendimento Personalizado:
 - Sua solicitação ficará em um fila de atendimentos personalizados (maior complexidade na solução da demanda - SLA previsto em 72 horas).
 - Atendimento Avançado:

- Sua solicitação ficará em um fila de atendimentos avançados (necessária a abertura de um projeto para o desenvolvimento da solução - SLA previsto conforme projeto).
- Finalizada a solução, o status de seu chamado será atualizado para "ENCERRADO".

Observações:

- Todos os prazos iniciam e terminam em dias úteis, e somente após vinculação a um técnico responsável.
- Horário de atendimento do Service Desk: 08h00 às 18h00 (de segunda-feira a sexta-feira).

O novo GLPI pode ser acessado pelo link: atendimento.ifpa.edu.br.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

- Para atendimento de demandas do Ensino, foi iniciado o desenvolvimento de regras para cadastramento do Plano Individual de Trabalho (PIT) e o Relatório de Atividades Docentes (RAD) em ambiente de produção no caráter piloto. O PIT/RAD foi institucionalizado no IFPA.
- Criação de rotinas de migração de cursos, turmas, alunos e docentes migrados para o sistema do INEP. Os dados foram revisados e consolidados pela equipe designada pela Pesquisadora Institucional - Migração do EDUCACENSO.
- Criação de rotinas de migração de cursos, turmas, alunos e docentes migrados para o sistema do INEP. Os dados foram revisados e consolidados pela equipe designada pela Pesquisadora Institucional - Migração do CENSUP.
- Após o término do convênio entre UFRN e IFPA, foi feito bloqueio do acesso dos usuários do IFPA ao SVN da UFRN, constatou-se que não seria mais possível atualizar o SIG para obter novas. Desta maneira, foi solicitada a pactuação de novo termo de cooperação com o intuito de possibilitar acesso ao SVN e banco de dados de referência para garantir a atualização dos sistemas em 2017. O processo encontra-se em tramitação.
- Instalação de Gerador no Data Center do IFPA: para atender todos os serviços de tecnologia da informação.
- Aquisição e instalação de nobreak para o Data Center.
- Elaboração da proposta da Minuta a ser encaminhada a CGTI, Direção e Coordenação da DTI para análise e contribuições do Fluxo de Contratação de produtos e serviços de TIC. Conforme In04/2014 SLTI.
- Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação como um instrumento de diagnóstico, de planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que objetiva atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas

A gestão de tecnologia da informação não possui dependência tecnológica de empresas ou terceirizados em seu quadro de pessoal.

5.3.1. Principais sistemas de informações

Atualmente, a principal ferramenta computacional utilizada pelo IFPA é o Sistema Integrado de Gestão – SIG, adquirido junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Desde sua aquisição, este sistema vem sendo adaptado para as estruturas e necessidades do IFPA.

A implantação destes sistemas vem ao encontro de uma meta do PDI do IFPA que se denomina “Objetivo 18 – Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG.”. Ou seja, utilizar a informatização no dia-a-dia da instituição.

O SIG é uma plataforma composta por quatro sistemas, que por sua vez são formados por um conjunto de módulos específicos, conforme Quadro 70:

Quadro 70 – Informações sobre os principais sistemas de informações em desenvolvimento ou adequação.

Nome do Sistema	Descrição	Tipo de Manutenção	Número de Módulos
Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC	Oferece as operações necessárias para a gestão das unidades do IFPA responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da Instituição, integrando, assim, as ações e procedimentos administrativos.	Própria	21
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA	Informatiza os procedimentos relacionados à área acadêmica do IFPA, permitindo o gerenciamento das informações e atividades de todos os níveis de ensino, bem como a gestão dos projetos, das ações de extensão e das bolsas da Instituição.	Própria	26
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH	Responsável por informatizar os procedimentos de recursos humanos, permite o cadastro, o gerenciamento e a consulta das principais informações funcionais dos servidores do IFPA.	Própria	13
Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos – SIGPP	Disponibiliza as operações que permitem a gestão das metas das unidades estratégicas do IFPA e o planejamento geral para toda a Instituição.	Própria	1

Fonte: DTI, 2018.

Análise Crítica:

O Sistema Integrado de Gestão – SIG - é formado por um conjunto de módulos específicos. A DTI os desenvolve e os disponibiliza, de acordo com o planejamento estratégico do IFPA e de acordo com a priorização de cada área de negócio para o exercício, conforme quadro acima.

Além do SIG, são utilizadas pelas unidades do IFPA outras ferramentas computacionais para desenvolvimento de suas atividades, as principais encontram-se descritas no Quadro 71:

Quadro 71 – Informações sobre os principais sistemas de informações implantados.

Nome da Ferramenta	Objetivo da Ferramenta	Tipo de Manutenção
Portal Captive	Controlar o acesso à rede do Campus	Própria
Firewall	Controle de tráfego e segurança de dados no uso da internet do Campus.	Própria
PERGAMUM	Sistema Integrado de Biblioteca	Própria
Zabbix	Monitoramento e relatório de serviços de rede	Própria
Xen Desktop	Sistema de gestão de virtualização de desktops	Terceirizada
Xen Server	Virtualização de servidores e desktops	Própria
VMWare ESXi	Virtualização de servidores	Própria
AutoCAD	Aulas nas áreas de Engenharia e Edificações	Própria
Corel Draw	Utilização em setores específicos	Própria
FreeNAS	Sistema de armazenamento storage	Própria
Geplanes	Gestão de planejamento estratégico	Própria
Sistema Frequência	Elaboração de frequências dos servidores	Própria
Sistema de divulgação de notícias indoor	Divulgar notícias, do campus e IFPA como um todo, em TV espalhadas por todos os prédios do campus Tucuruí do IFPA.	Própria
Sistema de controle de clones de discos rígidos (FOG Server)	FOG é um sistema baseado em Linux, livre e open source, utilizado para criar clones de discos rígidos (imagens), que poderão ser aplicados em outros computadores. Este serviço é muito útil para gestão de nossos laboratórios de informática, uma vez que facilita os processos de manutenção dos computadores dos laboratórios e do Administrativo também, visto que é possível reinstalar sistemas operacionais e softwares de forma rápida e segura.	Própria
CITRIX XEN SERVER	Sistema de controle de máquinas virtuais para thin clientes usados no laboratório de EAD	Própria

Nome da Ferramenta	Objetivo da Ferramenta	Tipo de Manutenção
DOCKER	O docker é uma plataforma de software que permite a criação, o teste e a implantação de aplicações rapidamente. O docker cria pacotes de software em unidades padronizadas chamadas de contêineres que têm tudo o que o software precisa para ser executado, inclusive bibliotecas, ferramentas de sistema, código e runtime. Ao usar o docker, é possível implantar e escalar rapidamente aplicações em qualquer ambiente e ter a certeza de que o seu código será executado.	Própria
MOODLE	Plataforma de ensino EAD para o campus efetuar testes para possível descentralização do EAD no IFPA.	Própria
Gogs Git	GIT para centralizar toda a documentação e informações técnicas da infraestrutura de TI do Campus	Própria

Fonte: Campi do IFPA, 2018.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Até o exercício 2017 o IFPA não elaborou o Planos de Logística Sustentável - PLS conforme estabelece a IN N° 10, de 12/11/2012, o PLS deveria ser elaborado no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação da Instrução Normativa, ou seja, até 14 de maio de 2013.

A PRODIN abriu o processo n° 23051.011474/2017-33, no dia 02 de maio de 2017, orientando e solicitando que a PROAD que elabora a minuta do Plano de Logística Sustentável, para apreciação e aprovação do CONSUP.

O IFPA ainda não aderiu ao A3P, através da celebração de Termo de Adesão, que consiste no instrumento de compromisso para implantação da A3P, que formaliza a parceria entre a instituição e o MMA.

Na Reitoria ainda não ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto n° 5.940/2006, pois falta planejar, normatizar e implantar ações voltadas para a realização de coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos nas dependências da Reitoria do IFPA.

As contratações realizadas pela unidade ainda não observam plenamente os parâmetros estabelecidos no Decreto n° 7.746/2012, porém, a PROAD através da Diretoria de Infraestrutura tem buscado adotar práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos naturais nos projetos de edificações do IFPA.



O Plano de Logística Sustentável será elaborado em 2018, bem como serão tomadas as diretrizes para as unidades atenderem à legislação.



6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso do cidadão

a) Descrição dos Canais de Acesso

O IFPA conta com a Ouvidoria Geral em consonância ao exposto na Lei nº 10.683/2003, que tem resumida finalidade receber e encaminhar manifestações da comunidade interna e externa aos setores competentes da organização, bem como também conta com o e-SIC que foi implantado neste IFPA, para atendimento da Lei nº 12.527 que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, além de disponibilizar o canal direto com a Assessoria de Comunicação do órgão através do e-mail institucional comunicacao@ifpa.edu.br.

Para agilizar o processo de feedback aos solicitantes em geral, o IFPA criou 05 (cinco) núcleos de ouvidoria, em cidades polo em consonância com a Portaria nº 570/2016/GAB, de 06 de abril de 2016. Desta forma, os Núcleos de Ouvidoria foram instalados nos Campi: Belém, Óbidos (Abrangência: Campi Altamira, Itaituba, Santarém e Óbidos); Parauapebas (Abrangência: Campi Conceição do Araguaia, Marabá Rural, Marabá Industrial e Parauapebas); Tucuruí (Campus Tucuruí); Castanhal (Abrangência: Campi Bragança, Paragominas e Castanhal).

No âmbito da Reitoria, contamos com o site institucional (www.ifpa.edu.br) combinado com os correios eletrônicos do corpo estratégico disponível na referida página do órgão (<http://ifpa.edu.br/contatos>).

No âmbito das Unidades Administrativas (Campus), esculpimos abaixo os canais de acesso:

- **Campus Abaetetuba:** Disponibiliza o portal do Campus Abaetetuba (<http://abaetetuba.ifpa.edu.br/>), e-mail institucional e redes sociais <https://www.facebook.com/ifpa.campusabaetetuba.5>, além do contato com os setores via e-mail institucional esculpida na referida página da Unidade (<http://abaetetuba.ifpa.edu.br/contato>). Cabe mencionar que a unidade possui a Assessoria de Comunicação como órgão articulador e executor da comunicação no âmbito local;
- **Campus Altamira:** A Unidade disponibiliza o Portal do Campus na internet (<http://altamira.ifpa.edu.br/>), e-mail institucional do corpo estratégico local (<http://altamira.ifpa.edu.br/contato>) e redes sociais (<https://www.facebook.com/IfpaCampusAltamira>). Cabe mencionar as ações de contato com a comunidade nas redes sociais é exercida pela Assessoria de Comunicação local;
- **Campus Ananindeua:** A Unidade disponibiliza o portal na internet (<http://ananindeua.ifpa.edu.br/>) e o telefone institucional nº 91-99278-0639;
- **Campus Avançando Vigia:** Os canais de acesso ocorrem através do site institucional www.vigia.ifpa.edu.br, das mídias sociais (WhatsApp e facebook), dos contatos telefônicos nº (91) 99185-0023 e (91) 99288-3521, do e-mail institucional

- secretaria.cav@ifpa.edu.br, dos quadros de aviso com informes distribuídos no interior da unidade e atendimento presencial realizado no âmbito do Campus;
- **Campus Belém:** A unidade disponibiliza para toda comunidade o site institucional (www.belem.ifpa.edu.br), Telefone institucional nº 3201-1703, Facebook (/ifpacampusbelem), mídia indoor, WhatsApp (somente para o público interno) e o e-mail institucional do corpo e setores do Campus (<http://belém.ifpa.edu.br/contato>), que conta com a execução da Assessoria de Comunicação no relacionamento com a sociedade. Cabe mencionar ainda que a unidade conta com o serviço de ouvidoria no âmbito local;
 - **Campus Bragança:** A unidade disponibiliza o site institucional <http://braganca.ifpa.edu.br>, bem como disponibiliza no canal a lista de e-mails institucionais de todo o seu corpo estratégico e dos setores na Unidade (<http://braganca.ifpa.edu.br/contato>);
 - **Campus Breves:** O acesso é disponibilizado através do site institucional <http://breves.ifpa.edu.br>, do facebook e por meio de comunicação visual através de comunicados impressos e banners;
 - **Campus Cametá:** Atualmente, o Campus Cametá possui como canais de acesso ao cidadão os seguintes meios: Site do Campus Cametá: <http://www.cameta.ifpa.edu.br/>; Telefone do Diretor Geral Celular (91) 9 91779840; Telefone do Diretor de Administração e Planejamento: Celular (91) 993188144; Telefone do Diretor de Ensino: Celular (91) 9 82702834; Facebook: <https://web.facebook.com/pages/Ifpa-Campus-Cameta/1814562815487870>;
 - **Campus Castanhal:** O acesso é disponibilizado através do site institucional <http://castanhal.ifpa.edu.br> e da página do facebook /<https://pt-br.facebook.com/ifpacampuscastanhal>, além do contato da gestão da unidade através do endereço <http://castanhal.ifpa.edu.br/contato> e do contato via telefone nº (91) 3412-1601. Cabendo mencionar que a Unidade ainda disponibiliza o serviço de ouvidoria interna localizado no interior do espaço físico;
 - **Campus Conceição do Araguaia:** O acesso ocorre via site institucional www.conceicaodoaraguaia.ifpa.edu.br, e-mail: dg.cda@ifpa.edu.br e gabinete.cda@ifpa.edu.br, por telefone nº (94) 3421-1962 e celulares institucionais dos gestores da unidade (94-99181-4786-DG/94-99181-4602- DE/94-99181-4696-DAP), por murais distribuídos no âmbito do espaço físico da unidade, pela rede social facebook ((ifpacampusconceicaodoaraguaia@facebook.com)) e por grupos no WhatsApp;
 - **Campus Itaituba:** O acesso ocorre através do site institucional www.itaituba.ifpa.edu.br e da página do facebook que é coordenado pela área de marketing da unidade;
 - **Campus Marabá Industrial:** A Unidade disponibiliza o portal institucional na internet www.industrialmaraba.ifpa.edu.br, o e-mail institucional dg.industrial@ifpa.edu.br e via contato telefônico nº (94) 99305-1262, bem como faz uso das redes sociais e de grupos de WhatsApp;
 - **Campus Marabá Rural:** O acesso através do site <http://ruralmaraba.ifpa.edu.br>;
 - **Campus Óbidos:** O acesso ocorre através do site institucional www.obidos.ifpa.edu.br, da ouvidoria (núcleo polo) e do contato telefônico nº (93) 99195-6534;
 - **Campus Paragominas:** O acesso ocorre através do site institucional <http://www.paragominas.ifpa.edu.br> e dos contatos telefônicos nº 91-99133-6692

(Direção Geral), 91-99194-9065 (Diretoria de Administração) e 91- 99100-6158 (Diretoria de Ensino);

- **Campus Parauapebas:** A Unidade disponibiliza o serviço de ouvidoria (núcleo polo) através do e-mail institucional (ouvidoria.parauapebas@ifpa.edu.br) ou presencialmente, bem como disponibiliza informações através do site institucional <http://www.parauapebas.ifpa.edu.br>;
- **Campus Santarém:** O acesso ocorre através do site institucional www.santarem.ifpa.edu.br e na página do facebook ifpa.campus Santarém;
- **Campus Tucuruí:** Os canais de acesso ocorrem via ouvidoria descentralizada na Unidade, site institucional www.tucuruí.ifpa.edu.br e e-mails institucionais disponibilizados na referida página.

b) Estatísticas de manifestações pelos canais de acesso do cidadão

Quadro 72 – Quantitativo de Manifestações recebidas e atendidas/acetadas, por tipo de manifestação e por canal de acesso do cidadão.

Canal de Acesso	Tipo de Manifestação															
	Solicitações				Reclamações				Denúncia				Sugestões			
	2016		2017		2016		2017		2016		2017		2016		2017	
	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)
Ouvidoria	182	133	193	131	90	76	49	35	13	11	22	11	6	4	0	0
e-Sic	138	138	206	206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	310	271	399	337	90	76	49	35	13	11	22	11	6	4	0	0

Legenda: (R) Manifestação Recebida; (A) Manifestação Atendida/Acatada.

Fonte: Relatório de atividades da Ouvidoria Geral e dos núcleos Parauapebas; Óbidos e Belém

Análise Crítica:

Desde abril de 2016, a Ouvidoria tem atuado de maneira descentralizada para melhor atendimento às demandas emanadas da comunidade do IFPA, em virtude de sua abrangência geográfica, para facilitar a atuação e conseqüentemente garantir uma melhor resposta ao cidadão. Atenta às demandas recebidas e com o objetivo de atender melhor à comunidade do IFPA.

Os dados inseridos neste quadro são referentes à Ouvidoria Geral e aos núcleos Parauapebas; Óbidos e Belém, pois os núcleos Castanhal e Tucuruí, até a conclusão deste documento não encaminharam seus relatórios para inclusão das informações.

Um importante trabalho concluído pela Ouvidoria Geral em dezembro de 2017 foi a Carta de Serviços ao Usuário do IFPA, a qual se encontra em processo de publicação no site do instituto.

Os dados apresentados nesse relatório são coletados de forma manual, uma vez que ainda não dispomos de um sistema consolidado que facilite o processo de registro, encaminhamento e retorno das demandas. Em 2017, a DTI, em parceria com a Ouvidoria, fez algumas modificações no sistema SIGAA para atender à necessidade de um sistema único para gestão das demandas da Ouvidoria. Assim, no ano de 2017 ainda precisamos fazer o registro manual das demandas enviadas pelo sistema e pelo e-mail da Ouvidoria num único documento que pontue o atendimento global do Serviço de Ouvidoria.

Esperamos no ano de 2018 avançarmos no registro e tratamento dos dados, pois o IFPA solicitou adesão ao E-ouv que concentrará as demandas recebidas facilitando a geração de relatórios.

As manifestações identificadas em forma de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, recebidas pelo serviço de Ouvidoria, são encaminhadas às áreas de interesse do IFPA para conhecimento e adoção de providências cabíveis e devolvidos à Ouvidoria para análise e envio de resposta aos cidadãos.

O e-SIC respondeu a 100% dos pedidos de acesso à informação no ano de 2017, e tem procurado responder às solicitações no prazo mais curto possível, tendo como tempo médio de resposta em 2017: 17,36 dias.

c) Procedimentos adotados pela unidade decorrentes das manifestações e informações disponibilizadas nos canais de acesso

Com o objetivo de atender melhor à comunidade do IFPA, a Ouvidoria tem atuado de maneira descentralizada desde abril de 2016, com a criação de Núcleos de Ouvidoria. Apoiados nesta descentralização, algumas Unidades adotam os seguintes procedimentos sobre as manifestações nos canais de acesso:

O Campus Belém relata que todas as manifestações foram devidamente respondidas ou encaminhadas aos setores competentes do Campus Belém, ou foram solicitadas informações complementares a fim de se obter resposta satisfatória ao usuário. Conforme exposto na análise acima: das quarenta e cinco (45) manifestações via e-mail, na

modalidade “solicitações”, em 2017, 12 (doze) não foram atendidas por não terem sido respondidas pelo setor competente envolvido ou por ausência de retorno de informações complementares solicitadas ao usuário; das vinte e quatro (24) manifestações via sistema SIG, na modalidade ‘reclamações’, 5 (cinco) não foram atendidas por não terem sido respondidas pelo setor competente envolvido ou por ausência de retorno de informações complementares solicitadas ao usuário; uma delas foi reencaminhada à Ouvidoria Geral. Das 3 (três) reclamações via e-mail, 01(uma) não obteve resposta do setor competente.

Já o Campus Conceição do Araguaia relata que todos os pedidos de informações, sugestões, reclamações ou denúncias após serem recebidos pela Direção Geral são encaminhados ao setor competente para as devidas providências. Quando solucionadas, as informações são repassadas para que a Ouvidoria responda aos usuários solicitantes.

No Campus Óbidos, as manifestações solicitadas através dos canais de acesso ao cidadão foram atendidas ou encaminhadas aos setores ou unidades competentes para serem respondidas ao cidadão. Alguns setores não tiveram o cuidado de controlar o número de atendimento. Mas em 2018 algumas medidas serão adotadas.

No Campus Parauapebas, para melhor gestão das demandas da Ouvidoria, são encaminhados, semanalmente, à Ouvidoria Geral relatórios contendo as manifestações atendidas e, anualmente, relatório consolidado para envio à CGU (Controladoria Geral da União). Quanto às atividades gerais da Ouvidoria, são verificadas diariamente as manifestações recebidas por e-mail e/ou pelo SIGAA e, posteriormente, encaminhadas aos gestores dos campi que buscam resolução/resposta da demanda juntamente com os setores responsáveis. Concomitantemente, o manifestante é informado do recebimento de sua manifestação e, enquanto este não receber resposta conclusiva, receberá respostas intermediárias até o encerramento da demanda.

Já no Campus Santarém, o trâmite das demandas ocorre com a Ouvidoria recebendo e encaminhando as manifestações oriundas de diferentes canais de comunicação para os setores responsáveis, cobrando soluções e respondendo ao proponente no mais breve espaço de tempo. Pela natureza de seu trabalho, a Ouvidoria serve como instrumento de avaliação do funcionamento de serviços prestados pelo Instituto, mediando demandas propostas pelos usuários, sugerindo medidas que possam melhorar o desempenho institucional. A UG, ao receber as demandas oriundas da Ouvidoria, responde ao solicitado, esclarecendo e informando sobre a solicitação encaminhada, para que a Ouvidoria faça o retorno ao usuário demandante. Caso a demanda informada requeira maior apreciação ou apuração para posterior retorno a Ouvidoria, o Gestor do Campus, solicita esclarecimentos internos, de acordo com cada caso, para em seguida, informar a Ouvidoria. Se o caso requerer ações mais efetivas, é aberto Processo interno para apuração e posterior encaminhamento às instâncias do Campus e Reitoria. A depender do resultado da apuração, através de comissão interna constituída para tanto, os demais procedimentos legais são realizados, com abertura de Processo Administrativo Disciplinar com todos os seus procedimentos legais pertinentes.

d) Procedimentos a serem implementados em exercícios futuros

Acostado na necessidade de ampliação dos meios de acesso à sociedade, a Diretoria de Tecnologia da Informação, em parceria com a equipe do e-SIC, está desenvolvendo um módulo de acesso à informação via SIPAC para melhor controle da tramitação das demandas no âmbito do IFPA com previsão de funcionamento ainda em 2018.

Apoiado na necessidade de ampliação de canais também nas unidades descentralizadas do IFPA, listamos abaixo algumas ações em andamento:

A Unidade Altamira visa em 2018 a reestruturação da Assessoria de Comunicação, objetivando a melhoria dos canais de acesso ao Campus;

A Unidade Belém planeja a adesão ao sistema informatizado e-Ouv do Governo Federal, a fim de facilitar o encaminhamento e troca de informações entre as ouvidorias da rede e facilidade de acesso ao usuário. A divulgação do módulo do sistema SIG referente à Ouvidoria, bem como a divulgação do novo canal e-Ouv terá como objetivo tornar mais conhecido e fácil o acesso ao usuário, além de padronizar as manifestações e manter relatórios padronizados dos sistemas. A redução de manifestações sem resposta definitiva por ausência de retorno de setores competentes será alvo de acompanhamento e relatório da gestão máxima do campus e de recomendações frente à legislação vigente;

O Campus Bragança pretende criar indicadores para aferição do quantitativo de manifestações recebidas e atendidas/acetadas, por tipo de manifestação e por canal de acesso ao cidadão;

No Campus Conceição do Araguaia, pretende-se em 2018 implementar procedimentos de medição do quantitativo de manifestações recebidas e atendidas/acetadas, por tipo de manifestação e por canais de acesso do cidadão, constantes atualizações do nosso site e redes sociais, instalação de rede PABX disponibilizando maior número de ramais telefônicos na unidade;

O Campus Marabá Industrial adotará a criação da ASCOM (assessoria de comunicação) em 2018 para elaborar medidas de ampliação do acesso da comunidade;

O Campus Parauapebas pretende em 2018 apresentar o serviço de ouvidoria aos discentes ingressantes, haja vista necessidade de socialização/divulgação deste canal;

Já o Campus Tucuruí deverá realizar uma campanha de divulgação dos canais de atendimento da ouvidoria desse Campus, a fim de dar maior visibilidade ao órgão junto à comunidade interna e externa;

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do Instituto Federal do Pará foi elaborada com a participação das Unidades do órgão durante o exercício de 2017, bem como se encontra em fase de publicação no exercício corrente através do site institucional www.ifpa.edu.br, que disponibilizará para sociedade as informações referentes aos serviços e gestão.

Cabe destacar que, durante o exercício de referência, a Unidade Abaetetuba publicou a sua carta de serviço, porém encontra-se em fase de atualização dos serviços e a versão atual encontra-se disponível através do endereço eletrônico: <http://abaetetuba.ifpa.edu.br/carta-de-servicos-ao-cidadao/file>; a Unidade Belém declarou que se encontra em fase de ajustes do documento e que deverá publicar em 2018 a carta de serviços; a Unidade Bragança declarou que elaborou o documento e que ainda em 2018 publicará o documento.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Por ser uma Instituição de Ensino Superior, o IFPA atende as exigências da Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, realizando anualmente uma pesquisa de Autoavaliação Institucional, a qual conta com a participação de alunos e servidores docentes e técnico-administrativos. A pesquisa de autoavaliação engloba diversos aspectos relacionados à qualidade dos serviços oferecidos pela instituição, divididos em 5 eixos: Planejamento e Avaliação, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. A pesquisa é aplicada por meio de questionário eletrônico no Sistema Integrado de Gestão, propiciando a participação de todos os alunos matriculados, e de todos servidores ativos.

Todo o processo de Autoavaliação é coordenado por comissão autônoma, denominada de Comissão Própria de Avaliação – CPA. No IFPA a organização da CPA é composta por uma comissão central, denominada CPA Institucional e por CPAs Locais nos Campi, onde 16 dos 18 Campi possuem CPAs Locais atuando. Em 2017, houve a participação da comunidade em todos os Campi, abrangendo não só alunos de nível superior, como exige a lei, mas os alunos de todos os níveis, desde o FIC até a Pós-graduação *stricto sensu*, sendo os resultados analisados e consolidados em relatório, no âmbito dos Campi pelas CPAs Locais, e em âmbito sistêmico pela CPA Institucional.

Entretanto, a realização desta pesquisa não substitui ou minimiza os esforços empreendidos para implantação de outros métodos para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. O IFPA, através da Ouvidoria Central, está elaborando uma pesquisa para coleta da satisfação dos usuários, bem como definindo o modelo apropriado para este fim no âmbito do órgão.

Outro instrumento utilizado para mensuração da satisfação dos serviços ofertados pelas unidades do IFPA é a interação e reação da comunidade às postagens nas redes sociais oficiais, onde várias unidades, por meio de suas assessorias de comunicação, realizam estudo de mensuração e adotam medidas corretivas.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Os principais mecanismos utilizados pelas unidades do IFPA para dar publicidade e transparência às informações relevantes são digitais, tais como os sites, e-mail

institucional, ambiente público dos sistemas integrados e as redes sociais. Algumas unidades utilizam também os murais e painéis digitais de avisos. Há unidades que também firmam parcerias com veículos de comunicação locais para divulgação ao público externo.

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O IFPA possui em seu portal eletrônico as mesmas diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Por meio do qual o usuário terá mais informações na página <http://ifpa.edu.br/acessibilidade>.

Destacam-se também como medidas para garantir a acessibilidade pedagógica a contratação de interprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, assim como a capacitação dos servidores, a aquisição de softwares e equipamentos, parte do acervo bibliográfico em Braille. Outra ação importante é a expansão no número de Campi com Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE implantados e atuantes.

Do ponto de vista da acessibilidade às instalações, várias unidades têm empreendidos esforços para adequação das estruturas às normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 9050/2015. Dentre os avanços obtidos por algumas unidades destaca-se:

- Construção ou adaptação de sanitários de uso privativo para pessoas com deficiência;
- Aquisição e instalação de bebedouros em locais e altura compatíveis com padrões especificados;
- Construção de rampas de acesso a todas as dependências e pisos do Campus;
- Aquisição e instalação de elevador e plataformas de elevação;
- Instalação de faixa antiderrapante nas escadas;
- Instalação de pisos táteis nos corredores;
- Destinação de vagas no estacionamento interno reservadas a idosos, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro no exercício

a) Informações relevantes sobre o fluxo financeiro e sincronismo entre o ingresso e dispêndios financeiros

No exercício de 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará foi afetado pelos insuficientes repasses financeiros, prejudicando diretamente o pagamento dos fornecedores. Os repasses financeiros ocorreram a cada mês, numa proporção média de 60% dos compromissos liquidados. Assim, os compromissos liquidados foram pagos em torno de 30 dias ou até 60 dias após o prazo estipulado nos editais de licitação e no art.73 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993, gerando restos processados a pagar para o exercício seguinte.

Diante do exposto, observa-se que, no exercício de 2017, o desempenho financeiro do IFPA foi afetado pelo contingenciamento feito pelo governo federal, dificultando um bom planejamento entre os ingressos e dispêndios financeiros, e com isso afetou diretamente a todos os Campus e Reitoria.

O fluxo da necessidade dos recursos financeiros se dá quando da liquidação da despesa no SIAFI operacional plataforma web, efetuado pelas unidades gestoras do órgão.

Não existe sincronismo entre ingressos de recursos financeiros e as despesas realizadas, pois em virtude da demora do recebimento as despesas são pagas na sua maioria com atraso de vencimento conforme previstos na lei 8666/93.

b) Dificuldades enfrentadas na gestão financeira

As maiores dificuldades enfrentadas pelo IFPA no exercício em relação ao recebimento de recursos financeiro das despesas liquidadas é o contingenciamento, limitação dos gastos e a dificuldade de estimar o recebimento desses recursos financeiros, pois além das próprias despesas da setorial financeira do órgão, ocorre o repasse para os campi, que enfrentam as mesmas dificuldades em relação à expectativa de recebimento de financeiro.

c) Indicadores de monitoramento e seus resultados

Não foi desenvolvido nenhum indicador para monitoramento do desempenho financeiro no órgão porque os recursos financeiros não existem na conta contábil limite de saque do próprio órgão, estes são repassados pela setorial do MEC e não fazem fluxo

relevante, pois vem exatamente o valor líquido das despesas liquidadas, e nem sempre são repassadas todas as necessidades do órgão.

d) Outras informações relevantes sobre do desempenho da unidade

O desempenho financeiro do órgão ocorreu com dificuldades, face aos compromissos assumidos com os prestadores de bens/serviços, em quitá-los tão logo a despesa tenha sido liquidada. O IFPA deu preferência para pagamentos dos mais antigos aos mais recentes. Ação essa que foi orientada para todas as unidades gestoras do IFPA.

Ressaltamos em especial os pagamentos das obras em andamento, pois as empresas construtoras também estão passando por dificuldades em ter capital de giro para assumir as despesas aplicadas nas obras. Os recursos recebidos por descentralização externa da SETEC, que amparam a maioria das obras do órgão, demoram mais a ser repassados do que os recursos de fonte do tesouro.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 (justificativas em caso de resposta negativa)

Informamos que o IFPA ainda não detém meios para efetuar a contabilização da depreciação, amortização e exaustão patrimonial e também não realiza a mensuração de ativos e passivos, em virtude de este não ter concluído a implantação do sistema de controle patrimonial, que possibilitará a efetivação de tais procedimentos.

b) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

O IFPA não realiza a estimativa da vida útil econômica do ativo devido não possuir sistema de controle patrimonial que permita o seu gerenciamento eficiente. Ressalta-se que o órgão está em processo de implantação do sistema que permitirá a realização do procedimento.

c) Metodologia e taxas utilizadas no cálculo da depreciação, amortização e exaustão

O IFPA não realiza o cálculo da depreciação, amortização e exaustão devido não possuir sistema de controle patrimonial que permita a efetivação deste procedimento. A Autarquia está em processo de implantação do sistema que permitirá o cálculo.

d) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

A avaliação e a mensuração dos bens patrimoniais estão sendo parcialmente atendidas, ou seja, o imobilizado e o intangível, que têm seus registros realizados com base no valor de aquisição, não estão sendo depreciados e amortizados, respectivamente, devido a não existência de sistema apropriado no IFPA que permita a realização deste procedimento.

Já as disponibilidades, créditos e obrigações são mensurados pelo valor original. Mas os estoques são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

e) Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Considerando que o IFPA não realiza procedimentos relativos à depreciação, amortização e reavaliação não há como mensurar os impactos destas normas.

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Informamos que o IFPA ainda não apresenta em sua estrutura unidade responsável pelo gerenciamento de custos.

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

a) Demonstrativos Contábeis Exigidos pela Lei nº 4.320/64

Os demonstrativos a que se refere este subitem foram incluídos no capítulo “Anexos e Apêndices”.

b) Notas Explicativas

PRIMEIRO TRIMESTRE:

Código: 01.001

Trimestre: 1º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 113410102 ç Cred a Rec por Dano ao Patrimônio

Órgão: 26416

Órgão Superior : Não

Texto : O saldo demonstrado nesta conta contábil de R\$ 60.580.633,15 refere-se ao registro do valor atualizado de dano ao erário causado por servidores, apurado em Tomada de Conta Especial 01/2014/IFPA, de 26/08/2014, e 01/2015/IFPA-Complementar, de 28/10/2015, recomendada pelo parecer nº 53/2012:PFPA:PF-4 da Procuradoria Federal no Estado do Pará, e considerando despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2968/2015 da Controladoria Geral da União, referente à falta de Prestação de Contas do Contrato de Prestação de Serviços nº 023/2009 ç IFPA/FUNCEFET, vinculado ao crédito recebido proveniente do Termo de Cooperação 084/2009, celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o IFPA, cujo objeto trata-se de Implementação, Modernização e Ampliação da Rede Ciência para Cidadania do CVT - Central Ciência em Municípios do Estado do Pará. Os registros dos valores basearam-se nas informações contidas no Relatório Complementar de TCE 01/2015/IFPA de 28/10/2015, que atribuiu Responsabilidade Solidária aos envolvidos na ação, nos termos da Súmula nº 286 do TCU.

Código: 01.002

Trimestre: 1º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 221110200 ç Precatórios de Pessoal

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O saldo demonstrado nesta conta contábil de R\$ 19.886.418,56 trata-se de lançamentos realizados pela Contabilidade da UG 170999 no dia 09/02/2010, como passivo do Campus Belém do IFPA - UG 158306, referente a Títulos Precatórios, conforme histórico de lançamento a seguir: çTransferência de saldo em razão de registro ocorrido indevidamente da UG 153017/15212 para 158264/26419 quando o correto seria para a UG/Gestão 158306/26416ç.

Código: 01.003

Trimestre: 1º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Depreciação e Amortização

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O Órgão não realizou o cálculo e respectivo registro de depreciação no exercício, pelos motivos a seguir: descontrole dos bens imobilizados quando da criação do Instituto e seus Campi, não conclusão dos levantamentos e inventários patrimoniais e, principalmente, pela não conclusão da implantação do sistema de informática que realizará o controle dos bens e cálculos da depreciação, tal sistema trata-se do SIG - Sistema Integrado desenvolvido pela UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por tanto, tal pendência compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, mais especificamente no grupo do Ativo Não Circulante-Imobilizado do Balanço Patrimonial.

SEGUNDO TRIMESTRE:

Código: 01.001

Trimestre: 2º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 113410102 Cred a Rec por Dano ao Patrimônio

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O saldo demonstrado nesta conta contábil de R\$ 60.580.633,15 refere-se ao registro do valor atualizado de dano ao erário causado por servidores, apurado em Tomada de Conta Especial 01/2014/IFPA de 26/08/2014 e 01/2015/IFPA-Complementar de 28/10/2015, recomendada pelo parecer nº 53/2012:PFPA:PF-4 da Procuradoria Federal no Estado do Pará, e considerando despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2968/2015 da Controladoria Geral da União, referente à falta de Prestação de Contas do Contrato de Prestação de Serviços nº 023/2009 IFPA/FUNCEFET, vinculado ao crédito recebido proveniente do Termo de Cooperação 084/2009, celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o IFPA, cujo objeto trata-se de Implementação, Modernização e Ampliação da Rede Ciência para Cidadania do CVT - Central Ciência em Municípios do Estado do Pará. Os registros dos valores basearam-se nas informações contidas no Relatório Complementar de TCE 01/2015/IFPA de 28/10/2015, que atribuiu Responsabilidade Solidária aos envolvidos na ação, nos termos da Súmula nº 286 do TCU.

Código: 01.002

Trimestre: 2º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 221110200 Precatórios de Pessoal

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O saldo demonstrado nesta conta contábil de R\$ 19.886.418,56 trata-se de lançamentos realizados pela Contabilidade da UG 170999 no dia 09/02/2010, como passivo do Campus Belém do IFPA - UG 158306, referente a Títulos Precatórios, conforme histórico de lançamento a seguir: Transferência de saldo em razão de registro ocorrido indevidamente da UG 153017/15212 para 158264/26419 quando o correto seria para a UG/Gestão 158306/26416.

Código: 01.003

Trimestre: 2º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Depreciação e Amortização

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O Órgão não realizou o cálculo e respectivo registro de depreciação no exercício, pelos motivos a seguir: descontrole dos bens imobilizados quando da criação do Instituto e seus Campi, não conclusão dos levantamentos e inventários patrimoniais e, principalmente, pela não conclusão da implantação do sistema de informática que realizará o controle dos bens e cálculos da depreciação, tal sistema trata-se do SIG - Sistema Integrado desenvolvido pela UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por tanto, tal pendência compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, mais especificamente no grupo do Ativo Não Circulante-Imobilizado do Balanço Patrimonial.

TERCEIRO TRIMESTRE:

Código: 01.001

Trimestre: 3º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 113410102 Cred a Rec por Dano ao Patrimônio

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O saldo demonstrado nesta conta contábil de R\$ 60.580.633,15 refere-se ao registro do valor atualizado de dano ao erário causado por Servidores, apurado em Tomada de Conta Especial 01/2014/IFPA de 26/08/2014 e 01/2015/IFPA-Complementar de 28/10/2015, recomendada pelo parecer nº 53/2012:PFPA:PF-4 da Procuradoria Federal no Estado do Pará, e considerando despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2968/2015 da Controladoria Geral da União, referente à falta de Prestação de Contas do Contrato de Prestação de Serviços

nº 023/2009 IFPA/FUNCEFET, vinculado ao crédito recebido proveniente do Termo de Cooperação 084/2009, celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o IFPA, cujo objeto trata-se de Implementação, Modernização e Ampliação da Rede Ciência para Cidadania do CVT - Central Ciência em Municípios do Estado do Pará. Os registros dos valores basearam-se nas informações contidas no Relatório Complementar de TCE 01/2015/IFPA de 28/10/2015, que atribuiu Responsabilidade Solidária aos envolvidos na ação, nos termos da Súmula nº 286 do TCU.

Código: 01.002

Trimestre: 3º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Depreciação e Amortização

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O Órgão não realizou o cálculo e respectivo registro de depreciação no exercício, pelos motivos a seguir: descontrole dos bens imobilizados quando da criação do Instituto e seus Campi, não conclusão dos levantamentos e inventários patrimoniais e, principalmente, pela não conclusão da implantação do sistema de informática que realizará o controle dos bens e cálculos da depreciação, tal sistema trata-se do SIG - Sistema Integrado desenvolvido pela UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por tanto, tal pendência compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, mais especificamente no grupo do Ativo Não Circulante-Imobilizado do Balanço Patrimonial. Atualmente temos uma comissão nomeada que trabalha na implantação e funcionalidade do sistema.

Código: 01.003

Trimestre: 3º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 221110200 Precatórios de Pessoal

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: O saldo contábil de R\$ 19.886.418,56 foi baixado, conforme Macrofunção SIAFI 021131, devido à competência para controle deste passivo ser do poder judiciário.

QUARTO TRIMESTRE:

Código: 02.001

Trimestre: 4º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 113410102-Cred a Rec por Dano ao Patrimônio

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: Conta 113410102 Cred a Rec por Dano ao Patrimônio O saldo demonstrado nesta conta contábil de R\$ 60.580.633,15 refere-se ao registro do valor atualizado de dano ao erário causado por servidores, apurado em Tomada de Conta Especial 01/2014/IFPA de 26/08/2014 e 01/2015/IFPA-Complementar de 28/10/2015, recomendada pelo parecer nº 53/2012:PFPA:PF-4 da Procuradoria Federal no Estado do Pará, e considerando despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2968/2015 da Controladoria Geral da União, referente à falta de Prestação de Contas do Contrato de Prestação de Serviços nº 023/2009 IFPA/FUNCEFET, vinculado ao crédito recebido proveniente do Termo de Cooperação 084/2009, celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o IFPA, cujo objeto trata-se de Implementação, Modernização e Ampliação da Rede Ciência para Cidadania do CVT - Central Ciência em Municípios do Estado do Pará. Os registros dos valores basearam-se nas informações contidas no Relatório Complementar de TCE 01/2015/IFPA de 28/10/2015, que atribuiu Responsabilidade Solidária aos envolvidos na ação, nos termos da Súmula nº 286 do TCU.

Código: 02.002

Trimestre: 4º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: 1.2.3.8.0.00.00-Depreciação e Amortização

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: 1.2.3.8.0.00.00-Depreciação e Amortização O Órgão não realizou o cálculo e respectivo registro de depreciação no exercício, pelos motivos a seguir: descontrole dos bens imobilizados quando da criação do Instituto e seus Campi, não conclusão dos levantamentos e inventários patrimoniais e, principalmente, pela não conclusão da implantação do sistema de informática que realizará o controle dos bens e cálculos da depreciação, tal sistema trata-se do SIG - Sistema Integrado desenvolvido pela UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por tanto, tal pendência compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, mais especificamente no grupo do Ativo Não Circulante-Imobilizado do Balanço Patrimonial. Atualmente, temos uma comissão nomeada que trabalha na implantação e funcionalidade do sistema.

Código: 02.003

Trimestre: 4º TRIMESTRE

Tópico: Balanço Patrimonial

Título: Conta 237110300-Ajuste de Exercícios Anteriores

Órgão: 26416

Órgão Superior: Não

Texto: Conta 237110300-Ajuste de Exercícios Anteriores Variação da Conta acima em R\$ 19.886.418,56, devido à baixa da conta 221110200, Precatórios de Pessoal, conforme dispõe a Macrofunção SIAFI 021131, uma vez que a competência de o controle desta conta ser do Poder Judiciário.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União é realizado em conjunto pela Assessoria Executiva da Reitoria e pela Auditoria Interna que prevê, em seu PAINT, ações de monitoramento das determinações do TCU em conjunto com as recomendações da CGU. Ao tomar conhecimento das deliberações do TCU, a AUDIN comunica a Assessoria Executiva da Reitoria que, em conjunto com a área objeto do acórdão, buscam o cumprimento imediato da determinação. É importante registrar que o acompanhamento ainda não é realizado de forma sistemática por meio de sistema informatizado.

No exercício 2017, o Coordenador Geral da Auditoria Interna expediu a Ordem de Serviço nº 02/2017-AUDIN/IFPA, designando servidores da própria Auditoria Interna, com o objetivo de acompanhar e registrar em controle as deliberações do Tribunal de Contas da União, de acordo com o Plano Anual de Atividades – PAINT, exercício 2017.

A Auditoria Interna reúne-se, periodicamente, com os dirigentes responsáveis pelos setores vinculados às decisões e recomendações, para aferir os correspondentes atendimentos, na presença do Assessor Executivo da Reitoria a quem cabe assessorar o Reitor na elaboração de respostas às solicitações emanadas da Controladoria-Geral da União e decisões do Tribunal de Contas da União, conforme previsto na letra “h”, inciso IV, do Regulamento de Funções da Reitoria, aprovada pela Resolução nº 205/2014, do Conselho Superior.

Os Acórdãos do Tribunal de Contas da União com recomendações pendentes de atendimento ou atendidas parcialmente estão identificados nos quadros abaixo:

Quadro 73 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo14676/2005-4).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
14676/2005-4	7698/2010-1ª Câmara	9.5.5	Ofício TCU	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEFET/PA, atual Instituto Federal do Pará/Pró-reitoria de Administração				
Descrição da determinação / recomendação				
9.5.5 Regularize a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da IN SEDAP 205/88.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A criação do IFPA em dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892/2008, se deu pela integração de três autarquias, a saber: o Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (CEFET-PA) e suas Unidades Descentralizadas; a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal; e a Escola Agrotécnica Federal de Marabá. No início de sua criação, não havia a Reitoria do IFPA. Desta forma, as compras eram realizadas com a Unidade Gestora do Campus Belém, que antes da criação do IFPA, era o Campus Sede do então CEFET-PA. Muitos bens foram adquiridos pela UG do Campus Belém e depois foram tombados e distribuídos para os diversos Campi do hoje IFPA. Somente, a partir de 2010, foi constituída a Reitoria. Porém, não houve naquele momento orientação institucional para a organização e controle integrado dos bens patrimoniais das três instituições que compuseram o IFPA. Nesse mesmo ano, o IFPA adquiriu junto à UFRN o Sistema Integrado de Gestão composto de vários subsistemas, sendo estes compostos por módulos diversos. Desde então, a equipe de analistas da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) vem				

implementando esses sistemas. A maior parte deles precisa ser adequada e ajustada para atender às funcionalidades e especificidades do IFPA. Devido à equipe de analistas da DTI ser pequena e não poder implementar todos os sistemas e módulos em um tempo razoável, os sistemas foram implementados a partir de critérios de prioridade, conforme as demandas que foram apresentadas. Entre os sistemas a serem ainda implementados está justamente o SIG-Patrimônio.

Devido ao grande montante de bens que pertenciam às autarquias que formaram o IFPA e devido ao fato de que muitos bens foram adquiridos pela UG do Campus e distribuídos aos Campi, a tarefa de inventariar os bens patrimoniais do IFPA sempre foi considerada uma missão muito difícil, pois falava-se em mais de 100.000 (cem mil) itens. Uma das comissões criadas para fazer o inventário do IFPA chegou a sugerir a contratação de empresa terceirizada para realizar a atividade, em virtude de que a instituição não possuía servidores suficientes e treinados para isso. Porém, a Procuradoria Federal anos atrás não aprovava tal iniciativa, alegando que inventariar os bens seria atribuição e competência exclusiva de comissão constituída por servidores efetivos da autarquia. Desta forma, sem um sistema de patrimônio implementado e sem servidores para fazer o inventário, está ocorrendo um atraso substancial em realizar o inventário do IFPA.

Somente em 2017, o Sistema de Patrimônio do IFPA recebeu o status de prioridade, tendo sido disponibilizado para utilização. Todavia, muitas adaptações seriam necessárias à medida que o sistema fosse sendo alimentado. Em virtude disso, estabeleceu-se que o Campus Belém seria o primeiro a implementar o sistema, por ser o maior Campus e o que detém o maior número de bens patrimoniais. Foi formada uma primeira comissão para implementar o sistema, mas esta não conseguiu encaminhar as ações necessárias. Foi então criada outra comissão que está atualmente à frente dos trabalhos. Como esperado, houve muitas dificuldades de ajustar o sistema, entre elas, precisou-se primeiramente catalogar os bens e depois confrontá-los com o registro contábil. Além disso, verificou-se a interdependência entre os módulos que compõem o sistema. Por exemplo: pensou-se, inicialmente, que o módulo de patrimônio poderia funcionar sem o módulo de almoxarifado, todavia verificou-se que era necessário primeiro implementar o módulo de almoxarifado. Assim, foi preciso parar com a implementação do módulo de patrimônio e implementar o de almoxarifado. Isso fez com que tenha havido demora na finalização do inventário.

Foram catalogados somente no Campus Belém mais de 10.400 bens patrimoniais de um total de 67.000. Para auxiliar a comissão no processo de catalogação e registro dos bens, foi criado um aplicativo, que além de catalogar o bem, facilita na migração dos dados para o Sistema de Patrimônio, mas mesmo assim esse trabalho deve ser feito com muita acuidade o que torna lento o processo.

Para dar mais celeridade no trabalho de inventário de todo o IFPA, que possui 18 campi mais as unidades da Reitoria, calculando-se mais de 100.000 itens a serem inventariados, a Pró-reitoria de Administração começou a tramitar um novo processo de contratação de empresa terceirizada para auxiliar a comissão de inventário na realização dessa ação, com o entendimento de que não haverá novo óbice da Procuradoria Federal, com estimativa que todo o trabalho seja finalizado em um prazo de 01 (ano) a partir da contratação da empresa.

Enquanto isso não acontece de forma efetiva, as unidades do IFPA fazem o controle dos bens patrimoniais em planilhas eletrônicas. Estas unidades aguardam a finalização da implementação do Sistema de Patrimônio em teste pelo Campus Belém, para poderem posteriormente migrarem seus dados para esse sistema.

É importante informar também que o processo de desfazimento de bens não pode ser realizado, enquanto não se houver concluído o processo do inventário.

Em resumo, como avanço em 2017, como estratégia de implantação, foi deliberado que o Campus Belém seria o piloto na utilização do SIG-Patrimônio, por ser o maior Campus do IFPA e possuir um universo de possibilidades a serem ajustadas. Dessa forma, o Sistema está em fase de adequação no referido Campus e uma vez homologado naquele Campus será implantado nos demais Campi e Reitoria do IFPA.

Ressalta-se que, sem os devidos registros, fica prejudicada a realização do inventário físico e consequentemente ajustá-los com os saldos contábeis e, posteriormente, depreciação dos bens. Acredita-se que com a estratégia tomada já em prática, será possível equacionar a presente situação patrimonial.

Fonte: AUDIN e PROAD, 2017.

Quadro 74 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 19547/2008-4).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência

19547/2008-4	9901/2011-2ª Câmara	9.5	Ofício TCU	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará				
Descrição da determinação / recomendação				
9.5. Determinar ao CEFET/PA que adote as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário, constituindo a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da lei 8.443/1992, caso reste comprovado dano ao erário na conclusão dos seguintes processos de sindicância: números 23051.001910/2005-00, 23051.000021/2006-35, 23051.001331/2005-59, 23051.002651/2005-44, 23051.002652/2005-25, 23051.002650/2005-63, 23051.000022/2006-16, 23051.000019/2006-10, 23051.000023/2006-05, 23051.000020/2006-54, 23051.000025/2006-69, 23051.0000563/2005-08 e 23051.000024/2006-88, cujos resultados deverão ser apresentados nas próximas contas da entidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Segundo informações repassadas pelo Setor de PAD, os processos listados no acórdão do TCU não foram localizados no Campus Belém. Desta forma, é possível que os mesmos tenham sido apreendidos durante a operação Liceu. Informo também que foi solicitada abertura de sindicância para apurar o sumiço desses processos. Por fim, não há como instaurar TCE sem o processo principal. As razões da justificativa decorre da necessidade de identificar no processo o responsável pelo dano ao erário.				
Fonte: AUDIN e Assessoria do Gabinete do Reitor, 2017.				

Quadro 75 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 015.645/2006-0).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
015.645/2006-0	2829/2008-1ª C	1.3	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Diretoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação / recomendação				
1.3 que seja comprovado para a equipe de auditoria da CGU/PA o ressarcimento de R\$ 25.704,42 devidos pelo servidor Antônio Carlos Pinheiro Teixeira pelo recebimento irregular de Gratificação de Desempenho de Atividade Judiciária - GDAJ, conforme Informação nº 812 - GDRH/DRHTI/SGAGU.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Diretoria de Gestão de Pessoas do IFPA notificou novamente o servidor, ocupante do cargo de Procurador Federal, que atuou junto a esta Instituição Federal de Ensino. Caso não haja resposta, a DGP encaminhará o Processo nº 23051.008384/2014-12 à Procuradoria Federal junto ao IFPA, para que esse órgão jurídico adote as medidas judiciais cabíveis para que o mesmo proceda ao ressarcimento com a correspondente comprovação junto ao IFPA, na forma determinada no item 1.3 do Acórdão 2829/2008-1ª Câmara.				

Fonte: AUDIN, 2017.

Quadro 76 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 011.062/2011-8).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
011.062/2011-8	6918/2013-2ªC	1.7	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Diretoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação / recomendação				
1.7 Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará que, conforme o estabelecido no art. 2º, §1º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, cadastre no - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) os atos de alteração de aposentadoria de Antônio dos Santos Seabra, José Arabutan de Sousa Oliveira, Pedro de Oliveira Guedes e Walter Barros Peres, tendo em vista a aplicação da regra inserta na Emenda Constitucional nº 70/2012 às respectivas concessões e altere a fundamentação legal da aposentadoria dos referidos servidores no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Acórdão 6918/2013-2ªC TCU foi cumprido em 2017, inclusive com inclusão das informações no SISAC e alterações no SIAPE.

Fonte: AUDIN e DGP, 2018.

Quadro 77 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 021.218/2010-2).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
021.218/2010-2	1446/2016-2ªC	9.17	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Departamento de Processos Disciplinares				
Descrição da determinação / recomendação				
9.17.2. conclua, no prazo de 30 (trinta) dias, os processos administrativos disciplinares de que trata o relatório de auditoria de avaliação de gestão 208549 da CGU, que não foram iniciados no prazo determinado pelo art. 133, § 7º, da Lei 8.112/1990 (subitem 4.1.2.3 do relatório de auditoria anual de contas 244015 da CGU).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Após consulta junto ao Setor de Departamento de Processos Disciplinares, fora informado que desde 2016, por meio do Ofício nº 070/2016-GAB/REITORIA (anexo), o IFPA diligenciou junto ao Tribunal de Contas da União, a fim de que informasse quais processos não foram iniciados no prazo determinado em Lei. Por outro lado, o referido órgão de controle externo não apresentou resposta, razão pela qual tal recomendação por ora não foi respondida.				

Fonte: AUDIN e DPAD/IFPA, 2018.

Quadro 78 – Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 029.435/2011-0).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
029.435/2011-0	6256/2016-2ªC	9.14	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Departamento de Processos Disciplinares				
Descrição da determinação / recomendação				
9.14.2. elabore regimento interno, manuais operacionais e código de ética dos servidores; 9.14.3. insira ações de avaliação e monitoramento dos riscos da gestão em seu próximo plano de desenvolvimento institucional;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O Instituto Federal do Pará apresentou a seguinte manifestação à determinação do TCU:</p> <p>Subitem 9.14.2: “Informamos que o regimento interno do IFPA encontra-se disponível no sítio eletrônico da Instituição. No que diz respeito aos manuais operacionais vêm sendo elaborados ao longo dos últimos anos desta gestão. Em 2017, por exemplo, foi elaborado pelo CGTI e aprovado pela CONSUP a IN 02/2017, que trata do Fluxo de Processos para Aquisição de Soluções de Tecnologia da Informação. Da mesma forma, outras políticas, normativas e planos foram elaborados e aprovados. O código de ética dos servidores do IFPA também foi elaborado e aprovado em 2017.</p> <p>Subitem 9.14.3: “Revisão do PDI – Informamos que a PRODIN concluiu o processo de revisão do PDI 2014-2018. Porém, não foi possível a inserção no documento a gestão de risco, visto que se tratava apenas de uma revisão que não poderia descaracterizar a essência do plano original, bem como necessitaria de mais tempo para sua conclusão. Todavia, no primeiro semestre de 2018, iniciará o processo de elaboração do novo PDI do IFPA que começará a sua vigência em janeiro de 2019. O novo PDI deverá contemplar a gestão dos riscos relacionados ao atingimento dos objetivos e metas institucionais. Ademais, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos, que em 2017 elaborou a Política de Gestão de Riscos e Controles. A Política foi aprovada através da Resolução do CONSUP nº 188/2017. A PRODIN divulgou tal política e realizou oficina sobre a gestão de riscos no âmbito do projeto “PRODIN INTINERANTE NOS CAMPI DO IFPA”. O objetivo era capacitar os gestores e servidores das Unidades</p>				

Administrativas para a implementação da gestão de riscos nos seus planejamentos. Em 2017, 10 campi foram contemplados com as oficinas. Nesse sentido, todos serão orientados a avaliarem os riscos relacionados aos objetivos e metas, bem como a proporem estratégias de mitigação desses riscos, que deverão constar dos próximos planejamentos que terão vigência a partir de janeiro de 2018. Além disso, a PRODIN e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) estão promovendo alterações no SIGPP para acrescentar campos, visando à inserção da avaliação de riscos. Ademais, o Regimento Geral do IFPA, já prevê a estrutura do Comitê de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos. Em suma, não foi possível acrescentar a avaliação dos riscos no PDI vigente (2014-2018). Porém, com a utilização do SIGPP desde 2015, já temos uma ferramenta que permite monitorar as metas previstas no PDI, minimizando os riscos e reduzindo prejuízos para a Instituição com a mitigação dos mesmos. Além disso, o próximo PDI, a ser construído de forma participativa e coletiva em 2018, contemplará a gestão de riscos que é de suma importância para a governança do processo de planejamento institucional e melhoria da execução de seus objetivos e metas.

Fonte: AUDIN e Assessoria do Gabinete do Reitor, 2017.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício 2017, o Auditor-chefe do IFPA expediu a Ordem de Serviço nº 03/2017-AUDIN/IFPA, designando servidores da Auditoria Interna, com o objetivo de acompanhar e registrar em controle as recomendações da Controladoria-Geral da União, respectivamente, de acordo o Plano Anual de Atividades – PAINT 2017.

Desse modo, durante o exercício supracitado, o Instituto Federal do Pará recebeu da CGU-Regional/Pará, por meio eletrônico, relatórios extraídos do Sistema Monitor da CGU, contendo visão geral do Plano de Providências Permanente (PPP), até esta data com registro de 24 (vinte e quatro) recomendações oriundas de Ações de Controle que a Controladoria-Geral da União considera que ainda não foram atendidas pelo IFPA. A Auditoria Interna tem realizado periodicamente a interlocução com a Assessoria Executiva da Reitoria para a adoção das providências junto aos dirigentes, em grau de prioridade, com o objetivo de sanar todas as pendências remanescentes.

Destas 24 recomendações, atualmente 17 (dezesete) encontram-se com prazo expirado, das quais 8 (oito) estão devidamente respondidas, aguardando análise do Órgão de Controle e 9 (nove) com resposta pendente dos setores responsáveis.

As outras 7 (sete) ainda estão no prazo para atendimento da demanda, das quais 1 (uma) consta como sob análise do Órgão de Controle e outras 6 (seis) aguardaram providenciais dos setores competentes.

8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

a) Casos de danos objeto de medidas internas administrativas adotadas no exercício

Quadro 79 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
54	1	0	53	0	0	0	0	0

Fonte: Comissão de TCE.

* Especificar razões

Análise Crítica:

Dos 54 processos listados, 52 encontram-se na fase de medidas administrativas. Dos demais, 01 refere-se à demanda contida no RDE nº 00190.032347/2009-78 que trata da omissão no dever de a ONG *Instituto de Olho no Futuro* prestar contas ao IFPA, o que gerou um dano ao erário no montante de R\$ 1.263.680,00 (Um milhão, duzentos e sessenta e três mil e seiscentos e oitenta reais). Foi instaurada em 15/12/2017, com publicação no D.O.U em 18/12/2017, a Tomada de Contas Especial em processo específico sob nº 23051.034311/2017-29 com prazo para finalização em 17/01/2018; a outra demanda refere-se ao RDE nº 00213.000006/2011-42, item nº 2.1.1.7, que trata do pagamento indevido de diárias no valor de R\$ 24.381,20 para pessoas que não possuem vínculo formal com o IFPA e cuja capacidade técnica específica não foi demonstrada nos processos. Foi instaurado o processo específico sob nº 23051.020840/2017-45 e expedidas notificações aos responsáveis visando ao ressarcimento do dano. Esta última demanda encontra-se em análise, sendo passível de arquivamento em razão de o valor do débito atualizado ser inferior a R\$ 75.000,00.

Dentre as medidas adotadas, foram expedidas notificações ao MPF solicitando a restituição dos processos apreendidos durante a operação Liceu. Estes processos são de suma importância para que a gestão possa identificar os responsáveis pela malversação dos recursos públicos. O MPF encaminhou algumas caixas com diversos processos que foram apreendidos na Fundação, mas não os processos apreendidos no IFPA.

É possível que esses processos listados estejam sendo analisados pelo TCU nas TC009.740/2013-9; 19.547/2008-4; 21.218/2010-2; 29.435/2011-0 e 25.091/2013-1. A dificuldade na identificação é a ausência dos processos que foram apreendidos e até o momento não foram restituídos ao IFPA.

A gestão tem envidado esforços para cumprir as demandas oriundas do TCU e CGU.

b) Descrição da estrutura de controles para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos

Foram adotadas medidas administrativas por parte deste IFPA com relação ao ressarcimento dos recursos repassados pelo IFPA para a Fundação de Apoio/FUNCEFET no período de 2007 a 2012.

É possível que esses processos listados estejam sendo analisados pelo TCU nas TC009.740/2013-9; 19.547/2008-4; 21.218/2010-2; 29.435/2011-0 e 25.091/2013-1. A dificuldade na identificação é a ausência dos processos que foram apreendidos e até o momento não foram restituídos ao IFPA.

A gestão tem envidado esforços para cumprir as demandas oriundas do TCU e CGU.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quadro 80 – Informações sobre a conformidade do cronograma de pagamentos.

1. A unidade observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços?	
<input type="checkbox"/> Sim, sempre. <input checked="" type="checkbox"/> Sim, com ressalvas. <input type="checkbox"/> Não	<p>Se não, justifique as razões. Se sim, mas com ressalva, apresente os principais casos ou eventuais motivos pelos quais as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 não foram cumpridas.</p> <p>A situação do cumprimento do cronograma com ressalva nos pagamentos efetuados neste instituto se deve sobretudo a dinâmica no repasse dos recursos financeiros pelo SETEC, que, devido os repasses destes recursos serem insuficientes ou feitos de forma tardia, prejudica o pagamento das obrigações assumidas na sua cronologia.</p>
2. Descreva os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei:	
O controle é efetuado principalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que permite após realizada a liquidação da obrigação a filtragem dos diversos compromissos de pagamento do instituto.	
3. Descreva o fluxo dos processos de pagamentos dos contratos de aquisição de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços:	

Em atendimento à IN nº 2, de 6/12/2016, publicada no D.O.U., de 8/12/2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG, foi normatizado através da Portaria nº 3103/2017 de 27/11/82017 o cronograma do IFPA de prioridades para pagamentos das obrigações contratuais:

- I - Bolsas e outros auxílios financeiros a estudantes;
- II - Faturas de cartão de pagamento do governo federal;
- III - Diárias a servidores e colaboradores eventuais;
- IV - Reembolsos devidos a servidores e colaboradores eventuais;
- V - Pequenos credores, cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93;
- VI - Despesas referente a assistência estudantil (PNAES);
- VII - Concessionárias de serviços de água, esgoto luz e telefonia;
- VIII - Serviços prestados mediante contratos;
- IX - Obras e serviços de engenharia;
- X - Demais serviços prestados;
- XI - Fornecimento de material de consumo;
- XII - Fornecimento de material permanente;

Fonte: SIAFI 31/01/2018 e SIASG 31/01/2018.

Análise Crítica:

Ocorreram, durante o ano de 2017, pontuais atrasos nos repasses financeiros ao IFPA. Por interesse público, com o objetivo de manter o funcionamento da Instituição sem prejuízo das atividades pedagógicas, foi priorizado o pagamento dos contratos continuados de energia elétrica, fornecimento de água, limpeza e conservação, segurança e vigilância, e demais contratos continuados. Além disso, considerando a situação de vulnerabilidade dos alunos do Instituto, também foi priorizado o pagamento das bolsas de assistência estudantil. Dessa forma, o Instituto cumpriu parcialmente com o cronograma de pagamentos disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Nada a declarar, considerando o pedido de reexame feito por entidades representativas de setores abrangidos naquela decisão do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário, acolhido em 2/3/2015, encontram-se suspensos, em caráter liminar, os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão e, por consequência, a obrigatoriedade da revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública.

8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 81 – Despesas com publicidade.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2080/20RL	180.517,74	115.456,49
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	2080/20RL	11.260,00	11.260,00

Análise Crítica:

A publicidade legal ou oficial tem por objetivo dar transparência material e formal aos atos oficiais emitidos pela Administração Pública, a fim de atender o princípio constitucional da publicidade, esculpido no art. 37 da CF/88 e Lei 8666/93 e art. 21, III, com publicidade em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

O Instituto Federal do Pará, através da Reitoria, realizou despesas no montante de R\$ 180.517,74, no exercício de 2017, com publicidade legal, referentes a Editais, Portarias, Extratos de Contratos e demais publicações legais, inerentes às atividades pedagógicas e administrativas no Diário Oficial da União (D.O.U.), junto à Fundação Imprensa Nacional - FUNIN, e avisos relativos a editais de licitação em jornais de grande circulação através da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC.

Quanto ao valor de R\$ 11.260,00 que figura no campo referente à publicidade de utilidade pública, informamos que se trata de prestação de serviço classificado de forma indevida na natureza de despesa detalhada 33903993.

Acrescentamos também que não houve ocorrência de despesas com publicidade institucional e mercadológica no exercício.

8.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 82 – Situação do atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Ciências Biológicas, Licenciatura	1103419	Abaetetuba	Sim	Resolução 249/2017-CONSUP
Educação do Campo, Licenciatura	5001072	Abaetetuba	Sim	Portaria-CONSUP-068-2013

Informática, Licenciatura	5001073	Altamira	Sim	Portaria- CONSUP- 146-2013
Letras-Língua Portuguesa, Licenciatura	113832	Belém	Sim	Resolução nº 072.2017- CONSUP
Geografia, Licenciatura	48283	Belém	Sim	Resolução nº 061-2017 CONSUP
Matemática, Licenciatura	48289	Belém	Sim	Resolução nº 224.2017- CONSUP
Ciências Biológicas, Licenciatura	48292	Belém	Sim	Resolução nº 219.2017- CONSUP
Química, Licenciatura	48285	Belém	Sim	Resolução nº 054.2017- CONSUP
Física, Licenciatura	48287	Belém	Sim	Resolução nº 055.2017- CONSUP
Pedagogia, Licenciatura	100589	Belém	Sim	Resolução nº 227.2017- CONSUP
Ciências Biológicas, Licenciatura	5001071	Bragança	Sim	Resolução nº 366.2017- CONSUP
Educação do Campo, Licenciatura	1179413	Bragança	Sim	Resolução nº 005.2018- CONSUP
Física, Licenciatura	1103421	Bragança	Sim	Resolução 001.2017- CONSUP
Pedagogia, Licenciatura	5001070	Bragança	Sim	Portaria- CONSUP- 036-2013
Geografia, Licenciatura	5001068	Bragança	Sim	Portaria- CONSUP- 141-2013
Informática, Licenciatura	5001069	Bragança	Sim	Portaria- CONSUP- 016-2011
Informática, Licenciatura	1150894	Castanhal	Sim	Resolução nº 205.2017- CONSUP
Educação do Campo, Licenciatura	1179414	Castanhal	Sim	Portaria- CONSUP- 074-2013

Informática, Licenciatura	5001062	Conceição do Araguaia	Sim	Portaria-CONSUP-148-2013
Ciências Biológicas, Licenciatura	1428321	Itaituba	Sim	Resolução nº 463.2017-CONSUP
Pedagogia, Licenciatura	5001065	Marabá Industrial	Sim	Portaria-CONSUP-152-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179416	Marabá Rural	Sim	Resolução nº 464.2017-CONSUP
Pedagogia, Licenciatura	5001090	Santarém	Sim	Portaria-CONSUP-153-2013
Informática, Licenciatura	5001088	Santarém	Sim	Portaria-CONSUP-019-2011
Educação do Campo, Licenciatura	5001089	Santarém	Sim	Portaria-CONSUP-075-2013
Ciências Biológicas, Licenciatura	1128225	Tucuruí	Sim	Resolução 193.2016-CONSUP
Educação do Campo, Licenciatura	1179415	Tucuruí	Sim	Portaria-CONSUP-073-2013
Informática, Licenciatura	5001087	Tucuruí	Sim	Portaria-CONSUP-147-2013

Fonte: Departamento de Ensino Superior/PROEN (2017).

Análise Crítica:

Todos os cursos de licenciatura ativos do IFPA preveem a disciplina de Libras como componente curricular obrigatório, em atendimento ao Decreto 5.626/2005.

Acrescente-se que todos os cursos de tecnologia e bacharelados também atendem ao referido decreto, prevendo a disciplina de Libras dentre o rol de disciplinas optativas do curso.



APÊNDICES

APÊNDICE I – Descrição dos objetivos do Gabinete da Reitoria para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar a Lei de Acesso à informação	Gabinete	Capacitar servidores para uso da LAI e implantá-la em pelo menos 5 campi. Disseminar o conhecimento acerca da LAI entre os servidores da Instituição	Propor reuniões, seminários e palestras sobre a LAI e seus desdobramentos	Implantação da Lai nos campi
Implantar o e-OUV.	Gabinete	Implantar o e-OUV facilitando o contato entre o cidadão e a administração.	Adaptar o e-OUV (Sistema da Ouvidoria Geral da União) às práticas da Ouvidoria IFPA.	Registro e acompanhamento de todas as manifestações de Ouvidoria em formato de sistema e-OUV
Instituir uma comissão permanente de processos disciplinares no âmbito do IFPA e em pelo menos 3 campi (Polo/região)	Gabinete/DE/DEPAD	Criação de uma comissão permanente de processos disciplinares por região.	Capacitar os servidores para compor comissão permanente de PAD.	Implantação de comissão disciplinar própria

Fonte: Gabinete da Reitoria, 2018.

Análise Crítica:

Para o exercício 2018, o Gabinete da Reitoria definiu seu respectivo Plano Anual de Metas – PAM, estabelecendo objetivos táticos para cumprimento dos objetivos estratégicos, constantes do PDI, e das metas para o exercício, bem como para cumprimento de objetivos remanescentes de exercícios anteriores.

APÊNDICE II – Descrição dos objetivos da PROAD para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Número de campus construído, ou ampliado, ou reformado	Articular as ações referentes à infraestrutura voltada às demandas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de cada Campus.	A PROAD planeja executar no exercício 2017, 8 ações de infraestrutura, incluindo construções novas, como o Campus Óbidos e Campus Ananindeua; reformas, adequações e ampliações. Incluindo ainda, refeitórios na Reitoria e Campus Marabá Rural; e outras obras/serviços ainda em fase de levantamentos técnicos, elaboração de projeto e orçamentos, nos Campi conceição do Araguaia, Altamira, Breves, Castanhal; através de ações integradas entre a Pró-Reitoria e as unidades demandantes.	100% Executado
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Número de eventos realizados	Realizar Fóruns e Seminários de discussão acerca das necessidades Orçamentárias dos Campi	No exercício corrente, serão realizados 3(três) encontros ordinários do Fórum de Diretores de Administração do IFPA - FORDAP, previamente agendadas para ocorrerem nos meses de março, julho e outubro. Sendo o 1º encontro, que será realizado em Santarém, tem como pauta as ações de abertura do exercício, o 2º abordará a elaboração da Matriz Orçamentária 2018 e no 3º as estratégias e os procedimentos referente ao encerramento do exercício	100% Executado
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Número de licitações compartilhadas realizadas	Ampliar a oferta de bens e serviços, através de procedimentos licitatórios compartilhados, de modo a garantir economia e maior vantagem nos processos de contratação, bem como de tempo e pessoal, no âmbito do IFPA	A PROAD irá realizar processo licitatório do tipo Registro de Preços de bens e serviços comuns a todas unidades do IFPA. Os objetos a serem licitados serão definidos pelo Grupo de Trabalho de Compras do FORDAP, mas já estão previstos a aquisição de kit escolares, material gráfico, alimentação escolar, locação de veículos e aquisição de equipamentos de TI, áudio e vídeo.	80% Executada

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Percentual de licitações sustentáveis realizadas	Disseminar aquisições de bens e serviços, através de licitações sustentáveis no âmbito do IFPA	Conduzir as ações para criação de grupo de trabalho para elaboração de guia prático de licitações sustentável no âmbito do IFPA. O guia estabelecerá orientações práticas e os critérios de sustentabilidade com foco nas especificações mais comuns de objetos licitatórios	20% executada
Instituir Sistema de Planejamento, Acompanhamento e Execução Orçamentária	Unidades Gestoras monitoradas, in loco	Instituir ações de acompanhamento e monitoramento das receitas próprias, despesas e cumprimento de metas orçamentárias	Será realizado o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos Campi através da emissão e análise de relatórios Gerenciais extraídos do tesouro Gerencial. Realização de visitas de acompanhamento periódico nos Campis com o objetivo de prestar orientações e sanar falhas na execução	100% Executada
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Adesão aos sistemas do MEC	Aderir ao SIMEC, SISTEC e Sistema de Registro de Preços do MEC	-	100% Executada
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	PLS implantado	Implantar o Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFPA	-	0% executada
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Sistema de Gestão do Patrimônio implantado	Implantar o Sistema de Gestão de Patrimônio do IFPA		70% Executada
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Sistema de Gestão de Frotas implantado	Implantar o Sistema de Gestão de Frotas do IFPA		30% Executada

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	Plano de substituição de frotas de veículos implementado	Implementar o Plano de Substituição de Frotas de veículos do IFPA		0% Executada.

Fonte: PROAD, 2017.

Análise Crítica:

Para o exercício 2017, foram traçadas 11 (onze) metas no planejamento estratégico de atribuição pela execução da Pró-reitoria de Administração, cadastradas no SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos, sendo alcançado o índice de execução de 63,6% das metas propostas.

2 (duas) metas foram trabalhadas, a META 6 – Implantar o Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFPA e a META 9 - Implementar o Plano de Substituição de Frotas de veículos do IFPA.

Já 4 (quatro) metas foram parcialmente atendidas, sendo 2 (duas) delas encerradas.

APÊNDICE III – Descrição dos objetivos da PRODIN para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Recredenciar o IFPA para oferta de ensino superior.	IFPA Credenciado	01	Constituir comissão para coordenar o processo de organização de documentos; Atualizar o Relatório do Plano de Ação do Protocolo de Compromisso do Campus Belém.	Aprovação no processo de credenciamento do órgão junto ao MEC.
Credenciar a Instituição junto ao MEC para a oferta de ensino superior em EaD.	IFPA Credenciado	01		Aprovação no processo de credenciamento do órgão junto ao MEC
Consolidar o Processo de Autoavaliação Institucional	Número de Campi com CPA Local instituída e integrada com a CPA Institucional	10	Capacitar a CPA Institucional; Realizar encontro com servidores das unidades; Padronizar instrumento de autoavaliação; Utilizar plataforma eletrônica para realizar a pesquisa da autoavaliação.	A PRODIN tem apoiado as CPAs Institucionais e Locais na realização das pesquisas de autoavaliação e intercedendo juntos aos setores competentes para atendimento às demandas das CPAs. Foi realizada, em parceria com a Diretoria de Avaliação Institucional e a CPA da UFPA, uma oficina de capacitação para os membros da CPA institucionais e Locais do IFPA. Após a oficina, foi realizada uma reunião integrada entre a Diretoria de Avaliação Institucional, a CPA Institucional e as CPAs Locais, onde foi definido o cronograma de autoavaliação no período 2017/2018. Atualmente, 16 Campi tem CPA composta e que atuaram na sensibilização da comunidade acadêmica para autoavaliação 2017.
Monitorar a execução das metas do PDI	Percentual de metas monitoradas	100%	Utilizar o SIGPP como ferramenta para monitoramento dos indicadores, metas e ações.	Proposta de normativa para institucionalizar o SIGPP como ferramenta de gestão elaborada. 1º relatório parcial de monitoramento de execução das metas do PEA elaborado pela DDIN. 1º relatório parcial de monitoramento de execução das metas do PAM elaborado pela DDIN. 2º relatório parcial de monitoramento de execução das metas do PEA elaborado pela DDIN com avanços significativos da DTI e PROPPG.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Elaborar termos de referência para contratação de consultoria em gestão estratégica.	Termos de referência elaborados	3	Termo de Referência para contratar consultoria para auxiliar na elaboração do PDI 2019-2023; Termo de Referência para contratar consultoria para auxiliar na implantação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA); Termo de Referência para contratar consultoria para auxiliar na realização de oficinas de padronização e fluxo de processos com a utilização do BIZAGI	Termo de referência para mapeamento e fluxo de processos no BIZAGI elaborado. Manual de PDI 2019-2023 elaborado e apresentado ao Reitor para considerações. Agenda de reunião com todas as unidades da Reitoria para apresentação do Manual de elaboração do PDI 2019-2023.
Desenvolver o projeto PRODIN Itinerante II nos Campi do IFPA.	Número de Campi visitados pela PRODIN	18	Realizar visitas aos Campi para ministrar palestras sobre os processos desenvolvidos na PRODIN.	Foram visitados somente os Campi: Ananindeua, Altamira, Abaetetuba, Belém, Paragominas, Tucuruí e Vigia, Campus Rural de Marabá, Industrial de Marabá e Parauapebas e Castanhal, totalizando 11 Campi visitados.
Padronizar fluxos de processos da PRODIN.	Número de Processos Padronizados	5	Designação de comissão interdisciplinar na PRODIN, para propor a elaboração dos fluxos da unidade gestora; Comissão deverá apresentar proposta mínima de 4 (quatro) fluxos de processos padronizados para a unidade gestora; Criação de 1 (um) fluxo de processo que condicione a execução de qualquer ação desde que esteja prevista no PAM, ou PDC, ou PDI.	Termo de referência elaborado; Fluxo SIGPP proposto em normativa de institucionalização da ferramenta; Fluxo de prestação de contas anual elaborado pela CPCA.
Atualizar o Relatório de Indicadores das Avaliações Externas.	Relatório de Indicadores das Avaliações Externas atualizado.	X	Utilizar os resultados das avaliações de cursos externas.	Como em 2016 não houve novas avaliações, estamos aguardando a realização das avaliações que ocorrerão em 2017 para atualizar o Relatório.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Monitorar a execução dos planos de melhoria institucionais.	Índice de monitoramento dos planos de melhoria	100%	Elaborar um formulário para o Plano de Melhorias e encaminhá-los aos Campi para preenchimento.	No início do exercício 2017, apenas 4 de 11 Campi haviam encaminhado seus planos de melhorias. Foi realizada uma nova solicitação com prazo até 15/10/2017 para que os Campi encaminhassem os planos e até o momento 1 Campus encaminhou o plano. Os planos que já foram encaminhados à PRODIN. Foram remetidos às CPAs Locais dos respectivos Campi para conhecimento e acompanhamento.
Sugerir a criação da área de gestão de risco e controle interno.	Criação do setor	X	Aprovação da estrutura na nova resolução da reestruturação do organograma da reitoria.	Não houve a criação do setor em virtude de falta de novas funções gratificadas.
Elaborar o Plano de Implantação da Gestão de Risco	Aprovação do Plano no CODIR	X	Elaboração do plano pelo comitê em conjunto com a nova área de gestão de risco.	O Comitê de Gestão de Risco e Controle Interno não se reuniu para elaboração do Plano.
Atualizar os Organogramas e respectivas atribuições dos Campi.	Resolução do Organograma dos Campi aprovada	X	Realizar estudo dos organogramas atuais dos Campi; Apresentar proposta de padronização e alinhamento das atribuições com os macroprocessos da Reitoria; Apresentar no CODIR. Aprovar no CONSUP.	Proposição elaborada seguindo a Portaria Nº 246/2016 MEC; Realizadas reuniões individuais com todas as unidades da Reitoria; Acatamos todas as sugestões dadas pelas unidades visitadas na Reitoria; Realizada reunião com o grupo de Diretores Gerais para apresentação da proposta inicial; Proposta foi alterada seguindo algumas sugestões e críticas dos Diretores Gerais dos Campi; Realizadas reuniões individuais com os Campi Castanhal e Belém; Campus Castanhal se adequou à proposta; Campus Belém já adota CD4 aos chefes de departamento no Campus. Normativa aprovada no CODIR e emitida portaria pelo Magnífico Reitor.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Atualizar o organograma da Reitoria e as respectivas atribuições	Resolução do Organograma da Reitoria aprovada.	X	Verificar com o Gabinete o quantitativo de funções disponíveis para Reitoria; Solicitar às Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Gabinete a estrutura organizacional atual, descrevendo as respectivas atribuições; Apresentar proposição de adequação da estrutura vigente; Apresentar proposta de organograma na reunião do CODIR; Aprovar Minuta no CONSUP.	Processo em andamento para adequações em consonância portaria MEC nº 246/2017.
Monitorar a execução do plano de ação da Política de Meio Ambiente.	Plano de ação monitorado	X	Acompanhar a execução do Plano de Ação da Política de Meio Ambiente pelos Campi e setores da Reitoria.	Criação da Política de Meio Ambiente do IFPA através da Resolução nº 173/CONSUP-GAB. Elaboração do Plano de Ações Ambientais (PIAA) com a comissão central; Foi atualizado o PIAA. Recebimento de 16 questionários mapeando as ações de Meio Ambiente. Recebimento de 16 questionários que mapearam as ações ambientais nos Campi, mas dois Campi (Abaetetuba e Belém) não responderam, o que dificultou o mapeamento total das ações no IFPA como um todo; Além disso, foram recebidos 6 Relatórios das ações e dos passivos ambientais de 6 Campi (Breves, Castanhal, Marabá Rural, Vigia, Tucuruí, Santarém), que podem ser encontrados no Fórum no SIGAA. Durante 2017, a PRODIN acompanhou e deu suporte para ações inseridas no Plano de Ações e Metas Ambientais (PIAA), principalmente aos Campi.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Revisar o PDI do IFPA.	PDI revisado	X	Consolidar as informações do PDCs enviados pelos Campi referente às ações da PRODIN; Consolidar as informações enviadas pelos setores da Reitoria, após análise, validação e consolidação das informações; Elaborar o texto de referência para revisão do PDI; Realizar reunião com a comissão central de revisão do PDI, para finalização aprovação do plano de trabalho, discussão e finalização do texto de referência da revisão do PDI; Apresentar a minuta do PDI no CODIR; Aprovar a minuta de revisão do PDI no CONSUP.	PDI revisado aprovado no CONSUP, através da Resolução nº 356/2017.
Consolidar o Relatório do Diagnóstico dos Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais do IFPA.	Diagnóstico APL consolidado	X	Consolidar os relatórios enviados pelos Campi; Fazer a publicação do documento consolidado; Apresentar ao CODIR e CONSUP o Relatório do Diagnóstico dos Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais dos Campi do IFPA.	Enviado para todos os Campi manuais de apoio para identificação dos APLs, questionários direcionados aos empresários e metodologia de identificação dos APLs entre outros metierias orientadores disponibilizados no ambiente virtual do SIGAA. Quatro Campi construíram seus Relatório sobre APLs: Parauapebas, Tucuruí, Vigia e Óbidos. Devido poucos campi encaminharem o diagnóstico, não foi possível a consolidação e publicação.
Institucionalizar o SIGPP como instrumento de gestão do IFPA, por meio de normativa.	Normativa do SIGPP aprovada	X	Elaborar normativa para institucionalizar o SIGPP como ferramenta de gestão.	Minuta de normativa e manual elaborados.
Atualizar o Regimento Interno da CPCA.	Regimento atualizado	8	Realizar a modelagem de um painel de gestão, que deverá ser testado e aprovado pelas Unidades da Reitoria.	Maior controle dos resultados e subsídios (elementos) na tomada de decisão da alta gestão.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Elaborar o Anuário Estatístico do Exercício anterior.	Anuário Estatístico do Exercício anterior elaborado	X	Elaborar um modelo de Anuário que seja um espelho estático do Painel de Gestão; contratação de estagiário para ajudar na atividade. Realizar reuniões com unidades da Reitoria para definição de indicadores.	Foi realizada uma reunião com o Departamento de Assistência Estudantil para tentativas das informações de Assistência que serão apresentadas no anuário de 2016 e 2017; Porém, não foi possível agendar reuniões com outros setores da Reitoria para definição das informações e fontes de coletas e criação da minuta do anuário. O Painel de Gestão não foi finalizado o que prejudicou o atendimento da meta.
Implantar o Sistema Informatizado de Preenchimento do Relatório de Gestão.	Sistema Informatizado de Preenchimento do Relatório de Gestão implantado	X	Elaborar um protótipo do formulário padronizado e aprová-lo na CPCA.	O Formulário foi elaborado e aprovado pela CPCA e utilizado no Relatório de Gestão de 2016, otimizando o fluxo de informação entre a CPCA e as unidades administrativas, além de reduzir o tempo do processo de consolidação do relatório final. O protótipo foi aperfeiçoado para utilização no Relatório de Gestão 2017.

Fonte: PRODIN, 2017.

Análise Crítica:

Em consonância com o Plano Estratégico da Reitoria 2017, a PRODIN direcionou suas ações ao atingimento dos objetivos elencados no documento, porém alguns objetivos não foram atingidos plenamente devido à morosidade ou intempestividade das manifestações das unidades administrativas, como ocorreu na revisão do PDI ou ainda no acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento dos Campi (PDCs), e no Plano Anual de Ações e Metas (PAM), ou seja, tais processos poderiam ser concluídos dentro de um cronograma razoável, mas tiveram seus prazos dilatados, além da resistência ou da indicação dos Campi em estabelecer um setor ou servidor responsável pelo SIGPP. Cabe ainda destacar que, devido à limitação orçamentária, o projeto PRODIN INTINEIRANTE II ficou comprometido e restrito há algumas unidades, isto é, alguns temas relevantes como avaliação institucional, prestação de contas anual e a implementação da gestão de risco não foram amplamente socializados com todos os agentes da comunidade do IFPA. O objetivo sobre a criação da área de gestão de risco e controle interno no âmbito da Reitoria encontra-se pendente quanto ao seu cumprimento, bem como do plano de gestão de risco, porém avançamos com a criação do Comitê de Gestão de Risco e Controles Internos que foi constituído, o qual também elaborou a Política de Gestão de Risco que foi aprovada pelo

CONSUP em 2017. O monitoramento das metas do Plano Estratégico Anual, apesar de algumas unidades não preencherem o SIGPP, foi bem sucedido, pois permitiu que os gestores das unidades acompanhassem a execução de suas respectivas metas e tomassem decisões tempestivas para melhorar sua execução. Houve avanços quanto ao processo de consolidação do Relatório de Gestão de 2016, entretanto ainda ocorre a intempestividade do envio de informações pelas unidades. Nesse sentido, a PRODIN tentou sensibilizar os gestores para que liderassem o processo de prestação de contas para evitar novos atrasos no Relatório de Gestão de 2017.

APÊNDICE IV – Descrição dos objetivos da PROEN para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	IGC	1 - Melhorar o Índice Geral de Cursos (IGC) do IFPA.	Acompanhamento e apoio as avaliações institucionais, protocolos de compromisso da avaliação institucional e de curso.	Meta: 100%. IFPA obteve nota 3 no Índice Geral de Cursos – IGC, conforme Portaria 917, de 24/11/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 27/11/2017.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Média das notas dos cursos no ENADE.	2 - Melhorar o desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE).	Criação dos Fóruns dos Coordenadores de Cursos de Licenciatura e Tecnologia; Elaboração de metodologias junto aos coordenadores de Cursos Superiores para acompanhamento do ENADE.	Meta: 68,75%. - Obtenção dos conceitos 4 (Agronomia - Campus Castanhal), 3 (Agronomia - Campus Conceição do Araguaia), 3 (Tecnologia em Gestão Ambiental - Campus Bragança) e 1 (Tecnologia em Gestão Ambiental - Campus Conceição do Araguaia). Considerando a média geral desses cursos, para efeito de verificação de cumprimento da meta, o resultado foi 2,75 (68,75% da meta). - Publicação da Instrução Normativa 01/2017, da PROEN, disciplinando os procedimentos a serem adotados pelo IFPA em relação ao ENADE. - Apresentação e discussão da Instrução Normativa 01/2017, da PROEN em diversos encontros de ensino: Fórum dos Coordenadores de Graduação (Fórum das Licenciaturas e Fórum das Tecnologias e Bacharelados), Reunião das Equipes Pedagógicas, Encontro das CPAs, Encontro de Auxiliares Institucionais e Secretários Acadêmicos.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	IGC	1 - Melhorar o Índice Geral de Cursos (IGC) do IFPA.	Acompanhamento e apoio as avaliações institucionais, protocolos de compromisso da avaliação institucional e de curso.	Meta: 100%. IFPA obteve nota 3 no Índice Geral de Cursos – IGC, conforme Portaria 917, de 24/11/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 27/11/2017.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Média das notas dos cursos no ENADE.	2 - Melhorar o desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE).	Criação dos Fóruns dos Coordenadores de Cursos de Licenciatura e Tecnologia; Elaboração de metodologias junto aos coordenadores de Cursos Superiores para acompanhamento do ENADE.	<p>Meta: 68,75%.</p> <p>- Obtenção dos conceitos 4 (Agronomia - Campus Castanhal), 3 (Agronomia - Campus Conceição do Araguaia), 3 (Tecnologia em Gestão Ambiental - Campus Bragança) e 1 (Tecnologia em Gestão Ambiental - Campus Conceição do Araguaia). Considerando a média geral desses cursos, para efeito de verificação de cumprimento da meta, o resultado foi 2,75 (68,75% da meta).</p> <p>- Publicação da Instrução Normativa 01/2017, da PROEN, disciplinando os procedimentos a serem adotados pelo IFPA em relação ao ENADE.</p> <p>- Apresentação e discussão da Instrução Normativa 01/2017, da PROEN em diversos encontros de ensino: Fórum dos Coordenadores de Graduação (Fórum das Licenciaturas e Fórum das Tecnologias e Bacharelados), Reunião das Equipes Pedagógicas, Encontro das CPAs, Encontro de Auxiliares Institucionais e Secretários Acadêmicos.</p>
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Média das notas das avaliações dos cursos realizadas in loco.	3 - Melhorar o conceito dos cursos ofertados.	Orientação a coordenadores de curso, CPA e NDEs dos campi para trabalhar com os relatórios das avaliações visando melhorias aos próximos ciclos de avaliação.	<p>Meta: 80%.</p> <p>Obtenção de notas 4 para os cursos de Agronomia (Campus Conceição do Araguaia) e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial (Campus Belém) e de nota 3 para o Curso de Tecnologia em Aquicultura (Campus Castanhal). Até novembro de 2017, todos os cursos atingiram a meta prevista. Está agendado para dezembro de 2017 a visita in loco ao curso de Tecnologia em Telecomunicações (Campus Belém).</p>

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Número de políticas articuladas entre as Pró-reitorias.	4 - Integrar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo docente.	Elaborar e desenvolver as Políticas de Curricularização da Extensão / Estágio / Visitas Técnicas / Formação dos Docentes do IFPA.	Meta: 100%. PROEN, PROEX e PROPPG elaboraram, de forma integrada, três políticas: Política de Curricularização da Extensão, Política de Estágio e Política de Formação Docente do IFPA.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Número de normativas criadas, aprovadas, implementadas e revisadas.	6 - Criar, aprovar, implementar e revisar normativas do Ensino.	Elaboração/revisão de Normativas; discussão de minutas de normativas com a comunidade acadêmica/consulta pública; sensibilização junto aos campi (diretores gerais e de ensino e coordenadores de graduação); acompanhamento da implementação das políticas.	Meta: 90%. 32 Normativas de fortalecimento do ensino criadas, aprovadas, implementadas e revisadas entre 2015/2017 (2015/16 = 15 normativas; 2017 = 17 normativas)
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Instituto credenciado	8 - Recredenciar o IFPA para oferta de ensino superior.	Acompanhamento às ações do protocolo de compromisso do Campus Belém, referente ao processo de credenciamento do IFPA.	Meta: 100% Participação ativa da PROEN na Comissão de Elaboração do Plano de Ação e Acompanhamento do Protocolo de Compromisso do Campus Belém do IFPA, nomeada por meio da Portaria Nº 334/2016-GAB/IFPA; políticas de ensino e PPI revisados, em atendimento às metas pactuadas com o MEC.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Relação Aluno / Professor	9 - Atingir a relação mínima de alunos/professor.	Preenchimento semestral da RAP por campus	Meta: 90% RAP calculada em 19,29. Para efeito deste cálculo parcial, considerou-se o número de matrículas até 30/06/2017 (10.332) e dividiu-se pelo total de professores efetivos (1.134). Contudo, os dados oficiais serão ainda divulgados pelo SISTEC (que só fará isso em 2018).

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Percentual de vagas para os cursos técnicos.	10 - Manter o percentual mínimo de vagas para o ensino técnico de nível médio conforme o disposto na Lei de Criação dos Institutos Federais - Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008.	Nas visitas realizadas aos campi foi explicado nas reuniões com a Equipe Gestora, Equipe Técnico Pedagógica e Docentes sobre a necessidade de ampliação da oferta dos cursos técnicos integrados para cumprir as recomendações da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Nas reuniões com diretores de ensino e Equipe Técnico Pedagógica também foi explicado sobre esta política de ampliação da oferta dos cursos técnicos integrados.	Meta: 100% 69,5% das vagas ofertadas pelo IFPA no primeiro semestre de 2017 foram para cursos técnicos de nível médio, considerando para este cálculo o número de 8.726 matrículas em cursos técnicos de nível médio, em um universo total de 12.542 matrículas.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Percentual de vagas para os cursos de licenciatura e formação de professores	11 - Manter o percentual mínimo de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na Lei de Criação dos Institutos Federais.	Sensibilização e orientação junto aos campi, sobre a importância da oferta de cursos de licenciatura, em conformidade com a Lei de Criação dos Institutos Federais; análise e aprovação de PPCs; fortalecer os cursos de licenciatura.	Meta: 50% - 10% das vagas ofertadas em 2017.1 foram destinadas para os cursos de licenciatura. Ainda não temos programas especiais de formação pedagógica em execução no IFPA. Considerando a meta prevista de 20%, podemos aferir que cumprimos em torno de 50%.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Percentual de vagas ofertadas em relação ao ano anterior	12 - Aumentar a oferta de vagas EJA-EPT em relação às matrículas do ano anterior.	<p>- Organização de um documento em 2015 para orientar as equipes dos campi na elaboração dos Planos de Curso.</p> <p>- Reuniões do Grupo Agir para EJA/EPT, que foi constituído em 2016 por profissionais de 14 campi do IFPA com experiência e pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos. Este grupo foi constituído para assessorar os campi na organização dos cursos e formação de professores.</p> <p>- Integrantes do grupo Agir para EJA/EPT ministraram duas formações para professores nos campi Cameté e participaram de uma reunião no Campus Abaetetuba para tratar de pesquisas e formação de professores.</p> <p>- Visita aos campi Ananindeua, Breves, Castanhal, Cameté, Paragominas, Tucuruí, Itaituba e Parauapebas. Nas reuniões realizadas nestes campi com a Equipe Gestora, Equipes Pedagógicas e Coordenadores de Curso era explicado sobre a política de expansão da oferta de cursos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos e a organização dos Planos de Curso para oferta dos Cursos EJA/EPT.</p>	<p>Meta: 46%</p> <p>Considerando as 581 vagas de ingresso em cursos EJA-EPT em 2017.1 e as 10.216 matrículas totais em 2016.1, o percentual de vagas ofertadas (2017) em relação ao ano anterior (2016) foi de 5,68%. Saliente-se, contudo, que a oferta de vagas para cursos EJA-EPT em 2017 obteve crescimento de 197% em relação à mesma oferta no ano anterior. Considerando que a meta prevista era de 10%, estimamos o cumprimento da meta em 50,68%.</p> <p>Em 2017 foi firmado o convênio entre SUSIPE/IFPA/SEDUC para oferta de um curso para as populações privadas de liberdade. A assinatura deste convênio consolida a responsabilidade social do IFPA com a educação para as populações historicamente excluídas.</p> <p>Além dos 5 cursos EJA-EPT ofertados em 2017 nos campi Castanhal, Santarém, Tucuruí, Paragominas e Cameté, outros 6 estão em fase de regulamentação para iniciar em 2018, quando o IFPA ampliará de 05 para 10 campi a oferta dos Cursos EJA/EPT.</p>

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Número de programas de melhoria de qualidade da educação básica.	13 - Apresentar em média um programa de melhoria da qualidade da educação básica por Campus.	Publicação da Instrução Normativa Nº 04/2016, regulamentando os procedimentos para a elaboração e aplicação dos Projetos de Ensino.	Meta: 100% 42 Projetos de Ensino executados, 7 subprojetos do PIBID e 7 campi participando do Programa Nacional do Livro Didático. Total de 56 projetos/programas de melhorias da educação básica.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Números de área ou eixo tecnológico com cursos FIC e programas implementados.	14 - Implementar cursos FIC e programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais no mínimo em uma área ou eixo tecnológico.	A aprovação da Resolução Nº 065, de 05 de abril de 2016, que simplificou o fluxo para aprovação desses PPCS, pois os cursos com menos de 160h são regulamentados nos campi pelo Diretor Geral e a partir de 160 são enviados a PROEN/DEBP para regulamentação. Com esta mudança os cursos FIC não são enviados ao Conselho Superior/(CONSUP).	Meta: 50% Cursos FIC implementados em 9 eixos tecnológicos. Programa de Reconhecimento de saberes e competências profissionais em fase de estudo e planejamento. Estimamos essa meta em 50%.
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Programa de apoio a estudantes com elevado desempenho implantado.	15 - Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica.	Elaboração de projetos de ensino em apoio à nas Olimpíadas Nacionais.	Meta: 100% Programa de apoio implantado por meio dos projetos de ensino que apoiam os estudantes para participarem das Olimpíadas Nacionais de Astronomia, Agropecuária, Biologia, Física, Física das Escolas Públicas, Informática, Geografia, Linguística, Língua Portuguesa, Matemática, Matemática das Escolas Públicas, Química e História do Brasil
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Percentual de implantação do acervo acadêmico	16 - Implantar o Acervo Acadêmico do IFPA.	Elaboração, aprovação e implementação da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico do IFPA	Meta: 30% - O acervo acadêmico do IFPA Campus Belém está em fase de adequação à Portaria 1.224/2013 do MEC. 4.815 dossiês de aluno já receberam tratamento técnico-arquivístico, de um universo de cerca de 60.000 dossiês, o que corresponde a 8% do total. Considerando a meta prevista de 30%, podemos aferir que cumprimos 26,6% dessa meta.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Fluxos definidos.	17 - Instituir fluxos para acompanhamento das atividades docentes.	1-Construir e desenvolver um ambiente virtual para controle das atividades docentes desempenhadas ao longo de um período semestral (PIT-Plano Individual de Trabalho Docente); 2-Construir relatório de acompanhamento por parte da gestão dos campi quanto ao cumprimento das atividades docentes planejadas para um período semestral (RAD-Relatório de Atividades Docentes)	Meta: 100% Fluxos estabelecidos de acompanhamento da atividade docente disponíveis no sistema SIGAA por meio do Módulo PIT/RAD, com funcionalidades para os docentes, coordenadores de ensino e de curso e gestores do ensino, no âmbito do Campus e da Pró-reitoria de Ensino, no âmbito da Reitoria.
Obj. 2 - Institucionalizar a Educação a Distância (EaD) no âmbito do IFPA, criando instrumentos legais para sua consolidação	IFPA Credenciado	1 - Credenciar a Instituição junto ao MEC para a oferta de ensino superior em EaD.	Elaboração de políticas institucionais para normatização da EaD no IFPA e acompanhamento ao processo de credenciamento junto ao MEC para oferta de cursos EaD.	Meta: 100% Por força do Decreto nº 9.057/2017, o IFPA foi automaticamente credenciado para oferta de cursos superiores a distância.
Obj. 2 - Institucionalizar a Educação a Distância (EaD) no âmbito do IFPA, criando instrumentos legais para sua consolidação	Número de polos credenciados.	2 – Credenciar polos de EaD, nos Campi e nos municípios de sua área de abrangência.	Finalizar e aprovar resolução para criação, acompanhamento e extinção de polos; Emitir ato de credenciamento dos polos; Realizar encontros com diretores de campi e Prefeituras Municipais para a definição de novos polos de EaD em municípios estratégicos do estado Pará.	Meta: 70% Esse percentual corresponde aos 14 polos que temos hoje em relação aos 20 da meta. Os polos têm sido criados conforme Mapa de Demanda Identificada (MDI) enviado pela SETEC/MEC, para oferta de cursos via Rede e-Tec Brasil, com a anuência dos campi do IFPA, que buscam parceria com prefeituras municipais dentro de suas respectivas áreas de abrangência.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 2 - Institucionalizar a Educação à Distância (EaD) no âmbito do IFPA, criando instrumentos legais para sua consolidação	CTEaD implantado.	4 – Implantar o Centro de Tecnologias de Educação a Distância (CTEaD).	<ul style="list-style-type: none"> - Construir sede própria (meta vinculada à PROAD, da qual dependemos). - Adquirir equipamentos para as novas instalações. - Criar corpo social. - Publicar editais para bolsistas da Rede e-Tec Brasil. - Finalizar e aprovar da resolução de revisão do projeto de institucionalização da EaD. 	Meta: 90%. <ul style="list-style-type: none"> - Instituição de uma sede temporária enquanto o prédio definitivo não fica pronto. - Processo de aquisição de equipamentos em andamento com previsão para finalização dezembro/2017. - Corpo social constituído por 9 servidores e 2 estagiários. - Bolsistas contratados para atuação na oferta de cursos por meio da Rede e-Tec Brasil. - Projeto de institucionalização da EaD em fase de finalização.
Obj. 2 - Institucionalizar a Educação à Distância (EaD) no âmbito do IFPA, criando instrumentos legais para sua consolidação	Percentual de colaboradores da EaD capacitados.	5 – Capacitar coordenadores, professores, tutores, estudantes e demais colaboradores envolvidos em EaD.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões de formação. - Ministrando cursos de capacitação. - Realizar palestras e <i>workshops</i>. 	Meta: 100% <ul style="list-style-type: none"> - Todos os que trabalharam em cursos EaD no IFPA, ou seja, em cursos da Rede e-Tec Brasil, passaram por capacitação individual ou em grupo para atuarem. - Realização de reuniões de formação e cursos de capacitação para os colaboradores e estudantes da Rede e-Tec Brasil. - Realização do I Encontro de Educação a Distância do IFPA (I e-EAD).
Obj. 4 – Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos	Percentual de Cursos de graduação com 10% de créditos curriculares em programas e projetos de extensão.	2 – Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação.	Elaboração, aprovação e implementação da Política de Curricularização da Extensão do IFPA.	Meta: 100% <ul style="list-style-type: none"> - Política de Curricularização da Extensão apresentada e debatida com os coordenadores de graduação e representantes dos NDEs durante os Fóruns dos Coordenadores de Graduação do IFPA (reunindo os Fóruns das Licenciaturas e das Tecnologias e Bacharelados nos dias 25/05/2017 e 05/10/2017), realizados no Campus Belém), e nos encontros regionalizados realizados nos campi Santarém e Marabá Industrial, nos dias 30 e 31/10/2017, respectivamente.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
<p>Obj. 11 - Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA</p>	<p>Percentual de alunos atendidos pelos programas de permanência do IFPA.</p>	<p>1 - Atender os alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais, por meio da política de permanência e inclusão social no IFPA.</p>	<p>Fortalecimento da permanência e êxito acadêmico dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio das seguintes ações: Realização do II Encontro das Equipes de Assistência Estudantil do IFPA; Constituição, por meio da Instrução Normativa nº 02/2017/PROEN, do Núcleo de Assessoramento da Assistência Estudantil, órgão consultivo e propositivo para assuntos da Política de Assistência Estudantil do IFPA; Estabelecimento do Edital Institucional 2017; Desenvolvimento do Módulo Assistência ao Estudante – SIGAA; Divulgação de vídeo tutorial para subsidiar os estudantes para inscrição aos auxílios estudantis via SIGAA, utilizando o módulo Assistência ao Estudante; Realização de visita técnica de acompanhamento aos <i>campi</i> Cametá, Conceição do Araguaia, Tucuruí e Breves; Elaboração de Termo de Referência para aquisição de Kit Apoio Pedagógico – modalidade material pedagógico.</p>	<p>Meta: 100% Atingido o percentual de 75% de alunos atendidos pelos programas de permanência do IFPA em 2017 (considerando 9.436 estudantes atendidos de um universo total de 12.632 estudantes). Considerando que a meta prevista era de 70%, a meta foi atingida em mais de 100%. Considere-se ainda que os alunos atendidos sem repasse financeiro direto não foram contabilizados (moradia estudantil e alimentação em refeitório).</p>

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
<p>Obj. 11 - Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA</p>	<p>Percentual de vagas ofertadas para a EJA/EPT</p>	<p>2 - Destinar um quantitativo de vagas nos cursos técnicos ofertadas para a EJA-EPT.</p>	<p>- Organização de um documento em 2015 para orientar as equipes dos campi na elaboração dos Planos de Curso.</p> <p>- Reuniões do Grupo Agir para EJA/EPT, que foi constituído em 2016 por profissionais de 14 campi do IFPA com experiência e pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos. Este grupo foi constituído para assessorar os campi na organização dos cursos e formação de professores.</p> <p>- Integrantes do grupo Agir para EJA/EPT ministraram duas formações para professores nos campi Cameté e participaram de uma reunião no Campus Abaetetuba para tratar de pesquisas e formação de professores.</p> <p>- Visita aos campi Ananindeua, Breves, Castanhal, Cameté, Paragominas, Tucuruí, Itaituba e Parauapebas. Nas reuniões realizadas nestes campi com a Equipe Gestora, Equipes Pedagógicas e Coordenadores de Curso era explicado sobre a política de expansão da oferta de cursos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos e a organização dos Planos de Curso para oferta dos Cursos EJA/EPT.</p>	<p>Meta: 50%</p> <p>Considerando o total de 581 vagas de ingresso EJA-EPT em 2017.1 e o quantitativo de 10.216 matrículas totais em 2016.1, o percentual de vagas ofertadas para cursos EJA/EPT foi de 5,68%. Saliente-se, contudo, que a oferta de vagas para cursos EJA-EPT em 2017 obteve crescimento de 197% em relação à mesma oferta no ano anterior. Considerando que a meta prevista era de 10%, estimamos o cumprimento da meta em 50,68%</p>

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 11 - Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA	Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas.	3 - Destinar um quantitativo de vagas ofertadas para os cursos de Licenciatura.	Sensibilização e orientação junto aos campi, sobre a importância da oferta de cursos de licenciatura, em conformidade com a Lei de Criação dos Institutos Federais; análise e aprovação de PPCs; fortalecimento dos cursos de licenciatura	Meta: 66,6% 10% das vagas ofertadas em 2017.1 foram destinadas para os cursos de licenciatura. Considerando a meta de 15% prevista para 2017, podemos aferir o cumprimento de 66,6% dessa meta. Quatro novos cursos de licenciatura foram aprovados, com oferta autorizada para 2018. Outros dois estão em processo de reformulação e/ou análise, podendo vir a ofertar em 2018.
Obj. 11 - Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA	Percentual de Campi com ambos os núcleos criados.	4 - Criar os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) e Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) nos Campi do IFPA.	Proporcionar a permanência e êxito acadêmico de estudantes com necessidades educacionais especiais por meio das seguintes ações: Produção de Minuta de Resolução que trate dos princípios, formação e atribuições do NAPNE; Realização de encontro das equipes do NAPNEs; Implantação do módulo Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no SIGAA; Elaboração de Termo de Referência para aquisição de Tecnologia Assistiva; Elaboração de Termo de Referência para contratação de curso de capacitação em Educação Especial e Inclusiva.	Meta: 100% 77,8% dos campi já possuem NAPNE. Dessa forma, considerando que a meta para 2017 era 45%, podemos aferir que já ultrapassamos a meta de 100%. Em relação ao NEAB, saliente-se que esta ação é de competência da PROEX. 7 campi que possuem NEAB: Belém, Abaetetuba, Tucuruí, Conceição do Araguaia, Óbidos, Altamira e Santarém (aumentou em 3 o número de campi com NEAB constituído, em relação ao resultado final de 2016, que era de somente de 4 NEABs).
Obj. 12 - Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Número de Campi com o Diagnóstico de evasão realizado anualmente.	1 - Diagnosticar as causas da evasão nos cursos ofertados em cada Campus do IFPA, em todos os níveis e modalidades.	Construção de Instrumentos de pesquisa qualitativa e quantitativa para mapeamento dos alunos.	Meta: 100% 18 campi com diagnóstico de evasão realizado.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 12 - Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Percentual de evasão escolar.	2 - Reduzir o índice de evasão.	Os Campi devem executar o Plano de Permanência e Êxito elaborado em 2016.	Meta: 0% Todos os campi do IFPA estão em fase de execução de seus Planos de Permanência e Êxito, desde 2016, por meio do qual se espera uma redução do percentual de evasão, que em 2016 já havia ficado em 15,27%, ultrapassando em mais de 100% a meta prevista para aquele ano (30%). Contudo, só poderemos mensurar o percentual de 2017 quando da divulgação do Relatório do SISTEC referente a esse ano.
Obj. 12 - Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Percentual de reprovação por componente curricular.	3 - Diminuir a taxa de retenção nos componentes curriculares.	Acompanhar o Plano de Permanência e Êxito por meio do Grupo estratégico.	Meta: 0% Todos os campi do IFPA estão em fase de execução de seus Planos de Permanência e Êxito desde 2016, sendo acompanhados por meio da Comissão Institucional de Permanência e Êxito do IFPA, que tem conseguido monitorar 50% da execução desses planos. Contudo, só poderemos mensurar o percentual de 2017 quando da divulgação do Relatório do SISTEC referente a esse ano.
Obj. 12 - Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Número de Campi com planos executados.	4 - Executar o Plano de Permanência e Êxito nos Campi.	Ações com as comissões internas de permanência e êxito nos campi.	Meta: 100% 18 campi com Planos Estratégico de Permanência e Êxito em execução.
Obj. 12 - Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Percentual de ações monitoradas.	5 - Monitorar os resultados do Plano de Permanência e Êxito nos Campi.	Criar comissões internas de permanência e êxito em todos os campi e reformular o Plano Estratégico de Permanência e Êxito.	Meta: 50% Comissão de Permanência e Êxito do IFPA estima que cerca de 50% das ações estão sendo monitoradas.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 12 - Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Elevar número de concluintes das ofertas dos anos 2010 e 2011.	6 - Encerrar os passivos dos programas institucionais.	Reoferta de disciplinas, acompanhamento às ações de integralização curricular dos estudantes e conclusão das turmas.	Meta: 76,7% De 3.015 estudantes matriculados nos anos de 2010 e 2011, por meio dos programas PROCAMPO e PARFOR, 2.313 concluíram o curso e 720 são evadidos ou retidos. Considerando o número de concluintes, 76,7% é o percentual de estudantes que concluíram o curso.
Obj. 14 - Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA	Evento realizado.	6 - Realizar encontro anual para capacitação de Coordenadores de Curso e Equipes Técnico-Pedagógicas.	Encontros e reuniões para apresentação e discussão de temas importantes para a atuação dos coordenadores e equipes técnico-pedagógicas; fortalecimento do Fórum das Licenciaturas e do Fórum das Tecnologias e Bacharelados; transmissão ao vivo dos eventos e disponibilização dos vídeos on-line.	Meta: 100% II Reunião das Equipes Pedagógicas e II Fórum dos Coordenadores de Cursos de realizados no dia 25/05/2017, no Campus Belém. II Fórum dos Coordenadores da Educação Básica realizado no dia 04/10/2017, no Campus Belém. III Fórum dos Coordenadores de Cursos de Graduação realizado no dia 05/10/2017, no Campus Belém. Realização de encontros com coordenadores de cursos de graduação e representantes dos NDEs, nos campi Santarém (reunindo Santarém e Itaituba) e Marabá Industrial (reunindo Marabá Industrial, Marabá Rural, Parauapebas, Tucuruí e Conceição do Araguaia) nos dias 30 e 31/10/2017. Reuniões das Equipes Pedagógicas nos dias 07/04, 25/05, e em outubro e dezembro de 2017, no Campus Belém.
Obj. 19 - Nortear o desenvolvimento do IFPA, por meio do Plano Estratégico Anual (PEA).	Índice de eficiência da instituição.	7 - Atingir o índice mínimo de eficiência da Instituição por turma.	Implementar políticas que visem atingir o índice mínimo de eficiência da Instituição por turma.	Meta: 0% Esse índice é divulgado uma única vez no ano, por meio de Relatório do SISTEC. O último relatório foi divulgado em janeiro de 2017, referente ao ano de 2016. Portanto, esse índice só poderá ser informado quando da divulgação do Relatório do SISTEC referente a 2017.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 19 - Nortear o desenvolvimento do IFPA, por meio do Plano Estratégico Anual (PEA).	Índice de eficácia da instituição.	8 - Atingir o índice mínimo de eficácia da instituição por turma.	Implementar políticas que visem atingir o índice mínimo de eficácia da Instituição por turma.	Meta: 0% Esse índice é divulgado uma única vez no ano, no Relatório do SISTEC. O último relatório foi divulgado no início de 2017, referente ao ano de 2016. Portanto, esse índice só poderá ser informado quando da divulgação do Relatório SISTEC 2017.
Obj. 23 - Criar, normatizar e acompanhar o fluxo de informações acadêmicas.	Evento realizado.	1 - Realizar evento de capacitação dos Secretários Acadêmicos, Auxiliares Institucionais e Procurador Educacional Institucional para utilizar o sistema EDUCACENSO, CENSUP, e-MEC.	Realizar evento com as secretarias acadêmicas dos campi e auxiliares institucionais para a capacitação nos sistemas EDUCANCENSO, CENSUP e e-MEC)	Meta: 100%. Dois eventos de capacitação em 2017. Nos dias 15 e 16/02/2017, foi realizado treinamento com os auxiliares institucionais para o preenchimento do e-MEC e do Censo da Educação Superior. E de 07 a 09/06/2017, foi realizado o Encontro dos Auxiliares Institucionais e Secretários Acadêmicos, por meio do qual 21 servidores foram capacitados para o SIGAA, SISTEC e Educacenso, além de receberem informações sobre a importância do ENADE. Ambos foram realizados no Campus Belém.
Obj. 23 - Criar, normatizar e acompanhar o fluxo de informações acadêmicas.	Ciclos de matrículas atualizados.	2- Regularizar os ciclos de matrícula semestralmente.	Possibilitar a abertura de acesso extemporâneo ao SISTEC para os campi que necessitem atualizar os ciclos de matrículas que eventualmente estiverem em desacordo com a realidade.	Meta: 30,78% Ciclos de matrículas parcialmente atualizados, apresentando ainda pendências. O último levantamento de ciclos de matrícula ativos no sistema SISTEC, feito em junho, apontou um total de 799 ciclos ativos, destes 246 atualizados, representando um percentual de 30,78%.
Obj. 23 - Criar, normatizar e acompanhar o fluxo de informações acadêmicas.	SISTEC atualizado mensalmente.	3 - Atualizar o SISTEC mensalmente.	Acompanhar a atualização do sistema SISTEC mensalmente pelos campi.	Meta: 30,78% Ciclos de matrículas parcialmente atualizados, apresentando ainda pendências. 246 ciclos atualizados de um total de 799 ciclos ativos no sistema. Percentual de cumprimento de metas estimado em 30,78%.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Obj. 23 - Criar, normatizar e acompanhar o fluxo de informações acadêmicas.	Sistema e-MEC atualizado.	4 - Atualizar continuamente o Sistema e-MEC.	Acompanhar mensalmente a atualização dos cursos no e-MEC.	Meta: 78,57% A maioria dos cursos estão com dados como nome do curso, carga horária, vagas, local de funcionamento, turno e coordenadores atualizados. 55 cursos atualizados de um total de 70 cadastrados no e-MEC.

Fonte: PROEN, 2017.

Análise Crítica:

O planejamento anual da PROEN foi realizado coletivamente, a partir de reuniões de trabalho e em conformidade com o plano de ação apresentado por cada departamento do setor, alinhado aos objetivos e metas estabelecidos no PDI e no planejamento estratégico do setor, elaborado conjuntamente pela equipe para o triênio 2016-2018. As estratégias previstas foram revisadas ao longo do ano, conforme a avaliação dos resultados das ações empreendidas, visando à otimização dos trabalhos e à redefinição das atividades, para melhor alcance das metas. Intenso diálogo com os campi é realizado ao longo de todo esse processo, em formato colaborativo.

A PROEN obteve grandes avanços em 2017. Podemos destacar diversas normatizações do ensino, padronizando fluxos e procedimentos em orientação aos campi, disponíveis no site da PROEN (<http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1>). Nos processos avaliativos, obtivemos resultados significativos, como a obtenção de conceito de curso – CC 4 por três cursos de graduação, dos quais dois cumpriam protocolo de compromisso. No processo de credenciamento institucional, a imensa maioria das fragilidades detectadas pela comissão do INEP no Campus Belém, que ensejou a celebração de protocolo de compromisso, foram saneadas. O IFPA, por força do Decreto nº 9.057/2017, ficou automaticamente credenciado para oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, e avançou consideravelmente na implantação do Centro de Tecnologias de Educação a Distância (CTEaD), com reforço significativo em seu corpo social. A ampla maioria dos PPCs dos cursos de Educação Básica e Profissional e de graduação foram revisados, em atendimento às legislações educacionais e às novas normativas internas.

As ações da PROEN foram pautadas na colaboração entre seus departamentos com outras Pró-reitorias e departamentos da Reitoria e com os campi. Nesse sentido, diversos eventos foram realizados ao longo do ano, envolvendo diretores de ensino, coordenadores de curso, representantes dos NDEs, professores, estudantes, auxiliares institucionais, equipes pedagógicas, comissões de permanência e êxito, secretários acadêmicos, equipes de assistência estudantil e representantes dos NEABs. A elaboração de políticas e normativas contou com a participação desses diversos segmentos e foram amplamente discutidas com a comunidade acadêmica do IFPA. As atas dos eventos e reuniões se encontram

disponíveis em <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1>. Nos apêndices 3 e 4, são apresentadas telas das comunidades virtuais do Fórum das Licenciaturas e do Fórum das Tecnologias e Bacharelados do IFPA, no SIGAA. Os vídeos dos eventos promovidos pela PROEN estão disponíveis na página da Assessoria de Comunicação – ASCOM do IFPA no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCRIFoSJXVEb5Td8w2tSAqrA/videos>.

APÊNDICE V – Descrição dos objetivos da PROEX para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA.	Fomento e implementação de políticas articuladas entre as Pró-reitorias.	Meta 4 - Integrar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo discente	Elaboração e desenvolvimento do Plano de Curricularização da extensão; Estágio; Visitas Técnicas; Formação dos Docentes do IFPA; Edital da Assistência Estudantil; SICTI; SIMIT.	No Contexto da Extensão, o Plano de Curricularização da Extensão foi elaborado e está em execução nos Campi. Também foi aprovada a Resolução N° 397/2017 - CONSUP/IFPA, que aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFPA. Quanto ao Estágio, foi aprovada a Resolução N° 398/2017 - CONSUP/IFPA, que estabelece a Política Institucional e atualiza as diretrizes e os procedimentos para organização e realização de estágio para os alunos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPA.
Objetivo 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA.	Discentes dos Campi do IFPA.	META NOVA - Estimular a prática esportiva de no mínimo 400 discentes nos JIF (s) 2017.	Execução das Etapas dos JIFs 2017.	As Etapas dos JIFs em 2017, contaram com a participação de aproximadamente 500 discentes do IFPA.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 3 – Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais.	Número de vagas pactuadas.	META 1 – Aumentar a oferta de vagas em cursos FIC através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC.	Houve a sinalização da SETEC/MEC, em outubro de 2017, para uma oferta reduzida de cursos FIC presencial, no Programa Bolsa-Formação, para a Pactuação 2017.	Os Campi de Abaetetuba e Breves pactuaram 410 vagas, em 10 turmas do PRONATEC, para a Pactuação 2017.
Objetivo 3 – Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais.	Número de cursos pactuados.	META 2 – Aumentar a oferta de cursos técnicos subsequentes através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC.	Não houve a sinalização da SETEC/MEC para oferta de cursos técnicos subsequentes, na modalidade presencial, no Programa Bolsa-Formação, para a Pactuação 2017.	Nenhum curso pactuado.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 3 – Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais.	Número de vagas pactuadas.	META 3 – Pactuar ofertas de vagas em cursos FIC para mulheres, através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC, modalidade MULHERES MIL.	Não houve a sinalização da SETEC/MEC para oferta de cursos FIC, na Modalidade Mulheres Mil, para a Pactuação 2017.	Nenhuma vaga pactuada.
Objetivo 4 – Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	Projetos aprovados.	META 1 – Financiar projetos de extensão através do PRO-EXTENSÃO - Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA.	Apoiar e fomentar 36 projetos de extensão, regulados por edital, sendo 02 projetos por Campus.	Foram aprovados 36 projetos, com fomento de R\$ 5.000,00 de auxílio financeiro e 02 bolsistas, para cada projeto.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 4 – Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	Percentual de Cursos de graduação do IFPA com matrizes curriculares atualizadas.	META 2 – Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação.	Atualizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFPA, incluindo as diretrizes definidas para a Curricularização da Extensão.	Nenhum Projeto Pedagógico de Curso foi atualizado no IFPA, segundo às diretrizes da Curricularização da Extensão. De acordo com o Plano de Curricularização criado, os PPCs serão atualizados a partir do primeiro semestre de 2019.
Objetivo 4 – Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	Implantação do Observatório do Mundo do Trabalho.	META 3 - Consolidar o programa de estudo das cadeias produtivas e cadeias de saberes, através das ações do Observatório do Mundo do Trabalho, para subsidiar o ensino, pesquisa e extensão.	Criar e normatizar o programa institucional da Rede Observatório do Trabalho; Propor a (re)estruturação do atendimento do egresso e do Observatório como área de atuação específica de extensão a ser definida pelo campus; Solicitação aos campi sobre a revisão dos seus macro processos de extensão para a adequação às demandas do Observatório do Trabalho; Propor a elaboração do programa de desenvolvimento institucional a partir da realização de ações integradas da gestão (Reitoria e Campi) e da Rede Observatório do Trabalho.	Aprovada a Resolução N° 483/2017 - CONSUP/IFPA, que define a Política Institucional e o Programa Rede Observatório do Mundo do Trabalho, estabelecendo sua institucionalização e regulamentação para criação e funcionamento da Rede Observatório do Mundo do Trabalho no âmbito do IFPA. Observatório do Mundo do Trabalho em processo de implantação nos Campi.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 5 – Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Percentual de aumento anual do número de vagas de estágio.	META 1 – Estreitar parcerias com a comunidade empresarial, visando ao aumento de vagas de estágio para os discentes do IFPA.	Realizar convênio com empresas públicas e privadas para disponibilizar vagas de estágios aos discentes do IFPA; Promover a Feira de Estágio e Emprego do IFPA; Prospectar vagas de estágio, trainee e emprego, com representação de diversos segmentos do mundo do trabalho.	Aumento aproximado de 15% do número de vagas de estágio, fomentadas pelas parcerias firmadas.
Objetivo 5 – Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Parcerias firmadas.	META 2 – Firmar parcerias nacionais e internacionais, visando intercâmbio de discentes e profissionais técnicos e docentes do IFPA.	Identificar, através de contatos pessoais e/ou prospecções, publicações e pesquisas via internet, instituições nacionais e internacionais que possam partilhar e compartilhar experiências pertinentes às áreas de atuação do IFPA.	Estabelecimento de parcerias com 03 (três) instituições internacionais e 10 (dez) instituições nacionais.
Objetivo 5 – Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Percentual de discentes e docentes aprovados.	META 3 – Aumentar participação de discentes e docentes do IFPA no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras.	Sensibilizar a comunidade acadêmica, através de palestras e/ou seminários, para a importância de participação em programas de mobilidade acadêmica do Governo Federal e incentivar o aprendizado de idiomas, para o melhor aproveitamento em qualquer desses Programas.	O Programa "Ciência Sem Fronteiras" está atualmente suspenso pelo Governo Federal. Quanto ao Programa "Inglês Sem Fronteiras", foram aplicados aproximadamente 100 testes TOIEC no IFPA.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 5 – Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Acordos firmados.	META 4 – Manter e aumentar os acordos de cooperação internacionais firmados com instituições de outros países, visando a mobilidade estudantil internacional.	Viabilizar a participação em acordos de cooperação internacionais firmados via CONIF ou pelo próprio IFPA, sempre que possível.	Estabelecimento de parcerias com 03 (três) instituições internacionais.
Objetivo 5 – Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Centro Implementado.	META 5 – Implementar o Centro de Idiomas do IFPA.	Promover discussão com os professores de Língua estrangeira para consolidação da minuta da normativa; Submeter ao Conselho Superior do IFPA, para apreciação e aprovação, a minuta que regulamenta a efetiva criação do Centro de Idiomas do IFPA, procedendo eventuais ajustes para a efetivação do Centro.	Aprovada a Resolução N° 175/2017 - CONSUP/IFPA, que dispõe sobre a regulamentação do Centro de Idiomas do IFPA.
Objetivo 5 – Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Número de testes aplicados.	META 6 – Promover a aplicação de testes de proficiência tipo TOEFL e IELTS para professores, alunos e comunidade em geral interessada.	Acompanhar a publicação de editais para exames internacionais de proficiência em língua inglesa (TOEFL ITP; TOEIC) e operacionalizar a aplicação dos referidos testes.	Os testes TOEFL estão suspensos para os Institutos Federais. Quanto ao TOEIC, foram aplicados aproximadamente 100 testes em 2017.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 6 – Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Número de Projetos voltados para demandas regionais.	META 1 - Desenvolvimento de ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica que atendam as demandas regionais.	Incentivar a execução de projetos extensão, pesquisa e inovação tecnológica em nível regional por meio de editais internos e externos do IFPA; sensibilizar servidores para a realização de projetos no âmbito da extensão e pesquisa.	Foram 36 Projetos fomentados pela Pró-Reitoria de Extensão, executados nos Campi do IFPA, voltados para demandas regionais.
Objetivo 6 – Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Número de projetos fomentados que utilizem a pesquisa e extensão como instrumento de ensino-aprendizagem.	META 2 - Estimular a execução de projetos que articulem pesquisa e extensão ao ensino, nos diferentes níveis e modalidades.	Incentivar e apoiar projetos de extensão e pesquisa nos níveis técnico e superior como integrante curricular; Normatizar a Curricularização da Extensão nos cursos do IFPA; Elaborar "cartilha" de orientação para a prática de extensão.	Foram 36 Projetos fomentados pela Pró-Reitoria de Extensão, executados nos Campi do IFPA, voltados para demandas regionais. No Contexto da Extensão, o Plano de Curricularização da Extensão foi elaborado e está em execução nos Campi. Também foi aprovada a Resolução N° 397/2017 - CONSUP/IFPA, que aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFPA.
Objetivo 6 – Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Número de Licenciamentos transferidos realizados.	META 3 - Promover licenciamentos de transferência de tecnologias e conhecimento para o setor privado.	Transferir ativos de direito autoral de softwares, tecnologias sociais e tecnologias educacionais.	Não houveram licenciamentos transferidos no IFPA, em 2017, pela ausência de projetos com este contexto.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Normativa aprovada pelo CONSUP.	META 1 – Normatizar a Política de Extensão do IFPA	Apresentar a minuta da Política de Extensão para a comunidade do IFPA, objetivando a consulta pública e contribuições em relação às diretrizes, estrutura e funcionamento da extensão no IFPA; Aprovação da Política de Extensão pelo Conselho Superior do IFPA.	Aprovada a Resolução N° 174/2017 - CONSUP/IFPA, que explicita a Política de Extensão para o IFPA.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Normativa aprovada pelo CONSUP.	META 2 – Normatizar o PRO-EXTENSÃO - Programa de Atividades de Extensão do IFPA.	Concluir a minuta do programa PROEXTENSÃO, para depois submeter a Câmara Técnica da Extensão e depois ao Conselho Superior, para aprovação.	A minuta da Política do PROEXTENSÃO está em construção e ainda não foi submetida para avaliação do CONSUP, o que ocorrerá no primeiro semestre de 2018.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Criação do Observatório do Mundo do Trabalho	META 3 - Criar o programa de acompanhamento de egressos, implantando o Observatório do Mundo do Trabalho.	Finalizar a elaboração da minuta da Política de Egressos pelo GT Egressos; Normatizar o programa de extensão para o atendimento ao egresso no IFPA; Solicitar o encaminhamento sobre a definição de diretrizes e assessoramento para implantação da política e do programa de atendimento ao egresso junto aos campi; Apoio na solicitação de elaboração dos planos de operacionalização do atendimento aos egressos nos campi.	Aprovada a Resolução N° 328/2017 - CONSUP/IFPA, que define a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos no âmbito do IFPA; Também aprovada a Resolução N° 483/2017 - CONSUP/IFPA, que define a Política Institucional e o Programa Rede Observatório do Mundo do Trabalho.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Percentual de egressos em acompanhamento.	META 4 - Produzir, sistematizar e difundir as informações relativas aos egressos do IFPA, em todos os níveis e modalidades.	Concluir o Portal de Egressos pela DTI no SIGAA, a partir da modelagem produzida em 2016; Implantar o Portal Egressos e desenvolvimento de ações integradas junto à PRODIN, PROEN e CPAs Geral e local de cada campus.	O Portal de Egressos ainda está em fase de conclusão, por meio de um trabalho conjunto com a DTI/Reitoria; Está em fase de formalização uma parceria com a UNIVERSIA, que irá possibilitar o acesso do egresso a um ambiente voltado a oferta de vagas de emprego; Foi realizado no Campus Castanhal, no período de 28/11 a 01/12/2017, o 1º Encontro de Egressos do IFPA.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Comitê criado e normativa aprovada no CONSUP.	META 5 – Criar e normatizar o Comitê de Extensão do IFPA.	Criação do Comitê de Extensão do IFPA; Elaboração e aprovação do regimento do Comitê de Extensão.	O Comitê Assessor de Extensão (CAEX) foi criado por meio da Portaria 1432/2016 - GAB/IFPA; A minuta da Normativa do CAEX está em construção e ainda não foi submetida para avaliação do CONSUP, o que ocorrerá no primeiro semestre de 2018.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Câmara criada e normativa aprovada no CONSUP.	META 6 – Criar e normatizar a Câmara Técnica de Extensão do IFPA.	Criação da Câmara Técnica de Extensão do IFPA; Elaboração e aprovação do regimento da Câmara de Extensão.	A Câmara Técnica de Extensão foi criada por meio da Resolução 036/2017 - CONSUP/IFPA; A minuta da Normativa da Câmara Técnica de Extensão está em construção e ainda não foi submetida para avaliação do CONSUP, o que ocorrerá no primeiro semestre de 2018.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Normativa aprovada no CONSUP.	META 7 – Normatizar o Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA.	Criação de Instrução Normativa e fomento para execução de projetos que gerem tecnologias assistivas.	A Minuta da Política dos Núcleos de Tecnologias Assistivas foi submetida ao CONSUP, por meio do Processo 23051.033106/2017-46, para ser apreciada na reunião dos dias 13 e 14/12/2017.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Módulo implementado em todos os Campus.	META 9 - Implementar o Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos do IFPA.	Implantar, junto com a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, o Módulo de Extensão do SIGAA, em todos os Campi e na Reitoria, automatizando a gestão dos projetos de extensão do IFPA.	O Módulo de Extensão do SIGAA está em fase de testes, na PROEX e no Campus Castanhal, devendo ser liberado para uso em todas as unidades, no primeiro semestre de 2018.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Banco Implantado.	META 10 - Implantar o Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional.	Implantar, junto com a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, o Módulo de Extensão do SIGAA, em todos os Campi e na Reitoria, automatizando a gestão dos projetos, sendo a base de dados dos projetos de extensão do IFPA.	O banco de dados está em processo de implantação, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2018.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Incubadoras apoiadas.	META 11 - Apoiar a criação de incubadoras no IFPA.	Criação de Instrução Normativa e Edital de implantação, através de seleção de propostas com concessão de bolsas para discentes e fomento para custeio e capital.	A Minuta da Instrução Normativa para Incubadoras Tecnológicas ainda está em construção, devendo ser institucionalizada no primeiro semestre de 2018.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Número de produtos e serviços criados e produzidos.	META 12 – Criar, fomentar e produzir recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais, considerando os princípios de inclusão e do desenho Universal, em diversas mídias, resguardando o acesso e a usabilidade das várias audiências.	Através de seleção de projetos que tenham como produto a geração de recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais e aplicação desses recursos.	Produtos e serviços criados e produzidos via projetos, executados nos Campi.
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Laboratórios móveis implantados.	META 13 – Fomentar o Programa Caravana da Ciência e Tecnologia, através da implementação dos Laboratórios Móveis.	O Programa Caravana da Ciência e Tecnologia não vem sendo executado pelo IFPA, não existindo previsão para 2017.	Não houve Laboratórios implantados.

Fonte: PROEX, 2017.

Análise Crítica:

A atual gestão da PROEX foi nomeada em setembro de 2016, realizando com uma das primeiras ações, um diagnóstico da unidade, mapeando pontos fortes e pontos de melhoria, visando um planejamento mais assertivo para o ano de 2017. Com base no diagnóstico supracitado, foram identificadas muitas metas em atraso, constantes no PDI 2014 - 2018, que foram incluídas no Planejamento Estratégico da PROEX, para o ano corrente. Desta forma, muitas destas metas em atraso, além das já planejadas para este ano, foram executadas pela equipe da PROEX, conforme explicitado no **Quadro 5 – Descrição dos objetivos da unidade para o exercício**. A seguir são listadas as metas em pauta:

- Metas em atraso, cumpridas parcialmente ou totalmente:
 - Objetivo 3 - META 1 – Aumentar a oferta de vagas em cursos FIC através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC;
 - Objetivo 4 - META 3 - Consolidar o programa de estudo das cadeias produtivas e cadeias de saberes, através das ações do Observatório do Mundo do Trabalho, para subsidiar o ensino, pesquisa e extensão;
 - Objetivo 5 - META 5 – Implementar o Centro de Idiomas do IFPA;
 - Objetivo 7 - META 1 – Normatizar a Política de Extensão do IFPA;
 - Objetivo 7 - META 2 – Normatizar o PRO-EXTENSÃO - Programa de Atividades de Extensão do IFPA;
 - Objetivo 7 - META 3 - Criar o programa de acompanhamento de egressos, implantando o Observatório do Mundo do Trabalho;
 - Objetivo 7 - META 4 - Produzir, sistematizar e difundir as informações relativas aos egressos do IFPA, em todos os níveis e modalidades;
 - Objetivo 7 - META 5 – Criar e normatizar o Comitê de Extensão do IFPA;
 - Objetivo 7 - META 7 – Normatizar o Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA;
 - Objetivo 7 - META 9 - Implementar o Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos do IFPA;
 - Objetivo 7 - META 10 - Implantar o Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional;
 - Objetivo 7 - META 11 - Apoiar a criação de incubadoras no IFPA.
- Metas planejadas, não cumpridas e justificadas:
 - Objetivo 3 - META 2 - Aumentar a oferta de cursos técnicos subseqüentes através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC;
 - Objetivo 3 - META 3 – Pactuar ofertas de vagas em cursos FIC para mulheres, através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC, modalidade MULHERES MIL;
 - Objetivo 4 - META 2 – Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação;

- Objetivo 6 - META 3 - Promover licenciamentos de transferência de tecnologias e conhecimento para o setor privado;
- Objetivo 7 - META 13 – Fomentar o Programa Caravana da Ciência e Tecnologia, através da implementação dos Laboratórios Móveis.

As demais metas planejadas para 2017, foram cumpridas parcialmente ou totalmente, conforme explicitado no Quadro 5. As principais dificuldades encontradas no cumprimento das metas em questão foram: a) o acúmulo de muitas metas para 2017, incluindo as que estavam atrasadas; b) a equipe reduzida de colaboradores da Pró-Reitoria de Extensão, sendo que a maioria possui cargo de docente, com carga horária de ensino para cumprir, semanalmente; c) A ausência de políticas já definidas e aprovadas, no contexto da extensão do IFPA.

Quanto aos pontos fortes, podemos destacar: a) O comprometimento e a dedicação dos envolvidos no cumprimento das metas, incluindo colaboradores da Pró-Reitoria de Extensão, Campi, Comitê Assessor de Extensão e Câmara de Extensão; b) Apoio da gestão máxima do IFPA.

APÊNDICE VI – Descrição dos objetivos da PROPPG para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 10 - Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.	Número de Tecnologias protegidas	Meta 1 - Realizar a proteção das Tecnologias produzidas pelo IFPA, a partir da consolidação das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA.	Realizar depósito de Patentes, registros de Marcas, Desenhos industriais e Programas de computador.	Percentual cumprido 100 %. Os pesquisadores estão mais sensibilizados da necessidade e a importância de realizar a proteção do conhecimento antes de torná-los de domínio público. O NIT está escrevendo a proteção de inventos e acompanhando quatro projetos com vistas à proteção.
Objetivo 10 - Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.	Número de ações em conjunto com outros NITs e com a Rede NAMOR	Meta 2 - Manter e ampliar a parceria com a Rede NAMOR, articulando em rede com outros NIT (s) de instituições de ensino superior pública.	Realizar ações de capacitação, promover eventos e participar de projetos integrados com a Rede NAMOR e o FORTEC.	Percentual cumprido 100 %. Estreitamento da relação entre os núcleos de inovação tecnológica da Amazônia Oriental, o que facilita a troca de experiências e crescimento das ações inovadoras nas instituições.
Objetivo 10 - Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.	Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado	Meta 3 - Implantar de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de inovação. utilização completa de um sistema de gerenciamento para as atividades de: gerenciamento de invenções, gerenciamento de empresas júnior e incubadoras.	Submissão ao Edital de Inovação e Pesquisa Aplicada pelo módulo de Pesquisa do SIGAA. Utilizar o módulo de pesquisa do SIGAA para realizar a notificação de invenções ao NIT.	Percentual cumprido 50 %. Solicitação de Estudo de viabilidade para a submissão do Edital do próximo ano pelo SIGAA e levantamento das necessidades de adequação do sistema para a utilização do sistema SIGA.
Objetivo 10 - Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.	Número visitas realizadas aos Campus para capacitação dos servidores	Meta 4 - Realizar anualmente visita nos Campi para a realização de palestras e reuniões sobre inovação tecnológica, promovendo aos servidores do IFPA capacitações que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação.	Promover palestras, minicursos e oficinas sobre inovação nos eventos pedagógicos e científicos do IFPA.	Percentual cumprido 100 %. Desde 2015, a PROPPG está se fazendo presente na maioria dos Campi do IFPA, de modo que se criou uma proximidade dos pesquisadores com a Pró-Reitoria o que facilita o acesso dos mesmos ao fluxograma das ações de Inovação. Por meio do II SIMIT a coordenação de inovação pôde realizar a capacitação pretendida, alcançando 14 campi do IFPA.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 9 - Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.	Número de convênios vigentes de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.	Meta 1 – Manter e ampliar os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.	Realização de convênios para oferta de Minter e Dinter aos servidores do IFPA.	Percentual cumprido 100 %. MINTER: IFPA/UFRRJ. Em funcionamento em Conceição do Araguaia. Alunos em fase de defesa de dissertação. MINTER/DINTER- IFPA/UNESP: Agronomia com início para este ano (2017) no Campus Castanhal; DINTER: IFPA/UNIFESSPA - Em engenharia elétrica; DINTER: IFPA/UNIFESSPA/USP - Em Geografia; Cooperação - Em fase de implantação temos mais 02 (dois) Mestrados (PROFINIT e Gestão Pública) a serem ofertados no Campus Belém com início para este ano
Objetivo 9 - Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.	Número de bolsas e auxílios vigentes do PIQ.	Meta 2 – Manter e ampliar o número de bolsas e auxílios de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado do Programa Institucional de Qualificação (PIQ) do IFPA, por meio de editais anuais.	Lançamento do Edital do Programa Institucional de Qualificação.	Percentual cumprido 50 %. No edital consta a oferta de bolsas e auxílios para servidores que estão em capacitação e qualificação, tanto para técnicos quanto para docentes.
Objetivo 9 - Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.	Número de cursos stricto sensu ofertados.	Meta 3 – Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.	Acompanhar a oferta dos cursos de Mestrado já aprovados e participar do processo de submissão de nova proposta de Mestrado.	Percentual cumprido 100 %
Objetivo 9 - Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.	Número de Campus com oferta de cursos lato sensu.	Meta 4 – Aumentar o número de Campi com oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	Estimular a oferta cursos de Especialização nos diversos campi do IFPA.	Percentual cumprido 100 %
Objetivo 9 - Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.	Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.	Meta 5 – Implantar um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pós-graduação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento cursos, servidores, alunos, bolsistas e editais.	Utilização das ações de pesquisa, pós-graduação e Inovação pelo SIGAA.	Percentual cumprido 100 %. Agilidade no processo, desde o processo das especializações até a conclusão das turmas no SIGAA.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de bolsas de iniciação científica	Meta 1 – Manter e ampliar o número de bolsas nos programas institucionais de iniciação científica, tecnológica e inovação do CNPq/CAPES/FAPESPA	Submeter projetos aos Editais de órgãos de fomento Externo	Não houve
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de Campus com Programa de Iniciação Científica implantado.	Meta 2 – Incentivar e apoiar a implantação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) nos Campus.	Fornecer orientação técnica para o lançamento de Editais de Iniciação científica pelos campi.	Percentual cumprido 100 %. Três campi (Abaetetuba, Conceição do Araguaia, Cametá e Tucuruí) lançaram editais de IC baseados na minuta aprovada.
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de projetos apoiados pelo PEDPI/IFPA.	Meta 3 – Manter e ampliar o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento da Pesquisa e Inovação (PEDPI) - Edital para apoio dos projetos de pesquisa.	Lançamento do Edital de Inovação - APIPA 2017.	Percentual cumprido 100 %. Submissão de 62 propostas dos diversos campi do IFPA que em sua maioria traziam alguma parceria para o desenvolvimento de P&D. Possibilidade de execução dos recursos pela fundação de apoio o que facilitará bastante a execução.
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de beneficiários no Edital de eventos.	Meta 4 – Incentivar a participação de servidores em eventos científicos, por meio de editais de auxílio à participação em eventos científicos.	Lançamento do Edital de Participação em Eventos Científicos 2017 com previsão do custeio de diárias, passagens e taxa de inscrição em congressos ou similares.	Percentual cumprido 100 %. Foram contemplados 5 servidores até o momento e 13 propostas estão sob análise.
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de Seminários Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação por ano	Meta 5 – Realizar eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação.	Realização do SICTI e SIMIT em Santarém e Realização dos eventos científicos nos demais campi do IFPA.	Percentual cumprido 100 %. A licitação do material compra de passagens para a comissão organizadora e palestrantes foram realizadas.
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de projetos institucionais aprovados por ano para captação de recursos externos para pesquisa	Meta 6 – Aprovar projeto de captação de recursos externos para a pesquisa.	Encaminhamento de propostas para os Editais Institucionais da FAPESPA, CAPES, CNPq e FINEP.	Percentual cumprido 80 %

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado	Meta 7 – Implantar um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pesquisa. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento de projetos, grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas e editais.	Realizar a submissão de propostas aos Editais da PROPPG através do SIGAA. Gestão dos grupos de pesquisa através do SIGAA.	Percentual cumprido 80 %. Foram solucionados pela DTI alguns problemas detectados na aba de grupo de pesquisa e uma forma de cadastro de projetos já aprovados em editais anteriores.
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de participações do Comitê Científico nas ações da PROPPG	Meta 8 – Aumentar a participação do Comitê Científico de Pesquisa do IFPA nas ações da PROPPG.	Participação do Comitê Científico na avaliação de trabalhos submetidos aos eventos científicos do IFPA, na avaliação das propostas submetidas aos Editais da PROPPG e na avaliação dos PPCs da criação de cursos de pós-graduação.	Percentual cumprido 100 %. Maior efetividade nas ações da PROPPG
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Evento anual realizado	Meta 9 – Realizar anualmente um evento institucional com a oferta de oficinas de elaboração de projetos e artigos.	Realização do 3º Encontro dos Grupos de Pesquisa do IFPA contemplando capacitação em Pesquisa e Inovação.	Percentual cumprido 100 %
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de editais anuais de incentivo à pesquisa aplicada	Meta 10 – Promover a pesquisa aplicada, por meio de parcerias com o setor produtivo.	Lançamento do Edital de Inovação - APIPA 2017 estimulando a parceria entre o IFPA e as empresas ou associações do setor produtivo.	Percentual cumprido 100 %. A maioria dos 62 projetos submetidos ao Edital traziam a previsão de parceria com outras instituições ou empresas para o desenvolvimento do projeto.
Objetivo 8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Número de projetos apresentados pelos campi	Meta -11 – Estimular projeto de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico nos Campi	Estimular projeto de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico nos Campi	Percentual cumprido 90 %. A licitação do material, compra de passagens para a comissão organizadora e palestrantes já foram realizadas.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Objetivo 7 – Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Núcleo criado e normativa aprovada no CONSUP.	Meta 8 - Criar, normatizar e implementar o Núcleo Editorial do IFPA.		Percentual cumprido 100 %. Capacitação de recursos humanos em: 1. Plataformas e Interfaces de Gerenciamento e Produção Editorial, Políticas de qualificação do Livro Universitário – QUALIS LIVRO e técnicas utilizadas para produção do formato ePub no ABEU Nordeste – Associação Brasileira de Editoras Universitárias; 2. OJS 3.0, Sistemas de editoração e Fluxo editorial no ENEDIF II – Encontro Nacional de Editoras dos Institutos Federais. Estabelecimentos das normas de publicação necessárias para seleção de obras por edital e fluxo contínuo.
Objetivo 6 – Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Número de Projetos voltados para demandas regionais	Meta 1 - Desenvolvimento de ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica que atendam as demandas regionais.	PROPPG - Lançamento de Editais para o fomento a projetos de Inovação e Pesquisa aplicada visando o desenvolvimento científico e tecnológico.	Percentual cumprido 100 %. Submissão de 62 propostas dos diversos campi do IFPA que em sua maioria traziam alguma parceria para o desenvolvimento de P&D. Possibilidade de execução dos recursos pela fundação de apoio o que facilitará bastante a execução.
Objetivo 6 – Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Número de projetos fomentados que utilizem a pesquisa e extensão como instrumento de ensino-aprendizagem.	Meta 2 - Estimular a execução de projetos que articulem pesquisa e extensão ao ensino, nos diferentes níveis e modalidades.	PROPPG - Lançamento de Editais para o fomento a projetos de pesquisa aplicada.	Percentual cumprido 100 %. Submissão de 62 propostas dos diversos campi do IFPA que em sua maioria traziam alguma parceria para o desenvolvimento de P&D. Possibilidade de execução dos recursos pela fundação de apoio o que facilitará bastante a execução.
Objetivo 6 – Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Número de Licenciamentos e/ou transferências de tecnologia realizadas.	Meta 3 - Promover licenciamentos e transferência de tecnologias para o setor privado, educacional ou comunidades locais.	PROPPG - Criação da Vitrine Tecnológica do IFPA para divulgar as Tecnologias produzidas.	Percentual cumprido 100 %. Sensibilização dos pesquisadores em submeterem suas pesquisas ao NIT para cadastro na Vitrine Tecnológica com a possibilidade de encontrar interessados em licenciar a referida tecnologia.
Objetivo 1 - Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	Fomento e implementação de políticas articuladas entre as Pró-reitorias.	Meta 4 - Integrar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo discente.	Elaborar e desenvolver plano de curricularização da extensão / estágio / visitas técnicas / Formação dos docentes do IFPA.	Percentual cumprido 100 %. A meta foi executada com êxito, pois possibilitou não somente a implementação da Política de curricularização da Extensão como está sendo acompanhada na sua implementação.

Fonte: PROPPG, 2018.

Análise Crítica:

O IFPA, em 2017, teve um significativo crescimento no âmbito da pós-graduação, posto que dobramos o número de mestrado profissional e 13 novos cursos de especialização em diferentes campi do IFPA. Além disso, fizemos a submissão de 3 propostas novas de cursos *stricto sensu*.

No campo da pesquisa, nossos objetivos foram atingidos à medida que executamos as ações previstas, com a qualidade e relevância desejada, bem como na inovação.

APÊNDICE VII – Descrição dos objetivos da DTI para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Capacitar Servidores	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	Definir estratégias de treinamento de atualização em informática para os servidores do IFPA em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas	Foi realizada a capacitação prevista
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Capacitar Servidores	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	Definir estratégias de treinamento de atualização em informática para os servidores do IFPA em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas	Foi realizado a capacitação prevista
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Capacitar Servidores	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	Definir estratégias de treinamento de atualização em informática para os servidores do IFPA em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas	Não realizado em razão de cortes orçamentários
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Capacitar Servidores	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	Planejamento dos dois Encontros entre os servidores de TI do IFPA em 2017	Foi automatizado o acompanhamento dos Relatórios
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Formalizar novo termo de cooperação técnica IFPA X UFRN	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	Cooperação IFPA x UFRN	Foi realizado todas as reuniões com as comissões
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar a frequência dos servidores do IFPA através do SIGP	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	SIGP-Frequência	Foi realizado o acompanhamento da execução do fluxo através de reuniões
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Prover apoio técnico para a coleta de dados de pesquisas com diversos públicos-alvo	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	Formulários de Pesquisa no SIG	Foi disponibilizado o software
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar as solicitações de compras de materiais de consumo e bens através do SIPAC	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	SIPAC-Compras	Foi disponibilizado o cronograma previsto

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar a emissão de Diplomas e Certificados através do SIGAA	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	SIGAA-Diplomas	Foram iniciados os trabalhos para nova cooperação técnica
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar os processos de seleção dos monitores	Meta 1 - DTI - Capacitar e integrar	SIGAA-Monitoria	Foram realizados os encontros previstos
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar atividades de ensino a distância	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Ensino a Distância	Foram iniciados os trabalhos para preparar o ambiente para atualização
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar os contratos vigentes, recepção dos comprovantes de pagamentos em formato digitalizado, gerar arquivo de para upload no SIAPENET-Órgão	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Plano de Saúde	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar períodos de solicitação de auxílio, gerenciar inscrições dos alunos, fornecer relatórios.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Assistência ao Estudante	Foi realizado o suporte tecnológico para todos os processos seletivos
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar acervos, empréstimos, devoluções, multas	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Biblioteca	Foram realizadas reuniões com as comissões de processos seletivos
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar convênios, gerenciar estagiários, gerenciar processo de seleção	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Convênios e Estágios	Foi disponibilizado novo modelo de portais aos campi

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar calendários das avaliações, preenchimento por parte dos docentes e discentes	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Avaliação Institucional	Todas as pesquisas foram disponibilizadas
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar editais pelo SIGAA e importação de aprovados de sistemas externos	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Vestibular	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar o cadastro das necessidades especiais dos discentes	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-NEE	Disponibilizado para ambiente de testes
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar o cadastro das vagas possíveis	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Banco de Vagas	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Mensurar a força de trabalho de cada unidade do IFPA	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Dimensionamento	Foi explicado em reunião como funciona o módulo para análise da PROEN
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar carregamento de arquivos do SIAPE para alimentar o SIGRH	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Integração SIAPE	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar gerenciamento de requisições por tipos e seu respectivo atendimento pelos setores do IFPA	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Atendimento de Requisições	Foi disponibilizado para utilização nos Campi

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro de pedidos de informação do E-SIC, encaminhar pedidos de informação aos chefes dos setores, gerenciar respostas	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Acesso à Informação	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro de acórdãos, relatórios e providências para os órgãos controladores	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Auditoria e Controle Interno	Foram realizadas reuniões periódicas para ajustes do módulo
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro e controle das solicitações de aquisição de acervos bibliográficos	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Biblioteca	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro e gerenciamento de bolsas que são disponibilizadas pela instituição	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Bolsas	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro e gerenciamento das solicitações de aquisições de materiais informacionais	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Compra de Mat. Informacionais	Foi disponibilizado o módulo aos campi pela PROEN
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro e gerenciamento das compras da categoria de licitação	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Licitação	

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro e gerenciamento das compras da categoria de registro de preço	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Compras – Registro de Preços	Foram disponibilizados ambientes de estes para análise da DGP
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro e controle dos terrenos e prédios utilizados pelo IFPA	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Patrimônio Imóvel	Foi disponibilizado ambientes de estes para análise da DGP
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar atualização da versão do SIPAC para que este faça sincronização com o PEN/SEI	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-PEN/SEI	Estudo do módulo a ser disponibilizado para o Setor Requisitante
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Efetuar cadastro do PIT, aprovação, e homologação	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-PIT/RAD	Disponibilizado ao Gabinete para avaliação
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Programa de Atualização Pedagógica	Disponibilizado ao Gabinete para avaliação
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Aposentadoria	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Avaliação de Desempenho	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-DDO	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gerenciar inscrições e pagamentos de GRU	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGP-Concursos	-

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Projetos/Convênios	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Faturas	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Liquidação de Despesas	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Pagamento Online	Utilização do Ensino como ferramenta de automatização
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIGAA-Produção Intelectual	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Módulo ainda não estudado.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	SIPAC-Infraestrutura	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Aprovação PDTI alinhar ao PDI 2015-2018	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Elaboração do PDTI 2016-2018	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Aplicar boas práticas de Gestão (ITIL e COBIT)	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Criação das Políticas de Governança no IFPA	-
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Gestão dos Recursos Tecnológicos do IFPA	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Atualização da Portaria do CGTI	Aplicação da Ferramenta para agilizar os Processos Seletivos junto ao ensino
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Manter atualizado o autodiagnóstico junto ao SISP	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Autodiagnóstico SLTI/MP	-

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Disponibilizar o Catálogo de serviços de TI aos usuários internos e externo	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Elaboração do Catálogo de Serviços da DTI	Gestão de Faturas
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Contribuição no fluxo de contratação e normatização	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Propor minuta de Fluxo de Contratação de produtos e serviços de TIC	Controle de Despesas
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Que o maior número de campi do IFPA passe a utilizar a solução de VoIP.	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Implantação do serviço VoIP no IFPA	Controle de Pagamentos
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Conhecer o tempo uso para calcular a depreciação dos equipamentos de TI	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Levantamento da Infra de TI do IFPA	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Licitações dos Enlaces de 2014	
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Licitações dos Enlaces de 2014	Automatização em sistemas de Governo
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 2 DTI- Implantar os Sistemas de Informação	Licitações dos Enlaces de 2014	Automatização em sistemas de Governo
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Licitações dos Enlaces de 2014	Colaborar na Governança do IFPA
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Licitações dos Enlaces de 2014	Colaborar na Governança do IFPA

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Licitações dos Enlaces de 2014	Colaborar na Governança do IFPA
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Garantir a disponibilidade dos serviços institucionais de tecnologia da informação no período de 24x7.	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Melhorar a infraestrutura do Data Center do IFPA	Colaborar na Governança do IFPA
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Dificuldade de acesso à Internet nos municípios	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Licitações dos Enlaces de 2014	Colaborar na Governança do IFPA
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Garantir a disponibilidade dos serviços institucionais de tecnologia da informação no período de 24x7.	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Melhorar a infraestrutura do Data Center do IFPA	Colaborar na Governança do IFPA
Implantar o Sistema Integrado de Gestão – SIG;	Garantir a disponibilidade dos serviços institucionais de tecnologia da informação no período de 24x7.	Meta 3 DTI - Implantar a Governança de TI	Melhorar os enlaces do Campi Cametá, Parauapebas, Vigia, Bragança, Breves, Conceição	Colaborar na Governança do IFPA

Fonte: DTI, 2017.

Análise Crítica:

Os resultados previstos podem variar em sua execução em razão da dificuldade de comunicação nos campi mais afastados, podendo gerar atrasos em resultados mais efetivos.

APÊNDICE VIII – Descrição dos objetivos da DGP para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Fortalecer as comissões e a valorização dos servidores do IFPA	Percentual de Servidores Atendidos	Implantar as ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores.	Firmar convênios ou acordo de cooperação técnica com outros órgãos visando a descentralização das perícias oficiais para o interior do estado	31%
			Subsidiar os diretores da DGP e gabinete da reitoria nos processos de implantação dessas unidades de descentralização	
			Realizar anualmente exames periódicos dos servidores do IFPA	
			Implantar o projeto CAQV itinerante	
			Criar espaço de convivência do servidor	
			Emitir os Laudos Técnicos Ambientais e os Laudos Individuais	
	Implantar a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público(CI SSP)			
	Percentual de Servidores Capacitados	Capacitar os servidores em cursos de aprendizagem contínua.	Promover capacitação em EAD, pois facilitaria o maior número de servidores participantes	31%
			Promover cursos ainda não ofertados nos anos anteriores direcionados a área de atuação do servidor	
			Promover curso por polos e regiões	
Promover melhorias no atendimento dos serviços prestados pela DGP, visando aperfeiçoar os fluxos dos processos				

Fonte: DPG, 2017.

Análise Crítica:

Observou-se no exercício de referência 2017, uma ampliação no leque de estratégias vinculadas as suas respectivas metas e ao objetivo estratégico da DGP.

Sendo que, o percentual de 31% alcançado para ambas as metas do objetivo reflete as dificuldades encontradas quanto às questões logísticas, de infraestrutura e financeira vivenciadas pelos Campi do IFPA para o deslocamento de seus servidores, visando à participação dos

mesmos nas ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores e nos cursos de capacitações de aprendizagem contínua promovidos pela DGP/IFPA e Instituições parceiras através de convênios e acordos de cooperação técnica.

APÊNDICE IX – Descrição dos objetivos da ASCOM para o exercício.

Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias	Resultados
Definir políticas de Comunicação Institucional.	Número de padrões de comunicação.	Normatizar os padrões de comunicação interna e externa do IFPA.	Solicitar emissão de portaria para a criação da comissão das políticas de comunicação. Criar fórum de discussão para sobre padrões de comunicação. Realizar o Encontro de Comunicadores do IFPA.	A ASCOM realizou três reuniões presenciais com os servidores de comunicação da Reitoria, Campus breves, Campus Bragança e Campus Belém. Mais uma reunião presencial com os servidores de comunicação do Campus Santarém.
	Número de Campi com Assessorias de Comunicação Social implementadas.	Implementar as Assessorias de Comunicação Social nos Campi.	Propor a emissão de portarias que designem as Assessorias de Comunicação, realizar treinamento e prestar suporte as Assessorias.	Três Campi do IFPA emitiram portarias regulando seus setores de comunicação: Campus Belém, Castanhal e Tucuruí.
Ampliar a comunicação a partir de Rádios, TVs e a participação em redes sociais e outras mídias.	Número de parcerias firmadas.	Realizar parcerias com veículos de comunicação para divulgar a marca e ações do IFPA.	Propor parcerias bilaterais com empresas e instituições de Comunicação e Cultura, prestando troca de saberes e de ferramentas comunicacionais que favoreçam o IFPA e seus parceiros.	A Assessoria de Comunicação Social concluiu o objetivo com quatro parceria firmadas no ano de 2017. As parceria foram fechadas com A FUNTELPA (rádio e Tv), com a TV Cultura Pará (Tv e treinamentos), com a ART3 Comunicação e Cultura e com Youtube.
	Aplicativo implantado.	Desenvolver um aplicativo de notícias para dispositivos móveis.	Buscar plataforma mobile universal, adquirir e estudar ferramenta.	Considerando a velocidade das atualizações tecnológicas para aparelhos móveis, o processo ainda está em fase de pesquisa da melhor tecnologia para desenvolvimento do aplicativo.
Desenvolver a cidadania, Marketing Institucional e endomarketing.	Percentual de servidores capacitados.	Capacitar servidores da área de comunicação em Marketing Institucional e Comunicação Social.	Buscar capacitações em comunicação, organizar e dar suporte aos servidores e cursos.	Duas servidoras de comunicação fizeram o curso de capacitação "Atualização em comunicação e marketing institucional: gestão da comunicação nas instituições públicas". Novas capacitações estão previstas na parceria entre IFPA e FUNTELPA.

Fonte: ASCOM, 2017.

Análise Crítica:

Com o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos para a elaboração de uma Política de Comunicação e integrar a comunicação do IFPA à Rede Federal, o assessor de comunicação titular coordenou e redigiu, junto a outros servidores da Rede, a Política de Comunicação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) durante o ano de 2017. Esta ação servirá de base para a construção da política do Instituto.

No ano de 2017 novos servidores de comunicação foram nomeados através de concurso público para a Reitoria, Campus Abaetetuba, Campus Belém, Campus Bragança, Campus Breves, Campus Castanhal, Campus Itaituba, Campus Parauapebas, Campus Santarém e Campus Tucuruí. Devido a estas novas nomeações as ações de comunicação, como atualização de sites institucionais e relacionamento com a imprensa, ampliaram e tornaram-se mais assertivas.

As parcerias com a FUNTELPA e Tv Cultura do Pará proporcionam muita visibilidade à marca e ao IFPA. Através destas parcerias o Instituto está presente semanalmente na programação regular da Tv e da rádio e também está presente no programa de Tv de maior audiência do estado do Pará, o Campeonato Paraense de Futebol (Parazão).

A parceria com a empresa ART3 viabiliza a ASCOM acesso gratuito a bancos de imagens, de arte gráfica e de vídeos. Ter acesso a estas ferramentas otimiza o trabalho desta Assessoria e traz economia ao IFPA, considerando que o Instituto não precisa custear bancos de conteúdos.

A plataforma Youtube criou um programa chamado Youtube Education, que dá prioridade e visibilidade para canais de instituições de ensino ou educacionais. Para fazer parte do Youtube Education, a ASCOM, através do canal [youtube.com/ASCOM_IFPA](https://www.youtube.com/ASCOM_IFPA), precisou criar conteúdos exclusivos, de interesse e regulares para o canal. Como resultado os vídeos do IFPA são priorizados na busca dentro da plataforma ou no buscador Google e liberou o upload e transmissão ao vivo sem restrição de tempo.

Um dos resultados do Fórum de Gestores de Comunicação, coordenado pelo Conif, foi o projeto para o final de 2018 de um aplicativo para dispositivos móveis da Rede Federal. O aplicativo de notícias será de uso nacional, e com esta possibilidade é necessário aguardar o desenvolvimento da tecnologia para evitar competitividade e/ou desuso de um aplicativo específico do IFPA.

As servidoras capacitadas trouxeram atualizações e novas ideias na área de comunicação, multiplicaram e aplicaram seus conhecimentos no setor.

APÊNDICE X – Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.744.704,13	3.421.220,82	Despesas Orçamentárias	413.977.820,26	329.485.530,16
Ordinárias	351.986,70	520.079,71	Ordinárias	164.196.828,45	93.015.394,53
Vinculadas	1.481.458,50	2.901.141,16	Vinculadas	249.780.991,81	236.470.135,63
Educação	9.142,98	16.025,70	Educação	234.274.880,94	199.266.073,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.472.315,52	2.885.115,46	Seguridade Social (Exceto RGPS)	644.126,84	36.004.295,72
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-88.741,07	-0,05	Operação de Crédito	400.000,00	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.976.146,56	1.190.396,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	12.485.837,47	9.370,00
Transferências Financeiras Recebidas	456.602.343,42	399.831.450,18	Transferências Financeiras Concedidas	54.540.241,78	62.394.409,46
Resultantes da Execução Orçamentária	421.526.074,24	345.389.418,49	Resultantes da Execução Orçamentária	41.639.134,09	43.911.792,50
Repasse Recebido	380.171.804,13	301.951.601,27	Repasse Concedido	284.863,98	473.975,28
Sub-repasse Recebido	41.354.270,11	43.437.817,22	Sub-repasse Concedido	41.354.270,11	43.437.817,22
Independentes da Execução Orçamentária	35.076.269,18	54.442.031,69	Independentes da Execução Orçamentária	12.901.107,69	18.482.616,96
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.648.037,50	52.406.713,84	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	12.451.236,94	17.946.511,55
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.428.231,68	2.035.317,85	Movimento de Saldos Patrimoniais	449.870,75	536.105,41
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	32.649.980,14	26.496.909,81	Despesas Extraorçamentárias	22.726.837,37	37.292.984,23
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	673.898,21	1.159.570,85	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.187.123,17	6.601.164,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	31.298.908,95	24.177.472,81	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.862.541,22	29.531.612,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	677.172,98	1.159.866,15	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	677.172,98	1.159.866,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	341,21

Saldo do Exercício Anterior	2.353.109,00	1.776.452,04	Demais Pagamentos		341,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.353.109,00	1.776.452,04	Saldo para o Exercício Seguinte	2.105.237,28	2.353.109,00
TOTAL	493.350.136,69	431.526.032,85	TOTAL	493.350.136,69	431.526.032,85

APÊNDICE XI – Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 15/03/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.786.378,00	2.786.378,00	1.744.704,13	-1.041.673,87
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	31.656,00	31.656,00	35.606,20	3.950,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	31.656,00	31.656,00	35.606,20	3.950,20
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	9.630,00	9.630,00	27.696,49	18.066,49

Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.660.317,00	2.660.317,00	1.327.769,87	-1.332.547,13
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.660.317,00	2.660.317,00	1.327.769,87	-1.332.547,13
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-88.741,07	-88.741,07
Outras Receitas Correntes	84.775,00	84.775,00	442.372,64	357.597,64
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	84.775,00	84.775,00	78.591,10	-6.183,90
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	363.781,54	363.781,54
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.786.378,00	2.786.378,00	1.744.704,13	-1.041.673,87
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.786.378,00	2.786.378,00	1.744.704,13	-1.041.673,87
DEFICIT	-	-	412.233.116,13	412.233.116,13
TOTAL	2.786.378,00	2.786.378,00	413.977.820,26	411.191.442,26
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-

Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	344.184.732,00	421.904.689,00	391.098.821,05	379.833.946,11	379.252.814,29	30.805.867,95
Pessoal e Encargos Sociais	265.157.294,00	338.715.856,00	310.631.852,71	310.631.852,71	310.631.852,71	28.084.003,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.027.438,00	83.188.833,00	80.466.968,34	69.202.093,40	68.620.961,58	2.721.864,66
DESPESAS DE CAPITAL	9.389.807,00	9.389.807,00	22.878.999,21	2.844.965,20	2.752.198,81	-13.489.192,21
Investimentos	9.389.807,00	9.389.807,00	22.878.999,21	2.844.965,20	2.752.198,81	-13.489.192,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	353.574.539,00	431.294.496,00	413.977.820,26	382.678.911,31	382.005.013,10	17.316.675,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	353.574.539,00	431.294.496,00	413.977.820,26	382.678.911,31	382.005.013,10	17.316.675,74
TOTAL	353.574.539,00	431.294.496,00	413.977.820,26	382.678.911,31	382.005.013,10	17.316.675,74

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.404.783,94	10.663.501,46	9.312.037,35	9.312.037,35	6.008.736,48	5.747.511,57
Pessoal e Encargos Sociais	46.229,06	433.913,06	-	-	480.142,12	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-

Outras Despesas Correntes	10.358.554,88	10.229.588,40	9.312.037,35	9.312.037,35	5.528.594,36	5.747.511,57
DESPESAS DE CAPITAL	18.978.971,19	13.513.971,35	11.605.303,87	11.550.503,87	6.769.929,69	14.172.508,98
Investimentos	18.978.971,19	13.513.971,35	11.605.303,87	11.550.503,87	6.769.929,69	14.172.508,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	29.383.755,13	24.177.472,81	20.917.341,22	20.862.541,22	12.778.666,17	19.920.020,55

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.234,77	563.982,75	532.866,68	8.937,33	30.413,51
Pessoal e Encargos Sociais	-	10,00	10,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.234,77	563.972,75	532.856,68	8.937,33	30.413,51
DESPESAS DE CAPITAL	668,00	663.426,72	654.256,49	668,00	9.170,23
Investimentos	668,00	663.426,72	654.256,49	668,00	9.170,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8.902,77	1.227.409,47	1.187.123,17	9.605,33	39.583,74

			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	531.918.837,47	508.459.025,78	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	119.029.874,78	115.710.865,47	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	119.264.902,64	115.945.893,33	Resultados Acumulados	601.620.276,53	580.109.523,32
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-235.027,86	-235.027,86	Resultado do Exercício	43.647.666,51	94.506.696,40
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	580.109.523,32	485.474.024,40
Bens Imóveis	412.888.962,69	392.748.160,31	Ajustes de Exercícios Anteriores	-22.136.913,30	128.802,52
Bens Imóveis	415.337.190,05	393.661.535,01	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.448.227,36	-913.374,70	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	601.620.276,53	580.109.523,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.897.301,16	1.844.571,16			
Softwares	1.897.301,16	1.844.571,16			

Softwares	1.897.301,16	1.844.571,16		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	621.762.413,88	620.093.215,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	621.762.413,88 620.093.215,22

ATIVO	PASSIVO
-------	---------

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	2.105.237,28	2.353.109,00	PASSIVO FINANCEIRO	51.932.411,45	54.797.540,18
ATIVO PERMANENTE	619.657.176,60	617.740.106,22	PASSIVO PERMANENTE	19.373.855,40	38.747.379,66
			SALDO PATRIMONIAL	550.456.147,03	526.548.295,38

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	54.649.381,69	37.649.105,18	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	47.323.022,32	42.475.890,87
Execução dos Atos Potenciais Ativos	54.649.381,69	37.649.105,18	Execução dos Atos Potenciais Passivos	47.323.022,32	42.475.890,87
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.199.126,28	6.012.705,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	48.434.551,60	31.620.696,10	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	40.879,65	16.154,65
Direitos Contratuais a Executar	15.703,81	15.703,81	Obrigações Contratuais a Executar	47.282.142,67	42.459.736,22
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	54.649.381,69	37.649.105,18	TOTAL	47.323.022,32	42.475.890,87

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.304.424,01
Recursos Vinculados	-47.522.750,16
Educação	-36.160.852,23
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-353.595,15
Operação de Crédito	-400.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.539.455,06
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-12.147.757,84
TOTAL	-49.827.174,17

APÊNDICE XIII – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamentos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	14.709.087,45	25.604.333,04
INGRESSOS	459.024.220,53	404.412.537,15
Receitas Derivadas e Originárias	1.833.445,20	3.421.220,82
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	35.606,20	18.819,22
Receita Agropecuária	27.696,49	3.254,50
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.327.769,87	2.777.956,12
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	442.372,64	621.190,98
Transferências Correntes Recebidas	-88.741,07	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-88.741,07	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	457.279.516,40	400.991.316,33
Ingressos Extraorçamentários	677.172,98	1.159.866,15
Transferências Financeiras Recebidas	456.602.343,42	399.831.450,18
DESEMBOLSOS	-444.315.133,08	-378.808.204,11
Pessoal e Demais Despesas	-345.233.997,04	-282.354.847,80
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-

Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-46.865.884,93	-39.025.823,54
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-298.368.112,11	-243.329.024,26
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-43.863.721,28	-32.898.739,49
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-43.824.345,28	-32.810.965,49
Outras Transferências Concedidas	-39.376,00	-87.774,00
Outros Desembolsos das Operações	-55.217.414,76	-63.554.616,82
Dispêndios Extraorçamentários	-677.172,98	-1.159.866,15
Transferências Financeiras Concedidas	-54.540.241,78	-62.394.409,46
Demais Pagamentos	-	-341,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.956.959,17	-25.027.676,08
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-

DESEMBOLSOS	-14.956.959,17	-25.027.676,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.904.229,17	-24.678.803,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-52.730,00	-348.872,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-247.871,72	576.656,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.353.109,00	1.776.452,04
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.105.237,28	2.353.109,00

APÊNDICE XIV – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 15/03/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	500.425.518,59	466.712.213,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.390.738,17	2.799.830,03
Venda de Mercadorias	27.696,49	3.254,50
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.363.041,68	2.796.575,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	333,71	3,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	333,71	3,88
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-

Transferências e Delegações Recebidas	462.094.438,80	402.060.306,09
Transferências Intragovernamentais	456.602.343,42	399.831.450,18
Transferências Intergovernamentais	-88.741,07	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.580.836,45	2.228.855,91
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	36.497.634,59	650.053,03
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	16.597.702,20	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	19.899.932,39	650.053,03
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	442.373,32	61.202.020,11
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	442.373,32	61.202.020,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	456.777.852,08	372.205.516,74
Pessoal e Encargos	278.656.213,28	203.749.717,44
Remuneração a Pessoal	216.231.641,27	156.331.856,05
Encargos Patronais	44.120.530,97	32.647.034,72
Benefícios a Pessoal	18.304.041,04	14.770.826,67
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.412.671,97	42.011.324,78
Aposentadorias e Reformas	40.652.750,07	33.791.194,25
Pensões	9.713.284,94	8.195.325,11
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.636,96	24.805,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.493.778,08	54.092.225,59
Uso de Material de Consumo	6.084.601,58	6.091.365,79
Serviços	46.874.323,84	47.577.009,20
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.534.852,66	423.850,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.626,68	6.382,43
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.626,68	6.382,38
Variações Monetárias e Cambiais	-	-

Descontos Financeiros Concedidos	-	0,05
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	61.142.489,31	64.901.527,79
Transferências Intragovernamentais	54.540.241,78	62.394.409,46
Transferências Intergovernamentais	39.376,00	87.774,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.562.871,53	2.419.344,33
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.061.170,29	163.500,48
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	371,66	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	5.060.798,63	163.500,48
Tributárias	62.778,09	45.363,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.102,36	44.841,28
Contribuições	3.675,73	521,98
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.941.124,38	7.235.474,97
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.781.901,82	7.079.660,50
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	159.222,56	155.814,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	43.647.666,51	94.506.696,40

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016

APÊNDICE XV – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 15/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	485.474.024,40	-	-	485.474.024,40
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-36.196.901,70	-	-	-36.196.901,70
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	130.371,85	-	-	130.371,85
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	94.506.696,40	-	-	94.506.696,40
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	36.195.332,37	-	-	36.195.332,37
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	580.109.523,32	-	-	580.109.523,32

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	580.109.523,32	-	-	580.109.523,32
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-22.136.913,30	-	-	-22.136.913,30
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	43.647.666,51	-	-	43.647.666,51
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	601.620.276,53	-	-	601.620.276,53